



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação em Geografia

Reinaldo Sousa

**DA LUTA POR ACESSO À TERRA AOS DESAFIOS DA
PERMANÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA
QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E CUBA**



São Cristóvão
Agosto de 2017

REINALDO SOUSA

**DA LUTA POR ACESSO À TERRA AOS DESAFIOS DA
PERMANÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA
QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E CUBA**

Tese defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Agrário.

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Orientador

SÃO CRISTÓVÃO
Agosto de 2017

S725d Sousa, Reinaldo.

Da luta por acesso à terra aos desafios da permanência: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil e Cuba / Reinaldo Sousa. – São Cristóvão/Sergipe, 2017.

267 f.:il.

Orientador: Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

I. Questão Agrária. 2. Desigualdade Social. 3. Questão Agrária - Brasil. 4. Questão Agrária - Cuba. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva.
II. Título.

CDU 91:332.021.8(81)

REINALDO SOUSA

**DA LUTA POR ACESSO À TERRA AOS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA: UMA
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E CUBA**

Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia em 28 de agosto de 2017, tendo como banca examinadora:

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (Presidente)
Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos (Interno)
Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a. Christiane Senhorinha Soares Campos (Interno)
Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Angelina Herrera Sorzano (Externo)
Faculdade de Geografia da Universidade de Havana

Prof. Dr. João Cleps Junior (Externo)
Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia

*À minha esposa Anátalia Madalena F. Simões
e nossa filha Maria Isadora Sousa Simões, com amor.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão é, sem dúvida alguma, um dos grandes sentimentos humanos. Primeiro, por simbolizar o reconhecimento das nossas fraquezas, das nossas limitações, da necessidade do outro. Segundo por nos tornar mais humildes. É nutrido desse sentimento que me sinto em dívida com muitas pessoas que dedicaram parte do seu tempo e contribuíram, ainda que indiretamente, para realização deste trabalho. Serei sempre grato por isso. Farei sempre o que estiver ao meu alcance para retribuir a atenção a mim dispensada.

Assim, com a devida licença da academia, agradeço a Deus, força regente de todas as outras forças do universo. A ele a minha gratidão pela existência e faculdade de pensar, agir e, logo, ser, para parafrasear o grande Filósofo Sócrates. Gostaria de agradecer, imensamente, ao Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, orientador e amigo, pela paciência, sabedoria e maturidade com que conduziu o processo ensino-aprendizagem para construção deste trabalho. Também pela aceitação do convite a me orientar, a conduzir minhas reflexões. Meu muitíssimo obrigado, minha gratidão.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, pelo apoio ao me conceder licença para que eu pudesse me afastar, por dois anos, para cursar as disciplinas e realizar um Doutorado Sanduíche em Cuba, fato que me ajudou bastante na construção e realização da proposta deste trabalho. Também à Universidade de Havana, em especial aos professores Angelina Herrera Sorzano e Roberto González Sousa, pela acolhida e acompanhamento dos meus trabalhos por ocasião da realização deste Doutorado Sanduíche. Aprendi muito com vocês. Agradeço, ademais, aos amigos e demais professores daquela universidade que muito me ajudaram a realizar as minhas tarefas durante minha estadia por lá, bem como aos camponeses das mais diversas províncias que me receberam com muito carinho e dividiram suas experiências de vida comigo. A vocês minha gratidão.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe pelo acompanhamento do trabalho, pela cobrança e predisposição em

fazer de nós bons profissionais da Geografia. Também declino meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro que permitiu, através de bolsa específica, minha ida à Cuba, momento em pude aprimorar meus conhecimentos acerca dos problemas agrários daquele país.

Rendo, ainda, especiais agradecimentos à minha esposa Anatália pela compreensão e por desempenhar, quando na minha ausência, o papel de pai junto à nossa filha. Também aos demais familiares e amigos pelo apoio incondicional à realização do meu Doutorado. Por fim, minha gratidão especial à minha querida filha Isadora, minha vida. Sou grato a Deus por sua existência.

***A história da sociedade até nossos dias é a história da luta de classes
(Karl Marx)***

RESUMO

A questão agrária, presente em economias capitalistas como a brasileira, é defendida neste trabalho como estrutural. Estrutural por apresentar problemas que são de difícil superação. Nesse sentido, buscamos compreender, a partir da realidade Brasil-Cuba, como ela se manifesta e quais as nuances em cada uma das realidades. Contesta-se aqui, o discurso de que no Brasil não existe uma questão agrária (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991; NAVARRO, 2013 e SILVA, 1981) e investiga-se a tese de que em Cuba a questão agrária foi superada com a revolução de 1959 e as sucessivas reformas agrárias (FABRINI, 2011; PAZ, 2014). Buscou-se, a fim de permitir uma melhor apreensão das duas realidades, uma análise a partir de uma revisão bibliográfica de clássicos da questão agrária como Chayanov (1974, 1981), Kautsky (1980), Lênin (1982), Prado Junior (2014) e Shanin (1983, 2008); de acadêmicos mais contemporâneos que também debatem a questão agrária, a exemplo de Alentejano (1986), Bartra (2011), Carvalho (2014), Fabrini (2010), Felício (2006, 2011), Fernandes (1998, 2001, 2008, 2010, 2013), Oliveira (1991, 2007); Ramos Filho (2008, 2013) e autores que pensam, contrariamente, estas perspectivas, defendem o paradigma do capitalismo agrário ou que, de alguma forma, reforçam a tese da inexistência de uma questão agrária ou necessidade de reforma agrária como Abramovay (1992, 2012), Navarro (2010, 2013), Veiga (1981), Silva (1981) e Martins (2000). Para uma caracterização da realidade agrária em Cuba, reunimos autores como Aguirre (1961), Albelo (2005), Bernal (2013), Burchardt (2000), González (2013), Guevara (2009), Monzote e Funes (2010), Paz (1997, 2011, 2014), Sorzano (1999, 2012, 2014, 2015), Valdes (1990) dentre outros. Para uma melhor interpretação da realidade-mundo optou-se, enquanto método, pelo materialismo histórico dialético. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica. Para nossa análise, foram consideradas as categorias, entendendo categoria como um sistema de classes resultantes das características intrínsecas ou fundamentais de cada conceito (KOBASHI, 2011): o território, como materialização do poder; o modo de produção, como organização social de uma dada atividade econômica e que envolve o processo de produção, circulação, distribuição, além da troca; a renda da terra, como uma forma de tributo pago aos proprietários de terras para que ela passe a produzir e a questão agrária como um conjunto complexo de problemas relacionados com o desenvolvimento desigual, porém combinado, da agropecuária. Em Cuba, além da revisão bibliográfica realizamos entrevistas semi-estruturadas com camponeses das províncias de Havana, Camaguêy, Guantánamo, Artemisa e Pinar Del Rio. O estudo das duas realidades evidenciou a existência de uma questão agrária no Brasil e graves problemas agrários em Cuba. Também que ela não se restringe aos problemas da reforma agrária e que, apesar de ser estrutural, os camponeses continuam encontrando formas de se reproduzir nos dois países. Restou claro, por fim, que a superação de um modo de produção, como no caso cubano em 1959, ou o simples acesso à terra, como em vários processos de desapropriação que ocorreram no Brasil, não significa, necessariamente, a eliminação da questão agrária ou dos problemas agrários.

Palavras-Chave: Questão Agrária. Cuba. Brasil.

RESUMEN

La cuestión agraria, presente en economías capitalistas como la brasileña, es defendida en este trabajo como estructural. Estructural por presentar problemas que son de difícil superación. En ese sentido, buscamos comprender, a partir de la realidad Brasil-Cuba, cómo se manifiesta y cuáles las nuances en cada una de las realidades. Contestamos aquí, el discurso de que en Brasil no existe cuestión agraria (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991; NAVARRO, 2013 e SILVA, 1981) y se investiga la tesis de que en Cuba la cuestión agraria fue superada con la revolución de 1959 y las sucesivas reformas agrarias (FABRINI, 2011; PAZ, 2014). Se buscó, a fin de permitir una mejor aprehensión de las dos realidades un análisis a partir de una revisión bibliográfica de clásicos de la cuestión agraria como Chayanov (1974, 1981) , Kautsky (1980), Lenin (1982), Prado Junior (2014) y Shanin (1983, 2008); de algunos académicos más contemporáneos que también debaten la cuestión agraria, a ejemplo de Alentejano (1986), Bartra (2011), Carvalho (2014), Fabrini (2010), Felicio (2006, 2011), Fernandes (1998, 2001, 2008, 2010, 2013), Oliveira (1991, 2007); Ramos Filho (2008, 2013) y autores que piensan, contrariamente, estas perspectivas, defienden el paradigma del capitalismo agrario o que, de alguna forma, refuerzan la tesis de la inexistencia de una cuestión agraria o necesidad de reforma agraria como Abramovay (1992, 2012), Navarro (2010, 2013) , Veiga (1981), Silva (1981) y Martins (2000). Para una caracterización de la realidad agraria en Cuba, reunimos autores como Aguirre (1961), Albelo (2005), Bernal (2013), Burchrdt (2000), González (2013), Guevara (2009), Monzote y Funes (2010), Paz (1997, 2011, 2014), Sorzano (1999, 2012, 2014, 2015), Valdes (1990) entre otros. Para una mejor interpretación de la realidad-mundo se optó, como método, por el materialismo histórico dialéctico. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una revisión bibliográfica. Para nuestro análisis, fueron consideradas como categorías, entendiendo categoría como un sistema de clases resultantes de las características intrínsecas o fundamentales de cada concepto (KOBASHI, 2011): el territorio, como materialización del poder; el modo de producción, como organización social de una determinada actividad económica y que involucra el proceso de producción, circulación, distribución, además del intercambio; la renta de la tierra, como una forma de tributo pagado a los propietarios de tierras para que ella pase a producir y la cuestión agraria como un conjunto complejo de problemas relacionados con el desarrollo desigual pero combinado de la agropecuaria. En Cuba, además de la revisión bibliográfica realizamos entrevistas semiestructuradas con campesinos de las provincias de La Habana, Camaguêy, Guantánamo, Artemisa y Pinar Del Rio. El estudio de las dos realidades evidenció la existencia de una cuestión agraria en Brasil y graves problemas agrarios en Cuba. También que ella no se restringe a los problemas de la reforma agraria y que a pesar de ser estructural, los campesinos continúan encontrando formas de reproducirse en los dos países. Se resalta claramente, por fin, que la superación de un modo de producción, como en el caso cubano en 1959, o el simple acceso a la tierra, como en varios procesos de expropiación que ocurrieron en Brasil, no significan, necesariamente, la eliminación de la cuestión agraria o de los problemas agrarios.

Palabras - Clave: Cuestión agraria. Cuba. Brasil.

ABSTRACT

The agrarian issue, present in capitalist economies such as Brazilian, is defended in this work as structural. Structural because it presents problems that are hard to overcome. In this sense, it is meant to understand as from these two realities, how it manifests and the nuances in each of these realities. In this sense, we seek to understand, from the reality Brazil-Cuba, how it manifests itself and what nuances in each of the realities. The speech in which in Brazil there is not agrarian issues (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991; NAVARRO, 2013 e SILVA, 1981) and it is investigated here the thesis in which the agrarian issues been overcome in Cuba with of the 1959's revolution and successive land reforms (FABRINI, 2011; PAZ, 2014). In order to a better understanding of the two realities an analysis as from a bibliographic revision of classics in agrarian question such as Chayanov (1974, 1981), Kautsky (1980), Lênin (1982), Prado Junior (2014) e Shanin (1983, 2008); contemporary scholars that also deals with agrarian issues: Alentejano (1986), Bartra 2011, Carvalho (2014), Fabrini (2010), Felício (2006, 2011), Fernandes (1998, 2001, 2008, 2010, 2013), Oliveira (1991, 2007); Ramos Filho (2008, 2013) and authors that disagree with these perspectives, defending the agrarian capitalist paradigm, or in some way reinforce the thesis of inexistence of a agrarian issue or need of land reform as Abramovay (1992, 2012), Navarro (2010, 2013), Veiga (1981), Silva (1981) e Martins (2000). To characterize the agrarian reality in Cuba we selected authors like Aguirre (1961), Albelo (2005), Bernal (2013), Burchardt (2000), González (2013), Guevara (2009), Monzote e Funes (2010), Paz (1997, 2011, 2014), Sorzano (1999, 2012, 2014, 2015), Valdes (1990) among others. To a better interpretation of world-reality it was chosen the dialectical historical materialism method. From methodological point of view, it is a bibliographic review. For the analysis, it was taken into consideration the categories, understanding category as a system of classes coming from intrinsic and fundamental characteristics of each concept (KOBASHI, 2011): territory, as materialization of power; mode of production as social organization of an economic activity that involves the process of production, circulation, distribution; besides the exchange, the income from the land, as a way of tax paid to the owners of land in order to produce, and the agrarian issue as a complex set of problems related to inequality development of agropecuary. In Cuba, besides bibliographic review, it was done semi- structured interviews with farmers of Havana, Camaguey, Guantánamo, Artemisa and Pinar Del Rio. The study of the two realities evidenced the existence of an agrarian question in Brazil and serious agrarian problems in Cuba. It also showed that these agrarian issues are not restricted to land reform's problems. Although it is structural, the farmers still find ways to reproduce in both countries. At the end, of course, the overcoming of a mode of production, as in case of Cuba in 1959, or just access to land, as it occurred in Brazil with expropriation proceedings, it does not mean the extinction of agrarian issues or agrarian problems.

Key words: Agrarian Issue, Cuba, Brazil.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – CUBA: CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS CANAVIEIRAS	129
QUADRO 02 – BRASIL: POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS AGRARISTAS VERSUS RURALISTAS	168
QUADRO 03 – PRINCIPAIS MEDIDAS DO GOVERNO LULA.....	195
QUADRO 04 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPESINATO	233
QUADRO 05 - ELEMENTOS DA QUESTÃO/PROBLEMAS AGRÁRIOS NO BRASIL E EM CUBA	247

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – CUBA: ESTRUTURA AGRÁRIA POR OCASIÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA (%).....	108
GRÁFICO 02 – CUBA: DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS POR SETORES A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA 1959.....	113
GRÁFICO 03 – CUBA: MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE DOMÍNIO E USO DA TERRA 1959-2014.....	130
GRÁFICO 04 – CUBA: EVOLUÇÃO DAS UBPCS 1998-2006.....	132
GRÁFICO 05 – CUBA: ESTRUTURA DE DOMÍNIO DA TERRA 2006 (%).....	133
GRÁFICO 06 – CUBA: EVOLUÇÃO NA FORMA DE USO DA TERRA 1959 – 2012 (%).....	136
GRÁFICO 07 – CUBA: FORMA DE APROVEITAMENTO DAS TERRAS CULTIVÁVEIS (%).....	142
GRÁFICO 08 – BRASIL: MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA 1998 - 2012	173
GRÁFICO 09 – BRASIL: MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA 2014.....	174
GRÁFICO 10 - BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 1993 - 2016	177
GRÁFICO 11 – BRASIL: NÚMERO DE OCUPAÇÕES 1988-2014.....	184
GRÁFICO 12 – BRASIL: FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES 1988-2014.....	184
GRÁFICO 13 – BRASIL: NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS 1988-2014.....	185
GRÁFICO 14 – CUBA: PARTICIPAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 1989 - 2011	212
GRÁFICO 15 – CUBA: CRIAÇÃO BOVINA POR UNIDADE DE GESTÃO 2006-2011	213
GRÁFICO 16 – CUBA: CRIAÇÃO SUÍNA POR UNIDADE DE GESTÃO 2006-2011.....	213
GRÁFICO 17 – CUBA: PRODUÇÃO DE ARROZ POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012.....	214
GRÁFICO 18 – CUBA: PRODUÇÃO DE GRÃOS EM GERAL POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012.....	214
GRÁFICO 19 – CUBA: PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012	215
GRÁFICO 20 – CUBA: TENDÊNCIA DO USO DA TERRA	215
FONTE: SORZANO E SOUSA (2014).....	215
GRÁFICO 21 – CUBA: VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NOS MERCADOS AGROPECUÁRIOS 2005-2011	216
GRÁFICO 22 – CUBA: PERCENTUAL DE IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS NO TOTAL DE IMPORTAÇÕES 1958-2008.....	217
GRÁFICO 23 – BRASIL: EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO 1993 – 2016.....	224
GRÁFICO 24– TRABALHADORES ESCRAVIZADOS 1996- 2006	229
GRÁFICO 25 - FAZENDAS FLAGRADAS UTILIZANDO MÃO-DE-OBRA EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO NO BRASIL	230

GRÁFICO 26 – BRASIL: PRODUÇÃO DA PEQUENA, MÉDIA E GRANDE PROPRIEDADE EM PRODUTOS/ANIMAIS SELECIONADOS – 2006 (%).....	236
--	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – INTENSIDADE DE CONSUMO DA FORÇA DE TRABALHO NA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA.	63
FIGURA 02 - PARADIGMAS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	105
FIGURA 03 – CUBA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS ARREDORES DA CASA – 2014	138
FIGURA 04 – VIÑALES: OFERTA DE CASAS PARA ALUGUEL AOS TURISTAS – 2014	140
FIGURA 05 – QUEIMA DO MARABU NA PROVÍNCIA DE CAMAGUEY – CUBA 2014.....	149
FIGURA 06 – REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS AÇUCAREIROS DE CUBA.....	150
FIGURA 07 – BRASIL: LOCALIZAÇÃO, 2017.....	154
FIGURA 08 – PARADIGMAS AGRÁRIOS.....	164
FIGURA 09 – POSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NO DEBATE PARADIGMÁTICO	164
FIGURA 10 – OLIGOPÓLIO NO SETOR AGROQUÍMICO	179
FIGURA 11 – TRABALHADORES MORTOS NO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS	183
FIGURA 12: BRASIL: QUADRO COMPARATIVO DE DESAPROPRIAÇÕES POR GOVERNO.	197
FIGURA 13 – BRASIL PESSOAL OCUPADO - 2006.....	223
FIGURA 14 – BRASIL ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO 2006	231
FIGURA 15 – ROTA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....	232

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – CUBA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	96
MAPA 02 – CUBA: USO DA SUPERFÍCIE AGRICULTÁVEL TOTAL – 2012 (%).....	135
MAPA 03 – BRASIL: ÍNDICE DE GINI DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 2012.....	175
MAPA 04 – BRASIL: GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA 1988-2014.....	185
MAPA 05 – O BRASIL AGRÁRIO	222
MAPA 06 – BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2016.....	225
MAPA 07 – BRASIL: OCUPAÇÕES DE TERRA 1988 – 2012.....	226

LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira de Agronegócios
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANAP - Associação Nacional de Pequenos Agricultores
CCS - Cooperativas de Crédito e Serviços
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPA - Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
HA – Hectares
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool/
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
ITR - Imposto Territorial Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MINAG - Ministério de La Agricultura de Cuba
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONEI - Oficina Nacional de Estatística e Informação
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PQA - Paradigma da Questão Agrária;
PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário;
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool.
RAM - Reforma Agrária de Mercado
SINITOX - Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego
UBPC - Unidades Básicas de Produção Cooperativa
UDR - União Democrática Ruralista
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	IX
RESUMEN.....	X
ABSTRACT	XI
LISTA DE QUADROS	XII
LISTA DE GRÁFICOS.....	XIII
LISTA DE FIGURAS	XV
LISTA DE MAPAS	XVI
LISTA DE SIGLAS	XVII
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 01 – DELINEANDO O CAMINHO E O PENSAMENTO: O MÉTODO, A METODOLOGIA E AS CATEGORIAS DA ANÁLISE	25
1.1 - O MUNDO COMO PENSO: UMA QUESTÃO DE MÉTODO.....	26
1.2 - O CAMINHO TRILHADO E AS FERRAMENTAS UTILIZADAS NA PESQUISA: A METODOLOGIA.....	31
1.3 – A CATEGORIA TERRITÓRIO COMO MATERIALIZAÇÃO DE PODER.....	32
1.4 – SOBRE A CATEGORIA MODO DE PRODUÇÃO.....	36
1.5 - RENDA DA TERRA: CATEGORIA USADA PARA SUBJUGAÇÃO CAMPONESA.....	39
1.6 – QUESTÃO AGRÁRIA: UMA CATEGORIA COMPLEXA, MAS ATUAL	43
CAPÍTULO 02 – OBRAS IMPORTANTES PARA ANÁLISE E COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA	47
2.1 – O MODO DE VIDA CAMPONÊS, SUA IDENTIDADE DE CLASSE E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA	47
2.3 – (RE)LENDO ALGUMAS PERSPECTIVAS CONTRÁRIAS À QUESTÃO AGRÁRIA: O CAPITALISMO AGRÁRIO E SUAS TESES	75
2.2 – UM ESFORÇO DE SÍNTESE É NECESSÁRIO	84
CAPÍTULO 03 - DEPOIS DA CONQUISTA A PERMANÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS PROBLEMAS AGRÁRIOS EM CUBA.....	95
3.1 – PROBLEMAS AGRÁRIOS EM CUBA: DA REVOLUÇÃO AOS DIAS ATUAIS.....	96
3.2 - CUBA: DA REVOLUÇÃO AO FIM DE SÉCULO	102
3.2.1 – <i>Desafios e Mudanças no Campo Cubano: um Novo Paradigma Agrário?</i>	103
3.2.2 - <i>A Primeira Lei de Reforma Agrária</i>	107
3.2.3 - <i>A Segunda Lei de Reforma Agrária</i>	115
3.2.4 – <i>Caminhos do Cooperativismo em Cuba</i>	118
3.3 CUBA NO CONTEXTO DO FIM DE SÉCULO, OUTRA POSTURA ERA NECESSÁRIA	125
3.4 – OS NOVOS CAMINHOS DO AGRÁRIO EM CUBA: LEGISLAÇÃO, CRÉDITO, TECNOLOGIA E COMÉRCIO	137
3.4.1 – <i>Os Decretos-Lei e as novas diretrizes agrárias</i>	137
3.4.2 <i>Política de crédito, tecnologia e comercialização: as novas estratégias para o setor agropecuário em Cuba</i>	144
3.4.3 OS MERCADOS AGROPECUÁRIOS E OS SISTEMAS COOPERATIVOS.....	145
CAPÍTULO 04 - RESISTIR É PRECISO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	154
4.1 – SOBRE A NOSSA QUESTÃO AGRÁRIA	154
4.2 - PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO: O CASO BRASILEIRO.....	156
4.3 – DESDOBRAMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	172
4.3.1 – SOBRE CORUMBIARA E ELDORADO DOS CARAJÁS	181
4.4 – É PRECISO (RE)PENSAR A REFORMA AGRÁRIA.....	186

4.5 - REFORMA AGRÁRIA PARCIAL E CONFLITOS POR ACESSO E PERMANÊNCIA	200
CAPÍTULO 05 - A TERRITORIALIZAÇÃO/ESPACIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DOS PROBLEMAS AGRÁRIOS NO BRASIL E EM CUBA: DO CONFRONTO ÀS POSSIBILIDADES	209
5.1. - DO CONFRONTO À REALIDADE: (RE)PENSANDO ACERCA DE UMA QUESTÃO AGRÁRIA EM CUBA	209
5.2 - PARA SUPERAR O CONFRONTO É PRECISO (RE)PENSAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	220
5.3 - A LÓGICA CONTRADITÓRIA DO AGRONEGÓCIO.....	226
5.4 - A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA.....	239
CAPÍTULO 06 - À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
BIBLIOGRAFIA.....	254

INTRODUÇÃO

Compreender a dialética entre capital e campesinato, em pleno século XXI, significa atentar para questões que envolvem a racionalidade da sociedade atual, que privilegia o mercado e nega a necessidade de reforma agrária (VENTURELLI, 2008) e a própria contradição em se presenciar a vivência entre camponeses e capitalistas que disputam os mesmos territórios. Esse se constitui um dos nossos objetivos, afinal, o campesinato deste início de século permanece se reproduzindo (VENTURELLI, 2008). Entretanto, antes da discussão propriamente dita um preâmbulo sobre o trabalho se faz necessário.

A proposta de investigação nasce a partir das discussões propostas pelo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia - sobretudo com as disciplinas Teorias e Técnicas em Geografia Agrária e Tópicos Especiais em Estudos Agrários – Campesinato e Estrutura Agrária - que me fizeram (re)pensar o objeto de pesquisa. Foi o contato com os professores destas disciplinas que me fez enxergar o quanto é importante pensar o campo, assim como costumava pensar o urbano. Mas, a curiosidade em se pensar a questão agrária no Brasil e em Cuba foi aguçada a partir das provocações do Professor Eraldo da Silva Ramos Filho, sobretudo com os debates levantados em uma das disciplinas ministradas com participação da Professora Doutora Angelina Herrera Sorzano, da Universidade de Havana-Cuba.

Os dados e as discussões por ela levantados sugeriam, à princípio, e considerando-se claro as peculiaridades daquele país, uma questão agrária, apesar da superação do modo capitalista de produção. Foi uma disciplina muito provocativa e que suscitou inquietações que viriam a se transformar nas nossas principais perguntas de pesquisa: há em Cuba, tal qual reafirmamos para o caso brasileiro, uma questão agrária? Se houver, quais suas singularidades com a questão agrária brasileira? No que diferem? Como se complementam? Como são encaradas, discutidas? Que lições as duas realidades podem obter uma da outra?

Assim, a curiosidade em investigar a (in)existência de uma questão agrária naquele país me fez pensar na possibilidade de visitá-lo. A materialização da ideia

foi possível a partir de um projeto de cooperação internacional intitulado “Estado, Capital e Campesinato no Desenvolvimento das Políticas de Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Brasil e Cuba. Semelhanças e Diferenças”, coordenado pelo Professor Dr. João Cleps Junior, juntamente com Eraldo da Silva Ramos Filho e outros pesquisadores do país em parceria com a Universidade de Havana, Cuba.

O projeto, financiado pela CAPES, propiciou a realização de uma missão de estudos na modalidade Doutorado Sanduíche naquele país, entre os meses de fevereiro e julho de 2014. Foi um momento de aprofundamento das discussões em torno dos problemas agrários e foi nesse ínterim que se propôs um estudo confrontativo das duas realidades, a fim de se verificar se havia, de fato, uma questão agrária. Trata-se, portanto, de um trabalho que objetivava reafirmar a questão agrária no Brasil e responder se havia uma questão agrária em Cuba, apesar da superação do modo de produção capitalista.

Cuba é um país cuja estrutura econômico-social é caracterizada, apesar das atuais mudanças, pela planificação. Nesse sentido, faz-se necessário uma compreensão deste conceito que consideramos importante para a apreensão das singularidades agrária deste país.

Al que parece existen tres líneas de pensamientos bastante difundidos sobre planificación y mercado: aquellas que atribuyen el papel fundamental a la planificación y desconocen la existencia del mercado y su función; una segunda línea la cual atribuye el papel fundamental al mercado y desconoce el papel de la planificación y, por último, aquellas que plantean establecer una relación objetiva entre el papel de la planificación y el mercado (GONZÁLEZ, 2006, p. 89).

Nos parece, ao se analisar a discussão anterior, que o modelo cubano se aproxima da terceira caracterização, ou seja, daquela que estabelece uma relação entre o papel da planificação e o mercado. Essa compreensão, reafirmamos, é muito importante para a compreensão dos problemas agrários em Cuba.

A mediação do confronto das duas realidades se deu pela perspectiva da reforma agrária. Para tanto, fez-se necessário uma caracterização da agricultura em ambos os países, uma aproximação dos principais paradigmas agrários que

os envolvem, bem como a construção/proposição de quadros confrontativos das duas realidades a fim de procedermos às análises. No que concerne aos procedimentos metodológicos, elencamos como norteadores do nosso trabalho a pesquisa bibliográfica, uma vez que nos debruçamos sobre materiais de fontes secundárias como livros, revistas, artigos científicos etc.

Em Cuba foram realizados trabalhos de campo nas províncias de Artemisa, Pinar Del Rio, Havana, Guantánamo, Camaguey e Mayabeque objetivando analisar o uso e domínio da terra. As visitas objetivavam reunir um conjunto de elementos que nos permitissem diagnosticar os principais problemas ligados ao campo e foram realizadas entre os meses de fevereiro e julho de 2014. Dentre vários atores que entrevistamos, destacamos os camponeses diversos, representantes governamentais, além de lideranças cooperativas.

É importante destacar que em Cuba a terra apresenta duas formas distintas de domínio: a estatal, representada por empresas estatais agropecuárias, e a não estatal que abarca as Unidades Básicas de Produção Cooperativa – UBPC, as Cooperativas de Produção Agropecuária - CPAs, as Cooperativas de Créditos e Serviços – CCS, além dos camponeses dispersos.

Esse é um elemento que dificulta a confrontação com a realidade brasileira, mas não limita a sua análise. Nesse sentido, não optamos por segmentar a análise brasileira em cooperativas, organizações sociais, ou associações de classe. Isso talvez inviabilizasse o nosso trabalho, dada a vastidão do território brasileiro. Em ambos os casos, a opção foi por tratar a realidade na sua totalidade e mencionar, quando necessário às análises, suas particularidades.

Se fez necessário uma revisão bibliográfica acerca dos principais paradigmas agrários, o que permitiu maior domínio dos conceitos e categorias que a proposta estava a exigir, além da catalogação de dados acerca da estrutura agrária de ambos os países, o que nos permitiu confrontar as duas realidades. Não foi um trabalho dos mais simples, uma vez que o país possui um sistema político fechado, burocrático e em certa medida de difícil acesso à informação.

O deslocamento entre as províncias constituiu outra dificuldade. Nem sempre era possível um deslocamento em ônibus, sendo necessário, muitas

vezes, fazer longos percursos de caminhão ou mesmo de trator. Estas saídas à campo, ainda que sempre acompanhado de um amigo cubano, quase sempre eram dificultadas. Da compra das passagens de uma província a outra ao processo de autorização para entrevistar um representante de órgão do governo ou mesmo o presidente de uma cooperativa não se levava menos que trinta dias de trâmite. E, muitas vezes, o processo esbarrava em um sincero e educado “não”.

Assim, apesar das dificuldades consideramos que as saídas realizadas, que se estenderam de Havana a Guantánamo, de Artemisa a Pinar Del Rio ou de Camaguey a Mayabeque, foram muito proveitosas. Delas coletamos informações muito importantes para a análise da realidade agrária daquele país.

Assim, o estudo realizado se justifica, uma vez que são poucos os estudos realizados com foco no debate em torno da questão agrária no Brasil e Cuba. Também porque consideramos que é na ampliação do debate que a ciência caminha e a sociedade se transforma.

O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo o último as considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “Delineando o Caminho e o Pensamento: o Método, a Metodologia e as Categorias da Análise” buscamos fazer uma discussão em torno daquelas que consideramos as categorias e/ou conceitos mais importantes do trabalho como *questão agrária, território, renda da terra e modo de produção*, além de realizar uma diferenciação teórico-conceitual entre método e metodologia.

No segundo capítulo “Para uma Melhor Apreensão da Teoria: Obras Importantes para a Análise e Compreensão da Questão Agrária” estruturamos uma discussão em torno daquelas obras que consideramos importantes para uma melhor compreensão da questão agrária. Para tanto, fizemos um esforço de síntese das seguintes obras: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1982); *A Questão Agrária* (KAUTSKY, 1980); *La Organización de La Unidad Económica Campesina* (CHAYANOV, 1974), *La Clase Incómoda* (SHANIN, 1983) *O Paradigma do Capitalismo Agrário* (ABRAMOVAY, 2012) e

Sete Teses Sobre o Mundo Rural Brasileiro (NAVARRO; BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA, 2013).

O terceiro capítulo intitulado “Depois da Conquista a Permanência: uma Contribuição à Compreensão dos Problemas Agrários em Cuba” foi dedicado ao estudo do que estávamos perseguindo neste trabalho, ou seja, a elucidação se havia ou não, naquele país, uma questão agrária, apesar da superação do modo capitalista de produção. No quarto capítulo aqui intitulado “Resistir é Preciso: uma Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Brasil” buscou-se fazer uma discussão em torno da questão agrária, no sentido de reafirmar a sua existência neste país.

Por fim, uma vez que o sexto capítulo é dedicado às considerações finais, temos o capítulo cinco denominado “A Territorialização/Espacialização da Questão Agrária e dos Problemas Agrários no Brasil e em Cuba: do Confronto às Possibilidades” onde buscamos traçar um confronto entre as duas realidades agrárias e apresentar algumas possibilidades.

CAPÍTULO 01 – DELINEANDO O CAMINHO E O PENSAMENTO: O MÉTODO, A METODOLOGIA E AS CATEGORIAS DA ANÁLISE

Interpretar a realidade-mundo é uma questão de método e não de metodologia. Contudo, é comum, no meio acadêmico, uma certa confusão entre esses dois conceitos. Nesse sentido, propomos, em primeiro lugar, uma distinção entre eles para, em seguida, expor nossa forma de pensar a realidade e, logo, de realizar nosso trabalho. Para Moraes e Costa (1987), o método

[...] diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. [...] é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência [...]. Já a [metodologia] de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos (p. 27).

Essa distinção, afirmam os autores, é muito importante, pois a confusão entre as duas concepções quase sempre culmina em equívocos acadêmicos. Uma compreensão clara do método é fundamental para o acadêmico que deseja contribuir para o avanço na construção de uma nova perspectiva na geografia. Afinal, o simples uso de uma determinada técnica ou conceito pode não ser suficiente para definir as diretrizes interpretativas de uma pesquisa e, tampouco, o perfil ideológico do pesquisador. Destarte, “[...] o método faz a ponte entre a reflexão de uma ciência particular e a produção historicamente acumulada, deixando claro o caráter social da atividade científica” (MORAES e COSTA, 1987, p. 32).

É importante precisar aqui o que estamos chamando de ideologia. Assim, concordamos com Iasi (2011) para quem ideologia está ligado à divisão da sociedade em classes e à forma como a classe dominante elabora e difunde sua visão de mundo com o intuito de torná-la universal e não somente como um conjunto de ideias.

Essa perspectiva conceitual, amparada em Marx e Engels (1976), tem uma estreita relação com a luta entre classes e a possibilidade de mudança social. Assim, o conceito vem carregado de sentido de relação de dominação na qual a

classe dominante expressa o domínio através de um conjunto de ideias, onde há uma naturalização dessa relação de dominação (IASI 2011).

1.1 - O Mundo Como Penso: Uma Questão de Método

A nossa compreensão é de que o método diz respeito à forma particular de como cada pesquisador, baseado num conjunto de teorias, enxerga a realidade-mundo, como se posiciona frente a cada realidade que lhes é apresentada. Neste sentido, utilizamo-nos do materialismo histórico-dialético como método de análise. Essa escolha se dá por acreditarmos que esse método é eficaz para elucidar os principais problemas da sociedade no atual período da história. Ele busca

[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenha na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 107).

Trata-se de um método “[...] que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações [...]” (KOSIK, 1976, p. 20).

Esse método, afirma Silva, apresenta-se em Marx como

[...] uma resolução prática, como um problema da realidade. Para Marx o problema da realidade não poderia ser solucionado no interior da filosofia porque sua origem está no desenvolvimento histórico do real, das relações sociais entre os seres humanos. É, portanto a partir desta intuição que Marx vai conceber a unidade entre teoria e prática como princípio da filosofia da práxis, onde pensamento e ação compõem a dialética do real. Ou seja, o princípio da unidade entre teoria e prática compõe o caráter ontológico da dialética de Marx (MARX apud SILVA, 2005, p. 33).

Para Karel Kosik (1976), a dialética lida com a “coisa em si”. Contudo, ela não se manifesta diretamente ao homem. Dessa forma, para se poder compreendê-la é necessário muito esforço. Nesse sentido, o pensamento dialético distingue entre representação e conceito. Isso, contudo, não implica em duas formas de conhecimento da realidade, mas em duas qualidades da práxis humana em examinar a realidade. Ou seja, na capacidade de, no trato com a

natureza e com outros homens, conseguir distinguir entre as duas formas de manifestação. Isso porque

[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade (KOSIK, 1976, p. 13-14).

Mas, no trato das coisas, em que a realidade se apresenta como meio, os indivíduos criam suas próprias representações e elaboram um complexo sistema de correlação das noções que permitem captar o aspecto fenomênico da realidade (KOSIK, 1976). Destarte, como ele mesmo afirma, a realidade e as formas fenomênicas são diferentes e contraditórias. Isso requer um esforço ainda maior para a compreensão das coisas.

Para exemplificar, o autor propõe que pensemos no “dinheiro em si”. Os homens o usam, fazem transações, mas não sabem, a rigor, do que se trata. Isso só é possível no método dialético. Ou seja, a apreensão da realidade, não apenas como ela nos é apresentada, mas em essência, só é possível através dela. É a dialética que se propõe compreender a “coisa em si” e se perguntar, o tempo inteiro: como é possível se chegar à realidade das coisas? (KOSIK, 1976).

Lefebvre (1983) assinala que para se chegar ao conhecimento pleno de qualquer objeto, o único caminho é a análise que implica, inevitavelmente, na decomposição, pois, a simples contemplação não permite compreender as estruturas e leis de seu funcionamento. Em outras palavras, “[...] a *análise* se esforça por penetrar no objeto. Oposta a toda contemplação passiva, ela não respeita esse objeto” (LEFEBVRE, 1983, p.117). É nesse sentido que Kosik (1976) destaca a fragmentação como condição ímpar para se alcançar a realidade concreta. Para ele, “*sem decomposição não há conhecimento*”.

O termo *dialética* se associava, na Grécia antiga, à arte de, através do diálogo, demonstrar uma tese através da argumentação. Contemporaneamente, o termo possui outra acepção: trata-se do modo como enxergamos as contradições, como compreendemos a realidade (KONDER, 2004). Somente de posse dessa

forma de ver a realidade é que poderemos transformar a realidade objetiva das coisas. Afinal,

[...] o mercado capitalista vive em permanente expansão, o capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros. E as leis do mercado vão dominando a sociedade inteira: todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço (KONDER, 2004, p. 34)

Contudo, isso só será possível se levarmos em consideração a totalidade das coisas. Afinal, é somente a totalidade que permite enxergar além das aparências. É importante notar que qualquer objeto, criado ou não pelo homem, é parte de um todo. Esse todo é, por natureza, indivisível, mas, contraditoriamente, divisível ao menos para fins teóricos. A realidade torna-se, assim, aparente, uma vez que a realidade fragmentada é apenas parte de um todo (KONDER, 2004).

Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa certa visão de conjunto deles: é a partir da visão de conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro [...]. Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral (KONDER, 2004, pp. 36-37).

Evidentemente, assinala Konder (2004), há sempre algo que escapa às nossas sínteses¹, contudo, isso não deve ser um motivo para a minimização dos esforços em se elaborar sínteses, em perceber a totalidade das coisas. Mas, é importante destacar que cada totalidade possui uma maneira particular de mudar e que as condições das mudanças variam, a depender do caráter da totalidade além do processo específico do qual ela é apenas um momento.

Também que a teoria é necessária, mas que por si só ela não fornece critérios suficientes e que garantam uma segurança absoluta quanto ao agir (KONDER, 2004). Ou seja, “[...] nenhuma teoria pode ser tão boa a ponto de nos evitar erros. A gente depende, em última análise, da prática – especialmente da prática social – para verificar o maior ou menor acerto do nosso trabalho com os conceitos [...]” (KONDER, 2004, 2004, p. 43).

¹ Visão de conjunto que permita ao homem perceber as estruturas mais significativas da realidade (KONDER, 2004), ou ao menos do mais próximo possível dela.

Disso advém a nossa opção por trabalhar com a dialética, por acreditar que ela permite uma maior aproximação da realidade a partir da análise das contradições das aparências. Para isso, ela – a dialética – é submetida a um árduo trabalho: identificar, com esforço e muito gradualmente, as contradições concretas e mediações específicas que compõem o “tecido” de cada totalidade (KONDER, 2004). A dialética, para Konder, não nega as partes, tampouco pensa as partes desconsiderando a realidade do todo.

Nesse sentido, para avançarmos em relação às aparências das coisas e penetrar na essência, carecemos de operações de síntese e análises que elucidem não só a dimensão imediata como a dimensão mediata de cada uma delas (KONDER, 2004). E isso, repito, é possível, a nosso ver, pela dialética. Mas no que consiste, exatamente, a dialética? Quais são suas leis gerais?

Apesar de quase sempre a dialética ser atribuída somente a Marx, ela teve uma grande contribuição de Engels, uma vez que por ocasião dos primeiros escritos dessa perspectiva do método Marx se encontrava muito envolvido na escritura d'O capital. Entretanto, foi o próprio Marx quem reteve de Hegel o princípio dialético e o trabalhou na direção da dialética materialista (MARX, 2013). Engels, seguindo a trilha marcada por Marx, resgatou de Hegel e deu novo sentido ao que classificou de Leis Gerais da Dialética Materialista, a saber: lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); lei da interpenetração dos contrários e a lei da negação da negação (KONDER, 2004). Apesar de ter sofrido imensas críticas, essas leis gerais serviram para a confecção de um arcabouço teórico que teria validade, com algumas adequações e correções, até os dias atuais.

A primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais. A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente [...]. A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna

repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações (KONDER, 2004, pp. 58-59).

Na perspectiva dialética, as coisas não são nem devem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento. Isso porque nenhuma coisa está acabada. Ao contrário, está sempre em via de se transformar, desenvolver; ou seja, o fim de um processo é sempre o começo de outro (LAKATOS e MARCONI, 2003). Trata-se, portanto, de uma perspectiva processual.

Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 101).

De posse dessa perspectiva de ver o mundo [materialismo histórico dialético] é possível acreditar que outro modelo de sociedade é possível. Acreditamos que é possível, pelo uso dessa ferramenta teórica, enxergar a realidade por trás das aparências. Isso nos leva à possibilidade de superação do modo capitalista de produção e o alcance de um modelo alternativo. Isso é possível, pois as contradições do sistema capitalista, agravadas pela lógica competitiva do mercado, têm aumentado. Acreditamos, assim como Konder (2004), que a dialética é subversiva e pode tornar visível todas as contradições do capitalismo nos permitindo pensar na possibilidade da sua superação.

A conjuntura mundial atual, marcada por uma intensa busca pelo consumo, pelo domínio dos oligopólios, pela dependência absoluta dos mercados financeiros, pelas guerras e dramas de mobilidade de milhões de pessoas que delas fogem, e conseqüente desmonte das bases sociais, atestam essas contradições que podem significar o caminho para sua superação.

Enfim, essa forma de enxergar a realidade, se bem apreendida, nos permitirá uma visão mais crítica acerca dos problemas agrários no Brasil e em Cuba. Afinal, a compreensão do fenômeno estudado “[...] se originam a partir do método adotado que, geralmente, traduz a concepção político-ideológica do sujeito que está realizando a análise” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 82). Ou seja, de cada leitura, deriva, como afirma o autor, uma forma muito peculiar de intervenção

que pode promover não só a atenuação como também o agravamento dos conflitos.

1.2 - O Caminho Trilhado e as Ferramentas Utilizadas na Pesquisa: a Metodologia

No item anterior fizemos um esforço de esclarecimento acerca do método. É, pois, momento de apresentar nossa perspectiva sobre a metodologia utilizada. Optamos, metodologicamente, para a realização deste trabalho por uma pesquisa do tipo bibliográfica, por acreditarmos que as (re)leituras podem elucidar novas possibilidades. Acreditamos que o correto uso de teorias, conceitos ou categorias explicativas, ainda que já usadas numa dada realidade, pode sugerir novas possibilidades em outra dada realidade histórica ou espacial. As pesquisas bibliográficas, afirma Moreira, são desenvolvidas

[...] com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno. [...] constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, torna-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos (2006, p. 69).

Essa opção metodológica deriva da nossa preocupação tanto com “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais [...]” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32), ou seja, com a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não se traduz em números” (KAUARK et al, 2010, p. 26), quanto dos aspectos quantificáveis que requerem o uso de recursos e técnicas específicas e que, nesse aspecto em particular, o acúmulo de dados estatísticos nos ajudam bastante.

Acreditamos que esta perspectiva metodológica, associada à nossa escolha de método, nos ajuda a explicar melhor a realidade-mundo. A pesquisa qualitativa nos ajuda a expor as características dos indivíduos e os cenários que não podem ser descritos numericamente. A quantitativa, as características e situações em que dados numéricos podem ser obtidos e manipulados estatisticamente (MOREIRA, 2006, p. 73).

Por fim, elencamos como categorias centrais para nossa análise o território, por considerar ser a que melhor nos auxilia na compreensão das contradições existentes no campo; modo de produção, por sintetizar as realidades socioeconômicas dos dois universos de análise [Brasil e Cuba]; renda da terra, por exprimir o meio pelo qual os camponeses são expropriados ou, de alguma forma, submetidos a qualquer espécie de submissão e a questão agrária, objeto central desta tese.

Mas, é importante antes mesmo da apresentação destas categorias, uma elucidação da nossa compreensão de categoria, para não confundirmos com conceitos. Apesar das ambiguidades, os conceitos podem, segundo Kobashi (2011) ser contextualizados em duas correntes distintas. De um lado uma perspectiva empirista onde os conceitos são construtos que resultam da abstração da experiência e do outro uma racionalista, em que esses conceitos são produtos da razão.

Já as categorias funcionam como metaconceitos que ordenam agrupamentos de termos ou conceitos de uma determinada área (KOBASHI, 2011). Assim, concordando com o autor, compreendemos categoria como um sistema de classes resultantes da divisão do universo de conhecimentos, de acordo com as características intrínsecas ou fundamentais de cada conceito (CAVALCANTI, 1978 apud KOBASHI, 2011).

1.3 – A Categoria Território como Materialização de Poder

Sabemos da complexidade em se discutir território, sobretudo quando objetivamos analisar realidades tão distintas quanto a brasileira, sob a égide do capitalismo e a cubana, sob domínio de um modo de produção completamente distinto, o socialista. Entretanto, acreditamos que esta é uma categoria muito importante, por expressar relações de poder, para explicar, na geografia, essas duas realidades tão antagônicas.

É importante destacar, de início, que o território em si mesmo, isoladamente, não se constitui num objeto para a análise social (SANTOS e SILVEIRA, 2010). O território por si só são apenas formas, mas enquanto relação de poder constitui, também, um sistema de objetos e ações, processos e conflitos.

Ele se manifesta como uma “ponte” entre a teoria crítica do espaço e a ação política. Como fato e condição não só manifesta como condiciona o exercício do poder. Nesse sentido, seu valor corresponde à tradição analítica e estratégica da geopolítica que se desdobra e se aguça na modernidade” (RIBEIRO, 1995).

Em função de sua natureza múltipla, optamos, neste trabalho, por vê-lo como uma dimensão do poder, ou seja, “[...] más que un espacio físico determinado o território é formado por un conjunto complejo de relaciones sociales, de producción [...] que se establecen entre los hombres, y entre estos y la naturaleza, con un grado mayor o menor de integración a entidades sociales más amplias hasta la sociedad en su conjunto” (ALBELO, 2005, p. 15).

Visto por este prisma, pode-se dizer que o homem produz, a partir de relações de poder e para satisfazer aos seus interesses e necessidades, uma representação do espaço, a que denominamos território. Essa representação, que tem intrinsecamente uma relação de poder, quase sempre é expressa, como sinaliza Raffestin, por um sistema de códigos. Esse sistema é constituído por infraestruturas, força de trabalho e relações de produção, ou seja, pelos modos de produção (RAFFESTIN, 1993), que culminam na produção/reprodução do espaço, do território.

Tanto as empresas, numa escala internacional ao defenderem seu *status quo*, quanto o Estado, enquanto representação formal dos interesses coletivos em uma escala nacional, e mesmo os indivíduos, quando lutam por sua sobrevivência numa escala local, todos estão a produzir territórios.

De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de sujeitos favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Essa produção de territórios envolve, inevitavelmente, interesses distintos e, logo, relações antagônicas de poder que têm como consequência conflitos. Afinal, [...] todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com

outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 153). O território é, pois, para usar uma expressão de Oliveira (2003), produto concreto da luta de classes que é travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

Essa definição é importante para o nosso trabalho, uma vez que “[...] o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelo capital” (FERNANDES, 2007, p. 81). Assim, a apropriação desse conceito permitirá a construção de outra perspectiva, ou seja, a produção de um território de resistências, de enfrentamento ao capital e ao modelo vigente. Isso permitirá a constituição de um sujeito mais autônomo, livre, liberado para tomar suas próprias decisões. Mas, para se pensar o território nessa perspectiva,

[...] deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas (FERNANDES, 2007, p. 86).

Munidos dessa compreensão é fácil concluir que as propriedades camponesas e as capitalistas constituem territórios distintos, ou seja, totalidades diferentes entre si onde se produzem relações sociais diferentes e divergentes e, sendo assim, conflitos (FERNANDES, 2007). Isso ocorre porque os homens, sejam camponeses ou não, vivem, contraditoriamente, desse processo, ao menos no modo capitalista de produção. Ou seja, eles não só fazem parte do processo territorial como são produtos do mesmo.

Essa realidade, apesar das peculiaridades, não é muito diferente no modelo cubano. Ali, por motivações as mais variadas, mas, sobretudo pela planificação Estatal, há uma diversidade de formas de propriedade como privadas, estatais, coletivas, cooperativas, etc. que contribuem, indiscutivelmente, para a produção de territórios diferentes marcados, também, por relações de poder. A centralização estatal é um exemplo.

Como as relações produtivas constituem relações de poder, “[...] visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a

natureza como as relações sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 158/159), é inevitável manter uma relação que não seja caracterizada por conflitos. Essa manifestação do território é classificada por Raffestin de territorialidade e nos ajuda a compreender a tensão entre os indivíduos e suas manifestações no espaço.

A territorialidade pode ser definida como “[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 160) e sua apreensão é muito importante para a compreensão das relações de poder estabelecidas, historicamente, no espaço e no tempo. Assim, faz-se necessário explicar melhor como o autor compreende a categoria território e a territorialidade.

A territorialidade é assim expressa por Raffestin $T = \sum H r E$, onde H seria o indivíduo, o sujeito de uma dada coletividade; r uma relação particular definida a partir de uma forma e de um conteúdo e que carece de uma mediatização e E a exterioridade, ou seja, um lugar, um espaço abstrato, ou mesmo um sistema institucional, político ou cultural e a exterioridade (RAFFESTIN, 1993). Claro, esta territorialidade é dinâmica, pois, como afirma o autor, os elementos que a constituem, $H r E$, podem variar no tempo.

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Assim, quando não há simetria entre as partes, algo frequente no modo de produção capitalista, despontam os conflitos, fruto, naturalmente, dessa relação desigual de poder, de aferição de forças. A territorialidade, afirma Raffestin, aparece, nesse sentido, como uma constituição de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. Ela nasce no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Daí porque acreditamos ser uma

categoria explicativa para os conflitos/conflitualidades que se estabelecem no campo brasileiro e cubano.

Por fim, concordamos com Raffestin quando afirma que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, ou seja, que os indivíduos e as sociedades vivem e produzem ao mesmo tempo seus territórios, suas territorialidades e que elas se manifestam em todos os níveis e escalas espaciais e sociais; que são consubstanciais a todas as relações e que, de certa forma, é a "face vivida" do poder (RAFFESTIN, 1993). Com isso, queremos dizer que cada território, independentemente de sua escala, produzirá suas próprias territorialidades.

1.4 – Sobre a Categoria Modo de Produção

Consideramos, concordando com Colao (2006), que o modo de produção é a principal categoria do materialismo histórico-dialético. Para Marx (1982), ele está associado à forma de organização social de uma dada atividade econômica e envolve o processo de produção, circulação, distribuição, além da troca. A humanidade já conheceu, segundo Marx, diversos modos de produção. Cada um deles condiciona a vida social e política de uma dada sociedade. A esse fenômeno Marx vai chamar de formação social, ou seja, para ele, um modo de produção não existe, separadamente, da totalidade social. Isso porque,

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1859, p. 301).

A humanidade já passara, ao menos, pelos modos de produção primitivo, escravista, feudal, socialista e capitalista. Em todos os casos estão presentes, em maior ou menor intensidade, as forças produtivas e as relações de produção, como também o ser social, a consciência social, a arte, a ciência, os valores e a cultura de modo geral (COLAO, 2006). Ou seja, “[...] o ser humano como ser

social, político, econômico, como cidadão, como pessoa em desenvolvimento, em criação, em processo de transformação do mundo, da vida, da sociedade (COLAO, 2006, p. 146).

Assim, pode-se afirmar que

[...] o modo de produção se constitui da unidade dialética das forças produtivas e das relações de produção. As forças produtivas, que expressam a forma de apropriação da natureza e as relações de produção, que expressam a forma de distribuição do produto social, são dois elementos que se combinam articuladamente na unidade dialética do modo de produção. [...] A reprodução continuada das relações de produção e das forças produtivas, articuladas dialeticamente, constituem o modo de produção (VECCHIA, 2011, p. 11-12).

Em sintonia com a afirmação anterior, ou seja, que o modo de produção se constitui da unidade dialética das forças produtivas e das relações de produção, Colao (2006) afirma que as forças produtivas são efêmeras, ao passo que as relações de produção, que tem como base as relações de propriedade, são historicamente mais sólidas.

Por outro lado, continua,

[...] as relações de produção estão relacionadas também com a troca e a distribuição da produção. Na propriedade coletiva dos meios de produção as pessoas são iguais e a cooperação e emulação são fundamentais no processo de produção. Quando os meios de produção são de propriedade privada existem a competição e a submissão. Por isso [...] que Marx priorizava as relações de produção como responsáveis das mudanças progressivas que poderiam realizar os modos de produção (COLAO, 2006, p. 149).

No modo capitalista de produção os meios de produção estão nas mãos de uma minoria. Sendo assim, tudo aquilo que o ser humano produz, na condição de trabalhador, não lhe pertence. A produção, e até mesmo a força de trabalho, nesse modo de produção, torna-se uma mercadoria (COLAO, 2006). Citando o dicionário de filosofia, da Academia de Ciências da ex – URSS, Colao (2006) afirma que o modo de produção caracteriza um determinado tipo de produção daqueles meios necessários à vida dos seres humanos, como alimentos, roupas, habitação, instrumentos de produção, etc. Para o autor, o dicionário reconhece os aspectos fundamentais da vida social, política e espiritual da sociedade.

Avançando um pouco mais na discussão, Colao faz uma crítica ao grupo de autores que discutem o modo de produção a partir da infraestrutura e da superestrutura. Para ele, deve ser visto como “[...] uma realidade dialética onde todos os processos que nele se realizam estão em perpétuo movimento, tanto os que se concretizam na especificidade do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção como nos resultados que esse desenvolvimento origina (2006, p. 146). Afinal, para a autora os elementos considerados essenciais do modo de produção são as forças produtivas e as relações de produção.

É importante ressaltar que as relações sociais de produção estão sempre amparadas por uma estrutura jurídico - político, a exemplo do próprio Estado ou um conjunto de leis ou mesmo de um aparelho repressivo. O papel dessas estruturas é dar legitimidade e garantia da reprodução do modo de produção. Nesse sentido, pode-se afirmar que o modo de produção é um complexo determinado pela existência de ao menos três estruturas: a econômica, a jurídico-política, além da ideológica (BARROS, 2015).

Assim, “[...] a definição de um modo de produção depende, portanto, da análise da articulação específica das estruturas, sempre considerando a determinação em última instância pela estrutura econômica” (BARROS, 2015, p. 7). Mas, como assinala o autor, mais importante do que o que produz a humanidade, em dado momento da história, é como essa humanidade se organiza no processo de execução desta produção. Dito de outra maneira, “[...] para se compreender o conceito de modo de produção é preciso considerar [...] as relações específicas que são postas em movimento pelos humanos numa dada sociedade, com a intenção de produzir e reproduzir sua vida material (BARROS, 2015, p. 5).

É o modo de produção que dita, em geral, o comportamento da sociedade. Nesse sentido é preciso, ao se pensar duas realidades distintas quanto ao modo de produção, como é o caso das sociedades brasileira e cubana, levar em consideração suas particularidades. Os paradigmas da realidade agrária brasileira não coincidem, necessariamente, com os paradigmas cubanos, entretanto é possível seu uso também para explicação desta realidade, como afirma Fabrini (2011). Além disso é importante destacar que a renda da terra, no caso cubano a

renda de monopólio, se apresenta nas duas realidades. Assim, cabe, aqui, uma discussão acerca desta categoria que servirá de base para a compreensão de muitos aspectos levantados neste trabalho.

1.5 - Renda da Terra: categoria usada para subjugação camponesa

A renda da terra, forma de tributo pago aos proprietários de terras para que ela passe a produzir, é uma das manifestações mais perversas do capital em relação aos camponeses. Ela se configura num elemento distinto dentro dos modos de produção, pois, diferentemente de outras rendas derivadas do trabalho, descende da terra, ou seja, de um bem natural que, a rigor, não acumularia trabalho. No modo capitalista de produção é “[...] na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**” (OLIVEIRA, 2007, p. 43 – grifos no original).

Mas, não se trata apenas de uma renda particular, ou seja, que é cobrada somente de quem deseja trabalhar a terra diretamente, como acontece com a renda pré-capitalista, mas um tributo social pago pela sociedade inteira, já que ela vem embutida no preço de todos os produtos primários (PAULINO, 2012). Assim, o que parece ser ilógico é possível dentro da lógica contraditória do capital. Nesse sentido, ao passo que na agricultura

[...] a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo como as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que eles têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (PAULINO, 2012, p. 39/40).

É, pois, com a monopolização do território que se assegura a transferência dessa renda. Isso explica a lógica contraditória, sobretudo, no modo capitalista de produção (PAULINO, 2012). Essa integração, ou sujeição do camponês ao capital pela renda da terra, gera uma reprodução desigual, porém combinada, do capital. Assim, na ação dos camponeses, sitiados pela ação dos monopólios, se gesta o movimento contrário que leva à união desses trabalhadores enquanto classe (OLIVEIRA 1991), pois, ao tempo em que o capitalista se apropria da terra, extraindo dela sua renda, os camponeses criam novas formas de convívio com ela.

Isso ocorre porque a extração de mais-valia não constitui o fundamento da atividade camponesa. Na maioria das vezes o que se percebe é que a acumulação adquire outro sentido muito distinto das regras estabelecidas pelo capital monopolista. O que se vê, como já apontado também por PAULINO (2012), é a busca pelo retorno na forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família. Ou seja,

[...] à rigor, “[...] os meios de produção não representam para o campesinato uma forma de produzir lucros, mas um meio de garantir a subsistência e, eventualmente, alguma melhora na condição social” (BARTRA, 2011, p. 37).

Para os clássicos em geral, afirma Agüero (1996),

[...] renda da terra aparece porque as terras férteis e bem localizadas são escassas e de propriedade particular, e como a população está em contínuo crescimento tem que se cultivar sucessivamente terras marginais de maior custo de produção (trabalho). Assim, as terras melhor localizadas e de alta fertilidade terão, também, por diferença, altas rendas, e as terras mais longínquas e pobres não terão nenhuma renda. Neste sentido, a renda da terra não seria resultado do esforço humano, mas da escassez destes bens e do monopólio existente neles (p. 32-33)

Tomando Oliveira (1991) como referência, podemos compreender melhor a questão da renda da terra. Imaginem um fazendeiro que desenvolve uma pecuária voltada ao corte. Suponha-se que os seus pastos estão desgastados e precisam ser recuperados. Assim, o fazendeiro pode recorrer ao trabalho assalariado para arar, adubar e semear capim. Mas, nem sempre a relação assalariada ocorre. Às vezes ele arrenda o pasto aos camponeses sem-terra para que eles o melhorem. Este arrendamento pode se dá de várias formas, dentre elas a divisão da produção ou mesmo em dinheiro.

Temos no primeiro caso uma parceria, que implica pagamento da renda em produto e no segundo uma renda em dinheiro. De qualquer forma o que se tem é uma apropriação de uma relação não capitalista de produção para produzir capital. Isso foi possível através da renda da terra pré-capitalista, paga em produto ou dinheiro. Note-se que em nenhum dos casos houve salário para o trabalhador. No final das contas, o fazendeiro ficou não só com o pasto recuperado, mas com parte da produção ou do dinheiro do agricultor. Houve, assim, uma sujeição da renda da terra ao capital.

Portanto,

[...] o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

A origem da renda da terra está ligada diretamente ao fato de o capitalista poder, ao lado do lucro² usual, auferir um lucro extraordinário. Na agricultura esse lucro extraordinário vai ser resultado, dentre outras coisas, da fertilidade desigual das terras (KAUTSKY, 1980).

A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Sua forma menos desenvolvida, chamada por muitos de pré-capitalista em função de sua existência ter se dado antes do modo capitalista de produção, está ligada diretamente ao produto excedente. Ou seja, uma parcela da produção que é entregue pelo camponês ao proprietário da terra. Uma espécie de pagamento pelo uso das suas terras (OLIVEIRA, 2007).

Na indústria o preço da produção é derivado do lucro usual e da média das despesas necessárias à produção. Já na agricultura ocorre algo completamente diferente, o preço médio é determinado pelas condições necessárias à produção da pior propriedade e não daquela considerada melhor (KAUTSKY, 1980, p. 89). Assim, para uma melhor compreensão desta particularidade trataremos, aqui, da renda diferencial da terra.

Segundo OLIVEIRA (2007, p. 43) “[...] a renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo [...]” e

² Entende-se lucro como sendo a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta, após a dedução dos custos materiais de produção e os salários (CHAYANOV, 1981)

pode ser dividida em renda da terra diferencial I e renda da terra diferencial II. Ela continua a existir ainda que o solo seja nacionalizado. Neste sentido, nos ajuda a compreender a renda da terra em Cuba, apesar da nacionalização das terras após a planificação da sua economia.

A renda da terra diferencial I constitui-se naquela cuja característica principal é a independência do capital investido na produção, ou seja, está ligada diretamente às características dos solos e à sua localização. Assim, “[...] a desigualdade natural dos diferentes tipos de solos permite a aqueles que detêm os solos mais férteis, a possibilidade de auferirem renda da terra diferencial I de forma permanente, evidentemente, desde que este solo esteja produzindo” (OLIVEIRA, 2007, p. 45). Isso também poderá acontecer em relação à distância dos solos em relação aos mercados.

São duas as situações em que a localização das terras interfere na formação da renda diferencial I. A primeira decorre da elevação dos preços no mercado sem que o preço da produção individual tenha diminuído; a segunda se forma quando não ocorre uma alta de preços no mercado, mas, quando há, por outro lado, um aumento na eficiência dos meios de transportes (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, semelhante ao que ocorre em relação às características naturais dos solos, a localização também pode interferir. Nesse sentido, aqueles terrenos que estão localizados mais próximos do mercado possuem, em relação ao transporte, uma despesa menor. Isto ocorre em função de os preços serem regulados pelo "pior" terreno localizado e não pelo “melhor” (OLIVEIRA, 2007).

Por outro lado, diferentemente da renda da terra diferencial I, decorrente da diferença natural dos solos ou da sua localização, a renda diferencial II deriva do aumento da fertilidade, fruto de investimento de capital, ou seja, de melhorias artificiais no solo. Ela é, também, “[...] resultado da diferença entre o preço de produção no "pior" solo (que é o preço de produção geral) e o preço de produção particular” (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Essa leitura é importante não só pelo fato de no Brasil essa ser uma realidade muito presente no cotidiano dos camponeses que assistem, sem muito poder de intervenção, uma substantiva parte de sua produção ser dilapidada pela

renda da terra pelo pagamento, direto ou indireto, desta forma de tributo, como também por ter sido, no caso cubano, um dos elementos motivadores do processo revolucionário e das reformas agrárias dele decorrentes. Isso porque naquela ocasião mais da metade das terras cubanas estava sob domínio estrangeiro.

1.6 – Questão Agrária: uma categoria complexa, mas atual

A discussão em torno da questão agrária, e não poderia ser diferente, permeia todo o nosso trabalho. Entretanto fizemos, por considerarmos importante neste primeiro momento, uma introdução à temática. Isso irá facilitar a compreensão das discussões que se seguirão.

Na Sociologia, afirma Stedile (2011), esse conceito quase sempre é utilizado para as formas como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Já na História, para ajudar na explicação da evolução da luta política e de classes para o domínio e controle dos territórios pela posse da terra. Na Geografia, de modo geral, para analisar como a sociedade se apropria do bem natural que é a terra e como ocorre a ocupação humana do território.

Assim, trataremos a questão agrária, neste trabalho, como um conjunto complexo de problemas relacionados com o desenvolvimento desigual, porém combinado, da agropecuária (GIRARDI, 2008). Desigual e combinado por ampliar a riqueza, simultaneamente à pobreza, ou seja, um par dialético, logo contraditório, que garante a reprodução ampliada do capital. Ainda como “[...] um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade e o uso das terras [...]” (STEDILE, 2011, p. 15).

Manutenção do rentismo fundiário, ausência de uma política de reforma agrária efetiva, superexploração do trabalho, trabalho degradante, grilagem de terras, degradação socioambiental, lutas de resistência dos trabalhadores, além da concentração fundiária (RAMOS FILHO, 2008a) são alguns dos corolários da questão agrária. Centralização e controle estatal das decisões, uso de transgênicos, agrotóxicos e incentivos à grande produção, associada à

preferência e estímulo, por parte do Estado, a cultivos considerados estratégicos em detrimento da produção alimentar, uma elevada estatização das atividades agropecuárias, além da baixa produtividade do trabalho e dos meios e insegurança alimentar são alguns dos problemas que apontam para uma peculiar questão agrária cubana (PAZ, 2011a).

Diferentemente do que acredita Francisco de Oliveira, ao afirmar em entrevista para o livro *Revolução Brasileira e a Questão Agrária* de Caio Prado Junior (2014), que ela [a questão agrária] não tem nenhuma importância no Brasil de hoje, tendo em vista que o capitalismo já teria resolvido a questão agrícola, fato que por si só anularia sua perspectiva de existência, a nossa questão agrária não está e nunca foi resolvida. Ela

[...] está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “commodities”; nas teses, livros e relatórios. No dia a dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos que prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência (FERNANDES 2004, p. 4).

Mas,

[...] não obstante as evidências de uma grave crise social no campo, o pensamento conservador insiste em desconstruir a questão agrária. Nos teóricos mais apaixonados do novo ruralismo, tal esforço assume forma caricatural [...]. Mais do que expressão objetiva da realidade, a cruzada para a desconstrução da questão agrária constitui sintoma inequívoco do pânico da burguesia brasileira em relação às ameaças de rebelião latentes no campo (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p.190-191)

Muitos são os que têm defendido, para usar uma expressão de Stedile (2013), uma “desnecessidade” de reforma agrária. Para estes intelectuais essa ideia está superada, ultrapassada. Os argumentos mais usados são de que a

modernização tecnológica pode garantir o aumento da produção sem que se precise alterar a distribuição da propriedade da terra, ou seja, a mesma lógica da “modernização conservadora” muito usada entre as décadas de 1970 e 1980 (STEDILE, 2013) e que teve, dentre tantas consequências, não só o aumento da concentração e centralização da posse e uso da terra, como da apropriação privada de tantos outros recursos naturais como florestas, águas e minérios (CARVALHO, 2015)

Trata-se, na verdade, de uma crença, a nosso ver equivocada, de que o capitalismo agrário representado, sobretudo, pelo agronegócio, será a salvação de todos os males do campo e que a solução, portanto, não passa por uma reforma agrária. O capitalismo agrário, afirmam, “[...] resolveu, sem alterações estruturais, os problemas que a reforma agrária se propunha resolver” (SAMPAIO, 2013, p. 85). Para os teóricos desta perspectiva,

[...] a dinâmica da agricultura brasileira foi profundamente alterada nestes últimos dez anos, de modo que os problemas atuais da agricultura nada têm a ver com os do passado. Assim, o aumento da produção não virá mais do aumento da área cultivada, mas da intensificação da aplicação de capital e tecnologia. A agricultura moderna não necessita de um contingente numeroso de trabalhadores, de modo que manter artificialmente no campo uma população rural maior do que a necessária só pode causar perda de eficiência econômica (SAMPAIO, 2013, p. 86).

Nesse sentido, a discussão da questão agrária no contexto atual torna-se, ainda mais, complexa. Daí porque o próprio Stedile (2013, p. 16) afirmar que “[...] um dos elementos para se entender a questão agrária atual e os desafios para a reforma agrária é a nova configuração da disputa territorial em nível internacional”. Essa perspectiva, afirma, não restringe a terra apenas à sua dimensão econômica e produtiva, mas considera, também, como um território de produção da existência, da identidade, interpelações e pluralidade.

Por fim, reafirmando aqui algumas palavras de Sampaio (2013), a dinâmica do capitalismo agrário no Brasil constitui um obstáculo estrutural ao desenvolvimento pleno e harmonioso da nossa produção agrícola e da vida no campo. As relações econômicas, políticas e sociais, atualmente marcadas pela égide do capital, impõe uma lógica de reprodução que dificulta a possibilidade de superação da questão agrária.

Buscamos abordar, neste capítulo, acerca das categoria e conceitos que consideramos centrais para execução do nosso trabalho. O território fora definido como uma dimensão do poder, numa perspectiva que extrapola o espaço físico determinado, como um conjunto complexo de relações sociais de produção que se estabelece entre os homens. O modo de produção fora abordado como uma forma de organização social de uma dada atividade econômica e que envolve o processo de produção, circulação, distribuição, além da troca e que condiciona a vida social e política de uma dada sociedade. A renda da terra fora tratada como uma manifestação tributária paga por todos, direta ou indiretamente, aos proprietários de terras a fim de que estas passem a produzir.

Por fim procuramos abordar a questão agrária, visto aqui como um conjunto de complexos problemas relacionados com o desenvolvimento da agropecuária, bem como das lutas dos trabalhadores para sua superação. Essas lutas, “[...] são respostas a essas assíduas e históricas tentativas da burguesia de transformar, em todo o território nacional, os modos de produzir das populações rurais em empresas capitalistas” (CARVALHO, 2015, p. 5).

De posse destas teorias/categorias/conceitos, é possível uma melhor compreensão dos complexos e contraditórios problemas que envolvem os campos brasileiro e cubano. As contradições, inerentes ao capital ou mesmo aos regimes políticos mais fechados politicamente como no cas cubano, e que se manifestam no campo por exemplo através da renda terra, culminam numa questão agrária ou em graves problemas agrários que se manifestam no território.

O domínio desta ferramenta teórica permite descortinar as contradições e, dentro de certos limites, confrontar e intervir na realidade. Assim, cremos ser importante também uma discussão em torno de algumas obras que consideramos importantes para a ampliação do debate.

CAPÍTULO 02 – OBRAS IMPORTANTES PARA ANÁLISE E COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Buscamos, neste capítulo, uma aproximação teórico-conceitual com algumas obras que consideramos importantes para a compreensão teórica acerca da questão agrária. Reunimos, para tanto, leituras que nos permitem pensar a questão desde os clássicos da questão agrária a teóricos mais contemporâneos que possuem uma perspectiva contrária ou complementar. Procuramos, a título de síntese, ponderar elementos que atestem não só a permanência de uma questão agrária no Brasil como a existência de graves problemas agrários em Cuba.

A síntese, para além das considerações feitas ao final desta seção, estará presente nos demais capítulos e fecha seu ciclo nas considerações finais, momento em que apresentamos nossas impressões acerca da questão/problema agrário nos dois países. Assim, para consecução deste capítulo fizemos a opção por trabalhar *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1982); *A Questão Agrária* (Kautsky, 1980); *La Organización de La Unidad Económica Campesina* (Chayanov, 1974) e *La Clase Incómoda* (Shanin, 1983) como exemplos de obras que constroem a ideia de uma questão agrária e *O Paradigma do Capitalismo Agrário* (Abramovay, 2012) e *Sete Teses Sobre o Mundo Rural Brasileiro* (Navarro; Buainain; Alves; Silveira, 2013) como exemplos de correntes teóricas que sintetizam uma oposição a esse primeiro grupo.

2.1 – O modo de vida camponês, sua identidade de classe e o desenvolvimento do capitalismo na Rússia

A questão agrária como sendo estrutural, à medida que o capitalismo avança na agricultura, é o centro das análises do livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lênin, 1982). Neste clássico da questão agrária o autor advoga o fim do campesinato em função do processo de diferenciação, através do qual, os camponeses se proletarizam.

Isso ocorreria pela perda do domínio dos meios de produção que implicaria, inevitavelmente, na perda do controle do território (FELÍCIO, 2011). Em outras palavras sua economia natural seria substituída pela mercantil. Sua

pequena produção seria tomada pela grande. Seu modo de produção, baseado na relação familiar, seria substituído por relações mercantis empresariais. Assim haveria, nas palavras de Lênin (1982), uma *descamponização*. Na introdução, o tradutor João Paulo Netto deixa claro que para Lênin a ruína dos camponeses é condição necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que aprofunda os antagonismos já existentes no seio das comunidades camponesas (LÊNIN, 1982).

No prefácio à segunda edição, o autor discute o que para ele seria uma dualidade do campesinato, ou seja, faz uma análise do ponto de vista da situação e do papel dos camponeses. Assim, advoga, de um lado, que as raízes revolucionárias dos camponeses seriam explicadas pela sua origem ligada a uma economia de corveia, servidão e pauperização e, de outro, que a estrutura interna de classe, seu caráter pequeno-burguês e a tendência proprietária e proletária se manifestam claramente, no processo revolucionário, na natureza dos partidos e nas correntes político-ideológicas (LÊNIN, 1982).

Ao contestar a tese dos *populistas*, para quem “[...] a transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) - ou seja, pressupõe o seu empobrecimento”, Lênin refuta que

[...] a liberação de uma parte dos produtores dos meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por consequência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor – vale dizer ampliam o mercado interno (LÊNIN, 1982, p. 16).

Ou seja, Lênin faz a defesa de uma tese contrária aos populistas, a saber, a de que a ruína dos pequenos produtores, numa sociedade capitalista mercantil, significa a criação e não a redução do mercado interno. Nas suas palavras, “[...] o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 35).

Para justificar sua linha de argumentação, o autor vai analisar uma série de dados estatísticos acerca do campo russo. Uma das primeiras constatações a que chega é a de que a área semeada pelo grupo dos camponeses ricos, por superar o tamanho médio de uma propriedade que poderia ser mantida por uma família, poderia levar à contratação de mão-de-obra auxiliar, tomando forma de uma relação capitalista. Nesse sentido, para ele

[...] a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda e sólida. A mais profunda porque é no seu interior mesmo, sem nenhuma influência “artificial” e apesar das instituições que entravam os progressos do capitalismo, que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida porque é sobre a agricultura em geral e o campesinato em particular que pesam mais intensamente, é aí que ação transformadora do capitalismo (desenvolvimento das forças produtivas, transformações das relações sociais etc.) se manifesta mais lenta e mais gradualmente (LÊNIN, 1982, p. 113).

Nesse contexto, afirma, o campesinato não apenas se diferenciaria, mas, deixaria de existir, se destruiria, seria substituído por novos tipos de população rural. Esses novos tipos seriam a burguesia rural e o proletariado rural, ou seja, a classe dos produtores de mercadorias da agricultura e a dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1982).

Essa transformação ou *descamponização*, como ele prefere chamar, se daria mediante os elementos que Marx já havia sinalizado em *O Capital*, ou seja, através da *renda do pagamento em trabalho, em produtos* ou em *dinheiro*. Assim, faz uma crítica acirrada aos populistas para quem, segundo ele, o pagamento em trabalho seria o princípio da união dos produtores com os meios de produção. Nesse sentido, afirma que

[...] os procedimentos de todos esses raciocínios populistas são muito simples: basta esquecer que a entrega de terra ao camponês é uma das condições da economia baseada na corveia ou no pagamento em trabalho, basta abstrair o fato de que esse agricultor pretensamente “autônomo” é obrigado a pagar uma renda em trabalho, espécie ou dinheiro, para chegar-se à ideia “pura” da “ligação do produtor com os meios de produção” (LÊNIN, 1982, p. 136).

Avançando em suas análises, Lênin vai discutir o papel das máquinas na agricultura. Estas, a seu ver, evidenciam, com todas as suas contradições, as

principais características do modo capitalista de produção. Para ele, “[...] se, até hoje, a agricultura esteve quase completamente marginalizada do processo de desenvolvimento social, graças às máquinas a produtividade do trabalho agrícola atinge um nível extremamente elevado” (LÊNIN, 1982, p. 148). Mas, o uso de máquinas exige um grande investimento de capital, fato que torna acessível apenas aos grandes proprietários.

Além disso, o investimento em máquinas só se amortiza a partir de um imenso volume de produtos manufaturados, assim, a produção ampliada torna-se necessária (LÊNIN, 1982). Entretanto, produzir mais significa mais força de trabalho que, num modo de produção onde a realidade é de assalariados, significa mais gasto com salários. O que isso significa para os capitalistas? Corte de custos através do rebaixamento dos salários ou com o uso intensivo de máquinas que vai culminar, da mesma sorte, em um enorme exército de reserva e, conseqüente, rebaixamento dos valores salariais. Em resumo, a introdução de máquinas

[...] conduz à substituição do sistema de pagamento em trabalho pelo trabalho assalariado livre e à formação de estabelecimentos camponeses que empregam mão-de-obra assalariada. [Esse] emprego maciço de máquinas na agricultura implica a existência de um contingente de assalariados agrícolas. [E esse processo], paralelamente à introdução de máquinas, cruza-se com outro processo, ou seja, com a substituição dos operários assalariados pela máquina (LÊNIN, 1982, p. 149 – grifos nossos)

Ademais, o uso de máquinas significa, contraditoriamente, aumento da intensidade de trabalho dos trabalhadores, ou seja, ao invés de diminuir a intensidade de trabalho, o que contribuiria para uma melhor qualidade de vida, as máquinas, ao contrário, impulsionam a jornada de trabalho aparecendo, inclusive, a modalidade de trabalho noturno, algo novo na agricultura (LÊNIN, 1982). Nesse aspecto Lênin vai ser também muito incisivo na crítica aos populistas. Nas palavras dele,

[...] os populistas deram prova de uma extrema inconseqüência. Reconhecer que o emprego de máquinas possui um caráter vantajoso e progressista, defender todas as medidas destinadas a facilitar e a promover esse emprego sem admitir que, na agricultura russa, as máquinas são utilizadas de forma capitalista – é rebaixar-se ao ponto de vista dos grandes e pequenos proprietários fundiários (LÊNIN, 1982, p. 151).

O autor também dedicou uma considerável parte de sua obra à análise das migrações como um elemento de propulsão às vantagens econômicas, como um fenômeno progressista. Para defender esse ponto de vista, elenca alguns principais argumentos, a saber: a) as migrações oferecem vantagens econômicas aos operários porque se dirigem para os locais onde os salários são mais elevados e onde as vantagens na oferta de força de trabalho são maiores; b) [...] destroem as formas servis do pagamento em trabalho; c) [...] representam a possibilidade de a população adquirir mobilidade. Nas suas palavras, essa mobilidade impede que os camponeses “se cubram de musgos”. Defende, arduamente, que “[...] enquanto a população não tiver mobilidade, não pode ser desenvolvida” (LÊNIN, 1982, p. 161)

Essa perspectiva, veremos, também é defendida por teóricos contemporâneos que ao defenderem o uso de novas tecnologias argumentam que “a pouca mão-de-obra dispensada” será absorvida no meio urbano ou mesmo no campo em atividades diversas àquelas ligadas diretamente ao uso da terra. Seriam as “novas atividades rurais”. Entretanto, nem sempre ou quase nunca discutem os problemas enfrentados por estas populações ou mesmo os laços familiares, tradições e cultura que são perdidos quando as tecnologias os obrigam a migrarem.

Por fim, Lênin faz uma análise do processo de desenvolvimento do capitalismo na indústria russa. Passa a analisar o sistema de relações econômico-sociais neste setor da economia. Para tanto, aponta três fases distintas relativas ao desenvolvimento do capitalismo na indústria. A primeira caracterizada pela pequena produção mercantil, ou seja, pequenas indústrias camponesas. Para ele “[...] um regime pequeno-burguês típico, semelhante ao que encontramos quando analisamos a pequena agricultura” e que “[...] só podem ampliar-se, desenvolver-se e aperfeiçoar-se originando, de um lado, uma minoria de pequenos capitalistas, e, de outro, uma maioria de operários assalariados [...]” (LÊNIN, 1982, p. 229).

A segunda sendo representada pela manufatura capitalista e a terceira pela fábrica, ou seja, a indústria altamente mecanizada e marcada, sobretudo, pela grande divisão do trabalho.

As três formas básicas da indústria [...] se distinguem, primeiramente, por diferenças técnicas. A pequena produção mercantil se caracteriza por uma técnica extremamente primitiva, fundada no trabalho manual e inalterável quase desde tempos imemoriais. O produtor permanece um camponês, a quem a tradição capacitou para assimilar procedimentos de transformação de matérias-primas. Com a manufatura, surge a divisão do trabalho, que provoca importantíssimas transformações técnicas e converte o camponês em artesão, em “operário produtor de peças” (LÊNIN, 1982, p. 342)

Essa passagem, que marca a mudança da indústria camponesa, passando pela manufatura até uma forma superior de indústria de alta mecanização, afirma o autor, se dá a partir da formação de grandes oficinas criadas pela cooperação capitalista simples das pequenas produções dispersas. Essas oficinas capitalistas se distinguiriam das oficinas artesanais, sobretudo, pela quantidade de operários empregados. Dessa separação, entre indústria e agricultura, derivaria a desintegração do campesinato (LÊNIN, 1982) operado por duas vias distintas:

[...] a minoria rica cria empresas industriais, desenvolve-as, melhora a agricultura, emprega operários agrícolas, consagra à indústria uma parte progressivamente maior do ano e, quando a indústria chega até certo nível de desenvolvimento, estima que é mais lucrativo separar as empresas industriais das suas explorações agrícolas, cedendo estas últimas a outros membros da família ou vendendo as instalações, o gado etc., para se converter em pequenos burgueses ou comerciantes (LÊNIN, 1982, p. 242)

Por outro lado,

[...] a separação entre a indústria e a agricultura consiste em que os camponeses pobres se arruinam e se transformam em operários assalariados (da indústria artesanal e da agricultura). Nesse pólo [...] o que compele os camponeses a abandonarem tanto a terra quanto seu ofício independente não é o lucro propiciado pela pequena indústria, mas a sua ruína e a sua miséria (LÊNIN, 1982, p. 243)

Avançando na análise do desenvolvimento da indústria de alta mecanização na economia russa, Lênin continua sua discussão acerca da variável divisão do trabalho. Para ele, essa variável é indispensável para o pleno desenvolvimento da grande indústria mecanizada. Ou seja, “[...] só o desmembramento da produção numa série de operações puramente mecânicas e sumamente simples permite introduzir máquinas, que são inicialmente aplicadas

em operações mais simples e só pouco a pouco vão abrangendo operações mais complexas” (LÊNIN, 1982, p. 274).

É importante destacar que essa divisão do trabalho em geral [...] está relacionada diretamente à divisão territorial do trabalho, à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo (LÊNIN, 1982, p. 275), o que contribui não só para a dependência dos operários em relação à indústria, uma vez que ele se especializa em um único artigo ou até mesmo apenas numa parte deste artigo, como para formação de um grande exército de reserva.

Esse exército de desempregados “[...] disposto a aceitar qualquer forma de trabalho, torna-se uma das condições de existência e do desenvolvimento da grande indústria mecanizada” (LÊNIN, 1982, p. 342). Assim, em todas as indústrias examinadas, organizadas com base no modelo da manufatura, afirma, criou-se uma grande massa de operários dependentes e dominada pelo capital que recebe um salário, mas não possui nem matérias-primas nem produtos acabados (LÊNIN, 1982). Essa expropriação do camponês foi, por fim, necessária para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirma Lênin.

Enfim, na volúpia de sua reprodução ampliada o capital não mede esforços no sentido de aumentar a sua mais-valia. Para manter seu *status quo* não importa quantos camponeses ele terá que expropriar de suas terras, de seus costumes, da sua vida. Afinal, “[...] o capitalismo não pode existir nem se desenvolver sem estender sempre o âmbito do seu domínio, sem colonizar novos países, sem inserir no turbilhão da economia mundial velhos países não capitalistas [a exemplo de Cuba]” (LÊNIN, 1982, p. 372 – grifos nossos) e pessoas não alinhadas com sua forma de pensar a realidade social.

Isso porque, dada a própria natureza do capitalismo, o processo de transformação não ocorre de outra forma, senão motivando as desigualdades e contradições, ou seja, aos períodos de prosperidade sempre se sucedem crises, o desenvolvimento de um ramo da economia sempre provoca o declínio de outro (LÊNIN, 1982), e assim *ad aeternum* até que sua estrutura central seja quebrada e isso só será possível mediante uma ruptura nos moldes de uma revolução. É

preciso, para tanto, pensar a superação da questão agrária na perspectiva marxista, ou seja, enxergando as contradições.

Mas, pensar a questão agrária numa perspectiva marxista, dizia Kautsky (1980), não bastava saber se a pequena produção tinha ou não futuro na agricultura, era necessário, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por ela no decurso do regime de produção capitalista para, assim, propor uma superação.

Para ele, urgia pesquisar como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas de produção. É nesta perspectiva que ele escreve *A Questão Agrária*.

Estava claro para o autor que diferentemente da indústria a agricultura tem leis próprias que, muitas vezes, se chocam com a lógica capitalista de produção. Assim, apesar de estarem, contraditoriamente, inseridos no capitalismo, os camponeses, e as atividades por eles desenvolvidas, têm um dinamismo próprio que, muitas vezes, foge ao controle do capital. Essa é uma dimensão que deve ser considerada ao se contestar a tese de que os camponeses deixariam de existir.

Para o autor a família camponesa da Idade Média era uma sociedade econômica que se bastava, quase que por completo. Uma sociedade que produzia não só os gêneros alimentícios de que necessitavam, mas também suas casas, móveis e utensílios domésticos básicos. Eles próprios fabricavam a maioria das ferramentas que usavam no seu dia a dia e confeccionavam suas próprias roupas.

Quanto à relação com mercado, crítica recorrente no meio acadêmico, os camponeses não só vendem as sobras daquilo que produzem como compram o que necessitam. Da relação com o mercado retiram somente o que consideram supérfluo, não a sua existência (KAUTSKY, 1980). Trata-se, na verdade, de uma relação de valor de uso. Esses camponeses compunham uma sociedade que, para Kautsky, se bastava a si mesma e era indestrutível. Em suas palavras,

[...] o pior a lhe acontecer seria uma péssima colheita, um incêndio, a invasão de um exército inimigo. Mas mesmo esses golpes do acaso só constituíam um mal passageiro; não secavam as fontes da vida. Contra as colheitas infelizes o camponês se protegia as mais das vezes com as grandes provisões armazenadas; o gado lhe dava o leite e a carne; a floresta e o córrego pagavam, igualmente, seu tributo à alimentação. Na mata colhia ainda a madeira de que se utilizava para a construção de nova casa, depois de um incêndio (KAUTSKY, 1980, p. 29).

Os camponeses analisados por Kautsky desenvolviam, com os filhos, todo o trabalho da propriedade, geralmente herdada, e não pagavam renda, salário a nenhum senhor ou mesmo a subalterno. Eles comiam do próprio trigo, bebiam do próprio vinho e vestiam-se com sua própria lã. Pouco se preocupavam em relação ao mercado e jamais eram arruinados por suas revoluções (KAUTSKY, 1980).

Para o autor,

[...] pouco tempo era necessário para “[...] lançar à terra a semente que dentro de cem anos [seria] uma grande árvore, para cavar o aqueduto que [drenaria] para sempre o seu campo, para formar a bica que lhe [daria] uma corrente de água pura para melhorar através de cuidados repetidos, mas furtados a seus instantes perdidos, todas as espécies de animais e vegetais que o [cercavam]” (KAUTSKY, 1980, p. 30 – grifos nossos).

Assim, aquele camponês de Kautsky, que através de fossos de descarga atenuava as consequências dos verões muito úmidos, que através da irrigação reagia às secas excessivas ou que através da fumaça preservavam os vinhedos das geadas, com pequenas adequações seguiam resistindo.

Ou seja,

[...] el campesinado se involucra como un eslabón clave en esta compleja cadena, cuyos cambios, dinámicas y mecanismos de acción no le son indiferentes objetiva y subjetivamente. Entiendo la sociedad rural como una totalidad integrada por actores sociales heterogéneos, dadas sus diversas formas sociales de producción e intercambio, que se encuentran en una permanente sinergia, incluyendo las superestructuras correspondientes. La dialéctica resultante explica el carácter y las tendencias de la totalidad (ALBELO, 2005, p. 15).

É o próprio Kautsky quem vai apontar algumas mudanças/rupturas nas relações camponesas que podem nos indicar caminhos na crítica à questão agrária atual. Para ele, o pivô das mudanças foi a dissolução que a indústria e o

comércio determinaram no seu modo de vida. O desenvolvimento da indústria e do comércio produziu

[...] no meio urbano novas necessidades, as quais, da mesma maneira que os instrumentos novos aperfeiçoados, penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e tanto mais irresistível quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo – necessidades a que o meio rural não podia satisfazer (KAUTSKY, 1980, p. 30).

Essas mudanças, associadas ao avanço técnico, contribuía, até certo ponto, para um relativo esvaziamento do campo, para uma retração do círculo familiar e mudanças nas relações de produção. Seja por motivação militar, que arrastava os filhos dos camponeses para as cidades, seja pelas inovações técnicas que dispensavam mão-de-obra, ou mesmo em busca de melhores condições de vida, o fato é que muitos jovens migravam para as cidades e não voltavam.

Os que ficavam tinham que dobrar os esforços para manutenção da propriedade. Contudo, os esforços empreendidos não bastavam para suprir a força de trabalho dos que haviam partido. Urgia, portanto, o complemento de força auxiliar, de operários assalariados que seriam necessários somente durante o período de serviços mais duros e que poderiam ser dispensados tão logo não houvesse mais necessidade (KAUTSKY, 1980).

É possível transpor, no tempo e espaço, esse trecho da fala de Kautsky no sentido de refutar os argumentos atuais de que muitos camponeses se descaracterizam em função da contratação de mão – de – obra. Afinal, como sinaliza Bartra (2011) a ideia de camponês se fundamenta na condição de sujeito coletivo; na profunda relação terra-trabalho-família-comunidade; na produção fundamentalmente não capitalista e nas relações inter-humanas pautadas na solidariedade e no fazer-se classe. Nesse sentido, a simples contratação de mão-de-obra acessória não é, ou ao menos não deveria ser, um elemento para descaracterizar a condição camponesa.

Em Cuba, por exemplo, há muito casos em que na organização do trabalho há o emprego de mais mão-de-obra assalariada além da familiar, o que não significa dizer que nestes casos houve uma perda na condição primeira de ser

camponês. Para o Estado cubano e a própria Associação Nacional de Agricultores Pequenos, a ANAP, o conceito de campesinato envolve dimensões e princípios da sociedade revolucionária, bem como finalidades dos resultados da produção que devem ser levados em consideração, ainda que isso signifique, contraditoriamente, processos de aproximação das relações capitalistas dentro de uma sociedade planificada.

Para Kautsky a indústria capitalista, revestida de inquestionável superioridade técnica, contribuía para eliminar a indústria doméstica dos camponeses. E, quanto mais esse processo avançava, mais aumentava a necessidade de dinheiro por parte dos camponeses. Isso era necessário “[...] não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não [podia] mais lavrar a sua terra, não [podia] mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p. 31). É claro que, junto a isso crescia, também, a exploração da força de trabalho dos camponeses.

Nesse sentido,

[...] o único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-las ao mercado para a venda. Mas não era certamente para os artigos de sua indústria atrasada que ele mais depressa encontrava compradores, era para os que a indústria urbana não produzia. [...] O camponês caíra agora sob a dependência do mercado. [...] E justamente o que lhe fora antes uma bênção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita (KAUTSKY, 1980, p. 32).

Nesta relação, tanto mais sua produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, muito menos era possível se manter na forma tradicional de venda, ou seja, de venda direta aos consumidores. Assim, entra em cena a relação do atravessador entre os consumidores e os produtores. Ademais, as receitas dos camponeses não bastavam para sanar as necessidades de dinheiro, por isso “[...] não lhe [restava] outro recurso senão fazer uso do seu crédito, de dar a sua terra em hipoteca. Uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas [...] (KAUTSKY, 1980, p. 33). Estas formas de exploração

[...] não acarretam para o camponês apenas um mal passageiro. Podem arrancar-lhe o ganha – pão – a sua terra – e finalmente separá-lo inteiramente dela, para transformá-lo num proletário. [...] O desenvolvimento da indústria urbana lança [...] o germe de dissolução da família rural primitiva (KAUTSKY, 1980, p. 33).

Esse trecho da obra de Kautsky nos diz muito da realidade contemporânea, marcada por uma intensa dependência, ainda que contraditória, do camponês em relação ao capital. Ou seja, as antigas formas de vida, marcadas pela exploração rural quase que exclusivamente pela força de trabalho familiar, vai sendo substituída, nos modelos de empresas agrícolas, por operários contratados que, sob o comando do proprietário, trabalham na lavoura, cuidam do gado, fazem a colheita (KAUTSKY, 1980).

Aos poucos os camponeses são coagidos a se inserir numa engrenagem capitalista cujo interesse é de explorar ao máximo a força de trabalho, donde deriva a maior parcela de seus lucros. Esse antagonismo, que põe de um lado explorador e de outro explorado, penetra no lar do camponês e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses (KAUTSKY, 1980).

Assim,

[...] em algumas décadas a agricultura - a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho, que durante milhares de anos não realizara progressos sensíveis e permanecera às vezes séculos sem efetuar mesmo nenhum - tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária das formas de exploração moderna. Mas à medida que se transformava, deixava de ser um ofício, cuja rotina se transmite de pai a filhos, para tomar a amplitude de uma ciência, ou antes, um sistema de ciências, que diariamente alarga o campo de suas investigações e o horizonte de seus conhecimentos teóricos (KAUTSKY, 1980, p. 73).

Kautsky defendia que para que a agricultura pudesse progredir e participar dos melhoramentos técnicos e econômicos carecia de muito dinheiro, que a exploração agrícola moderna seria impossível sem ele. Afirmava, à época, que o fracasso da indústria camponesa, responsável pela produção dos gêneros necessários à sobrevivência dos lavradores, teria forçado os pequenos proprietários a um trabalho acessório. Assim, eles passavam a enfrentar suas necessidades de dinheiro vendendo não só o excesso dos seus produtos, mas, sobretudo, o seu excesso de tempo (KAUTSKY, 1980).

Não muito distante desta realidade, os trabalhadores do campo têm buscado como alternativa de sobrevivência às imposições do capital, nos dias atuais, não só a prática de outras atividades no campo como alterado sua forma de lidar com a própria agricultura, como por exemplo atividades diversas daquelas de origem ligadas à terra. Assim, muitos intelectuais defendem a tese de que eles estariam sofrendo uma metamorfose, mas não ampliam o debate para além das contradições do momento em que vivem estes camponeses. A análise é, pois, mais complexa do que aquela apresentada. Não se trata somente uma relação causa-consequência.

Em *A Organização da Unidade Econômica Camponesa* (CHAYANOV, 1974) o autor faz uma análise das relações de produção da Rússia do início do século XX. Para ele, o costume de se pensar todos os fenômenos econômicos pelas lentes da economia capitalista (CHAYANOV, 1991) acaba por tratar os demais [leia-se não capitalistas] como insignificantes, em extinção e sem interesse teórico algum.

Para o autor, ao se considerar o predomínio do capital financeiro e mercantil do comércio mundial até se poderia aceitar a última tese. Entretanto, afirma,

[...] não poderemos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada (CHAYANOV, 1991, p. 133-134).

Opondo-se às ideias de Kautsky, defende a permanência camponesa e seu modo de vida sem que haja, necessariamente, uma relação de concordância com o modo capitalista de produção, ou seja, sem que o fim seja o lucro, a ganância, a individualidade. Nos seus estudos, Chayanov empreendeu uma série de preocupações acerca da organização produtiva dos camponeses. Defendia que o uso de novos recursos técnicos e econômicos seria viável à transformação das suas condições de vida, mas que as inovações não poderiam ser introduzidas eficazmente se não fosse levado em conta o nível de racionalidade econômica próprio das explorações agrárias.

Assim, vai propor uma teoria cujo pressuposto seja de que a economia camponesa não é, tipicamente, capitalista, que o mais importante a ser perseguido é o balanço entre a satisfação e a penosidade familiar na exploração da força de trabalho/produção, uma teoria particular sobre a unidade econômica dos camponeses (CHAYANOV, 1974).

A questão proposta era, então, pensar a modernização técnica e econômica sem que houvesse uma inserção nos moldes capitalistas de produção. Para isso era preciso ir além dos dados estatísticos até então propostos para se pensar a lógica de produção. Em outras palavras, era “[...] necesaria una herramienta analítica que no fuera una mera derivación de la contabilidad capitalista” (CHAYANOV, 1974, p. 9). Para ele, “[...] es imposible evaluar en términos monetários el valor del trabajo de la familia campesina y que este tipo de cálculo, que puede ser válido desde del punto de vista de la economía nacional, carece de sentido desde la perspectiva de los productores” (CHAYANOV, 1974, p. 9).

Ademais, é preciso lembrar que a forma ampliada D-M-D’ (dinheiro – mercadoria – dinheiro), presente no comportamento do modo capitalista de produção difere, substancialmente, da lógica de produção camponesa, representado em M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria). Ou seja, nesta última perspectiva não há uma preocupação com a geração de lucro, mas com a retroalimentação das mercadorias dentro do processo. Dito de outra maneira, na racionalidade capitalista há um complexo sistema de categorias econômicas que são inseparáveis (preço, capital, salário, juros, renda, etc) e que se apenas um for retirado, o sistema todo colapsa (CHAYANOV, 1991).

Nesse sentido, “[...] não se pode aplicar em seu significado habitual qualquer das categorias econômicas acima mencionadas a uma estrutura econômica que não possua a categoria preço” (CHAYANOV, 1991), ou seja, em unidades baseadas na economia natural e que servem tão somente para satisfazer as necessidades familiares (CHAYANOV, 1991).

Assim, para podermos relacionar o mais fielmente possível, a inevitável produção camponesa com a reprodução do capital havemos de optar por um dos

dois seguintes caminhos, conforme sinaliza Bartra (2011): ou partimos do capital numa perspectiva de totalidade para mostrar a economia camponesa como resultado ou numa outra perspectiva consideramos o trabalho camponês como o ponto de partida para só então chegarmos ao capital como resultado.

Como historicamente as relações camponesas antecedem a estruturação do capitalismo, consideramos mais apropriado partir da segunda propositura. Nesse sentido, pensamos a produção camponesa como o marco inicial do processo produtivo, apesar das contradições que ao longo do tempo foram se estabelecendo junto a esta classe social, fruto da própria consolidação do capitalismo.

O autor se utiliza de “[...] la hipótese del balance subjetivo entre trabajo y consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina” (CHAYANOV, 1974, p. 38). Alguns estudiosos, afirma o autor, fazem críticas e interpretam essa teoria [balanço trabalho/consumo] como uma romântica pintura do camponês russo semelhante aos murais camponeses da França que viviam felizes com tudo e como os pássaros no céu.

Mas,

[...] por nuestra parte, no tenemos tal idea y nos inclinamos a creer que ningún campesino rechazaría un buen asado, o un [...] paquete de acciones de la Compañía Shell, si se le diera la ocasión [...] desgraciadamente, tales ocasiones no se presentan en abundancia y la familia campesina se gana [...] mediante su trabajo duro e intenso. Y en estas circunstancias tienen que arreglárselas no sólo sin acciones [...], sino a veces hasta sin asado (CHAYANOV, 1974, p. 40).

Para analisar a produtividade anual do trabalho camponês, o autor propõe a distinção entre *produto bruto* e *produto líquido* do trabalho, entendendo o primeiro como sendo o total de ingressos na família ao longo de um ano, seja proveniente da agricultura ou de outras aplicações a partir de sua força de trabalho na agricultura, artesanato ou atividades comerciais e o segundo como sendo a parte que sobra do produto bruto depois de cobrir todas as despesas gerais.

Assim, analisando dados de produtividade de trabalho junto a algumas unidades camponesas russas, Chayanov vai chegar a conclusões interessantes: primeiro que do total de dias de trabalho no ano os camponeses empregam, na agricultura, uma proporção relativamente pequena de seu trabalho, algo em torno de 25% a 40%.

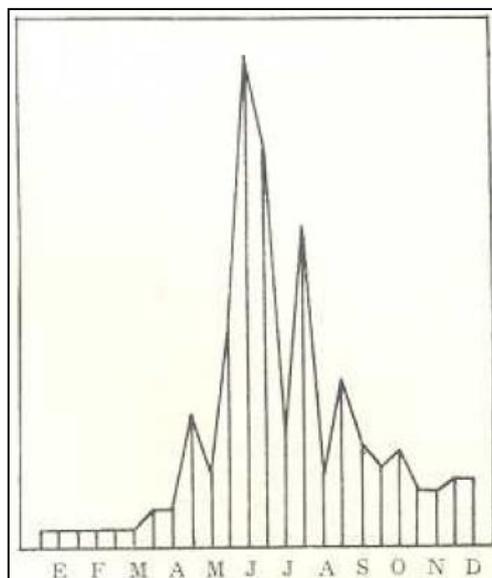
Mesmo considerando a aplicação da força de trabalho em outras atividades, o percentual, em geral, não ultrapassa os 50%, ou seja, ocorre aqui outra lógica de trabalho que não a capitalista. A relação com a natureza, com a família, etc. se diferenciam muitíssimo, por exemplo, da relação do operário urbano com a indústria.

En contraste con la industria, donde los procesos de trabajo no se relacionan con ningún momento del día ni del año, una gran parte del proceso agrícola es de naturaleza exclusivamente estacional y algunos aspectos necesitan condiciones climáticas particularmente favorables que no siempre se presentan (CHAYANOV, 1974, p. 75).

É justamente por isso que a intensidade de trabalho na agricultura (figura 01) apresenta uma evolução irregular ao longo do ano. Claro, deve-se considerar, também, que cada unidade difere da outra. Mas, em geral períodos de semeadura, colheita ou períodos marcados por secas, cheias, etc. exigem graus diferenciados de uso de mão – de – obra, logo a distribuição será, inevitavelmente, diferenciada (CHAYANOV, 1974).

É justamente essa irregularidade que, muitas vezes, obriga o camponês a vender, em um período do ano, sua força de trabalho. Primeiro por estar livre e decidir complementar a renda; segundo, pela própria necessidade de fugir do ócio, uma vez que é da natureza do camponês o trabalho constante, uma “auto-exploração” que não deve ser tratada, pejorativamente, como fazem alguns teóricos contemporâneos. O que se pretende dizer com isso é que a lógica camponesa é outra. Não se pode simplesmente julgá-lo pelo comportamento diferenciado em relação às práticas capitalistas.

FIGURA 01 – INTENSIDADE DE CONSUMO DA FORÇA DE TRABALHO NA UNIDADE ECONÔMICA CAMPONESA.



Fonte: Chayanov (1974).

Mas, além dos elementos naturais, comuns a quase todas as unidades camponesas, com pequenas variações, quais outros fatores interferem no comportamento camponês? De um lado, afirma o autor, estão os fatores que residem na própria estrutura interna da família, especialmente a pressão pelas necessidades de consumo; de outro, as próprias condições de produção que determinam o nível de produtividade da força de trabalho (CHAYANOV, 1974).

Assim, quanto maiores forem as necessidades de consumo da família, conclui o autor, maiores serão os desprendimentos de força de trabalho destes camponeses. Em outras palavras, “[...] la relación consumidor/trabajador determina el grado de <autoexplotación> del trabajo familiar [...]” como também afirma Shanin (1983, p. 153).

Essa auto - exploração depende

[...] en mayor grado del peso que ejercen sobre el trabajador las necesidades de consumo de su familia. La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en este caso con tanta fuerza que en una serie de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su producción en estricta concordância con el número creciente de consumidores. [Assim,] el volumen de la actividad de la familia depende totalmente

del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores (CHAYANOV, 1974, p. 81).

Segundo Chayanov (2011), na relação camponesa trabalho/satisfação familiar, enquanto não se atingir o equilíbrio entre penosidade do trabalho e esta satisfação eles não medirão esforços no sentido de continuarem suas atividades. Da mesma forma, ao perceberem que as necessidades foram atendidas, não demonstrarão interesse algum na continuidade do trabalho.

Como se vê, uma outra lógica. Em outras palavras, “[...] podemos afirmar positivamente que el grado de autoexplotación de la fuerza de trabajo se establece por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y la del peso del trabajo (CHAYANOV, 1974, p. 84).

A família camponesa, diz o autor, busca cobrir suas necessidades da maneira mais fácil e, para isso, pondera os meios efetivos de produção ou qualquer outro meio do qual possa se apropriar e aplicar sua força de trabalho. É comum, inclusive, que essa família deixe de utilizar a terra e os meios de produção que eles dispõem caso outras formas de trabalho lhes proporcionem condições mais vantajosas naquele dado momento do ano (CHAYANOV, 1974, p. 84).

Ademais,

[...] la unidad económica campesina, con un mínimo de tierra cultivable y de medios de producción, tiene un estímulo para desarrollarlos hasta el nivel óptimo y que, de acuerdo con su capacidad, lleva a cabo la expansión siempre que, por supuesto, la situación del mercado agrícola permita obtener beneficios que no sean inferiores a los beneficios por actividades artesanales o comerciales (CHAYANOV, 1974, p. 125).

Para Chayanov qualquer unidade agrícola, incluída aí a camponesa, aspira o máximo de ingressos. A diferença é que numa unidade econômica baseada no trabalho assalariado a tendência de expansão é limitada pela disponibilidade de capital, mas que se este aumenta ela também aumenta infinitamente. Já no caso das unidades camponesas, a tendência é limitada pela força de trabalho [que é familiar] e pelo cansaço, quando o trabalho aumenta forçadamente (CHAYANOV, 1974).

O grande problema, nos parece, é a tentativa de muitos teóricos em querer enquadrar a lógica de reprodução camponesa em um modelo racional capitalista. Mas, como afirmamos anteriormente, eles possuem uma lógica própria, uma outra racionalidade econômica.

Nesse sentido, ao se falar de uma unidade econômica camponesa

[...] no necesitamos pensar en la naturaleza de su plan organizativo como en una estructura consciente, transcrita con todas sus tablas y mapas [...]. Es igualmente indudable, sin embargo, que así como el Jourdain de Molière había estado hablando en prosa durante 40 años sin saberlo, nuestro campesino ha estado manejando su granja durante cientos de años según planes definidos, de existencia objetiva, sin reconocerlas quizá por completo subjetivamente (CHAYANOV , 1974, p. 133).

Essa lógica se aplica também ao capital. Ou seja, além de diferir, substancialmente, da lógica de produção capitalista no que tange às relações de trabalho e produção, o modo de produção camponês também difere quanto ao trato com o capital. Nas unidades econômicas camponesas, afirma o autor, “[...] el capital como tal está sujeto a otras leyes de circulación y ocupa un lugar diferente de su composición al que ocupa en las empresas capitalistas” (CHAYANOV, 1974, p. 230).

Mediante o incremento na intensidade da força de trabalho, por exemplo, a família camponesa com o mesmo capital pode aumentar, consideravelmente, o volume de sua atividade e também seu ingresso bruto às custas da redução na remuneração por unidade doméstica de trabalho e do benefício líquido (CHAYANOV, 1974). Em síntese, “[...] la circulación del capital se produce en ella [propriedade camponesa] de manera diferente a la forma en que se da en la empresa capitalista [...] (idem, p. 260).

Apesar das constatações acerca do modo, muito particular, de produção camponesa e das contundentes afirmações acerca desse caráter por Chayanov, muitos críticos, em sua época e ainda hoje, não lhes pouparam/poupam críticas à sua denominação de unidades econômicas camponesas. Para eles, estas unidades (por comprar e vender mercadorias e estarem sujeitas, até certo ponto, às oscilações do mercado ou mesmo por usar, ainda que em períodos específicos

do ano, mão – de - obra contratada) deveriam ser chamadas de unidades de exploração capitalistas.

A estas críticas o autor responde dizendo que

[...] si hemos contrapuesto con particular insistencia, y seguimos haciéndolo [...], lo hacemos en el nivel de la organización y de la producción: la explotación doméstica en contraste con la explotación basada en el trabajo asalariado. En este sentido hay dos maquinarias económicas completamente distintas que reaccionan de modo diferente ante los mismos factores económicos. [...] Sin embargo, en relación con el sistema económico nacional, las dos son en la actualidad elementos del mismo sistema, cuyo pulso sienten ambas aunque de modo distinto (CHAYANOV, 1974, p. 265-266).

Ademais o que se tem, e trataremos disso em momento oportuno, é uma convivência, ainda que contraditória, do campesinato com o capitalismo. Assim, é preciso destacar que

[...] ao entrar no mercado, o produto camponês não pode ser diferenciado de qualquer outra mercadoria produzida em condições capitalistas, o que não quer dizer que essa realidade econômica que se produz no contexto de circulação tenha, no caso específico do camponês, uma correspondência direta com a realidade de seu processo individual de produção (BARTRA, 2011, p. 31)

Ou seja, a unidade econômica camponesa “[...] tiene muy poco en cuenta la tasa de interés del capital existente en el mercado, no sólo en lo que respecta al capital para mejoras sino en general para todos los usos del capital (CHAYANOV, 1974, p. 283). O problema consiste, nesse sentido, em “[...] como está formado dicho sistema económico, al cual convenimos en llamar capitalista debido a la hegemonia de las relaciones capitalistas (idem, p. 266).

O que se deve levar em consideração é que o camponês possui um modo muito particular, apesar das contradições em viver muitas vezes por dentro da engrenagem do capital, de vivenciar a realidade. Trata-se de um modo de vida e de uma consciência de classe que não nos permite, com licença da metáfora, os medir com a mesma régua que medimos outras categorias. Essa é uma perspectiva tratada por Shanin.

A obra *A Classe Incômoda* (SHANIN, 1983) é indispensável para uma melhor compreensão dos camponeses enquanto classe. Pensando a realidade socioespacial dos camponeses russos, no início do século XX, Shanin faz uma análise que, apesar do tempo, continua atual para a compreensão dessa categoria tão complexa e alvo de inúmeras discussões no meio acadêmico. Tal qual fizemos com as obras anteriores, tentaremos resumir as ideias centrais do texto a fim de reforçar nossas análises em torno da questão agrária.

Ao longo do livro, o autor analisa a concepção e a dinâmica básica de uma sociedade camponesa e refuta a crença defendida por inúmeros intelectuais de que o inevitável processo de avanço econômico, com divisão do trabalho, estabelecimento de relações de mercado, acumulação de capital e diversificação social culminaria no desaparecimento das sociedades camponesas.

La perspectiva política era que el campesinado se descompondría en nuevas clases rurales típicas de la sociedad capitalista (agricultores capitalistas, trabajadores asalariados, etc.), lo que desembocaría en una creciente toma de consciencia, cohesión y tendencia hacia la acción política en apoyo de sus propios intereses (SHANIN, 1983, p. 18).

Contudo, a história rural, transcorrida na primeira metade do século passado na Rússia, atestaria que os prognósticos não se confirmariam. Ou seja, “[...] a pesar de la aparente diferenciación y de los procesos de polarización, las aldeas rurales rusas siguieron mostrando una notable cohesión política y unidad de acción” (SHANIN, 1983, p. 18). Os camponeses continuaram resistindo e se (re)criando, contraditoriamente, por dentro do capitalismo, aproveitando-se dos meandros de suas próprias contradições.

Nesse sentido, a tese central do trabalho de Shanin é que “[...] las pautas de movilidad socioeconômica peculiares y características de la sociedad campesina condujeron a cambios significativos en el modo en que la diferenciación real y los procesos de polarización afectaron a la acción y consciencia políticas del campesinato ruso [...]” (SHANIN, 1983, p. 20), sem, contudo, desarticular ou desintegrá-los. Entretanto, vários problemas persistiam.

A pobreza russa era, em grande medida, afirma Shanin, a pobreza camponesa. Ainda naquele ano [1913] a agricultura ocupava mais de dois terços

da população ativa, mas sua contribuição para formação da renda nacional não passava de 50%. Além disso, o rendimento das parcelas distribuídas entre os camponeses era mais baixo que os das terras em regime de propriedade privada e os artigos artesanais, produzidos sobretudo pelos camponeses, estavam em nítida desvantagem econômica quando comparados aos industrializados que eram oferecidos a preços mais competitivos (SHANIN, 1983). Assim,

[...] la economía campesina rusa se vio influida de forma notable no sólo por el impacto del proceso cumulativo de sus desventajas económicas, sino también por la relación de poder entre el campesinado y el resto de las fuerzas sociales, por la política económica del país con respecto a aspectos tales como sistema de tenencia de la tierra, política estatal, etc.. [...] En 1913, las rentas e impuestos pagados por las unidades domésticas campesinas se estimaron en un 18 por 100 de la renta global. Ello forzaba al sector campesino a vender la mayor parte de su producción – en una época caracterizada por un nivel de alimentación insuficiente e incluso de verdadera hambre (SHANIN, 1983, p. 46/47).

Mas, apesar das condições adversas em que viviam, foram eles [os camponeses] os convocados a formarem a fila de defensores do regime então existente das ameaças internas e externas. Nesse sentido, a história se repete, ou seja, os camponeses continuam sendo, como já foram em outros momentos, protagonistas das históricas revoluções, apesar da sua notável exploração ao longo do tempo e em diversos espaços. Em Cuba, no momento da revolução de 1959, foram eles [os camponeses] que formaram, juntamente com os operários das fábricas e intelectuais, o exército que comandado por Fidel tomara o poder e derrubaria o governo de Batista.

No Brasil, têm sido os camponeses que nas últimas décadas têm obrigado o governo a recuar em diversas medidas. Os movimentos socioterritoriais em defesa da terra, de reforma agrária e da qualidade de vida dos camponeses tem sido a prova de que é possível resistir. Acreditamos que essa resistência se dá, sobretudo, pela compreensão camponesa enquanto classe social.

Mas, a definição operativa de classe, afirma Shanin, constitui um dos problemas mais complexos das ciências sociais contemporâneas. E, quando o estudo se refere ao campesinato a situação se complica ainda mais (SHANIN, 1983). Para ele, o campesinato constitui

[...] una estructura social específica en forma de características de clase, unidades básicas de interacción, instituciones sociales y pautas de percepción típicas. Representaba una <forma de vida> específica, una especie de <organización del género humano>; en forma más general, operaba como un <sistema social permanentemente ordenado, perpetuando su propia estructura [...] (SHANIN, 1983, p. 50).

Este poder de organização e resistência é uma característica “[...] de la estructura social campesina [e] se manifestó repetidamente, desafiando una serie de reformas, legislaciones e incluso revoluciones (SHANIN, 1983, p. 52). E, como “[...] el campesinado ruso [...] representaba la parte más grande, pobre y explotada de la población, constituía una formación social de una extraordinaria capacidad de persistência” (SHANIN, 1983, p. 53).

Assim,

[...] el dualismo político mostrado durante la revolución de 1905-7 se repitió en gran medida en el período 1917-21 de la revolución y la guerra civil. A éste le siguió un dualismo de poder en el campo, produciéndose una confrontación entre las comunas campesinas y la burocracia local, acampadas ambas en sus respectivos <mundos> (SHANIN, 1983, p. 52/53)

Esse dualismo se fortaleceu, principalmente, pelas medidas adotadas pelo governo russo a fim de implementar o processo de industrialização. Contudo, afirma Shanin, levar à cabo uma política de industrialização requeria abordar, ao mesmo tempo, problemas ligados diretamente ao campesinato, a saber:

[...] en primer lugar, debía producirse una disolución, al menos parcial, de la estructura social típica campesina y una creciente integración de sus miembros en la vida del país [...]. En segundo lugar, una política de industrialización se vería obligada a reducir, al menos en forma parcial, la importancia de la agricultura por medio de la inversión de los excedentes agrícolas en la formación de capital industrial. En tercer lugar, llevar esto a cabo significaría la supresión política y controle, o al menos neutralización, del campesinado, lo cual sumiría a éste en su crisis más aguda (SHANIN, 1983, p. 53).

Mas, voltemos à análise da constituição do núcleo central camponês. Para Shanin, as unidades domésticas constituem o núcleo central da sociedade camponesa. Sua natureza “[...] parece constituir la característica más significativa del campesinado como fenómeno social específico, siendo a su vez el origen de las características genéricas mostradas por el campesinado de todo el mundo”

(SHANIN, 1983, p. 54). Caracteriza-se, ademais, por uma total integração da vida da família com a exploração agrícola. Assim, a família realiza o trabalho necessário à produção agrícola, cuja produção está, quase sempre, voltada à satisfação das necessidades básicas e a pagar os impostos devidos (SHANIN, 1983).

La unidad doméstica campesina [opera] como una unidad de organización social de gran cohesión, con divisiones básicas de trabajo, autoridad y prestigio sobre líneas familiares establecidas. Generalmente, el jefe era el padre de familia o su miembro más antiguo. [...] La principal actividad productiva de una unidad doméstica campesina estaba constituida por los denodados esfuerzos de sus miembros en alcanzar sus objetivos – alimentar a la familia y pagar tributos e impuestos (SHANIN, 1983, p. 55/56).

A divisão do trabalho, prestígio e poder, direitos e deveres também são pensadas a partir do núcleo familiar. Assim, “[...] las funciones sociales y la autoridad de cada individuo constituían en general atributos derivados del sexo, edad y posición dentro de la familia (SHANIN, 1983, p. 243). Contudo, duas categorias não desfrutavam, ao menos até o pós-guerra e a revolução, das mesmas condições de igualdade: as mulheres e os jovens do sexo masculino. Mas, “[...] la guerra y la revolución proporcionaron un fuerte revés a estos lazos tradicionales, que hasta entonces habían estado profundamente enraizados en la vida familiar rural (SHANIN, 1983, p. 243).

As mulheres, afirma o autor, assumem uma carga pesada de trabalho e responsabilidades, tendo a seus cuidados a parcela de terra que cercava a casa da família, o jardim e os animais domésticos, além de ajudar no plantio, na colheita, cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos (SHANIN, 1983). A esposa, se por acaso ficasse viúva, poderia adquirir maiores direitos. A guerra iria mudar, substancialmente, esse quadro na medida em que a ida dos chefes de família aos campos de batalha, às vezes por anos, outorgava às mulheres maiores responsabilidades. Em muitos casos essa posição se tornava definitiva em função da morte, em combate, dos seus companheiros.

Más tarde la ley soviética estableció la igualdad legal para las mujeres: el derecho a participar en las asambleas comunales, a compartir la propiedad familiar, etc. [...]. Esta emancipación se reflejo también en una ola de reparticiones de tierra que, en

muchos casos, formaban parte de arreglos entre divorciados (SHANIN, 1983, p. 244).

Quanto aos jovens em idade militar, esse constituía, de um lado, por um avanço significativo quanto à emancipação, mas de outro num sério problema migratório. Ou seja, ao sair para servirem às forças armadas, dificilmente esses jovens retornavam ao campo. Assim, o potencial de adequar-se às inovações, característica típica das pessoas mais jovens, foi sendo, aos poucos, perdido pela comunidade camponesa russa. Nesse sentido, “[...] a emigración selectiva de los más capaces (para integrarse en el sistema educativo, en la administración, etc.) privó a la juventud rural de sus líderes potenciales” (SHANIN, 1983, p. 245).

Acrescente-se a todas essas características, o fato de, geralmente, se praticar nas unidades domésticas camponesas uma grande diversidade de produtos agropecuários. Há uma preocupação constante no núcleo camponês em se manter a diversidade na produção. Essa prática dá mais tranquilidade quanto às oscilações e inconstâncias de ordem natural e econômica.

Outra característica marcante, descrita por Shanin e que também é típica do modo de vida dos camponeses contemporâneos é a predisposição dos camponeses em ampliar, significativamente, a auto-exploração da força de trabalho quando as necessidades da família aumentam. Essa característica do modo de vida camponês é muito contestada pelos defensores da agricultura capitalista por não compreenderem que a lógica camponesa não é a lógica do capital. Ou seja,

[...] o processo camponês de produção, em um sentido estrito ou imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital (BARTRA, 2011, p. 13)

Não percebem, na verdade, que os conceitos fundamentais da economia clássica não servem muito para dar uma explicação razoável à lógica econômica camponesa (SHANIN, 1983). Afinal, afirma o autor, o suposto “comportamento irracional” do camponês possui uma lógica própria dentro do sistema de organização e valores sociais.

Por ejemplo, el fenómeno de la partición, que podía conducir a una disminución de la productividad en las unidades domésticas recién creadas, tenía sentido en tanto en cuanto se valoraba más la independencia y prestigio conseguidos por el jefe de la nueva unidad doméstica que el éxito económico y las ganancias (SHANIN, 1983, p. 69).

O problema é que a história econômica do ocidente defende a tese que o capitalismo é necessário para assegurar a acumulação de capital, a racionalização da produção e a industrialização. Essa etapa vem acompanhada, inevitavelmente, por uma maior divisão social do trabalho, desenvolvimento das relações de mercado, da economia monetária, do trabalho assalariado e da desintegração da economia natural (SHANIN, 1983). Assim,

[...] para la mayoría de la población rural rusa esto implicaría la disolución del campesinado tradicional [en] productores capitalistas por una parte, y una población rural sin tierra y unos trabajadores asalariados en enclaves urbanos por otra (SHANIN, 1983, p. 76).

Esse processo era denominado por intelectuais, sobretudo por marxistas ortodoxos, de “*diferenciação*”. Um eufemismo que significava, para eles, em realidade, um processo de desintegração que haveria de criar uma classe responsável por dominar e assegurar um futuro melhor para a sociedade russa. Mas, contrariamente, os *populistas*, grupo muito criticado por Lênin em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, defendia uma grande coesão do campesinato suficiente, afirma Shanin, para fazer oposição à *diferenciação* capitalista.

Esse antagonismo não era simplesmente acadêmico, mas “[...] se veía reflejado en las cuestiones centrales de evaluación política, predicción y acción (SHANIN, 1983, p. 78). Nesse sentido, alguns intelectuais saíram em defesa dos populistas. Para estes pensadores, a economia camponesa possuía uma estrutura social específica não capitalista.

Para ellos, la unidad campesina se encontraba en el marco social de una economía seminatural, situada bastante lejos del campo de las relaciones de mercado, la economía monetaria y la producción determinada por el beneficio (SHANIN, 1983, p. 91).

Essa discussão é muito importante se quisermos fazer um debate sério sobre a condição camponesa e as possibilidades de superação dos seus

problemas. É preciso aceitar sua forma particular de enxergar a realidade, de pensar o mundo, de resolver seus problemas. Não podemos, sob o risco de continuarmos apenas no academicismo, alimentar o debate daqueles que defendem o seu fim, sua metamorfose em um empresário do campo ou tão somente de um proletário à serviço da indústria urbana.

Esses teóricos não aceitam que os membros das unidades domésticas camponesas tenham plena consciência da sua vulnerabilidade às forças e azares da natureza, do mercado e do Estado (SHANIN, 1983) e isso os fortalece. A expressão “hoje sou um camponês médio, amanhã me converterei em um camponês pobre. Si meu cavalo morrer terei que me colocar à serviço de alguém” (fala de um camponês a Shanin) expressa muito bem esse nível de consciência.

Foi essa classe que não só ajudou como levou à cabo a revolução russa, que fez brotar, em meio ao domínio do czar e sob a liderança de Lênin, Stálin e outros uma revolução agrária. O próprio Lênin reconhece isso ao afirmar que “[...] los trabajadores campesinos declararan guerra sin cuartel a sus opresores kulaks³ y nos ayudaran en nuestra lucha para conseguir un futuro mejor para el pueblo y el socialismo” (LÊNIN 1982 apud SHANIN, 1983, p. 208). A história dessa revolução, afirma Shanin, se compõe de duas etapas fundamentais:

[...] durante la primera (1917-18), los campesinos ocuparon las propiedades de los hacendados no campesinos dividiéndolas en unidades menores. En la segunda (finales de 1918 en adelante) los pobres de las aldeas rurales se lanzaran a una segunda revolución, movida por deseos de igualdad, apoderándose de las tierras de los kulaks (SHANIN, 1983, p. 203).

A revolução agrária na antiga URSS tem início com o Decreto da Terra de 26 de outubro de 1917 e é reforçada pela Lei de Socialização da Terra de 19 de fevereiro de 1918. A partir da promulgação destas duas leis, “[...] la propiedad de las tierras de labor en manos no campesinas fue prácticamente abolida y toda la tierra nacionalizada [...]. [Ademais foram] prohibidas todas las transacciones de tierra, trabajo asalariado y arrendamientos” (SHANIN, 1983, p. 207).

³ Termo russo usado para fazer referência aos camponeses ricos ou burgueses do campo (CARVALHO 2014; ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2016).

Assim, “[...] gran parte de las tierras campesinas redistribuidas habian sido, al parecer, arrendadas por los campesinos (en especial por las casas campesinas más ricas o por las sociedades cooperativas) e incorporadas al conjunto de la comuna después de 1917-18” (SHANIN, 1983, p. 214).

Ao se analisar os dados dos cinco primeiros anos da revolução, o que se percebe, em muitos indicadores, é uma baixa significativa. Isso ocorre, por exemplo, com a superfície plantada que em 1917 foi aproximadamente de 4,3 hectares por unidade doméstica e que em 1922 caiu para 2,2 hectares; o número de cavalos por unidade doméstica, 1,4 em 1917 caiu para 0,8 e o número de unidades domésticas que se dedicavam ao artesanato, 23,5% em 1917 caiu para 11,9% em 1922. Assim,

[...] para muchas de estas pequeñas explotaciones de reciente creación, la tierra adquirida servía sólo para cubrir el expediente, en espera de tiempos mejores. De hecho, un gran número ni siquiera se dedicó a cultivar la tierra; el motivo de sus peticiones de tierras era el de obtener ingresos suplementarios mediante el arrendamiento de aquéllas (SHANIN, 1983, p. 216).

Por fim Shanin faz uma discussão do campesinato enquanto fator político. Para tanto, reúne algumas características peculiares da posição política, das formas de ação e da posição destes sujeitos na sociedade. Primeiro, a relação com terra e o caráter específico da produção agrária. Trata-se, neste caso, de uma relação de complementaridade e de respeito. Os camponeses enxergam a terra não como um objeto de compra e venda, mas como um meio de sobrevivência e, assim, a respeitam e a exploram com toda racionalidade que lhe é peculiar.

Esta exploração visa, salvo raríssimas exceções, a satisfação das necessidades da família, não do mercado. Para atingir esse objetivo, o camponês não mede esforços e até aumenta sua carga de trabalho [característica muito criticada por alguns estudiosos]. Assim, mesmo [...] en épocas de crisis, son capaces de continuar su existencia aumentando sus esfuerzos, disminuyendo su próprio consumo y suprimiendo, parcialmente, cualquiera de las relaciones que pueda tener con el mercado (SHANIN, 1983, p. 276/277).

Em segundo lugar, a exploração familiar é a unidade básica na propriedade para fins de produção, consumo e vida social dos camponeses. Propriedade, nesta perspectiva, como “[...] el derecho exclusivo, aceptado socialmente, a tenerla y explotarla, un derecho que se distingue de aquellos otros adquiridos por la inversión de trabajo y capital [...]” (SHANIN, 1983, p. 277). Assim, afirma Shanin, o indivíduo, a família e a exploração surgem como um todo indivisível.

Nesse sentido, “[...] la estructura social de la familia determina la división del trabajo, *el locus del status* y el prestigio social” (SHANIN, 1983, p. 278). Outra característica peculiar dos camponeses, afirma o autor, é o fato de quase sempre os camponeses atingirem, ao nível de sua propriedade, uma relativa auto-suficiência, ou seja, pouco ou quase nunca eles dependem totalmente das relações de mercado. Destarte,

[...] la forma de razonamiento, básicamente social más que económica, la ausencia de un carácter calculador (es decir, de persecución de la maximización de los ingresos monetarios) son hechos que se han vistos ya documentados [...] y resaltados por cualquier estudioso de la vida campesina (SHANIN, 1983, p. 283).

Além disso, o produto do agricultor, afirma Shanin, é essencial e indispensável à sobrevivência humana. O trabalho do agricultor é necessário para a existência da sociedade. A consciência dessa verdade explica, ao menos em parte, a contradição desse modo de vida por dentro do capitalismo. Afinal, todos sabem que a manutenção desse sistema depende, contraditoriamente, da existência desses trabalhadores que respondem pela elaboração do produto que garante a sobrevivência de todos: o alimento.

2.3 – (Re)lendo algumas perspectivas contrárias à questão agrária: o capitalismo agrário e suas teses

Em *O Paradigma do Capitalismo Agrário* (ABRAMOVAY, 2012) o autor caminha na mão contrária daqueles analisados na seção anterior. Defende a ideia de que não há uma questão agrária e que o problema estaria no campesinato e na sua forma de produção. Para ele, para continuar existindo o camponês deve se transformar em um pequeno empresário do campo. Na sua concepção, “[...] a fatal desaparecimento do campesinato sob o capitalismo é não apenas consistente [...], mas fundamentada historicamente” (ABRAMOVAY, 2012, p. 139). Sua tese,

intitulada “*Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão*” e publicada, numa terceira edição, pela Edusp - Editora da Universidade de São Paulo – em 2012 é provocativa e convida ao debate. Em linhas gerais advoga-se que o ambiente em que se desenvolve, atualmente, a agricultura familiar é o mesmo que vai [ou que supostamente iria] asfixiar o camponês, despojá-los de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.

A ideia é apresentada ao leitor de forma que ele acredite numa suposta transformação do camponês em uma espécie de empresário do campo a que vai classificar de agricultor familiar. Mas, na verdade, os sujeitos permanecem os mesmos, sendo o que sempre foram: camponeses, sem permanecer os mesmos (FERNANDES, 2013c). Essa forma de ver/enxergar o campesinato separado da agricultura familiar “[...] ignora as lutas camponesas de resistência ao capital e defendem a “integração” da agricultura familiar ao agronegócio” (FERNANDES, 2013c, p. 41). Por isso, afirma Fernandes, não há, nos escritos dos defensores da vertente do paradigma do capitalismo agrário, nenhuma referência ao campesinato, salvo no caso da defesa de sua destruição ou metamorfose em agricultores familiares (FERNANDES, 2013c).

Essa separação ou mesmo a substituição do conceito de camponês por agricultor familiar é aceito, sem muita reflexão na academia, na própria burocracia do Estado ou mesmo entre os agricultores, sindicatos e movimentos sociais. Trata-se de uma abordagem evolucionista acerca do desenvolvimento da história e que tem contribuído para o empobrecimento do debate político sobre a questão agrária (MARQUES, 2008). Mas, na prática “[...] campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista” (FERNANDES, 2013, p. 42).

No capítulo intitulado *Saco de Batatas*, o autor afirma que nem mesmo no próprio Marx é contemplada a discussão de camponês, salvo na ideia de campesinato enquanto um saco de batatas em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, e o que classificou de genial no Livro III d’*O Capital* onde em poucas palavras Marx descreve a relação de pobreza do pequeno agricultor de terras

onde vigora o parcelamento em relação àqueles de países capitalistas. Para ele “[...] é impossível encontrar na estrutura d’*O Capital* um conceito de camponês” (ABRAMOVAY, 2012, p. 45), reforçando sua tese de que “[...] campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo” (ABRAMOVAY, 2012, p. 46). Afinal, para ele

[...] as duas únicas classes que possuem a universalidade de incorporar nelas mesmas os elementos básicos de organização da sociabilidade contemporânea são a burguesia e o proletariado. Somente elas são, nesse sentido, classes e possuem a universalidade teórica de conceitos [...] (ABRAMOVAY, 2012, p. 46)

Sua posição é ainda mais contundente em defesa desta tese quando, ao analisar a clássica obra *A Questão Agrária*, de Kautsky, afirma que a tentativa mais importante do livro está em demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar. Nesse sentido, é inútil frear, segundo ele, o movimento inelutável que o capitalismo promove na expropriação dos camponeses.

Concordando com Tepicht ao afirmar que “[...] nas sociedades de hoje a existência camponesa apoia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar” (ABRAMOVAY, 2012, p. 67), defende a crença de Marx e outros seguidores de que as condições sociais criadas pelo capitalismo na agricultura iriam minar as bases nas quais os camponeses poderiam subsistir.

O mercado, por sua vez, não tem, como acredita Abramovay, solapado as possibilidades de reprodução camponesa. Ela continua forte. Uma espécie de espada de Dâmocles⁴ a atormentar os defensores do modo capitalista de produção. Afinal, como assinala Martins, “[...] numa sociedade camponesa, os critérios de uso do solo podem ser particulares. O uso da terra responde a um conjunto de normas sociais sobre as quais a comunidade tem um poder decisório

⁴ Segundo a Mitologia Grega Dâmocles era um conselheiro particular de Dionísio, um tirano de Siracusa do século IV a.C.. Conta-se que um dia Dionísio resolveu trocar de lugar com ele. Assim, Dâmocles tornou-se rei por um dia. Ao anoitecer, diante de um grande banquete, Dâmocles percebeu uma afiada espada dependurada logo acima e apontada para sua cabeça. Ela estava suspensa por apenas um fio de cabelo e poderia, a qualquer momento, cair sobre ele. Assim, abandonou a mesa e o poder e a expressão Espada de Dâmocles passou a significar perigo iminente ou risco inerente a uma dada posição de mando.

superior ao do indivíduo isoladamente [...]” (MARTINS apud ABRAMOVAY, 2012, p. 135).

Para os camponeses [...] o acesso e controle da terra são primordiais para viabilizar moradia, produção alimentar básica da família, geração dos recursos econômicos necessários à sua subsistência, realização da cultura e muitas vezes da religião. Portanto, a conquista e o controle da terra para o campesinato e (sua territorialização) comportam as funções de moradia de trabalho [...]. Para o campesinato o acesso à terra, quando convertida em território, representa a materialização da vida (RAMOS FILHO, 2013b, p. 54).

Em outras palavras, muitas comunidades camponesas escapam da tentação de uma integração plena às estruturas de mercado e, nesse sentido, não sofrem a propalada metamorfose num agricultor profissional inserido na lógica perversa de reprodução do capital. Quando isso ocorre não é por opção, mas por um conjunto de elementos que, somados, obrigam esses agricultores à inserção na lógica do mercado. Cite-se, para exemplificar, a política creditícia que, sorrateiramente, obriga os camponeses à inserção no mercado financeiro. Ainda assim, não se pode falar numa metamorfose do camponês em outra coisa. Muda seu modo de vida, mas não sua condição de ser camponês. Para usar, contraditoriamente, o próprio Abramovay,

[...] por mais explorado que seja o produto do seu trabalho, mesmo que classes de não trabalhadores vivam dos resultados do seu esforço, e ainda quando se inserem em circuitos mercantis, não é possível que se tome o campesinato como um setor social sobre cuja base possa ocorrer a acumulação capitalista (ABRAMOVAY, 2012, p. 139).

Ademais, como ele mesmo assinala os supostos ganhos de produtividade (leia-se quantitativos e não qualitativos) são decorrentes do uso intensivo de máquinas, fertilizantes, pesticidas, transgenia, etc. que corroboram não só para dispensa de mão-de-obra no campo e suas já conhecidas consequências para as cidades, como para o consumo de alimentos pouco saudáveis, como já denunciara o cineasta Silvio Tendler em seus documentários “O Veneno Está na Mesa” I e II.

Nesse sentido, nos parece que a opção por uma alimentação que descenda dos sujeitos que Abramovay classificou de atrasados e fadados à

extinção pelo próprio capital, é a mais inteligente para quem almeja uma melhor qualidade de vida. Ademais,

[...] o que tem sido propagado como *agricultura familiar* significa [...] a invasão do campo pelo agronegócio, que, assim, atribui ao campo novas funções para satisfazer à produção de *commodities* de forma disfarçada, tudo justificado pelo discurso da modernização e do progresso do campo. Uma rápida análise desta situação faz perceber que não se trata apenas do produzir para vender, pois a agricultura familiar tem se ocupado de práticas agrícolas em benefício do mercado externo, enquanto que a oferta de alimentos tem sofrido uma forte pressão em virtude desta realidade que invadiu o campo (DOURADO, 2010, p. 45)

Para nós, querer sepultar a questão agrária no Brasil, a partir da linha argumentativa de que isso foi possível mediante a integração do campo aos capitais industriais, comerciais e financeiros, formando complexos agroindustriais é, no mínimo, negar as contradições que, de maneira límpida, se presencia no campo brasileiro. É preciso, pois, superar o agronegócio como modelo, encontrar alternativas de produção cujo corolário não seja da subalternidade, da expropriação dos sujeitos ou dos benefícios de poucos em detrimento da maioria.

Por fim, e usando da mesma metáfora do autor quanto à lógica do besouro, que só consegue voar porque ignora as leis da aerodinâmica, para dizer que se os agricultores conhecessem as teorias econômicas desistiriam do campo, é bom lembrar que os camponeses possuem uma lógica própria e não a do mercado para se reproduzir. Afinal, alguns besouros, a exemplo da cigarra, possuem a incrível capacidade de mudar de estrutura, trocando suas vestes a cada ano. Se obedecessem às leis da dinâmica aérea as abelhas, de fato, jamais voariam e não teríamos muitos dos alimentos, vegetais e plantas. Assim, eles [os camponeses] têm mesmo que ignorar as leis do mercado e assim o fazem.

Na mesma linha de Abramovay, ou seja, defendendo a tese de que vivemos hoje outra realidade no campo, que não há questão agrária e que o campo se modernizou e, portanto, precisa superar as práticas arcaicas e ingressar na era das tecnologias e novas atividades, está a produção de *As Sete Teses Sobre o Mundo Rural Brasileiro* (NAVARRO et al, 2013). As teses por eles apresentadas constituem, em suas palavras, as “premissas” que definiram as

mudanças das últimas cinco décadas, semearam e anunciariam um novo tempo no processo de desenvolvimento da agropecuária no país.

Trata-se, como afirmam os autores, de um “[...] processo de desenvolvimento agrário que fomentou a formação de uma economia agrícola orientada, de fato, por um modo de funcionamento essencialmente capitalista” (NAVARRO et al, 2013, p. 108). As raízes desse promissor processo produtivo, dessa “moderna agricultura” “[...] nasceram na década de 1960, com a instituição do sistema de crédito rural e a implantação de um modelo de modernização da agricultura largamente inspirado no caso norte-americano [...]” (NAVARRO et al, 2013, p. 108).

O modelo produtivo atual, defendido pelos autores e seus seguidores, baseia-se nos mesmos padrões técnicos e organizacionais. Assim, os autores fazem analogia entre a dinâmica da transformação atual no Brasil e a expansão ocorrida no pós-guerra, nos Estados Unidos, momento em que se cristalizou uma perspectiva tecnológica e organizacional do setor agrícola (NAVARRO et al, 2013). Em outras palavras, o modelo proposto assemelha-se com a Revolução Verde.

A primeira tese esta pautada na ideia de uma nova fase do desenvolvimento agrário brasileiro a partir do final da década de 1990. Trata-se de um desenvolvimento agrícola e agrário “inédito e irreversível” segundo os autores. Para eles, o novo padrão instituído introduz o capital “em todas as suas modalidades” no centro do desenvolvimento agropecuário. Assim,

[...] rebaixa o papel da terra, pois a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualidade da própria terra, além de investimentos em recursos ambientais e no treinamento do capital humano (NAVARRO et al, 2013, p. 110).

Nesse sentido, as atividades agropecuárias deixam seu “amadorismo do passado” e passam a se enquadrar, cada vez mais, nas exigências e padrões do capital. Isso contribui, naturalmente, para exacerbar o ambiente concorrencial e pressionar a vasta maioria dos produtores rurais de menor porte (NAVARRO et al, 2013).

A instituição dessa nova via de acumulação tem diversas implicações. Sob tal regime de acumulação e lógica tecnológica, por exemplo, são inevitáveis os processos de especialização produtiva e aumentos de escala de produção; a concentração (que pode ser desmedida) da riqueza agropecuária; e, como processo maior, a intensificação da diferenciação social entre os produtores rurais. Outra implicação merece menção e deveria estimular amplo debate: o padrão econômico-financeiro dominante impõe um formato tecnológico igualmente dominante (NAVARRO et al, 2013, p. 111).

A segunda tese trata da difusão de inovações na agricultura que irão mudar, completamente, sua natureza. Nesta tese, os autores fazem uma clara defesa do pacote tecnológico da Revolução Verde. Fazem duras críticas aos que se opõem ao pacote tecnológico, afirmando que eles “ignoram que o impacto positivo da agricultura moderna para a humanidade” só pode rivalizar com o impacto da penicilina. Para eles,

[...] em sua origem, a Revolução Verde permitiu a intensificação do uso e do rendimento da terra, recurso escasso em países populosos, como Índia, Paquistão, China e México. Foram mudanças que viabilizaram o crescimento da produção agropecuária, tendo afastado o fantasma malthusiano que ameaçava aquelas sociedades, além de terem contido a ameaça da fome catastrófica e disseminada (NAVARRO et al, 2013, p. 112).

Para os autores o posicionamento crítico-ideológico brasileiro paralisou, por muito tempo, o processo da pesquisa científica a partir de bloqueios à moderna biotecnologia na agricultura e rejeição ideológica à agricultura moderna capitalista. E, nesse sentido, fazem duras críticas às possibilidades de soluções alternativas para a agricultura. Para eles,

[...] diante do crescimento explosivo da demanda alimentar mundial, seria quimérica, para não dizer absurda, a proposta de difundir tecnologias chamadas “alternativas”, de uso local e de baixa produtividade, sob o pretexto de proteção ao ambiente e ainda ecoando as críticas do passado, que não correspondem mais ao cotidiano da agricultura [...] (NAVARRO et al, 2013, p. 112).

A terceira tese está centrada na análise do desenvolvimento agrário bifronte: de um lado a concentração, cada vez maior, da produção. De outro, o aprofundamento da diferenciação social, fato que promoveria uma intensa seletividade entre os produtores rurais. De acordo com a tese, “[...] em nenhum

outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização” (NAVARRO et al, 2013).

Para dar corpo à tese, os autores se valem das conclusões estatísticas decorrentes das pesquisas de Alves e Rocha (2010) “*Ganhar tempo é possível?*”⁵. Baseados nos resultados do Censo 2006, e considerando os valores brutos da produção, posteriormente transformados em salários mínimos, os autores compilaram os produtores em três categorias, na verdade três estratos sociais hierarquizados. Apontam, dentre outras coisas, que 2/3 dos estabelecimentos rurais, ou seja, cerca de 3 milhões de unidades, se apropriam de 3,3% do total da renda bruta e que cerca de 30 mil estabelecimentos rurais, algo em torno de 0,62% do total, respondem por metade do valor da produção total.

Assim, concluem com certa e hipotética linearidade proporcional que apenas 1% dos produtores seriam necessários para responder por toda a produção agropecuária, incluindo aqui toda parte destinada à exportação, questionando o futuro e o lugar social (e econômico) dos demais produtores [postura assinada pelos autores]. Nesse sentido, e caso se concretize essa perspectiva especulativa, o futuro das regiões rurais seria, para os autores, o seu vazio demográfico.

A quarta tese pauta-se na afirmação de que a história não acabou, mas que o passado está se apagando. Que o último meio século desmentiu muitas antevisões como a da exacerbação da questão agrária, a tendência à concentração da propriedade fundiária, as teses sobre o campesinato ou mesmo o sepultamento de temas como a reforma agrária.

Para os autores, as transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos venceram a “questão agrária” e a reforma agrária “passou a ter apenas uma justificativa social”. Mais uma vez se utilizam da racionalidade meramente econômica, de renda e lucro, para justificarem a não sustentabilidade de milhares

⁵ NAVARRO, Z. et al. A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-290.

de famílias, como se essa fosse a lógica racional deles, o que não é verdade. Para os autores,

[...] a reforma agrária também não se relaciona mais com a oferta de alimentos e de matérias-primas de origem agropecuária. Diferentemente do passado, a incorporação de novas terras explica pouco do crescimento da produção, e o dinamismo da agropecuária decorre principalmente de investimentos e da intensificação tecnológica (NAVARRO et al, 2013, p. 116)

Nesse sentido, a reforma agrária teria perdido sua relevância e a insistência em alocação de recursos estatais não encontra nenhuma justificativa razoável tal qual a discussão sobre campesinato, afirmam.

Na quinta tese o Estado é posto como o agente das “novas tarefas”, das novas transformações rurais que combinam crédito rural, tecnologia e pesquisas agrícolas. Para eles, o Estado não deve ir além disso, ou seja, deve sair à francesa e abrir caminho para uma nova fase na qual os agentes privados devem ser os principais atores do desenvolvimento. Assim, “[...] muitas soluções não serão mais estatais e dependerão da mobilização de agentes privados” (idem p. 116).

A sexta tese trata daquelas regiões rurais que prosperaram em função de alguma “dinâmica agrícola”, mas que ainda assim apresentam alguns problemas. Um deles diz respeito aos filhos de produtores rurais que migraram, por razões diversas, e não mais voltaram. Esta fuga, dizem eles, pressiona no sentido de elevar os preços dos salários no campo pela escassez de mão – de – obra.

Para ilustrar sua tese os autores se valem do trabalho desenvolvido no oeste catarinense por Miele e Miranda (2013) “O desenvolvimento da indústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste catarinense no início do Século XXI”⁶. Para eles, a “prosperidade geral” da região, ao oferecer mais chances de estudos, trabalho ou outras formas de renda através da pluriatividade para os filhos dos pequenos produtores, contribui

⁶MIELE e MIRANDA (2013) apud NAVARRO, Z. e CAMPOS, S. K.; A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 201-232.

para o “encurralamento produtivo da atividade” ao reduzir a força de trabalho disponível nos estabelecimentos (NAVARRO et al, 2013).

Por fim, a sétima tese ironiza uma “via argentina” ao desenvolvimento jamais ocorrido no Brasil. Para os autores, “[...] o desenvolvimento agrário brasileiro vai impondo uma “via argentina”: o esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, a alta eficiência produtiva e tecnológica [...]” (NAVARRO et al, 2013, p. 119). Para eles, observa-se no Brasil atual um contexto “bizarro” quanto ao desenvolvimento agrário.

Ou seja, sua linha de argumentação é de que a modernização capitalista da agricultura brasileira foi inspirada no modelo norte-americano do pós-guerra, mas que uma parcela considerável de pesquisadores examina o caso europeu para contrapor ao caso brasileiro e que as políticas públicas, ignorando os debates, agem com base em “alto grau de improvisação”. Enfim, defendem a tese de um modelo liberalizante no campo, a desconstrução da tese da questão agrária e da não necessidade de uma reforma agrária como condição para superação dos problemas agrários.

2.2 – Um Esforço de Síntese é Necessário

Nesta seção fizemos um esforço de recuperação de algumas concepções teóricas que consideramos importantes para a compreensão da questão agrária. São obras que ora se opõem ou, contraditoriamente, se complementam quando consideramos o tempo e a realidade histórica. Essa revisão é muito importante no sentido de tornar límpida a nossa compreensão teórica acerca do problema para melhor conduzir as discussões dos próximos capítulos.

No *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lênin (1982), a questão agrária aparece como sendo estrutural, tese que também perseguimos, à medida que o capitalismo avança na agricultura. Para o autor, o fim do campesinato estaria relacionado ao processo de diferenciação, através do qual o camponês se proletariza ao perder o domínio dos seus meios de produção.

Para ele, a economia natural seria substituída pela mercantil e a pequena produção tomada pela grande. O modo de produção, calcado no trabalho familiar,

seria substituído por relações mercantis empresariais. Tudo isso somado levaria a uma *descamponização*. Contudo,

[...] a história tem demonstrado [...], apesar da tendência fundamental do capitalismo consistir 'na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura', [que] o campesinato persiste lutando para se desenvolver no capitalismo mantendo sua independência, mesma que relativa (FELÍCIO, 2011, p. 54). [Ou seja,] “[...] su obstinada permanencia confirma el error de los que pronosticaron su muerte” (ALBELO, 2005, p. 22).

Também dedicou uma parte considerável do livro à análise das migrações. Para ele essa variável seria elemento de propulsão às vantagens econômicas. O autor só não menciona os diversos problemas decorrentes desta migração, seja em outras áreas agrícolas e, principalmente, quando o destino é o meio urbano. A condição precária de trabalho, por exemplo, a que essa população migrante é submetida, pois muitos não possuem a formação mínima exigida para determinadas funções urbanas, não é considerada.

Também não fala das condições de moradia que lhes serão dadas, muitos migrando para morar em cortiços ou favelas, ou mesmo da violência física e exaustão por trabalho que sofrerão, uma vez que a produção fabril não possui um período específico do ano para funcionar, como ocorre com a lavoura que é submetida, na maioria das vezes, aos desígnios da natureza. Ou seja, é preciso dizer que muitos dos problemas a que os camponeses estão submetidos no campo também estão presentes em áreas urbanas ou em outras áreas agrícolas diferentes daquelas de origem. Afinal, seja onde for o objetivo central do capitalismo é o mesmo: ampliar seu lucro através da exploração dos mais pobres.

Por fim, Lênin analisa o processo do desenvolvimento do capitalismo na indústria russa, ajudando a pensar o sistema de relações econômico-sociais neste setor da economia. Vê-se, na análise leninista, que o camponês estava sendo condenado a transformar-se num pequeno capitalista do campo, ou sucumbir mediante sua fragilidade e a força do capitalismo industrial que se desenvolvia no campo.

A lógica de reprodução e ocupação do território pelos camponeses não são as mesmas da lógica capitalista. Em *A Questão Agrária*, Kautsky (1980) advoga

que o modo capitalista de produção não constitui a única forma de produção existente na sociedade. Que há, contraditoriamente, manifestações que caminham na mão contrária do modo capitalista de produção. Outra tese importante defendida por Kautsky é a de que, diferentemente da indústria, a agricultura tem leis próprias e que apesar de estar, contraditoriamente, inserida no capitalismo, tem um dinamismo próprio que foge ao controle do capital.

O autor defende, considerando as bases que constituem o campesinato (trabalho familiar, propriedade do solo, indissociabilidade entre agricultura e indústria doméstica, etc) que diferentemente da indústria a agricultura possui leis próprias e que os camponeses compõem uma parcela da sociedade autossuficiente bastando-se por si só, mas que algumas mudanças advindas da indústria mudariam esse quadro.

Ou seja, apesar de não negar a contribuição e força histórica dos camponeses, Kautsky continuava a defender a superioridade da grande propriedade em relação à pequena. Para ele, até mesmo entre os entusiastas que defendem a pequena propriedade territorial não havia consenso. Mesmo entre os maiores admiradores da pequena exploração, afirmava, não havia um só que sustentasse a superioridade da pequena propriedade em relação à média propriedade (KAUTSKY, 1980).

Em *A Organização da Unidade Econômica Camponesa* (CHAYANOV, 1974) o autor faz uma análise das relações camponesas de produção da Rússia do início do século XX. Seu argumento é que no modo de produção capitalista as formas não capitalistas de produção, a exemplo da produção camponesa, são abandonadas, relegadas ao segundo ou terceiro plano. Opondo-se a Lênin, defende a permanência camponesa e o modo de vida ainda que contraditoriamente por dentro do modo capitalista de produção.

Assim, propõe uma teoria cujo pressuposto seja de que a economia camponesa não é, tipicamente, capitalista. A intenção do autor é empreender um arcabouço teórico que permita falar numa organização econômico-produtiva dos camponeses. Assim, defende a ideia de que o uso de novas técnicas e novos

modelos econômicos poderia ser um elo modificador das condições de vida camponesa.

Entretanto, essas inovações não poderiam ser postas em prática com eficácia se não fosse considerado o que ele classificou de nível de racionalidade econômica dessas comunidades. Para ele o mais importante seria, então, o balanço entre consumo familiar e exploração da força de trabalho. Essa questão é muito complexa o nosso ver. Como pensar uma modernização técnica e econômica sem que haja, ao menos relativamente, uma inserção no modo capitalista de produção?

É fato, e o autor pontua muito bem, que a racionalidade camponesa é outra e é justamente essa racionalidade diferenciada que não permite que os julguemos, mesmo quando se usa determinadas técnicas e ou meios de produção típicos do capitalismo, como sendo eles capitalistas. Assim, acredito que o mais importante a ser perseguido é o balanço qualitativo medido pela satisfação das necessidades e grau de esforço da família implementado no processo produtivo. Na verdade, o que se vê é que Chayanov embasa toda sua teoria na organização da economia camponesa como se a economia, como também acreditava Marx e Engels, respondesse a tudo.

Enfim, a obra de Chayanov nos permitiu uma melhor interpretação do comportamento econômico camponês. Entretanto, ela não é por si só interpretativa das singularidades que justificam a sua permanência e reprodução. Ademais, o aporte ao estudo de uma economia não capitalista, por Chayanov, encontra razão de ser num comportamento político do camponês enquanto classe.

Em *A Classe Incômoda* Shanin, pensando a realidade socioespacial dos camponeses russos no início do século XX, faz uma análise da questão agrária por dentro dos modos de produção. Ao longo do texto, o autor analisa a concepção e a dinâmica básica de uma sociedade camponesa e refuta a crença defendida por inúmeros intelectuais de que o processo de avanço econômico, com inevitável divisão do trabalho, estabelecimento de relações de mercado,

acumulação de capital e diversificação social, culminaria, também, no desaparecimento das sociedades camponesas.

Na obra o autor faz uma análise da dinâmica básica de uma sociedade camponesa. Ademais, refuta a crença por muitos defendida de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. A tese central do seu trabalho consiste na ideia de que a mobilidade socioeconômica, peculiar das sociedades camponesas, culminou em mudanças significativas nas ações e consciência política dos camponeses russos sem, contudo, haver uma desintegração. Outro aspecto que consideramos muito importante na sua obra diz respeito ao fato de o autor tratar o campesinato como classe.

Além disso, Shanin faz uma ampla discussão do campesinato enquanto fator político e destaca a sua relação com terra, caracterizada por uma relação de complementaridade e respeito. Para os camponeses a terra não é um objeto de compra e venda com valor em si, mas um meio de sobrevivência. E, os indivíduos, a família e a exploração são vistos como um todo indivisível.

Assim, é natural que esse modo de ver o camponês incomode a tantos estudiosos que não aceitam, e até fazem críticas, ao modo “pouco racional” dos camponeses lidarem com a terra. O que muitas vezes esses estudiosos se esquecem é que essa suposta “irracionalidade” na lógica camponesa não significa, necessariamente, uma ausência de pensamento crítico ou racional, mas sim um marco de referência que caracteriza sua particularidade e uma racionalidade própria que se adequa à sua realidade (SHANIN, 1983).

É com essa peculiar racionalidade que a classe camponesa tem resistido e se mantido ao longo da história. Mas, “[...] para que os camponeses se construam como sujeitos unitários, inventem-se como classe, é necessário tecer um barroquismo tapete com incontáveis fios e múltiplos teares; em rigor, trata-se de costurar a unidade na diversidade” (BARTRA, 2011, p. 321).

Ademais,

[...] dentro de las sociedades industriales, ha demostrado poseer cohesión en su acción política, y no sólo en su enfrentamiento con los terratenientes tradicionales [como] han impulsado también a

sostener conflictos políticos con los grandes terratenientes capitalistas, con varios de los diferentes grupos urbanos y con el Estado moderno (SHANIN, 1983, p. 289).

Para alguns teóricos, a exemplo de Abramovay (2012) as desigualdades no campo poderiam ser superadas desde que houvesse incentivo à produtividade a partir de apoio técnico, financeiro, criação de infraestruturas e pacotes de governo voltados à produção em escala de mercado. Assim, fez-se, também, uma análise de uma obra recente *O Paradigma do Capitalismo Agrário* (ABRAMOVAY, 2012). Na obra o autor defende a ideia de que não há uma Questão Agrária. De que o problema estaria no campesinato e na sua forma de produção. De que este, para continuar existindo, deve se transformar em um pequeno capitalista do campo, de que o campesinato é um resíduo em via de extinção, um entrave ao progresso econômico e social.

Há, na sua tese, uma clara tentativa de associar o desenvolvimento da “agricultura familiar” nos países desenvolvidos ao papel do Estado e do capital e não à própria organização camponesa e que não há, no Brasil, uma Questão Agrária. Esta última afirmação, por si só, já convida ao debate. Para ele, o problema do campo estaria nos camponeses, na sua forma de produzir e que para continuar existindo deveriam se transformar em pequenos empresários do campo. Em outras palavras, que o campesinato é um resíduo em extinção que só entrava o progresso econômico e social e que estaria fadado a sucumbir.

Para o autor, ou se entende o papel e o lugar desses sujeitos nos meandros do capitalismo ou continuaremos a ler e ouvir afirmações de que os camponeses estão ou irão desaparecer, apesar da sua presença e ação efetiva no processo de transformação social.

A nosso ver, o que se pretende, na verdade, é o esvaziamento da sua concepção enquanto classe social, vista aqui não como o recorte tradicional entre capitalistas, assalariados e proprietários de terra, mas “[...] pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; pela posição no interior de certas relações sociais de produção [e] pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (IASI, 2011, p. 107). Nesse sentido, a compreendemos como sendo uma determinação da consciência e da ação (IASI, 2011).

Assim, compreendemos esse conceito como uma relação de força histórica e social. Não como algo estático e com limites definidos, mas “[...] uma relação social que se insere num processo histórico cheio de mediações e contradições que abrangem interesses particulares marcados pelo processo de cooperação existente entre indivíduos divididos” (SILVA 2005, p. 71/72). Podemos afirmar, então, que

[...] além de determinações mais elementares, como a posição diante de certas relações sociais de produção, ou da propriedade dos meios de produção fundamentais em cada momento, da consciência e da ação de uma classe em uma formação social concreta, [enxergamos os camponeses] como *sujeitos das alterações históricas*, [das] mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade (IASI, 2011, p. 110 – Grifos nossos)

Ademais, reafirmamos a compreensão dos camponeses como classe social, ou seja, como uma unidade de interesses que se reflexa em ações, cultura, consciência política e de grupo, organização do modo de produção que culminam num modo de vida próprio. Isso acontece quando os homens, a partir de suas experiências comuns (herdadas ou partilhadas), praticam uma articulação de identidade e interesses entre si (THOMPSON, 1987). A experiência de classe, continua, é determinada, até um certo nível, pelas relações de produção em que os homens estão inseridos. E, a consciência de classe seria a forma como as experiências são tratadas em termos culturais, afirma.

Há, na tese, uma tentativa clara de associar o desenvolvimento do que ele classificou como “agricultura familiar” nos países desenvolvidos ao papel do Estado e do capital e não à própria organização camponesa. Cabe lembrar, concordando com Felício (2006, p. 15), que o conceito aqui trabalhado para agricultura familiar, remete, inevitavelmente, ao camponês, uma vez que por se caracterizar pelo domínio dos meios de produção e pelo uso da força de trabalho familiar “[...] o camponês só pode ser agricultor familiar”. Mas, para Abramovay,

[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (2012, p. 33).

Na realidade ele reforça, dissimuladamente, a tese marxista-leninista de que o camponês (como um saco de batata) se define pela sua predisposição ao fracasso, ou seja, a de que seria extinto pela própria dinâmica de diferenciação e entre produtores e concorrência de grandes empresas caso não se transforme ou se adequem à nova realidade capitalista.

Pensar o camponês como um resquício fadado ao desaparecimento é, nesse sentido, um grande equívoco. Apesar da supremacia do modo capitalista de produção, eles estão por toda parte, dando provas de seu poder de conviver, contraditoriamente, por dentro deste sistema. Seu modo de vida, por mais que se considerem algumas adequações, continua tendo como base não o lucro, mas as condições de reprodução da vida. Afinal, como afirma Chayanov, diferentemente de um assalariado o camponês é um sujeito que cria sua própria existência.

O camponês possui uma lógica própria que nada tem a ver com a lógica de mercado. Sua racionalidade econômica, classificada por Abramovay de incompleta é, na verdade, outra racionalidade. Assim, a preocupação primeira com a família, a ajuda mútua nas relações de trabalho, a pouca ou nenhuma preocupação com o lucro, para citar alguns exemplos, são características que não cabem na lógica de reprodução do capital.

Como o próprio autor reconhece, ao citar Shanin, os dois elementos básicos de uma unidade camponesa [a comunidade e a partilha de valores], que fogem à lógica mercantil, sempre estarão presentes. Ou seja, “[...] nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (2012, p. 125), para usar suas próprias palavras.

É possível, nesse sentido, que a inserção imperfeita na economia de que fala Abramovay, seja mais um modo de vida que, necessariamente, uma incompetência. Talvez o que mais inquieta o autor é saber que muitos camponeses, no Brasil e no mundo, têm mostrado que é possível outra lógica de produção e consumo. Menos perversa e menos submissa ao mercado.

Os diversos processos de resistência ao capital têm permitido a sua total recriação por dentro do sistema sem, necessariamente, curvar-se a ele. Isso porque “[...] na existência do campesinato estão os processos dialéticos de

subalternidade e resistência” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 256). Essa é uma estratégia de criação política do campesinato através da luta pela terra. Ou seja, “[...] é por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital (FERNANDES, 2004, p. 07).

Em *As Sete Teses Sobre o Mundo Rural Brasileiro*, Navarro e demais autores propõem o que acreditam ser a via do desenvolvimento do campo a partir de modelos inspirados na Revolução Verde. Reforçam a tese de que a persistência de um modelo alternativo, muito praticado pelos camponeses é um equívoco. Assim, faz-se algumas críticas por acreditarmos que a via do desenvolvimento agrícola, marcado pelo domínio puro e simples das tecnologias modernas, sem considerar a realidade caso a caso e o modo de vida de racionalidades não capitalistas e sem um debate profundo não constitui o melhor caminho. Outras racionalidades existem e devem ser consideradas para se compreender e superar os problemas do campo brasileiro.

Os autores defendem um modelo agrícola de padrões técnicos e organizacionais muito próximo da modernização conservadora da década de 1960. Outra vertente defendida pelos autores é que mesmo em regiões onde a produção agrícola é dinâmica, elas sofrem com o esvaziamento demográfico em função das oportunidades oriundas do meio urbano. Isso pode ser visto a partir de dois prismas diferentes. De um lado gera, para os autores, uma perda de mão – obra, mas por outro um aumento dos salários no campo.

O que não se revela é a possível análise de que a própria tecnologia e os tipos de cultivo podem estar dispensando a mão – de - obra. À rigor, as proposições apresentadas, e os autores admitem isso, são centradas nas dimensões tecnológicas e econômicas. Como se explicassem, por si só, todas as dimensões da vida no campo, o que, de fato, não ocorre. É preciso considerar racionalidades que fogem à racionalidade capitalista. Experiências de vida que a simples análise linear da economia e da tecnologia não dá conta.

Ao manusear os dados quantitativos e afirmarem que 0,62% do total dos empreendimentos, aqueles de alta tecnologia, produção em larga escala, geralmente em grandes propriedades, respondem por metade do valor da

produção total, não fazem a crítica da apropriação da maior parte da renda por um número muito pequeno de grandes proprietários, nem tampouco à concentração fundiária. Apenas que esses poucos produtores produzem a maior parte, uma nítida defesa do padrão tecnológico e da prática de uma agricultura de mercado de padrão internacional.

Afirmam que “[...] os números nem as consequências gerais foram devidamente analisados pelos responsáveis pelas políticas públicas, os quais argumentam repetidamente que 70% da produção de alimentos no Brasil origina-se da agricultura familiar” (NAVARRO et al, 2013, p. 114) e que isso perde o sentido diante das estatísticas.

Na prática, uma simples e direta tabulação dos dados do censo sem considerar que tipo de produto tem importância cotidiana na mesa os brasileiros e quem mais produz como tentamos demonstrar neste trabalho. Assim, questionam a viabilidade econômica dos três milhões de estabelecimentos rurais que, de acordo com suas análises do censo, auferiram, naquele ano, o equivalente a apenas meio salário mínimo por estabelecimento. Como se a rentabilidade econômica fosse a única razão de existência das famílias camponesas.

Ao discutirem que o Estado não deveria intervir tanto nas ações ligadas ao campo e que o próprio mercado se encarrega de fazê-lo, os autores não mencionam o alto custo social desta não interferência e que o mercado pouco se importa com os impactos sociais. Não falam, por exemplo, dos mercados futuros de *commodities*, sobretudo no campo da agropecuária onde lavouras inteiras são negociadas com até 10 anos de antecedência, colocando em cheque a soberania alimentar do país.

Soberania alimentar vista aqui como “[...] el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y además de decidir su propio sistema alimentario y productivo (SORZANO, 2015 p. 101). Isso sem falar nos lucros com royalties, patentes e os riscos de uma produção baseada em produtos manipulados geneticamente e tratados com agrotóxicos.

Os agentes privados integrantes das cadeias produtivas passaram a desempenhar papéis tradicionais do Estado, não apenas no tocante ao financiamento, mas também à provisão de insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco (NAVARRO et al, 2013, p. 116-117)

Ao tratarem das consequências da saída (expulsão) do homem do campo não discutem as possibilidades de transformação social para que essas pessoas não precisem sair dos seus lugares de origem. Fazem, tão somente, uma relação causa-efeito. Em síntese, eles pregam um “pujante país agrícola”, assentado numa agricultura de bases tecnológicas modernas, operada em unidades produtivas de larga escala, a partir de uma racionalidade meramente quantitativa – econômica – capitalista, não importando a existência de outras formas de racionalidade, como se fosse possível uma análise tão linear para explicar a tão complexa racionalidade do campo brasileiro. Mas, na verdade o que a sociedade necessita é de “[...] un paradigma alternativo de desarrollo agrícola, uno que fomente una agricultura biodiversa [...] y socialmente justa (ALTIERE, 2013, p. 198).

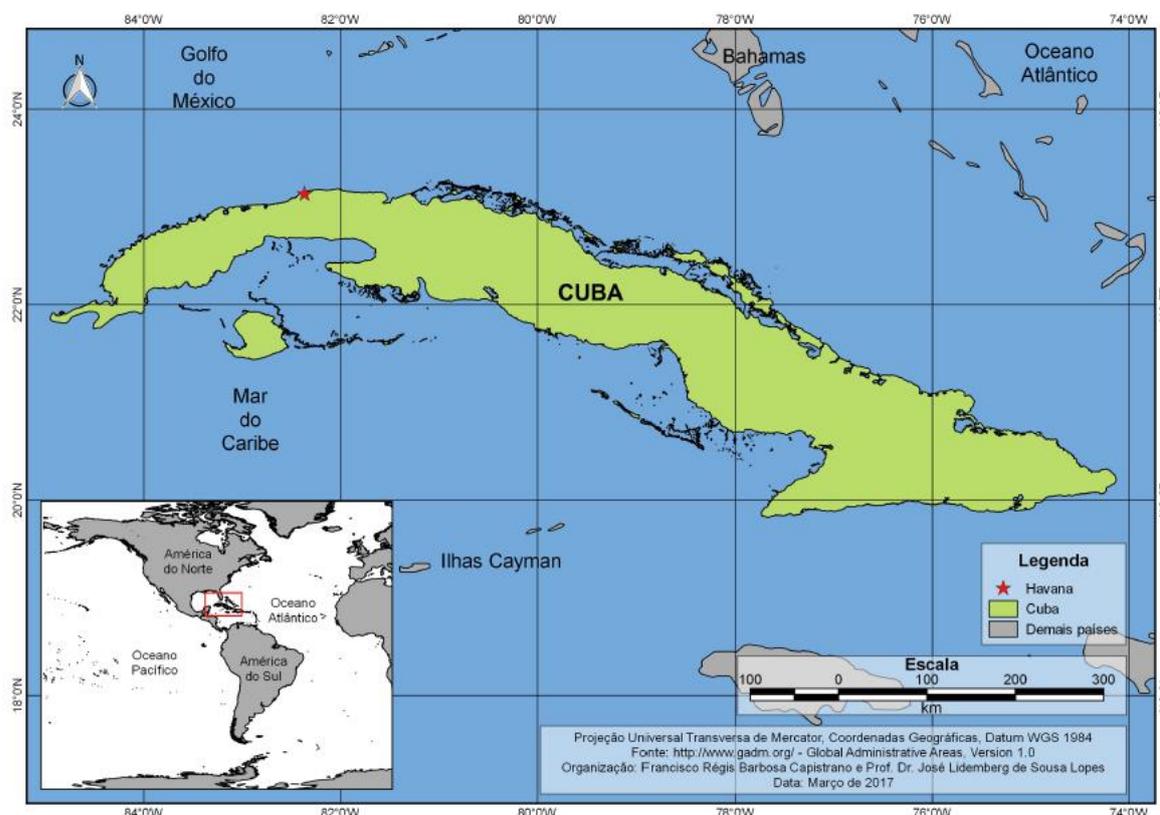
Ainda que em desacordo com muitos destes postulados, sua leitura nos permite vislumbrar outras possibilidades, outras racionalidades. É possível um modelo menos perverso. Seja no Brasil ou em Cuba, onde os problemas agrários diferem em função das suas particularidades políticas, econômicas e ideológicas, outro caminho pode ser percorrido em nome da superação da questão/problemas agrários, respectivamente.

CAPÍTULO 03 - DEPOIS DA CONQUISTA A PERMANÊNCIA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS PROBLEMAS AGRÁRIOS EM CUBA

Organizada, administrativamente, em 15 províncias e 168 municípios a República de Cuba (mapa 01) possui uma dimensão territorial de 109.884 km². Sua população total em 2012 (ONEI, 2013) foi de 11.163.934 habitantes. Deste total 5.592.287 são mulheres e 5.571.647 homens. Ao menos 8.442.079 (76%) desta população está alocada na zona urbana, contra 2.721.855 (24%) da zona rural. Desse total ao menos 5.077.000 é considerada ativa, sendo que 4.902.000 estão ocupados o que coloca a taxa de desemprego no patamar de apenas 3,5% (ONEI, 2013).

Vale assinalar que essa população cresce, anualmente, a uma taxa negativa de 1,5 para cada grupo de 1000 pessoas. Em 1960 essa taxa era de 14 e positiva (ONEI, 2013). Cabe destacar, ainda de acordo com a organização, que a população idosa, que na década de 1950 somava pouco mais de 6%, hoje soma 18,3%. Juntos esses dados apontam para uma melhora nos índices educacionais, que refletem diretamente nas taxas de natalidade, e no aumento da expectativa de vida. Sua economia baseia-se, sobretudo, na exploração primária, no turismo e na geração de divisas a partir de remessas advindas de cubanos no exterior. Seu sistema político-econômico é caracterizado pela planificação estatal, característica singular para nossa escolha enquanto um dos objetos de estudo.

MAPA 01 – CUBA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



3.1 – Problemas Agrários em Cuba: da revolução aos dias atuais

Pode-se dizer, em linhas gerais, que os problemas ligados à agricultura em Cuba trazem no seu bojo, ainda que se considere suas peculiaridades em função do modo de produção socialista, uma série de problemas agrários cuja centralidade está no processo produtivo. Nas palavras de Fabrini (2011) uma questão agrária centrada nos limites ao acesso aos meios de produção e não à terra, como ocorre em diversos países da América Latina.

A raiz destes problemas agrários tem um histórico similar, em alguns aspectos, com o Brasil, ou seja, está ligada ao monocultivo da cana-de-açúcar enquanto cultivo principal e à concentração fundiária. Segundo PAZ (1997) esses problemas se deram primeiro sob um regime colonial e depois sob um regime neocolonial e sua solução só foi possível em função de mais de um século de luta

entre camponeses e a oligarquia agrária que dominava o país, uma revolução política e social instalada na década de 1950 e uma posterior revolução agrária.

Para Paz, “[...] la etapa republicana de la sociedad cubana, inaugurada en 1902, se inició en medio de una crisis rural producida por la guerra de independencia” (PAZ, 1997, p. 05). Segundo o autor os dados censitários do início daquele século apontavam que de um total de 60.710 propriedades, com área superior a 3.522.297 hectares, somente 10% estavam em pleno cultivo, sendo metade delas ocupada com a produção de cana-de-açúcar de domínio de grandes empresas estrangeiras. Essa crise atravessaria todo o período e só seria, parcialmente, superada a partir do período revolucionário.

Mas, contraditoriamente, por dentro do modelo de produção e exploração capitalista da terra, outras formas de produção coexistiam. Paradoxalmente conviviam o trabalho assalariado ao lado do arrendamento e da parceria; a produção mercantil ao lado da produção de subsistência. Ou seja, formas não capitalistas de produção convivendo, desde aquele período, no mesmo espaço onde vigorava o modelo capitalista de produção. Isso reforça a tese de que é possível uma reprodução camponesa, ainda que contraditoriamente, por dentro do capitalismo.

O censo de 1931 indicava que as propriedades menores que 40ha (71%) respondiam por somente 10% da área agrícola. No outro extremo, as propriedades maiores que 670ha (1%) das propriedades recenseadas somavam 58% da área total, o que configura uma forte concentração fundiária. Essa situação, atrelada às “[...] incessantes y crecientes luchas lograron que los gobiernos mediatizados, a finales de la década del 30, tuvieran que incluir en la Constitución de la República de Cuba de 1940, un conjunto de artículos de profundo carácter social [...]” (VALDES, 1990, p. 03).

Contudo, as medidas careciam de leis complementares que só seriam elaboradas, muitos anos mais tarde, no período revolucionário, afinal isso significava um enfrentamento com a burguesia agrária. Mas, “[...] la agudización de esta situación, com la ininterrumpida tendencia a la concentración de la tierra, aparece em toda su magnitud en las evidencias arrojadas por el Censo Agrícola

de 1946” (PAZ, 1997, p. 08/09). Naquele ano o censo registraria a assustadora cifra de 2,8% propriedades com mais de 400ha concentrando 57% da área, contra as 78% de propriedades com até 27ha que somavam apenas 15% da área. Ou seja, as propriedades

[...] no tenían igual tamaño, la mayor parte eran fincas pequeñas y medianas, mientras la parte menor estaba formada por enormes latifundios, es decir, por fincas que contaban grandes cantidades de tierra en manos de un número también muy pequeño de familias y compañías imperialistas (AGUIRRE, 1961, p. 4).

Dos 159.958 estabelecimentos analisados 30,5% eram constituídos por proprietários, 28,8% por arrendatários e 20,7% por parceiros. Desse total, 62.500 (39%) eram inferiores a 10ha, contudo só representavam 3.3% das terras. No outro extremo tem-se 894 considerados grandes e que representavam tão somente 0,5% do total, mas que abarcavam 36% da área (PAZ, 1997).

Esses dados permitem uma visualização do caráter concentrador da estrutura fundiária de Cuba antes da revolução. Essa estrutura perversa retirava do camponês o direito à terra, ao seu sustento e, conseqüentemente, à vida. Assim para garantir o seu sustento e de sua família “[...] tuvieran que vivir esclavizados y en la mayor miseria e ignorância [...]” (AGUIRRE, 1961, p. 4). O Estado, por sua vez, não só se negava a dar proteção e garantir os direitos dos camponeses, como os perseguia para garantir a perpetuação do latifúndio.

El régimen social basado en la explotación de unos hombres por otros que la Revolución está liquidando, era tan inhumano que un perro o caballo de un latifundista se alimentaba mejor, tenía mejor vivienda y mejor atención médica que el hijo de un campesino⁷ pobre o de un obrero (AGUIRRE, 1961, p. 11).

O Censo agrícola de 1949 revela um total de 2.336 propriedades maiores que 495ha que juntas ocupavam cerca de 4.247.290ha, ou seja, 47% do total das terras (AGUIRRE, 1961). Em 1952, os engenhos de açúcar já controlavam 2.774.939ha, dos quais 2.050.200ha (aproximadamente 74% delas), estava sob domínio de apenas 28 empresas (PAZ, 1997). Assim, “[...] o latifúndio – ganadero, cañero o de otra Clase – caracterizaba la sociedad, su economía y sus actores en una peculiar fisonomía” (PAZ, 1997, p. 18).

⁷ Definido por Paz (2014) como sendo todos os produtores mercantis simples que exploram direta e com a família uma propriedade da qual deriva sua alimentação básica e as entradas financeiras.

A solução para esses problemas só seria possível, acreditavam os líderes da Revolução de 1959, mediante uma ampla reforma agrária que atendesse não aos ditames do capital internacional, mas a todos os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Mas essa sociedade, mais justa e igualitária, só seria possível mediante um novo regime político, outro modelo econômico, uma nova forma de organização social.

Afinal, o governo cubano vigente até a revolução de 1959, “[...] apresentava um modelo de desenvolvimento do campo, cuja estrutura de poder baseava-se na acumulação capitalista advinda, principalmente, da produção de açúcar. [...] A questão agrária do período estava marcada pelo binômio latifúndio – minifúndio” (RAMOS FILHO, 2008b, p. 151-152). Ou seja, “[...] antes de 1959, el régimen de tenencia de la tierra se configuró definitivamente en estrecha interacción con el modelo neocolonial capitalista [...]” (ALBELO, 2005, p. 14). Concentração fundiária, produção monocultora voltada, sobretudo, para exportação, exploração de mão-de-obra, rentismo fundiário, etc. constituíam a regra.

Em função desta estrutura, as insatisfações no campo e na cidade se acirraram. A classe trabalhadora estava confiante em uma luta revolucionária e a tomada, em definitivo, das terras que estavam em poder dos grandes latifundiários estrangeiros. Em Cuba naquele momento histórico, afirma Fidel Castro, havia latifúndios de até 200 mil hectares de propriedade estrangeira. Algumas empresas norte-americanas, afirmava ele, “[...] poseían grandes centrales azucareros e inmensas extensiones de tierra. Tenían tierras en un montón de países, pero aquí, históricamente, esas empresas eran muy poderosas y muy influyentes” (Fidel Castro apud TÁBIO, 2006, p. 277).

Ali existiam duas modalidades de latifúndios⁸. No primeiro grupo figuravam propriedades exploradas por camponeses a quem se arrendavam parcelas de terras de uma grande propriedade e deles se cobravam altas rendas em dinheiro. No segundo grupo, apareciam aquelas ligadas ao trabalho assalariado e métodos mais modernos de produção, além da produção em grandes propriedades (AGUIRRE, 1961).

⁸ Entendido aqui como aquelas propriedades com dimensão a partir de 400ha.

O modelo cubano, baseado na grande propriedade latifundiária, contribuía para a manutenção da exploração da renda da terra. Além disso, era responsável por uma série de consequências políticas, econômicas e sociais para o conjunto da sociedade. Paz (1997) resume essas consequências em um quadro muito emblemático. Tentamos traduzir, da maneira mais fiel possível, o que ele classificou de implicações da estrutura agrária cubana naquele contexto histórico:

- a) A continuidade da tendência de concentração da terra em um menor número de propriedades, mas com grandes extensões, agravava as consequências econômicas, sociais e políticas do meio rural, pois o funcionamento destas propriedades tinham interesses opostos aos nacionais e populares;
- b) O excedente agrícola quase sempre era convertido em produtos ou setores não agropecuários;
- c) O baixo nível tecnológico implicava numa baixa capitalização agropecuária e ausência de uma política pública intervencionista que valorizasse a produção de gêneros não exportáveis;
- d) O predomínio de cultivos industriais voltados à exportação contrastava com a grande importação de produtos agrícolas de primeira necessidade;
- e) O domínio da produção agropecuária pelas indústrias de exportação e o baixo desenvolvimento da indústria alimentícia limitava a diversificação agrícola e a possibilidade de atender à demanda interna. Assim, a produção de alimentos, praticada pelos médios e pequenos trabalhadores, se via deteriorada em função do controle de intermediários do mercado urbano e a importação de excedentes alimentícios dos Estados Unidos;
- f) O modelo vigente contribuía, também, para uma grande mobilidade de trabalho entre as províncias. Era comum o sistema de trabalho temporário, por estações do ano. Isso implicava na necessidade de deslocamentos constantes. Cerca de 25% “[...] de todas las fincas enumeradas mostraban operadores con menos de cinco años de permanencia, lo que indica la intensa movilidad entre las capas de los

campesinos no propietarios sujetos a la pobreza y el desarraigo” (PAZ, 1997, p. 31);

- g) Era grande o desemprego e subemprego rural, além de baixos salários. Os camponeses trabalhavam, em média, quatro meses ao ano somente. Apenas 6% dos camponeses conseguiam trabalhar oito ou nove meses ao ano. Ademais, “[...] las condiciones de insalubridad, viviendas, alimentación, educación y consumo en general se expresaban en los índices de desnutrición, morbilidad, mortalidad infantil, expectativas de vida, analfabetismo, pobreza, etc. semejantes a los sectores más pobres de América Latina” (PAZ, 1997, p. 33).

Pode-se dizer que os latifúndios cubanos nasceram a partir da usurpação das terras da nação. Ou seja, num “[...] largo y doloroso proceso de robo a la nación, y de despojo a los campesinos, mediante el engaño, el terror y el crimen, se formo en Cuba la clase de los latifundistas” (AGUIRRE, 1961, p. 5). Essa classe constituída, como destaca Aguirre (1961), por parasitas que nada produziam e que nadavam em abundância e luxo, ao passo que os camponeses pobres e trabalhadores assalariados do campo, apesar de produzirem toda a riqueza, viviam na miséria.

Los latifundistas y los terratenientes ricos vivían en lujosos palacetes, viajaban todos los años por el extranjero y educaban a sus hijos en los mejores colegios y universidades, los campesinos pobres y los obreros agrícolas vivían en chozas y barracones con piso de tierra, sin agua, sin luz, sin servicios sanitarios. Y sus hijos crecían analfabetos, por no tener escuelas donde instruirse y por tener que trabajar desde muy niños (AGUIRRE, 1961, p. 12).

Ademais, o capitalismo cubano do período, como resultado dos monopólios norte-americanos, era deformado e dependente. Caracterizava-se, sobretudo, pela exportação de cana-de-açúcar e seus derivados, o que ocasionava uma forte dependência da política econômica internacional. Além disso, os grandes proprietários, que representavam, no período, tão somente 3% do total, possuíam mais de 46% das terras.

Os trabalhadores do campo viviam mal. Apenas 4% das famílias consumiam carne, somente 2,12% delas consumiam ovos e 11,28% leite. Como consequência de uma má assistência médica, 14% da população do campo

padecia de tuberculose, 13% de tífus e 36% de doenças estomacais e intestinais (SERÁEV, 1988).

Como resultado del carácter deformado y dependiente del desarrollo del capitalismo nacional Cuba, siendo un país agrario, debía importar de EE.UU. una gran cantidad de alimentos. Así, en 1954-1956, el 29% de los víveres vendidos en Cuba fueron importados del exterior, costándole 117 millones de dólares (SERÁEV, 1988, p. 33).

Diante desta conjuntura, surgiram os primeiros movimentos em direção a uma organização revolucionária dos camponeses e trabalhadores assalariados do campo. A luta destes camponeses, e demais trabalhadores, tinha como objetivo central combater a expansão latifundiária e garantir o acesso à terra. Essa aliança entre trabalhadores do campo “[...] constituye la fuerza principal en que se apoya el Gobierno Revolucionario del Pueblo [...] es la garantía principal [...] de la realización plena de los objetivos de la Reforma Agraria que está en marcha” (AGUIRRE, 1961, p. 12).

3.2 - Cuba: da revolução ao fim de século

As características descritas na seção anterior desencadearam, nas palavras de Ramos Filho (2008), uma conjuntura sociopolítica de desigualdade, pobreza, miséria, subordinação e violência que provocaram uma organização popular, bem como o apoio ao movimento guerrilheiro organizado no oriente do país.

Assim, ainda em 1958, os líderes do exército formado, sobretudo, por camponeses, declararam, na Serra Maestra, a repartição das terras entre camponeses perseguidos pelo governo de Batista através da Lei nº 03 de 10 de outubro. Baseando-se na premissa de que a terra pertence a quem nela trabalha e amparando-se na sua função social, a lei declarava proprietário todos que nela já trabalhassem e garantia a entrega gratuita de até 26,8ha.

A lei também se propunha a combater o minifúndio ao declarar que não se podia dividir as propriedades menores que 67ha e ao obrigar o Estado a dar total apoio técnico e material à produção camponesa. Os camponeses possuidores de terras doadas pelo Estado em um total de até 26,8ha poderiam, a seu critério,

negociar com o antigo dono da propriedade a compra de mais terra, desde que não excedesse, como dito anteriormente, um total de 67ha.

Essas medidas beneficiaram, de imediato, a mais de 100.000 camponeses. Os postulados da lei criada na Serra Maestra seriam postos em prática com a promulgação da Primeira Lei de Reforma Agrária. Isso ocorreria em maio de 1959. Assim, com apoio dos camponeses, “[...] componente esencial de la lucha guerrillera y del modelo de liberación nacional [...]” (ALBELO, 2005, p. 14), o grupo liderado por Fidel logrou êxito e tomou o Palácio do Governo, destituindo Batista no 1º dia de 1959.

Em 17 de maio daquele mesmo ano, “[...] cuando aún no habían transcurrido ni seis meses del triunfo revolucionario” (ARANDA, 1968, p. 169), se instituiria a Primeira Lei de Reforma Agrária. Sua promulgação “[...] desencadenó un gran conflicto a escala social, donde se polarizaron rápidamente las clases a favor y en contra de la Revolución” (VALDES, 1990, p. 10).

Entretanto não houve, de início, uma reação muito forte dos latifundiários, pois, as medidas adotadas pela lei não alterava os princípios básicos de propriedade privada garantidos na Constituição de 1940. Contudo, proibia a entrega, venda ou associação entre proprietários, salvo quando se tratasse de matrimônio ou cooperativismo de agricultores. Posteriormente esse quadro iria mudar. Todas as medidas foram postas em prática pelo exército revolucionário em todas as regiões por ele tomadas (PAZ, 1997). Houve, nesse sentido, uma mudança paradigmática no campo cubano. Assim, abramos um parêntese para sua compreensão.

3.2.1 – Desafios e Mudanças no Campo Cubano: um Novo Paradigma Agrário?

Pode-se dizer, como apontado por Paz (2014), que revolução de 1959 significou uma substantiva alteração no plano da questão agrária. Para ele, “[...] el tiempo, las estrategias socialistas implementadas dieron lugar a su propia y peculiar cuestión agraria, caracterizada en parte, por la elevada estatización de las actividades agropecuarias, la baja productividad del trabajo y de los medios, así como por la inseguridad alimentaria” (PAZ, 2014, p. 232). Depreende-se disso,

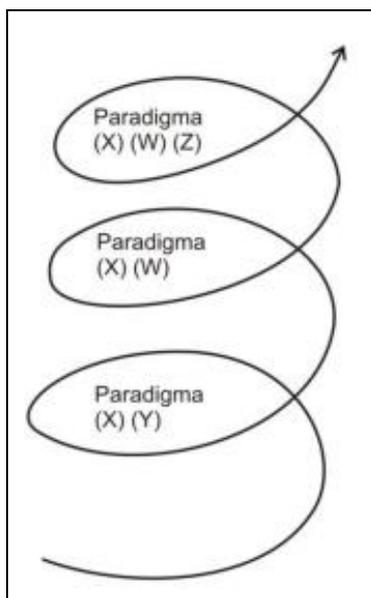
que apesar da alteração do modo de produção não houve, à rigor, a superação de muitos dos problemas agrários. Na verdade, que eles ganharam novos contornos, novas feições e que se aguçados podem culminar numa questão agrária.

Na prática estes problemas já vêm sendo aguçados, uma vez que tem aumentado a presença, em muitas propriedades, do capital internacional através do consumo de produtos derivados de empresas como a Monsanto, Bayer, Syngenta etc.; também pela prática de pacotes agropecuários que envolvem o uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, etc.

Mas, para uma melhor compreensão acerca da ideia de paradigma, e se esta perspectiva se aplica às mudanças no campo cubano, consideramos importante uma discussão em torno deste conceito. Kuhn (1998) considera como paradigmas todas “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p. 13).

Campos (2011) propõe a visualização de um esquema bastante elucidativo (fig. 02) para uma melhor compreensão deste conceito. Na figura a autora busca demonstrar a multiplicidade paradigmática vivida pela Geografia. Propõe que o paradigma, ou seu esquema representativo, seja visto como um espiral, na perspectiva de que um paradigma será sempre superado, ou complementado, por outro até o infinito. Assim, um paradigma XY pode ser refutado em parte (Y) e sofrer uma mudança para XW, que por sua vez pode ser complementado (Z) e mudar para XWZ e, assim, sucessivamente até o infinito tal qual ocorre com as leis da dialética.

FIGURA 02 - PARADIGMAS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA



Fonte: Campos (2011)
Org. Janaina Francisca de Souza Campos

Por intermédio do recurso paradigmático, afirma Fernandes, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para isso selecionam um conjunto de constituintes (elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc.), a partir de suas convicções (2013c).

A partir desta ótica é possível contribuir para a ampliação do debate e uma melhor compreensão dos principais paradigmas agrários. Isso nos ajudará não só a expor o modo de enxergar a realidade e de analisar as relações socioterritoriais, como responder acerca do papel e do futuro do campesinato nos dois países aqui analisados, mesmo tendo consciência de que muitos intelectuais negam essa conflitualidade gerada, continuamente, pela questão agrária (FERNANDES, 2004).

Ademais, “[...] a discussão sobre os conceitos têm um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas” (FERNANDES, 2013, p. 80). Destarte,

[...] o debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por

meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las (FERNANDES, 2013, p.80/81).

O paradigma, enquanto modelo, objetiva orientar as pesquisas e propiciar uma visão do campo de estudo e, também, dos seus limites. Permite, ainda, a escolha dos fenômenos a serem analisados dentro, é claro, dos limites já estabelecidos por ele (FELÍCIO, 2011).

Isso é possível na medida em que

[...] ao reunir nos seus domínios: métodos, proposições, problemas, regras, pressupostos, interpretações, visões de mundo e padrões de solução, o paradigma gera, inevitavelmente, debates frequentes entre os pesquisadores por causa da busca do conhecimento científico. Ao surgir fenômenos novos e não previstos que são descobertos pela pesquisa científica, os quais não mais se ajustam aos limites definidos por aquele paradigma, exige então, a elaboração de um novo conjunto de padrões e regras, constituindo um novo modelo, um novo paradigma (FELÍCIO, 2011, p. 11).

A compreensão da questão agrária é de que ela pode mudar a depender do paradigma escolhido para a explicação (RAMOS FILHO, 2013a). Assim, concordando com Fabrini (2011), para quem a concepção de PQA (paradigma da questão agrária) permite também interpretar o campo cubano, optamos por aplicar àquela realidade uma análise paradigmática. Neste sentido, propomos, a partir do debate paradigmático, contribuir para uma melhor compreensão da questão/problemas agrários.

A nosso ver Cuba experimentou uma primeira mudança de paradigma ainda na década de 1960, momento em que viveu uma revolução agrária que culminou na tomada das terras pelo Estado e conseqüente extinção do latifúndio e das diversas formas de exploração do campesinato. As mudanças agrárias, postas em prática naquele país nos primeiros anos que se seguiram após a tomada de poder pelos rebeldes em 1959, podem ser consideradas como uma revolução agrária.

Nos anos que antecederam a revolução de 1959 os camponeses estavam, de maneira geral, subordinados a uma estrutura capitalista altamente segregadora e em condições de trabalho que beiravam a escravidão. O regime instalado por Fulgêncio Batista no país os levou a uma extrema condição de pobreza. O elevado índice de concentração fundiária não permitia o acesso à terra e os poucos que logravam êxito não conseguiam manter. A esperança numa reforma agrária e na manutenção da propriedade foram condições importantes para a consolidação do projeto de revolução dos rebeldes que buscavam tomar o poder no país.

Assim, pode-se dizer que a mudança do modo de produção capitalista vigente no país até 1959 contribuiu, sobremaneira, para uma alteração do paradigma agrário que significou o confisco de terras, a nacionalização do solo, coletivização dos meios de produção, eliminação do rentismo absenteísta, etc.

Outra mudança de paradigma agrário e que acompanha, no caso cubano, a mudanças políticas ocorreu no chamado período especial cubano, na década de 1990, momento em que dada a gravidade da crise instalada no país em função da queda da União Soviética o país se vê obrigado a pensar em modelos alternativos de produção agropecuária.

3.2.2 - A Primeira Lei de Reforma Agrária

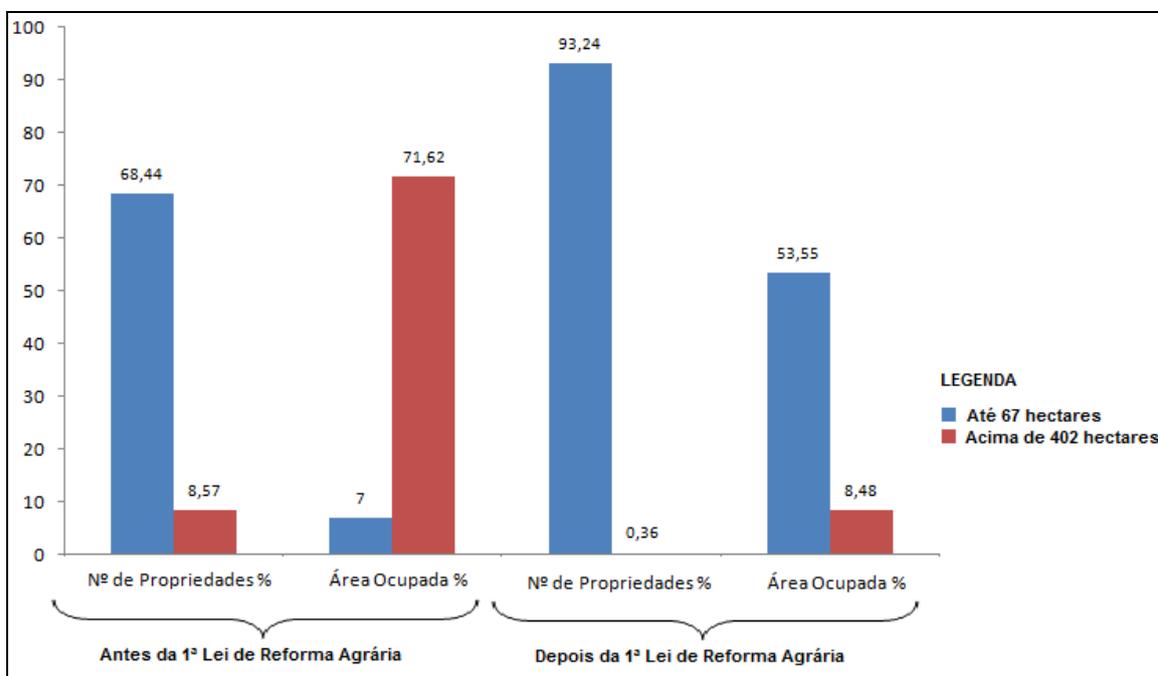
As duas grandes reformas agrárias postas em prática em Cuba logo após a revolução de 1959 constituíram, juntas, um marco histórico junto aos problemas agrários daquele país. Nas palavras de Schilling (2011), estas leis estão, indiscutivelmente, entre as mais bem elaboradas até então. A primeira, promulgada em 17 de maio de 1959, coincide com o aniversário do assassinato do camponês Niceto Pérez, símbolo da luta camponesa neste país. A segunda é de 3 de outubro de 1963.

Antes da promulgação da primeira lei (gráfico 01), a terra estava altamente concentrada. As propriedades com até 67 hectares totalizavam 28.735 (68,44% do total), mas ocupavam tão somente 632.389 hectares (7% da área total), ao passo que as propriedades com mais de 402 hectares que totalizavam apenas 3.597 (8,57% do total) abocanhavam 5.772.572 hectares (71,62% da área total).

Com a aplicação da primeira lei de reforma agrária o quadro se inverte significativamente.

As propriedades com até 67 hectares passaram a somar 154.703 (93,24% do total) e ocupar 2.400.000 hectares (53,55% da área total), ao passo que aquelas com área superior a 402 hectares somavam apenas 592 (0,36% do total) e ocupavam 380.000 hectares (8,48% da área total) (SORZANO e SOUSA, 2012, p. 10).

GRÁFICO 01 – CUBA: ESTRUTURA AGRÁRIA POR OCASIÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA (%)



Fonte: SORZANO e SOUSA (2012)
Org. o autor (2014)

Essa estrutura criava as condições necessárias, e urgentes, de uma política agrária menos concentradora, ou seja, as bases para a realização da primeira lei de reforma agrária no país. É importante dizer que essas medidas ligadas a terra já haviam sido pensadas pelo próprio Fidel antes mesmo da Revolução de 1959. Ainda em 1953, por ocasião da sua autodefesa⁹, já afirmava que “[...] la segunda ley revolucionaria concedia la propiedad inembargable e

⁹ Fidel encontrava-se preso em função da tentativa frustrada de tomada do Quartel Moncada e por ser advogado decidiu fazer sua própria defesa em juízo.

intransferible de la tierra a todos los colonos, subcolonos, arrendatários, aparceros y precaristas que ocupasen parcelas de cinco o menos caballerías¹⁰ de tierra [...]” (CASTRO, 2013, p. 32 – nota inserida por nós)

A criação da primeira lei tinha a intenção de combater os problemas estruturais, de criar bases sólidas para um modelo econômico, político e social mais justo. Consistia, naquele momento, a opção mais rápida para uma reestruturação do modelo agrário cubano e consequente correção das distorções históricas. Para Sorzano e Sousa esta lei “[...] se considera el cambio estructural de mayor alcance realizado en los primeros años del gobierno revolucionario, cuando se pone fin al régimen burgués-terrateniente y al dominio ejercido por el capital extranjero, y gracias a la cual el campesino recibió la tierra que trabajaba en calidad de propietario (SORZANO e SOUSA, 2012, p. 10).

Intencionando uma transformação das bases política e econômica do país, a lei tinha como princípios básicos:

a) construção, fortalecimento e aprofundamento da unidade entre operários e camponeses na defesa da Revolução; b) alteração do conceito de propriedade privada de direito individual para a concepção de propriedade privada voltada para a redistribuição da riqueza e em prol do interesse social, base para o início do processo de nacionalização de toda propriedade privada; c) a reforma agrária deveria elevar e diversificar a produção, garantir, primeiramente, o abastecimento alimentar interno e promoção do bem estar da população, abastecer de matéria-prima a indústria nacional, através da criação de bases para seu crescimento e diversificação, além de promover a ampliação das exportações (RAMOS FILHO, 2008, p. 368).

Nesse sentido, com “[...] el triunfo de la Revolución y la promulgación de la Primera [...] Ley de Reforma Agraria, se originó un proceso de distribución de la riqueza en la sociedad cubana y particularmente de la tierra en la agricultura [...] (GONZÁLEZ, 2006, p. 22).

Después de la aprobación de la Primera Ley de Reforma Agraria, se inició el proceso de transformación radical de nuestra agricultura. El primer paso efectuado por la Revolución en este sentido fue la entrega de tierra mediante Títulos de Propiedad a

¹⁰ Unidade de medida adotada para fins de quantificação de área em Cuba. Quando convertida para hectare, a equivalência é de 1 Caballeria para 13,4ha.

todos aquellos campesinos que trabajaban parcelas de tierra ajena, que no excedieran de dos caballerías¹¹ (VALDES, 1990, p. 81).

A lei permitiu, ainda no ano de 1960, a entrega de mais de 10.000 títulos de posse e o assentamento de pelo menos 85.000 famílias camponesas. Ao final de 1961, essa cifra subiria para um total de 100.000 títulos entregues. A distribuição destas pequenas propriedades objetivava a garantia da permanência dos camponeses no campo, além de evitar a exploração da força de trabalho através da contratação de força de trabalho¹² (VALDES, 1990).

As mudanças, consideradas estruturantes, tinham como meta a erradicação do latifúndio no país. Sendo assim, foi estabelecido um teto máximo para a propriedade privada de até 402 hectares. Os minifúndios também foram combatidos a partir do estabelecimento considerado *mínimo vital*, ou seja, uma propriedade suficiente para abastecer uma família composta por até cinco pessoas. Estas famílias receberam “[...] gratuitamente un ‘mínimo vital’ de 27ha de tierra [...] los campesinos podían, si así lo deseaban, comprar una parcela complementaria, pero el total de la tierra adquirida no debía exceder de 67 hectáreas [...]” (SERÁEV, 1988, p. 41).

A impossibilidade de exploração dos recursos naturais presentes no subsolo cubano, sobretudo minérios, além da superexploração das diferenças de fertilidade e da localização das terras, causaram um grande incômodo nos proprietários que apesar do advento da primeira lei ainda permaneceram com propriedades de até 400ha ou mais. Ou seja, a reforma não tratava de um problema técnico, mas, sobretudo, político (ARANDA, 1968). Assim, “[...] la reforma agraria, primera acción de gran alcance socioeconómico, [...] desencadenó un agudo enfrentamiento con el gobierno norteamericano y las viejas clases dominantes, a cuyo ritmo vertiginoso se transformaría la realidad cubana” (LECUONA, 2001, p. 17).

¹¹ Equivalente a 26,8ha.

¹² O próprio Fidel, por ocasião da Plenária Nacional de Agricultores Pequenos, em 17 de maio de 1961, proclamara que “[...] la revolución cree que la pequeña parcela no rinde bastante. Pero no pueden aspirar ustedes a aumentar la parcela para contratar obreros agrícolas y explotarlos haciéndoles trabajar para ustedes. Ellos deben trabajar únicamente para ellos mismos y para la sociedad” (apud VALDES, 1990, p. 82)

Para compensar a perda das propriedades por parte dos grandes latifundiários, a lei previa uma indenização ao longo de vinte anos. O valor desta indenização estava condicionado à declaração fiscal de valor feita pelo proprietário nos últimos anos. Como em geral os proprietários, a fim de pagarem menos impostos, declaravam um valor baixo, a indenização em geral não era muito alta.

Assim, pode-se dizer que

[...] la reforma agraria de 1959 fue el cambio estructural más profundo y de más largo alcance realizado al principio de la Revolución. Por su intermedio, se abatió el régimen burgués-terrateniente y el capital extranjero sobre la tierra; el campesinado fue liberado de la explotación capitalista y semifeudal, al tiempo que recibió en propiedad la tierra que trabajaba; por otro lado, se limitó el papel del capital agrario, sin negar su existencia y su papel en el proyecto de desarrollo nacional liberador (ALBELO, 2005, p. 14).

Superada a etapa da revolução, o governo empenhou esforços para a criação de agrovilas dotadas de um mínimo de infraestrutura a fim de acomodar os camponeses e trabalhadores rurais. Essa medida não só dava mais dignidade aos trabalhadores do campo como evitava fluxos migratórios em direção às cidades, contribuindo para a manutenção de homens e mulheres no campo e, conseqüentemente, para a continuidade de produção de alimentos. Nas agrovilas o governo construiu um conjunto de infraestruturas como escolas, casas, centros clínicos e de apoio às gestantes e idosos, além de abastecer estes espaços com energia, água e melhorar o acesso à comunicação.

A direção/administração destas unidades, como seria também com as cooperativas, estava ligada diretamente à estrutura do Estado. Essa centralização foi muito importante, afirma Aranda, em vários aspectos, pois, garantiu “[...] la unidad de dirección, propósitos y procedimientos para todas las áreas de caña. Facilitaron una política homogénea de inversiones y permitieron, además, un control financiero de todas las actividades [...]” (ARANDA, 1968, p. 181). Além disso, outorgavam a possibilidade de soluções nacionais a uma série de problemas das mais diversas ordens: administrativos, contábeis, de planejamento, salários, etc. (ARANDA, 1968, p. 181).

Mas, para uma visão mais ampla em relação à primeira lei de reforma agrária, elencamos alguns trechos que consideramos mais emblemáticos: o estabelecimento de um limite de 402 hectares para as propriedades privadas e o estabelecimento de uma ordem prioritária para a realização da expropriação; proibição da aquisição de propriedade de terra por estrangeiros, além do estabelecimento de prioridades no processo de distribuição das terras.

Ou seja, primeiro seriam contemplados os camponeses que haviam perdido as terras que cultivavam; segundo os camponeses da região onde ocorresse a desapropriação e que careciam de terra para cultivo; terceiro os camponeses de outras regiões; quarto os trabalhadores em geral de outras regiões e, por fim, qualquer outra pessoa que demonstrasse interesse e habilidade com o trato da terra.

Além disso, a lei estabeleceu o prazo de 10 anos de isenção de impostos para os camponeses e trabalhadores que receberam terras e as condições mínimas para constituição das áreas de desenvolvimento agrário [facilidade de acesso para censos, exportação, venda e ajuda estatal; criação de associações e cooperativas; recursos hídricos, acesso às principais tecnologias e informação] também foram estabelecidos.

Não demorou muito para que houvesse uma ofensiva da parte da oligarquia latifundiária, apoiada pelos Estados Unidos da América, contra o governo revolucionário. Contudo, o Estado mantinha forte oposição aos interesses norte-americanos e uma clara postura de imposição da reforma política, econômica e social.

Con la promulgación y aplicación de la Ley de Reforma Agraria se inició el ciclo de las grandes transformaciones de la sociedad cubana [...]. El alcance de las medidas dispuestas en la Ley hizo patente la voluntad de cambios profundos por parte del Gobierno Revolucionario y su radical compromiso con los intereses populares. (PAZ, 1997, p. 74).

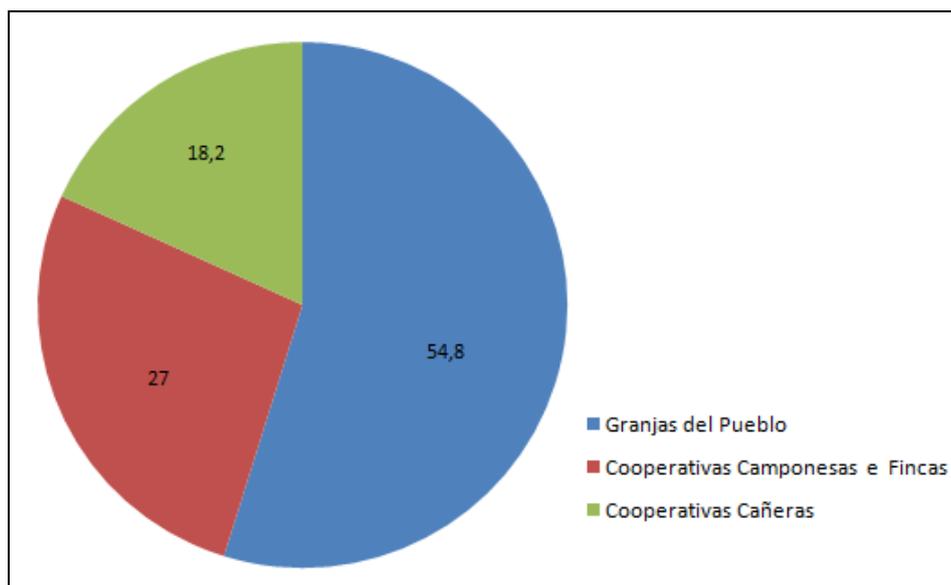
Dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INRA, por exemplo, apontam que de janeiro a junho de 1961, houve um incremento de aproximadamente 6.678% na distribuição de terras. Ou seja, dos 40.200ha distribuídos em janeiro, saltou-se para 2.725.000 em junho. Esse aumento

atendeu, naquele momento, a 101.000 beneficiários, o que significou um incremento de 1.583% em relação aos 6.000 beneficiados de janeiro. A aplicação da lei se tornou, dessa forma, a prova de força da revolução e sua principal arma na luta pela hegemonia popular (PAZ, 1997).

Além disso, como defesa à ofensiva imperialista norte-americana, foram criadas medidas de alcance mais geral e de impacto direto no desenvolvimento rural [discurso praticado até os dias atuais pelo governo], como diversificação da produção agrícola, recuperação florestal, eletrificação e urbanização rural, criação de postos de trabalho e qualificação de mão-de-obra. Tudo isso corrobora para a crença de que em Cuba houve, de fato, o que aqui estamos chamando de revolução agrária.

A distribuição das terras, por ocasião da Primeira Lei de Reforma Agrária (gráfico 02), resultou no seguinte quadro geral: dos 4.438.879ha, 2.433.449ha (54,8%) passaram a constituir as chamadas granjas do povo, 809.454ha (18,2%) foram transformadas em cooperativas de cana e 1.195.976ha (27%) evoluíram para cooperativas camponesas e propriedades individuais. Nas palavras de Fidel, essas “[...] cooperativas em áreas de caña [...], por cierto, alcanzaron alguns éxitos relativamente pronto” (FIDEL CASTRO apud TÁBIO, 2006, p. 275).

GRÁFICO 02 – CUBA: DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS POR SETORES A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA PRIMEIRA LEI DE REFORMA AGRÁRIA 1959



Org. Reinaldo Sousa

As cooperativas de cana eram constituídas de trabalhadores agrícolas e os meios de produção eram de propriedade coletiva. O objetivo era minimizar, de acordo com os postulados de Marx e Engels, a propriedade individual da terra, afinal “[...] Marx e Engels lucharan decididamente contra los socialistas pequeños burgueses que sustentaban posiciones de mantenimiento y defensa de las granjas campesinas individuales [...]. A juicio de Engels, la granja campesina individual es incompatible con la gran producción [...]” (SERÁEV, 1988, p. 9).

A missão, na perspectiva de Engels a respeito dos pequenos camponeses, era de orientar a produção individual e a propriedade privada a um regime cooperativista, não pela força, mas pelo exemplo e ajuda social para esta finalidade (SERÁEV, 1988). Assim, Marx e Engels admitiam a possibilidade de criação de cooperativas de produção tanto sobre as terras nacionalizadas quanto sobre aquelas não nacionalizadas.

Porém, em ambos os casos o controle econômico deveria permanecer sobre a tutela do Estado que era responsável pela manutenção da propriedade dos meios de produção (SERÁEV, 1988). Ou seja, a criação de cooperativas não consistiu um movimento espontâneo, mas induzido pelo Estado. Elas “[...] se organizaran en las tierras confiscadas a los personeros de la tiranía y en las expropiadas por exceder el límite máximo autorizado por la Primera Ley de Reforma Agraria, que fue fijada en 30 caballerías” (VALDES, 1990, p. 71).

La creación de la cooperativa cañera fue un paso importante en el proceso de socialización de nuestra agricultura, se formaron a partir de las grandes extensiones de tierra expropiadas a los latifundistas y se entregaron a los obreros agrícolas para su usufructo colectivo (VALDES, 1990, p. 73).

Mas, apesar do inegável avanço na reforma agrária, por ocasião da primeira lei, algumas contradições permaneciam, a exemplo da existência de propriedades com mais de 400ha e outras que ultrapassavam inclusive 1000ha. Pensando nisso o governo vai propor uma série de complementos/mudanças. Havia, nitidamente, uma intenção em nacionalizar todas as empresas de cana que por ocasião da primeira lei haviam sido protegidas em até 1.340ha.

Ou seja, diferentemente do que havia se passado em outros países de modelo socialista, a reforma agrária cubana, num primeiro momento, não atingiu

completamente os grandes latifundiários. De certo modo eles permaneceram grandes latifundiários para os padrões cubanos, uma vez que se permitiu a posse de até 402ha e, em alguns casos, de até 1.340ha.

En la República Democrática Alemana de el máximo de tierra que podía tener cada propietario fue establecido en 100 hectáreas; en Polonia, en 20; em Hungría, en 28,5; en Rumania y Checoslovaquia, en 50; en Bulgaria 20 hectáreas [...]. Como se aprecia, nuestro límite de propiedad privada difería de manera considerable en su extensión con la de los países socialistas relacionados anteriormente (VALDES, 1990, p. 13).

Essa relação, nitidamente oposta aos interesses dos líderes daquela revolução, incomodava a Fidel para quem o problema da “[...] Primera Ley de Reforma Agraria, más radical o menos radical, era absolutamente inaceptable para un país cuyas empresas eran dueñas de las mejores tierras cañeras de Cuba” (Fidel Castro apud TÁBIO, 2006, p. 277). Ele já deixava clara a intenção de uma verdadeira revolução agrária ao afirmar que se mostrava partidário “[...] de uma reforma agraria mucho más radical” (Fidel Castro apud TÁBIO, 2006, p. 277).

Mas, a estrutura da propriedade, criada com a promulgação da primeira lei “[...] en la cual sólo el 40,2% de la superficie era de carácter social, no era suficiente para permitir el desarrollo socialista de la Revolución y como solución al enfrentamiento de las capas burguesas a la Revolución se tuvo que llevar a cabo la Segunda Ley de Reforma Agraria [...]” (VALDES, 1990, p. 07).

3.2.3 - A Segunda Lei de Reforma Agrária

Enquanto a primeira lei de reforma agrária caracterizou-se pela instituição do limite da propriedade e pela implementação do cooperativismo, a segunda, de 3 de outubro de 1963, caracterizou-se, sobretudo, pela expropriação da burguesia agrária e estatização da terra e dos bens confiscados caracterizando, assim, uma revolução.

O problema seguinte à aplicação da primeira lei foi o que fazer com as terras expropriadas. Nos demais países que experimentaram uma revolução agrária [República Democrática da Alemanha, Polónia, Hungria, România, Checoslovaquia, Bulgária etc.] a solução sempre fora a distribuição com os

trabalhadores que nela já trabalhavam para depois organizá-los em agrupamentos cooperativos.

A orientação do governo cubano, entretanto, foi outra: a terra não seria entregue, individualmente, a nenhum trabalhador. Isso fora feito em função das duas modalidades mais comuns nas terras cubanas no período, a saber: o latifúndio canavieiro e de gado.

La decisión de no repartir las tierras represento, además, ventajas extraordinarias para impulsar la producción en los primeros años. Al mantenerse en lo esencial las unidades económicas expropiadas, sin que su producción disminuyera, todos los esfuerzos adicionales se transformaran en producciones también adicionales (ARANDA, 1968, p. 175).

A medida adotada foi, então, a formação e/ou estímulo à manutenção de cooperativas e empresas estatais. Os líderes da revolução enxergavam no modelo cooperativista a solução para muitos dos problemas agrários do país. A lógica era a manutenção da propriedade pequena, mas que agrupadas em cooperativas poderiam aplicar os métodos de produção de uma grande propriedade.

Essa forma de se ver/enxergar a organização cooperativa faz lembrar umas das teorias de Chayanov, para quem a cooperação é a forma organizacional mais completa de empresa agrícola, pois permitiria a combinação entre eficiência do trabalho com a superioridade técnica das formas organizacionais grandes o que aumentaria as chances de sobrevivência do campesinato no capitalismo (CARVALHO, 2014).

O autor reforça sua tese ao citar um trecho de Chayanov no qual ele afirma que indubitavelmente “[...] na agricultura, assim como na indústria, as grandes formas de economia mostraram superioridade e diminuíram os custos de produção (CHAYANOV 1927 apud CARVALHO 2014, p. 220). Entretanto, é importante destacar que em estudos posteriores Chayanov vai desenvolver a Teoria do Diferencial Ótimo e mudar em parte sua compreensão acerca das vantagens da grande propriedade em relação às pequenas, propondo o que denominou de média ótima (CARVALHO 2014).

Esse modelo “[...] permite que en lugar de trabajo individual haya el trabajo colectivo, y así unir los esfuerzos y los desvelos de muchos. Permite usar la gran maquinaria agrícola y la técnica más moderna (FIDEL CASTRO apud VALDES, 1990, p. 82). Entretanto, essa opção fragiliza, como pontuamos anteriormente, a relação com os camponeses que têm uma opção clara pela propriedade da terra.

A elaboração e execução da segunda lei eram necessárias uma vez que “[...] en agosto de 1961, la burguesía rural tenía más de 150.000 caballerías (2.010.000ha), es decir, que a pesar de la realización de la Primera Reforma Agraria, ese sector controlaba todavía algo más del 22% de la superficie nacional (ARANDA, 1968, p. 189/190).

Assim,

[...] en sus manos la producción de más de 1.000 millones de arroba de caña, sembrada en 22.000 caballerías de tierra. Una parte decisiva de la ganadería nacional, y sobre todo de los pastos para crianza y ceba de nuestro ganado, era controlada también por este sector. Tierras ociosas capaces de ser puestas en cultivo aparecían más y más a nuestra vista (CARLOS C. RODRIGUES, apud ARANDA, 1968, p. 190)

Nas palavras do próprio Fidel, “[...] la mayor parte de esas tierras estaban mal atendidas, mal cuidadas, se especulaba con los productos, se repartía privilegiadamente [...] no había ningún espíritu de colaboración” (ARANDA, 1968, p. 190/191). Foi neste contexto que desenvolveu a nova lei cujo objetivo central era modificar e consolidar a lei anterior.

Além de propor mudanças, a segunda lei aboliu, definitivamente, a propriedade agrária capitalista. Em outras palavras, alterava-se o valor da área instituído pela Lei nº03 de 10 de outubro de 1958 que permitia a propriedade privada de até 402ha ou mais. Assim, somadas as duas leis foram responsáveis por uma série de mudanças na estrutura agrária do país.

Entre os resultados mais importantes da aplicação das duas leis estão

[...] la socialización y organización de la tercera parte de las tierras, de la producción, de la comercialización y de los aseguramientos y suministros agropecuarios [...]; el desarrollo de nuevas relaciones socialistas de producción que consolidan una agricultura colectiva, crecientemente estatal y con una gestión

altamente centralizada, que se desarrolla sobre grandes extensiones de tierra de propiedad estatal (SORZANO e SOUSA, 2012, p. 12).

Esta ley, calificada como la ultima Ley de Reforma Agraria, tenía como propósito expreso [...] abolir la propiedad agraria capitalista con el objetivo de favorecer el desarrollo socialista de la economía agraria y suprimir a la burguesia [...] (PAZ, 1997, p. 128).

Com a aplicação da nova lei, a estrutura da terra estava assim apresentada: o Estado passou a controlar 60% da área agricultável contra 44% em relação à lei anterior. O setor privado, que na lei anterior dominava 56%, passou a dominar 39,3%. Outra consequência direta da aplicação da segunda lei foi a “[...] definitiva modificación de la estructura social, con la supreción de todos los grupos basados en la posesión de medios de producción y la explotación de fuerza de trabajo obrera y campesina” (PAZ, 1997, p. 132).

Dentre as principais mudanças implementadas no campo cubano, por ocasião da aplicação da segunda lei, destaca-se a nacionalização das terras acima de 5 caballerias, ou seja, 67 hectares. Com esta medida o Estado passou a dominar mais de 70% das terras agrícolas. Também destacamos a nulidade de todas as concessões, venda ou arrendamento de terra desde junho de 1959, além da determinação de que os proprietários de propriedades que não estivessem produzindo não seriam indenizados. Essa medida visava combater, em definitivo, os grandes latifundiários que a primeira lei não conseguiu eliminar.

3.2.4 – Caminhos do Cooperativismo em Cuba

Simultaneamente à aplicação da Segunda Lei de Reforma Agrária, foram postas em prática novas formas de organização da agricultura estatal. Contudo, o modelo praticado até então, marcado por uma grande centralização das granjas cañeras e as del pueblo, continuou. Mas, alguns camponeses alegavam, contudo, que essa centralização era necessária.

Assim,

[...] el aparato nacional asumió en forma creciente la dirección operativa de las unidades de producción, entrabando y minimizando la responsabilidad de dirección de los cuadros locales. La confección de los planes, la asignación de recursos y las decisiones más importantes [...] se hacían centralmente, sin tener

debidamente en cuenta las particularidades, posibilidades y problemas de las distintas granjas y agrupaciones (ARANDA, 1968, p. 192)

Essa política de administração, centralizada nacionalmente, implicava em problemas das mais diversas ordens. A produção agrícola, por exemplo, estava sujeita a variações de ordem natural. Nesse sentido, os problemas advindos de mudanças no tempo eram de difícil resolução, uma vez que os centros de decisão estavam longe dos centros de produção. Afinal, “[...] la agricultura, sometida a los caprichos de la naturaleza, requiere más que otras actividades de una dirección operativa ágil, ejecutiva y capaz de adaptarse con rapidez a situaciones cambiantes” (ARANDA, 1968, p. 192). Assim,

[...] la integración cooperativa se presentó como la vía inmediata para superar las condiciones de la tenencia individual minifundiaria, mediante la constitución de una nueva forma de propiedad colectiva, una mayor concentración de los recursos productivos y una forma socialista de producción y distribución (PAZ, 1997, p. 144).

Até a década de 1970 não houve, por parte do Estado, uma política clara de formação de cooperativas, pois havia da parte dos líderes da revolução a compreensão de que os contrarrevolucionários estavam plantando nos camponeses o medo de que o governo iria cooperativar as terras ao invés de garantir a posse. O próprio Fidel, por ocasião da I Conferência Regional de Plantações da América Latina, em março de 1961, já havia firmado que

[...] los contrarrevolucionarios han tratado de meterles miedo a los pequeños agricultores, diciéndoles que los vamos a cooperativizar [...], qué norma hemos adoptado con respecto a eso? En vez de promover la formación de cooperativas con pequeños agricultores, lo que hemos hecho es lo contrario [...]. Qué un grupo de pequeños agricultores independientes quieren formar una cooperativa? Les decimos: no (VALDES, 1990, p. 65).

Mas, “[...] el desarrollo agropecuario [...] en el sector estatal por medio de empresas estatales especializadas” (VALDES, 1990, p. 66) seria, ao final da década de 1970, quase que completamente substituído por modelos cooperativos. Nas palavras de Fidel, afirma Valdes, era o momento de os camponeses pensarem em “formas superiores de produção”, dentre elas a cooperativização (VALDES, 1990).

En estas tesis se planteó la cooperativa agropecuaria, como una de las dos vías socialistas de producción en la agricultura partiendo del principio de que aquellos campesinos que la integraran unieran sus tierras y medios de trabajo para la explotación común, dejando atrás la producción de la pequeña parcela individual (VALDES, 1990, p. 68)

Assim, o Estado edita a lei nº 36 de 24 de agosto de 1982 (lei de cooperativas agropecuárias), onde vai delinear os princípios que irão reger a produção, política de crédito e serviços das cooperativas. Essas cooperativas nasceriam, segundo Fidel, da união voluntária e consciente dos pequenos agricultores independentes que construíram casas, escolas, centros de saúde, centros de distribuição de produtos, serviços de eletricidade, etc. Contudo, em 1975 os camponeses dominavam 17,4% das terras nacionais, ou seja, 12,7% a menos que as contabilizadas em 1963, e 21% das terras agrícolas.

Para PAZ (1997) isso se devia, de um lado, a problemas sociológicos (envelhecimento e diminuição da força de trabalho familiar, desinteresse pelo modo de vida camponês, baixos estímulos econômicos) e, de outro, como dissemos, pela pouca capacidade dos minifúndios de adotar as novas tecnologias agropecuárias. Tudo isso iria provocar o governo a realizar uma nova revisão das condições camponesas por ocasião do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba.

Ainda em 1975, o congresso aprovou “[...] el examen del proceso agrario anterior y la propuesta de una política de desarrollo económico y social rural” (PAZ, 1997, p. 141). A maior preocupação era por entender a relação entre uma população crescente, de um lado, e, de outro, a diminuição das terras agricultáveis em termos tanto absolutos quanto relativos. Em suas análises Paz (1997) aponta algumas das possíveis causas: a expansão de áreas urbanas, a ampliação de instalações econômicas e de serviços, além da ampliação de infraestruturas rural e urbanas que afetariam as áreas agrícolas com a diminuição da área agrícola por habitante.

Frente a esta tendencia, se hacía imperioso tanto la conservación del área agrícola existente como el incremento de la productividad del suelo, a los fines de garantizar la producción de los alimentos para el consumo interno y los bienes exportables necesarios al país” (PAZ, 1997, p. 142).

O conjunto de medidas sugeridas por ocasião do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba surtiu efeitos positivos e já em 1977 os camponeses cooperados passaram a ocupar mais de 12 mil hectares de terra, num total de 83 Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA e 2.361 cooperados (PAZ, 2009). Em 1984 eles passam a concentrar mais de 46% da área agrícola, num total de 1.414 CPAs e 72.297 associados (tabela 01). As CPAs, criadas ainda na década de 1970, constituíam “[...] una forma de coperación compleja de la producción campesina” (PAZ, 2009, p. 96), oficializada pela Ley no. 36 de 1982.

TABELA 01 – CUBA: EVOLUÇÃO DAS CPA 1977-1984

	Ano							
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Nº de CPA	83	363	725	1035	1128	1416	1472	1414
Superfície (mil ha)	12,9	53,2	104,3	212,9	383,4	690,5	938,2	988,3
Nº de Sócios	2361	9801	16692	29535	39519	63285	82611	72297

Fonte: Valdes (1990)

Como se puede observar, las Cooperativas de Producción Agropecuaria han incrementado su número de forma sistemática, y en los últimos tempos [a partir da década de 1980] se ha producido un proceso adicional de concentración, o sea, de fusión de cooperativas ya existentes, así como se ha mantenido el proceso de creación de nuevas cooperativas. Este proceso se ha caracterizado por un constante crecimiento de la superficie de las Cooperativas de Producción Agropecuaria, la cuales ya alcanzan cerca del millón de hectáreas socializadas (VALDES, 1990, p. 90 – Grifos nossos).

A criação das CPAs foi bastante horizontal, ou seja, não houve uma imposição a fim de que os camponeses se associassem a essa modalidade de organização. O direito à livre escolha foi priorizado pelo partido comunista cubano. O próprio dirigente do partido, o Primeiro Secretário Fidel Castro, por ocasião de um informe ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, em janeiro de 1976, expressara:

[...] la Revolución respeta y respetará la libre voluntad de cada campesino. El campesinado es aliado de la clase obrera. Esta no empleará jamás métodos coercitivos contra sus hermanos de lucha ni se apartará nunca de los métodos persuasivos, tenga o no éxito en convencer a alguien. Tal principio se respetará rigurosamente (VALDES, 1990, p. 88).

Com as mudanças, a área cultivada que era de 39% em 1974 passou para 52% em 1983. Esta mudança dos camponeses em produtores cooperados marcava, então, a tendência de organização que se manteria até o final dos anos de 1980. Contudo, veremos mais adiante, o modelo de organização em CPAs não deu tão certo quanto pensava o Estado cubano, apesar do incremento em número de associados e de domínio das terras.

Ao final da década, mais especificamente em 1988, um novo balanço da realidade nacional revelou que o setor estatal, somado às cooperativas de produção, concentrava 98% das terras agrícolas que representava, naquele ano, 62% de todo o território (PAZ, 1997).

Dentre as cooperativas de produção agropecuária, merecem destaque as cooperativas de cana e de tabaco. Em 1984 as cooperativas canavieiras representavam 433 unidades (30,62% das CPAs), 395 mil hectares de terras cultivadas (40% da área total cultivada) e 31.449 sócios, ou seja, 43% dos cooperados.

Estas cooperativas de producción agropecuaria dedicadas al cultivo de la cana de azúcar han ido incrementando su superficie y mejorando significativamente sus eficiencias estructurales. Desde 1979 a 1984 han crecido en superficie casi 10 veces, y el numero de socios en casi 6 veces (VALDES, 1990, p. 95)

Quando analisamos os indicadores médios de evolução da área por cooperativa, dos sócios por cooperativa e da área por sócio elas se apresentam com índices crescentes de evolução entre os anos de 1979 e 1984. Naquele ano a área média correspondente por cooperativa era de 164 hectares, o número médio de sócios era de 21 e a área média por sócio era de 7,7 hectares. Em 1984 os números evoluíram para 912 hectares, 73 sócios e 12,6 hectares, respectivamente (VALDES, 1990, p. 96).

As cooperativas tabacaleiras, por suas peculiaridades quanto à adaptação ao clima, relevo, tratos culturais, etc. possuem uma dificuldade maior em relação às canavieiras. Contudo, apresenta para o período analisado taxas de crescimento muito significativas. Em 1979 esse modelo somava 220 unidades (30,3, 4%) do total abrangendo uma área de 28,8 mil hectares, ou seja, 27,6% da superfície total socializada do setor camponês, além de possuir 6.315 sócios o que equivale a 37,83%.

Em 1984 o número de cooperativas tabacaleiras vai permanecer o mesmo, mas a área vai aumentar para 111,6 mil hectares, ou seja, um incremento de 387,59%. O número de sócios, naquele ano, atingiu 12.836. Nesse sentido, “[...] las cooperativas tabacaleras han ido ganando un valor significativo dentro del sector [...]” (VALDES, 1990, p. 97).

Da mesma forma que as cooperativas canavieiras, quando se analisam os indicadores médios de evolução da área por cooperativa, dos sócios por cooperativa e da área por sócio, elas também apresentam índices positivos de evolução no período compreendido entre os anos de 1979 e 1984. O número médio de hectares por cooperativa que era de 131 em 1979 subiu para 507; o número de sócios por cooperativa que naquele ano era de 29 em 1984 atingiu 58 e o número de hectares por sócio que em 1979 era de 4,6 aumentou para 8,7 neste último ano (VALDES, 1990).

Mas, no início da década de 1990, época que corresponde ao Período Especial cubano, essa forma de organização vai sofrer uma sensível queda. Em 1993 o número total caiu para 1.202 unidades e um total de 60.266 membros. Esses números vão continuar caindo e em 1998 vão totalizar 767 cooperativas e 1993 membros. Para Paz (2009) essa variação se deve, dentre outras causas, à tendência de parcelamento, falta de rentabilidade, incremento dos custos diretos da produção e a demanda por eficiência técnica.

A década de 1990 marcaria um período de muitas dificuldades para o país. A queda da antiga URSS, responsável por uma parcela muito significativa das relações econômicas de Cuba, associada ao bloqueio econômico do país desde

1962 pelos Estados Unidos da América, constituíram-se em elementos importantes dessa conjuntura.

La desaparición del campo socialista y con ello las posibilidades de mercado, precio y créditos, bajo condiciones justas, unido a ineficiencias económicas internas, motivaron la necesidad de importantes transformaciones económicas, particularmente en el sector agropecuario cubano (GONZÁLEZ 2006, p. 54)

Este derrumbe y la desaparición de las alianzas políticas, económica y militar que definían el llamado campo socialista europeo, dieron lugar a un nuevo e inestable orden internacional, basado en un mercado mundial dominado por relaciones capitalistas de producción, en la concertación entre las grandes potencias y en la hegemonía militar de Estados Unidos (PAZ, 1997, p. 159).

Essa nova ordem mundial produziu em Cuba o que Paz classificou de catastrófica queda na capacidade produtiva e de importação. O setor produtivo sofrera com o desabastecimento de energia, insumos, alimentos, etc. além de sofrer um grande retrocesso tecnológico e queda no mercado de trabalho. O desaparecimento do modelo soviético,

[...] y con ello del nivel de aseguramiento logrado, de condiciones de mercado seguro, de precios preferenciales y relaciones de intercambio justas – que entre otras cuestiones significaran un punto de apoyo decisivo para la economía y la agroindustria – constituyeron el detonante, que unido al deterioro de los indicadores de eficiencia que ya se venía manifestando, dieron lugar a la crisis económica de la década de los noventa, sobre la cual aún transitamos (GONZÁLEZ 2006, p. 136)

Cuba entrava, assim, num período marcado por fortes crises econômicas, dificuldades por parte do Estado de manter as políticas de segurança social e econômica dos anos anteriores, a que denominaram de *Período Especial*. Esse período, que nasce no início da década de 1990, logo após a desintegração da União Soviética, na verdade não foi superado. Os lineamentos implementados em Cuba são a prova de que eles ainda estão buscando a sua superação.

Para enfrentá-lo fora necessário uma série de mudanças, dentre elas a importação de alimentos, aquisição de novas fontes energéticas, mobilização de força de trabalho urbana (incluindo estudantes), além de uma relativa abertura ao mercado privado, sobretudo ao turismo e pequenos negócios.

Assim, o Governo introduziu nos programas governamentais uma série de medidas cujo foco principal era a minimização dos impactos da crise, sobretudo no campo da produção agrícola.

3.3 Cuba no contexto do fim de século, outra postura era necessária

A economia centralizada que vigorou em Cuba até o início da década de 1990, período marcado por intensas crises nos setores econômicos, político e social, não corresponde com a realidade atual (GONZÁLEZ, 2006). O país tem praticado uma série de mudanças, dentre elas uma maior abertura ao mercado, que para muitos estudiosos sugerem uma contradição com seu modo de produção. Entretanto,

[...] algunos estudiosos del tema consideran que la economía de mercado no tiene nada a ver con el capitalismo o socialismo, ya que el mercado existe desde la propia descomposición de la comunidad primitiva, señalando que el propio Marx planteó que la mercancía solo logra su reconocimiento social a través del intercambio (mercado), existiendo el mercado en ambos sistemas económicos (GONZÁLEZ, 2006, p. 90).

A história agrária de Cuba é muito particular no contexto da América Latina. Trata-se de uma nação que passou por mudanças políticas, econômicas e sociais muito fortes desde suas primeiras lutas até o triunfo da revolução em 1959, quando houve uma mudança significativa no quadro agrário. Diretamente relacionada a uma concepção de revolução agrária¹³ (RAMOS FILHO, 2008), Cuba sofreu transformações muito impactantes na sociedade, sobretudo no meio rural.

As transformações na agricultura “[...] que eran en rigor una verdadera revolución agraria, llevaron a la liquidación de todas las clases explotadoras en el campo cubano, quedando sólo en él dos clases amigas: los agricultores y el proletariado agrícola” (SERÁEV, 1988, p. 71/72). Isso só foi possível mediante implementação das duas leis de reforma agrária implementadas no país. Contudo, elas não foram suficientes para amenizar os efeitos da crise do Período Especial, na década de 1990.

¹³ “Pressupõe-se a uma profunda alteração na estrutura agrária concomitante à transformação do sistema social existente e a construção de uma outra sociedade” (RAMOS FILHO, 2008, p. 366/367)

Nas palavras de Guevara (2009, p. 07) “[...] la crisis que hubo de enfrentar la sociedad cubana desde inicio de la década de los noventa tras el derrumbe del socialismo este-europeo, colocó el problema agrario como uno de los principales en la agenda de la reforma económica”.

Com a queda da ex-URSS, o país se viu obrigado a buscar alternativas de sobrevivência e, dentre elas, encontrar uma maneira de produzir alimentos com os insumos disponíveis e numa quantidade nem sempre suficiente para manutenção da sociedade, o que os obrigava importar de outros países.

La crisis de los años noventa hizo patente tanto la imposibilidad de sostener este modelo y la urgencia de suplantarlo por otro, como la necesidad de enmarcarlo en un nuevo sistema de dirección y planificación de la economía. En la actual etapa de “actualización del modelo económico y social” cubano el nuevo sistema deberá incorporar, entre otros aspectos, una mayor autonomía de la esfera empresarial, una planificación complementada con el mercado y un régimen financiero duro. [...] Los logros tecnoproductivos de la economía agraria cubana, en las tres primeras décadas, dejaron sin resolver los problemas de su ineficiencia, patentes en la baja productividad de los medios y del trabajo, así como en la creciente necesidad de subsidios públicos, en casi todas sus ramas” (PAZ, 2014, p. 242)

Além disso,

[...] desde finales de la década de los ochenta el modelo de desarrollo agrario de tipo convencional apoyado en los patrones de la “Revolución Verde” mostró evidentes síntomas de insostenibilidad económica y ecológica. Después de décadas de tecnificación e industrialización de los sistemas agrícolas con el derrumbe del socialismo Cuba perdió casi todos sus socios comerciales y el país tuvo que enfrentar una crisis agrícola y de seguridad alimentaria sin precedentes. Téngase en cuenta la alta dependencia del sector agrícola y en especial del agroindustrial exportador de la importación de maquinarias y equipos, fertilizantes y pesticidas. [...] La desaparición de sus principales abastecedores externos y la agudización del bloqueo económico, obligó al Estado cubano a introducir un paquete de medidas (distintas por su esencia a las de contenido neoliberal que en ese momento se instrumentaban en América Latina) que permitieran a su vez, encontrar alternativas sin perder las conquistas sociales alcanzadas (GUEVARA, 2009, p. 19-20).

É dentro deste contexto que o Estado vai incentivar a criação de cooperativas mais autônomas em relação ao mercado e ao próprio Estado, a produção agrícola em áreas urbanas, a distribuição de terras, a prática de novas

atividades no campo a exemplo do turismo ecológico, acadêmico e de lazer, além da prática de modelos mais eficientes do ponto de vista de gestão e tecnologia.

Entre las medidas más importantes se pueden señalar: el estímulo a sectores no tradicionales como el turismo, la industria farmacéutica y la biotecnología, con capacidades para generar divisas, el aumento de las exportaciones en sectores tradicionales como el níquel y la pesca; la creación de empresas mixtas de capital extranjero - nacional, de capital nacional y de capital privado; la descentralización del comercio exterior; el estímulo al trabajo por cuenta propia; entre otras (GUEVARA, 2009, p. 20).

Como se vê, são medidas liberalizantes que podem culminar numa abertura ao capital suficiente para que ele instale naquele país um modelo agrário com problemas ainda mais complexos que vão culminar, inevitavelmente, num maior redimensionamento dos problemas agrários. Nesse sentido, é preciso repensar as atuais medidas e analisar até que ponto elas são realmente indispensáveis.

La crisis de los años noventa impactó con fuerza a todos los sectores de la economía y la sociedad cubana, la afectación a la economía agropecuaria y a la sociedad rural fue particularmente grave al producir una descapitalización generalizada y el derrumbe del modelo tecnológico intensivo instaurado en los años setenta (PAZ, 2014, p.246).

Medidas de grande impacto no setor agrícola foram adotadas, pois “[...] la crisis alimentaria de los 90 se erigió en el problema político más importante del país e incentivo para los cambios que se inician en esa década en el modelo de desarrollo agrario” (SORZANO e SOUSA, 2012, p. 20).

La crisis de los años 90 inicio a importantes cambios, a una nueva etapa de transformación del modelo de desarrollo agrario, como via para el perfeccionamiento del modelo económico. El periodo que comienza en esta década será testigo de algunas de las políticas de mayor impacto en la organización agraria y en el funcionamiento de la agricultura, pero que no llegan a ser de carácter estructural (SORZANO e SOSA, 2012, p. 13).

A crise do Período Especial obrigou o governo cubano a repensar sua forma de organização da atividade agrícola. Levou a “[...] nuevas reformas agrarias, a la reestructuración de la tenencia de la tierra, al surgimiento o extensión de nuevas formas de producción y a la desigual recuperación de las distintas ramas agropecuárias [...]” (PAZ, 2014, p.246). Dentre as estratégias

de recuperação destaca-se o processo de desestatização a partir da recampanização da agricultura. Esta recampanização, afirma Paz, tem destacado os aspectos virtuosos da vida e atividades camponesas que haviam sido esquecidas durante as primeiras décadas do pós-revolução.

Dentre as principais políticas implementadas no setor agrário cubano no chamado Período Especial, destacam-se, segundo SORZANO e SOUSA (2012):

- a) Mudanças na forma de exploração da terra, com destaque para a aparição das Unidades Básicas de Produção Cooperativa - UBPC e entrega de terras ociosas a pessoas naturais para cultivo de café e tabaco;
- b) Adequação tecnológica do uso da terra às novas condições econômicas e sociais;
- c) Distintas modalidades de associação com capital estrangeiro;
- d) Redução da atividade agroindustrial açucareira e da superfície ocupada com cana;
- e) Impulso ao desenvolvimento da agricultura urbana e suburbana. A crise agrária dos anos noventa;
- f) Entrega de pequenas parcelas de terra para produção de auto-consumo.

É importante dizer que a crise econômica dos anos de 1990 deixava claro que as formas de cooperativas até então existentes, como as Cooperativas de Pequenos Agricultores – CPA, já não davam respostas satisfatórias às necessidades do país. Era necessário (re)pensar novas formas de organização. Outros modelos foram experimentados e aqueles que estavam dando certo, a exemplo das Cooperativas de Crédito e Serviços - CCS¹⁴, incentivadas. Isso reforçaria a intenção do governo em estimular o setor.

Assim, para uma melhor visualização e comparação da política agrícola adotada pelo Governo entre as décadas de 1960 e 1990, achamos importante transcrever, com adequações, um quadro comparativo proposto por Paz. Nele se distinguem as principais características da organização/produção entre as cooperativas (quadro 01).

¹⁴Forma de cooperación simple, en las que se agrupan un número de productores individuales para ciertos fines compartidos (PAZ, 2014, p. 239).

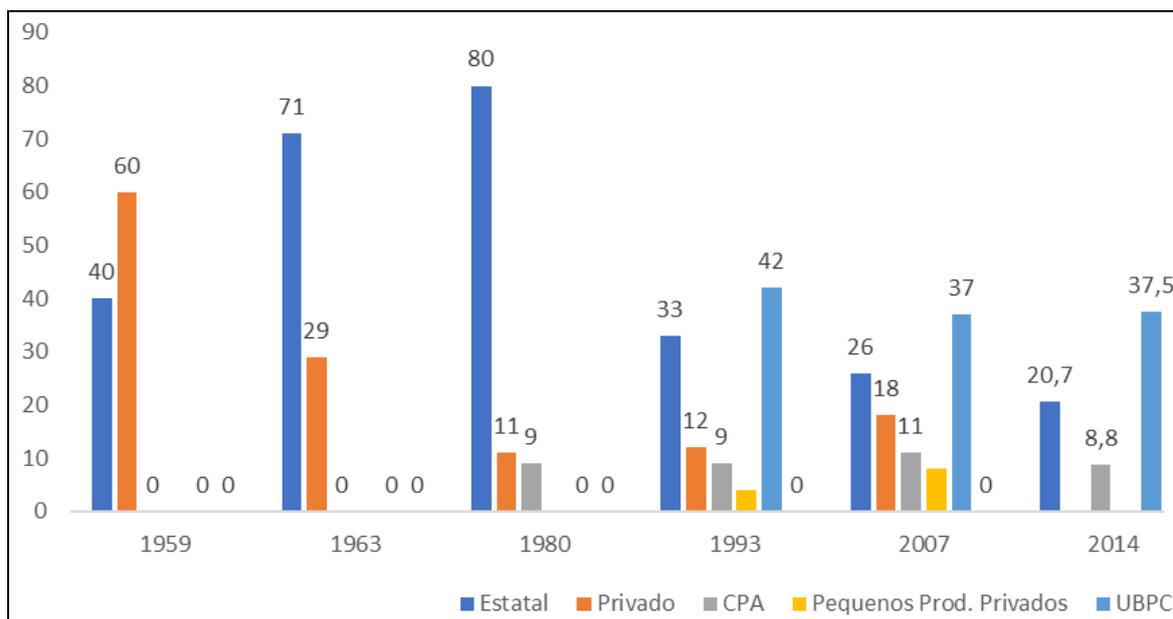
QUADRO 01 – CUBA: CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS CANAVIEIRAS

COOPERATIVAS CANAVIEIRAS	UBPC	CPA	CCS
Constituídas de cooperativas de pequeno tamanho; baixo nível de capitalização; produção extensiva e medianamente especializada; maior disponibilidade de força de trabalho; baixo nível de instrução e qualificação da força de trabalho; alta produtividade da força de trabalho; moderada rentabilidade; órgãos de direção constituído de um conselho eleito e um administrador designado pelo estado e subordinada ao Instituto Nacional de Reforma Agrária - INRA.	Constituídas a partir de empresas estatais de grande tamanho; alto nível de capitalização; produção semi-intensiva e altamente especializada; baixa disponibilidade de força de trabalho; alto nível de instrução e qualificação da força de trabalho; baixa produtividade da força de trabalho; baixa rentabilidade; órgãos de direção constituídos de uma junta de administração eleitos pelos cooperativados, mas subordinado às empresas estatais de origem; constituído por trabalhadores agrícolas assalariados; baixa disponibilidade de força de trabalho; menor disciplina e produtividade de trabalho; organização a partir da segregação de empresas estatais; pouca autonomia.	Constituído por camponeses; maior disponibilidade de força de trabalho; maior disciplina e produtividade de trabalho; organização a partir da fusão de fincas campesinas; maior autonomia.	Surgidas com a associação espontânea de pequenos produtores individuais que buscavam, através da união, obter mais créditos e apoio para a produção.

Fonte: PAZ (1997), com adaptações de Reinaldo Sousa

O gráfico a seguir (gráfico 03) nos evidencia essa realidade da década de 1990 e a primeira década deste século, quando as cooperativas do tipo UBPC e CCS ganharam espaço em relação ao modelo estatal. Juntas elas passaram a responder por 55% do total do domínio e uso da terra.

GRÁFICO 03 – CUBA: MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE DOMÍNIO E USO DA TERRA 1959-2014¹⁵



Fonte: Guevara (2009); Paz (2014)
Org. Reinaldo Sousa

Ao final de 1993, tem início, em Cuba, um significativo processo de transformação nas relações de produção (GONZÁLEZ, 2006). Uma das mudanças implementadas foi a descentralização estatal, através da criação das UBPCs - Unidades Básicas de Produção Cooperativa, uma vez que o Estado concentrava cerca de 82% das terras. Isso porque a estrutura agrária “[...] derivada de la reforma de 1993 ya estaba consolidada a favor de un sector no estatal de cooperativas y productores privados” (PAZ, 2009, p. 128).

Essas unidades são criadas “[...] a partir de las sobredimensionadas empresas estatales, donde los antiguos obreros agrícolas se agrupan bajo formas cooperadas de producción y reciben la tierra en condiciones de usufructo indefinido, siendo propietarios del resto de los medios de producción, los cuales deberán amortizar durante un tiempo determinado, mediando un período de

¹⁵ Obs. As CCCs – Cooperativas de Crédito e Serviço não aparecem diretamente no gráfico por estarem agrupadas nas pequenas propriedades ou em meio aos camponeses dispersos.

gracia e intereses bajos” (GONZÁLEZ, 2006, p. 137). Antes da criação das UBPCs existiam duas formas básicas de cooperativas: as CCS e as CPA.

A mediados de 1963 existían ya 527 de estas asociaciones, con más de 46.000 cooperativistas y 433.000 ha, un año después, en 1964, éstas se habían incrementado hasta 899 cooperativas con casi 56.000 cooperativistas y 527.000 hectáreas [...], a mediados de 1967 estas unidades ya eran 1.119 y tenían agrupadas casi 78.000 asociados y 697.000 hectáreas de tierras. [...] a mediados de 1982 ya existían 2.181 cooperativas de créditos y servicios (VALDES, 1990, p. 84).

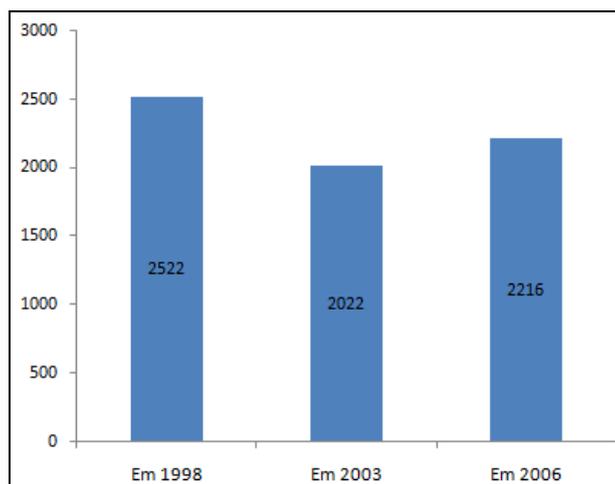
Para Sorzano e Sousa (2012, p. 14), “[...] la creación de las UBPC significó la acción de mayor alcance territorial en la organización de la agricultura cubana, señala el momento cuando las empresas estatales socialistas dividen sus grandes extensiones de tierra y se convierten en cooperativas de producción agrícola con menor área”.

Com a criação das UBPC as formas de uso da terra não estatais passaram a dominar o cenário da produção de alimentos, destacando-se as pequenas propriedades, que em 2010 produziu 66% dos alimentos do país e em 2011 o índice atingiu 80% da produção de hortaliças, feijão e arroz. Ou seja, a pequena propriedade mesmo possuindo uma menor superfície produz a maioria dos alimentos básicos que a população consome (SORZANO e SOUSA, 2012).

Mas, apesar da importância das cooperativas para o enfrentamento da crise, compreensão aceita também pelos dirigentes do país, das 2.522 UBPCs existentes em 1998, restaram, em 2003 (ou seja, dez anos depois de sua criação) apenas 2.022 (uma baixa de 503 unidades, 19,92%).

Em 2006 o número volta a aumentar, porém, num ritmo lento e mantendo como foco principal de cultivo a cana-de-açúcar com 802 (36,19%) do total de 2.216 unidades (gráfico 04). Do restante, 799 (36,06%) era de cultivos diversos, 611 (27,57%) de criação de gado (vacas, porcos e outros) e outras 4 (0,18%) de florestas e/ou mistas (PAZ, 2009).

GRÁFICO 04 – CUBA: EVOLUÇÃO DAS UBPCS 1998-2006



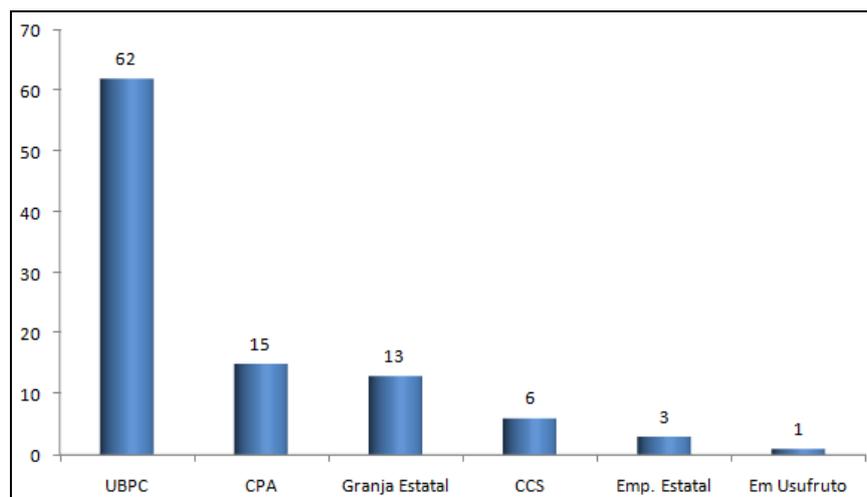
Fonte: (PAZ, 2009); Org. Reinaldo Sousa

A expectativa criada em torno das UBPCs não foi atingida. Mesmo tendo as CPAs como exemplo elas não lograram muito êxito. Afinal, elas “[...] heredaran una situación compleja, sobre una economía agrícola con altos niveles de pérdidas, la necesidad de acometer un proceso de redimensionamiento y reconversión tecnológica y un importante nivel de endeudamiento [...]” (GONZÁLEZ, 2006, p. 58).

Las tendencias examinadas en cuanto a la especialización y diversificación productiva en el sector privado corroboran las contradicciones indicadas. Desde la segunda mitad de la década de los 90 hasta la fecha, se han adicionado otros factores disolventes, no fácilmente conciliables. La multiplicación de los agentes económicos en la agricultura dio paso a nuevas diferencias y contradicciones, incluso en el seno mismo del campesinado. El sector cooperativo UBPC no ha logrado una recuperación eficiente; las CPA se fueron debilitando, perdiendo eficiencia y unidad interna (ALBELO, 2005, p. 20).

Contudo, elas têm demonstrado uma capacidade maior de superação das dificuldades quando comparadas com as empresas estatais. Atualmente, as UBPCs desempenham um papel muito importante na produção agrícola cubana. Entretanto, suas potencialidades são subaproveitadas. Ou seja, o modelo adotado carece de algumas modificações para que possa funcionar bem (GONZÁLEZ, 2006). De toda área controlada por sistemas cooperativos as UBPCs respondem por 62%, seguidas das CPAs com 15% e das granjas estatais com 13% (gráfico 05).

GRÁFICO 05 – CUBA: ESTRUTURA DE DOMÍNIO DA TERRA 2006 (%)



Fonte: GONZÁLEZ (2006)

Como se vê o domínio da terra é, majoritariamente, das unidades básicas de produção, apesar dos variados problemas que envolvem na atualidade esse modelo. A estrutura estatizada em granjas ou empresas estatais, bem como o modelo cooperativo das CPAs se encontra, quantitativamente, em declínio. Esse fato atesta não só uma estrutura de domínio privado que foge à lógica de uma economia centralizada, como denota um problema agrário no país, sobretudo no que tange à permanência.

As UBPCs possuem restrições administrativas e de gestão que limitaram suas potencialidades. Assim, “[...] se ha catalogado que adolecen de la autonomia necesaria” (GONZÁLEZ, 2006, p. 83). A verticalização na criação das UBPCs, nas palavras de Burchardt, “[...] contribuyo a la estructuración de un extendido paternalismo, aún no totalmente erradicado, por parte de la administración estatal, que no reconoce la autonomía indispensable a estas cooperativas” (2000, p. 177). Nesse sentido, mesmo “[...] ocupando un lugar importante en producciones como: tubérculos y raíces, plátano, arroz, cítricos, café y leche, [...]” (GONZÁLEZ, 2006, p. 164-165) elas estão em franco declínio qualitativo.

Outra importante medida adotada pelo governo, como forma de enfrentar a crise da década de 1990, foi a criação de novos produtores individuais, entre eles os produtores de tabaco e café. Essa decisão se deve, acreditamos, a algumas razões fundamentais: “[...] la primera, legalizar las distribuciones de tierras

realizadas con anterioridad – principalmente en el tabaco – con el objetivo de reincorporar fuerza de trabajo experimentada en estas producciones; la segunda, el reconocimiento de que la producción individual o familiares la forma de producción más eficiente en las condiciones de estos cultivos” (PAZ, 1997, p. 168/169).

Ao final de 1995 o governo já havia distribuído, aproximadamente, 23.317ha de terras para produção de tabaco e 43.300ha para produção de café. Essas terras foram doadas em “usufruto¹⁶”, ou seja, uma vez que não atendesse mais aos interesses do povo e do Estado, este as tomaria de volta. No início desta primeira década do século XXI, já se contabilizava cerca de 120.000ha de terras distribuídas com benefício de mais de 100.000 famílias (GONZÁLEZ, 2006).

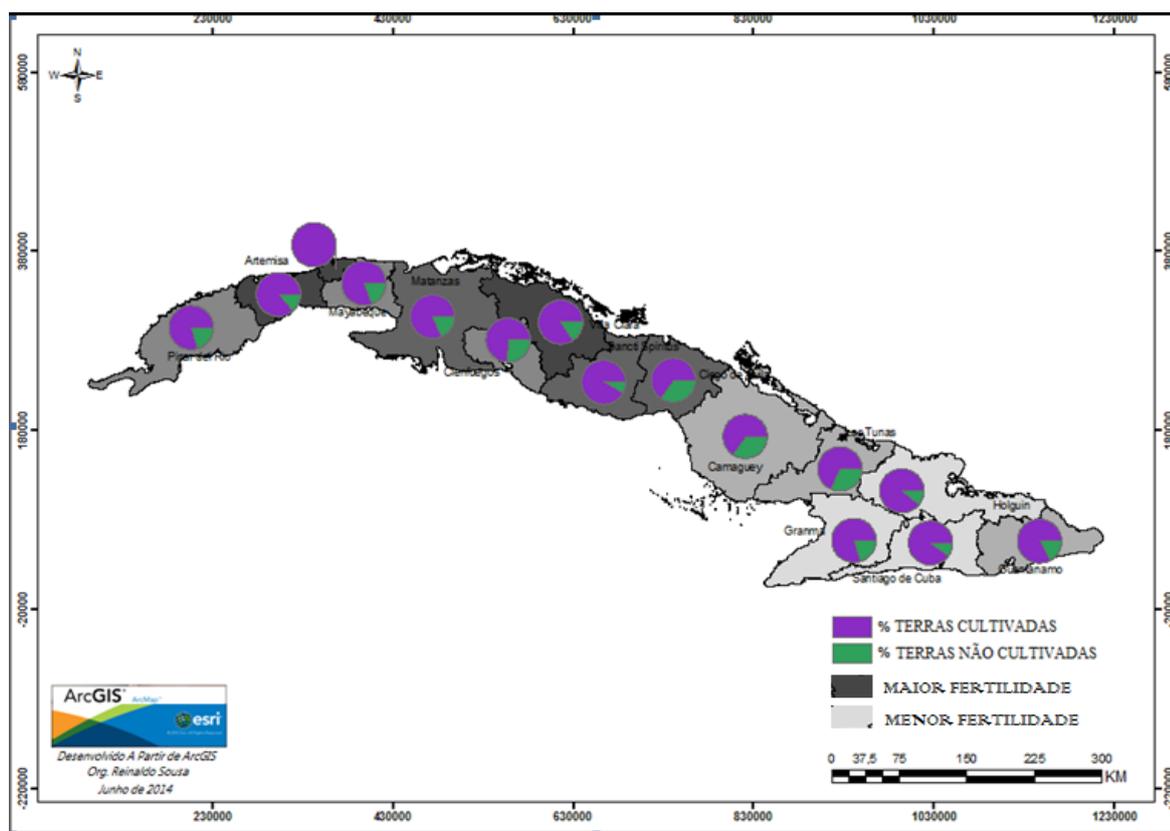
Assim, concordando com Sorzano e Sousa (2012), pode-se dizer que dentre os principais resultados da aplicação da primeira e da segunda lei de reforma agrária em Cuba estão a socialização e da terceira parte das terras, da produção, da comercialização, bem como a prática de novas relações de propriedade.

O documento Balance de Uso y Tenencia de La Tierra, publicado pelo Ministério da Agricultura de Cuba, nos permite uma visão do quadro geral em que se encontra a produção agropecuária do país (mapa 02). Dados de 2007 apontam que dos 10.988.600ha cerca de 60,23% eram terras agrícolas.

No geral, os números atestam, apesar do decréscimo motivado por mudanças no uso das terras localizadas em áreas consideradas como zonas de desenvolvimento [aquelas destinadas, fundamentalmente, para atividades ligadas à extração de petróleo, portuária ou mesmo para o turismo], um relativo uso da terra motivado, sobretudo, pelas leis de distribuição em usufruto.

¹⁶ Instituído pela Lei 59 do Código Civil Cubano de 16 de Júlio de 1987 e reformulado pelo Decreto - Lei 259 de 10 de Júlio de 2008.

MAPA 02 – CUBA: USO DA SUPERFÍCIE AGRICULTÁVEL TOTAL – 2012 (%)



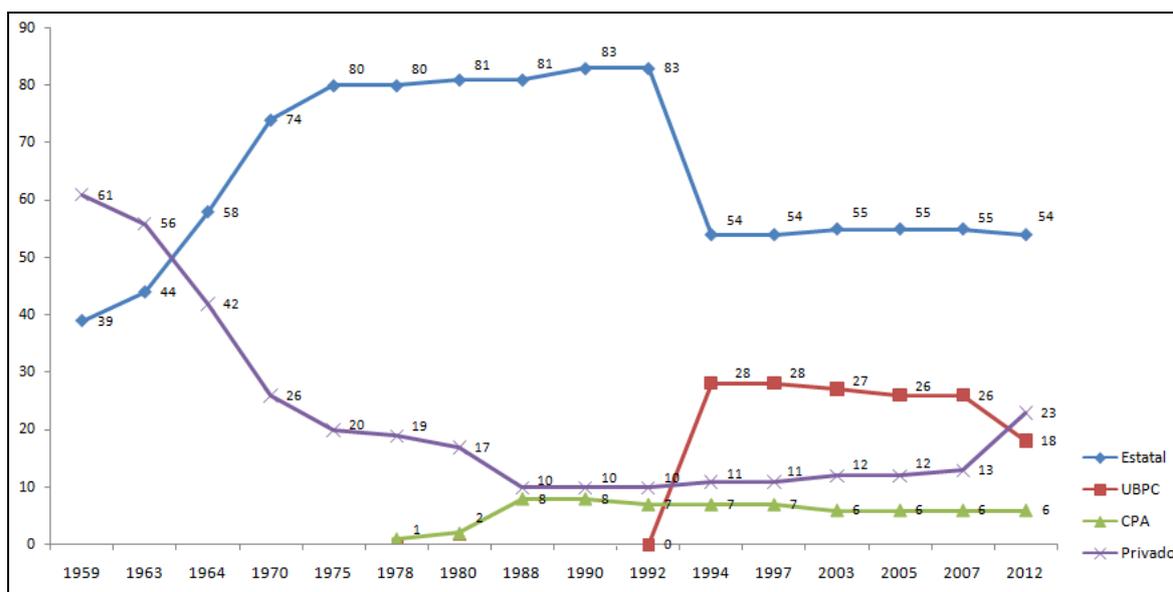
Fonte: MINAG (2012);
Org. Reinaldo Sousa

O gráfico a seguir (gráfico 06) permite, enfim, uma visão geral do uso da terra em Cuba desde a Revolução de 1959. Em 2012 a maior parte das terras, as propriedades estatais, responderam por 54%, as UBPCs por 18%, as CPAs por 6% e as propriedades privadas por 23%. É importante destacar que o gráfico expressa tão somente a forma de uso da terra e não a posse em si. Cabe destacar, também, a variação das empresas estatais e privadas no período 1959 e 1992, quando as estatais passaram de 39% para 83% e as privadas de 61% para 10% respectivamente. Ou seja, uma nítida inversão na forma de uso da terra.

Contudo, a partir de 1994 o quadro vai sofrer uma nova variação em função de medidas adotadas para combater os problemas do Período Especial. Dentre as medidas adotadas destaca-se a criação das UBPCs, opção que não foi das mais acertadas.

Com adoção desta medida, vê-se, nitidamente, uma queda no percentual das estatais (de 83 para 54%). Isso se deve à doação, em usufruto, de muitas propriedades que passaram a ser administradas pelas UBPCs. Todavia, o Estado continua detentor do controle absoluto das terras (54%).

GRÁFICO 06 – CUBA: EVOLUÇÃO NA FORMA DE USO DA TERRA 1959 – 2012 (%)



Fonte: SORZANO e SOUSA (2012).
Org. Reinaldo Sousa

Paz (1997) não enxerga, nas atuais circunstâncias e a curto ou médio prazo uma ação econômica positiva. Para ele “[...] la conversión de las empresas estatales en cooperativas, y la conseqüente preeminencia del sector cooperativado en la estrutura agraria no es sólo una estrategia de descentralización [...], sino también la situación de un modelo de empresa que funciona sobre bases directivas por uno que funcione autogestionariamente (PAZ, 1997, p. 194).

3.4 – Os Novos Caminhos do Agrário em Cuba: legislação, crédito, tecnologia e comércio

Com a desintegração da União Soviética, que custeava grande parte das despesas cubanas com insumos agropecuários e recursos para manutenção das propriedades, grande parte das terras cubanas ficou ociosa. Ao menos 70% destas terras foram tomadas, ao longo dos anos seguintes, por uma espécie arbustiva de difícil tratamento denominada marabu [*Dichrostachys cinérea*].

3.4.1 – Os Decretos-Lei e as novas diretrizes agrárias

O governo cubano tem praticado, nos últimos anos, uma série de mudanças na legislação a fim de minimizar seus problemas agrários. Entre elas estão dois Decretos-Lei [nº. 259 e nº. 300], onde fica clara, na nossa opinião, uma mudança de paradigma agrário. O primeiro foi marcado pela possibilidade de acesso às terras em usufruto por pessoas naturais ou jurídicas. O segundo se caracterizou, dentre outras coisas, pela possibilidade de edificação, reparos, ampliação de moradias ou construção de benfeitorias nas terras doadas.

Essas medidas atestam, reafirmamos, sérios problemas agrários, haja vista o reconhecimento da dificuldade anterior em acessar a terra e a dificuldade de sua manutenção pela falta de apoio técnico e financeiro. A partir da promulgação destas leis, “[...] el usufructuario con sus propios recursos, puede construir o fomentar nuevas bienhechurías, así como reconstruir, remodelar o ampliar unas y otras” (CUBA, 2012, Art. 4, alínea 2).

As terras em usufruto foram concedidas para pessoas naturais por um período de até dez anos prorrogáveis por mais dez e, para pessoas jurídicas, por vinte e cinco anos prorrogáveis por mais vinte e cinco. A lei determina, também, que o usufruto ganhado é intransferível e não pode ser cedido ou vendido a terceiros. A exceção se dá quando, por alguma enfermidade ou idade, o camponês é impossibilitado de cultivar a terra.

Assim,

[...] la emisión del Decreto – Ley 259 en julio de 2008 [...] constituyó un importante paso de avance para proceder a la distribución de las tierras ociosas y el inicio de un camino en el

logro de incrementos, sustitución de alimentos importados y generación de fondos exportables. Aunque la entrega de tierra es una condición necesaria, pero no suficiente (GONZÁLEZ, 2013, p. 59).

O Decreto-Lei nº 300, de outubro de 2012 foi criado para corrigir algumas falhas do Decreto-Lei nº 259 e propor outras medidas para avançar nas soluções dos problemas agrários. Uma das medidas adotadas, nesse sentido, foi a implementação do direito à construção de moradias nos lotes ocupados. Todavia, o produtor não poderia construir por iniciativa própria, ou seja, teria que ter aval do setor governamental específico para esse fim. E, “[...] las personas que resultan beneficiadas por este Decreto Ley deben vincularse, o estar vinculadas, a las Cooperativas de Créditos y Servicios [CCS] en que están ubicadas las tierras (SORZANO e SOUSA, 2012, p. 17).

Apesar das mudanças propostas serem muito tímidas, o seu efeito já é, relativamente, sentido. Entretanto, muitos camponeses ainda apresentam alguma rejeição e continuam, em muitos casos que foi possível acompanhar, produzindo em pequenas propriedades geralmente próximos da casa onde residem (figura 03) e das principais rodovias.

FIGURA 03 – CUBA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS ARREDORES DA CASA – 2014



Foto: o autor (2014)

Assim, na busca por garantir o padrão de vida e o sustento da família, muitos camponeses se reinventam e buscam outras possibilidades de aferir renda. Nesse sentido, para ter acesso ao que chamam de “moeda forte”¹⁷, eles não só contratam, como vendem sua força de trabalho ou mesmo complementam sua renda a partir de outras atividades, fato que contribui para uma relativa diminuição da força de trabalho no campo. Para PAZ (2009), essa diminuição da força de trabalho se configura numa das limitações mais importantes ao desenvolvimento agropecuário.

Para ele,

[...] la tendencia a la disminución de la fuerza de trabajo [...] aparece como un efecto combinado del incremento del empleo en otros sectores de la economía y los servicios públicos, la caída de la productividad del trabajo, la migración del campo a la ciudad y, en general, la disminución relativa de la población rural en conjunto de la población nacional (PAZ, 2009, p. 125).

Uma resposta talvez esteja na prática do turismo. Essa atividade é, hoje, uma importante fonte de divisas para o país. De acordo com anuário estatístico do país, cerca de 2.838.355 pessoas visitaram Cuba em 2012. Muitas pessoas, inclusive camponeses, têm encontrado nesta atividade a possibilidade de melhorar sua renda. O aluguel de parte da casa, inclusive com autorização do governo em áreas de interesse turístico como Viñales, tem se convertido num importante canal de aporte financeiro para muitas famílias. Isso, entretanto, não muda sua condição de ser camponês, sua identificação.

Em Viñales, na província de Pina Del Rio, cuja produção de tabaco associada ao turismo de natureza tem atraído muitos visitantes, é comum pessoas buscarem complementar a renda com essa prática. A foto seguinte (figura 04) mostra essa relação. Tomada da parte interna de um ônibus, ao chegar a Viñales, permite a visualização de inúmeras pessoas com cartazes onde aparecem as propagandas das casas para aluguel.

Em visita à província, tivemos a oportunidade de ficar por alguns dias em uma destas casas. Sua proprietária, em conversa muito franca conosco, dizia não

¹⁷ Uma referência ao CUC (moeda cubana criada para o câmbio dos turistas e que possui valor de mercado equiparado ao dólar norte-americano).

só estar contente com essa prática [aluguel], que lhes permitia incrementar cerca de 200 a 300 dólares por mês em sua renda, como pelo fato de poder manter, com parte destes recursos, sua pequena produção agropecuária que era revertida, em parte, para a oferta de alimentação no seu negócio.

FIGURA 04 – VIÑALES: OFERTA DE CASAS PARA ALUGUEL AOS TURISTAS – 2014



Foto: do autor

Para que possam ofertar esse tipo de serviço, eles precisam adequar suas casas às exigências governamentais quanto à infraestrutura. Assim, fazem um enorme esforço para garantir quartos individuais, banheiro privativo e ar condicionado ou ventilador. Essa é uma preocupação do Governo, uma vez que a prática é oficial. Ou seja, há uma constante preocupação com a imagem/impressão que será passada ao turista, por ser importante fonte de renda para o país. Resta saber se a prática, no futuro e nos locais onde ela possui muita força, será uma realidade do setor estatal, da iniciativa privada ou mista.

Assim, pode-se dizer que a realidade agrária de Cuba é marcada pelo binômio desafio/mudança. Ao tempo em que se busca uma série de mudanças, vivencia-se muitos dilemas, problemas a serem superados. De um lado a agricultura responde por 20% dos empregos diretos e se destaca na busca e consolidação de uma soberania alimentar, de outro enfrenta uma série de

problemas e contradições que merecem uma atenção especial dos dirigentes do país e, sobretudo, de especialistas em problemas agrários.

Afinal,

[...] el sector agropecuario desempeña un importante papel para el desarrollo de la economía cubana, tanto por el encadenamiento que genera hacia otros sectores, como por su papel en la sustentabilidad alimentaria (BERNAL e CONCEPCION, 2013, p. 87).

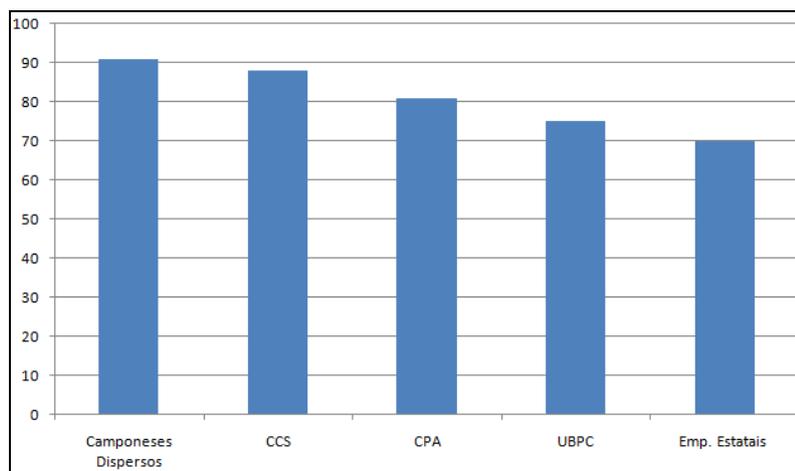
Quando analisamos a destinação de áreas para cultivos/criação nas províncias, verifica-se um aumento, entre os anos de 2007 e 2012, da área criação de gado (vacas e porcos, sobretudo) que passou de 3.631.000ha para 3.823.743ha, incremento de 5% e para produção de cultivos temporários que aumentou, no período, de 1.187.200ha para 1.240.759ha, ou seja, um incremento de pouco mais de 1% da superfície agrícola. Contudo, houve um ligeiro decréscimo na área para produção de cultivos permanentes, perda de 6,21% no período analisado (gráfico 07).

De acordo com o Ministério da Agricultura de Cuba - MINAG (2012, p. 7) “[...] las variaciones en los usos agropecuarios denotan un crecimiento en la ganadería y los cultivos varios, motivado por el incremento de las entregas de tierras estatales ociosas por el Decreto Ley No. 259/08 para estos fines”.

No tocante ao grau de aproveitamento das terras (gráfico 07), o que se verifica é que de toda área cultivada o melhor aproveitamento foi dado pelos camponeses dispersos que, no geral, aproveitam cerca 91% das terras cultiváveis a eles disponibilizadas. As CCSs, por sua vez, respondem por uma média de 88% de aproveitamento das terras em seu poder; as CPAs por 81%, as UBPCs por 75% e as Empresas Estatais por somente 70% de aproveitamento das terras cultiváveis sob seu comando.

Esses dados apontam no sentido contrário à organização camponesa em coletivo para cuidar da terra. O que se percebe, à priori, é que seu rendimento é maior quando ele se sente, particularmente, o único responsável por ela. Diferente do que acreditavam os líderes da revolução.

GRÁFICO 07 – CUBA: FORMA DE APROVEITAMENTO DAS TERRAS CULTIVÁVEIS (%)



Fonte: MINAG (2012);
Org. Reinaldo Sousa

Essa variação no uso da terra, com menor eficácia das empresas estatais, quando comparadas com outras formas de produção, se explica pelo modelo de gestão adotado. Escassez de insumos, ou a recusa em aceitar o que é oferecido em função do grau de submissão a que estariam submetidos, para desenvolvimento das atividades agropecuárias, a baixa remuneração do trabalho, o envelhecimento da população rural, a migração da população para os espaços urbanos, além da elevação da importância das atividades terciárias podem estar entre as explicações (SORZANO e SOUSA, 2012).

Estes constituem, dentre outros, elementos que atestam a existência de graves problemas agrários também em Cuba, consubstanciados não pela dificuldade de acesso à terra, mas pelo conjunto de elementos que dificultam a permanência nela. Fato que atesta que a simples distribuição de terras, desacompanhada de medidas de apoio técnico, financeiro, etc. por si só não resolve os problemas agrários. O simples acesso à terra não garante, necessariamente, a permanência. Este é um dos dilemas agrários em Cuba. Mas, independentemente dos problemas apresentados, a política governamental através da elaboração de leis para mudanças no campo cubano continua.

Em 18 de abril de 2011 o Partido Comunista Central aprovou os “Lineamentos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución”. Uma série de medidas no campo social, econômico e político cujo objetivo é “[...] actualizar el modelo económico cubano, con el objetivo de garantizar la continuidad e irreversibilidad del Socialismo, el desarrollo económico del país y la elevación del nivel de vida de la población, conjugados con la necesaria formación de valores éticos y políticos de nuestros ciudadanos” (CUBA, 2011, p. 05).

Nos lineamentos está mantida a ideia de que o sistema econômico permanecerá com base na propriedade socialista e no domínio, pelo povo, dos meios de produção. Ou seja, o princípio básico do socialismo, segundo o qual se deve obter de cada um segundo sua capacidade e dar a cada um segundo seu trabalho, permanece intocável.

Contudo,

[...] el modelo reconocerá y promoverá, además de la empresa estatal socialista, forma principal en la economía nacional, a las modalidades de la inversión extranjera, las cooperativas, los agricultores pequeños, los usufructuarios, los arrendatarios, los trabajadores por cuenta propia y otras formas que pudieran surgir para contribuir a elevar la eficiencia (CUBA, 2011, p. 05).

Dentre as principais medidas elaboradas pelo partido merecem atenção, por sua relação direta ou indireta com as mudanças das relações de produção no campo e, conseqüentemente, com o padrão de vida desta fração da sociedade, a garantia de que a planificação socialista continuará sendo a principal via de direção da economia nacional. Ou seja, o Estado continuará centralizando as principais decisões.

3.4.2 Política de crédito, tecnologia e comercialização: as novas estratégias para o setor agropecuário em Cuba

Dentre as mudanças implementadas no campo cubano nas duas últimas décadas, merecem destaque, nos lineamentos¹⁸, aquelas voltadas ao incentivo creditício, à aquisição de novas tecnologias e à logística de transporte e comercialização da produção. São medidas que têm culminado numa nova dinâmica agrária no país. Outra mudança importante diz respeito à participação dos trabalhadores no processo como um todo.

As mudanças consideradas estruturais, funcionais, organizativas e econômicas têm sido quase sempre informadas aos trabalhadores. A intenção é que eles tenham participação ativa, que sejam ouvidos ao longo do processo. Essa medida visa minimizar a centralização do Estado no que tange às decisões. A criação de cooperativas continua sendo estimulada em diversos setores de produção e comercialização. Ou seja, a ideia de que a melhor forma de potencializar a produção e fortalecer o sistema é a cooperativa continua sendo apoiada pelo Estado.

Merece destaque, ainda, a garantia da liberdade às cooperativas de, depois de honrarem seus compromissos com o Estado, venderem seus produtos livremente, e sem intermediários, no mercado. Essa medida visa, possivelmente, a maior participação do setor privado no mercado e descentralização do Estado no cumprimento da obrigatoriedade de abastecê-lo e subsidiar o conjunto dos produtos à população. Também se destaca a garantia do incremento e diversificação na oferta de créditos, por parte dos bancos, à população. Além disso, está previsto também a participação de capital estrangeiro em atividades de interesse do país, caso da produção de alimentos.

Destaca-se, ainda, uma mudança no atual sistema de comercialização de insumos e equipamentos agropecuários. A intenção do governo e dos órgãos diretivos é que haja uma diminuição na burocracia, uma maior agilidade no processo de transporte e comercialização, além do estímulo a atividades

¹⁸ Conjunto de medidas adotadas pelo Governo para mudanças econômicas, políticas e sociais no país para as próximas décadas. Eles contêm as diretrizes legais do processo produtivo no país.

agropecuárias que contribuam para um maior ingresso de capital externo, a exemplo do tabaco.

Está prevista, ainda, a redução de terras improdutivas a fim de aumentar a produção de alimentos, mediante a distribuição de terras em usufruto. Por outro lado, libera-se, em muitas propriedades, o uso de sementes transgênicas e a importação de pesticidas, uma contradição quando se pensa em soberania alimentar.

Por fim é importante destacar as mudanças na política monetária de câmbio e de crédito que tem ocorrido no país. Afinal, elas impactarão, direta ou indiretamente, na política agropecuária. Desde 20 de dezembro de 2011, depois do Decreto – Lei nº 289, se encontra em vigor uma política de crédito, junto ao Banco Central, para os agricultores e pequenos comerciantes.

Entretanto, ainda que reconhecendo a necessidade de crédito para dinamização das atividades agropecuárias é preciso ressaltar o cuidado que se deve ter ao se contrair empréstimos e a responsabilidade que o governo deve ter na condução desta política. É preciso muito cuidado para não levar os pequenos produtores a dívidas impagáveis. Nos lineamentos, aprovados pelo comitê central do partido em 2011, essas medidas de incentivo ao crédito já estavam previstas. A intenção era “[...] incrementar y diversificar la oferta de créditos a la población para la compra de productos y servicios, teniendo en cuenta las garantías exigidas por los bancos, la capacidad de pago, un adecuado equilibrio monetario y los indicadores macroeconómicos planificados” (CUBA, 2011, p. 15).

3.4.3 Os Mercados agropecuários e os sistemas cooperativos

Além das medidas descritas na seção anterior, o governo tem incentivado a criação de mercados agropecuários, a exemplo do El Trigal, e os sistemas cooperativos. Os mercados agropecuários são grandes espaços construídos para a venda em atacado e varejo de insumos agropecuários. Dentre os objetivos básicos desta medida, destacam-se:

[...] ofrecer mayores incentivos para el incremento de la producción agropecuaria; contrarrestar los efectos negativos del mercado negro de alimentos, que llegó a alcanzar una magnitud importante durante la crisis; posibilitar el acceso de la población a

productos que el Estado no acopiaba; y favorecer que los excedentes productivos destinados al autoabastecimiento fueran comercializados por esta vía (GONZÁLEZ, 2006, p. 2003).

A cooperativa El Trigal é um exemplo de mercado agropecuário. Esta unidade conta com 14 sócios e, pelo menos, 200 cooperativas associadas para o abastecimento. O sistema de funcionamento é simples: os camponeses¹⁹ podem alugar um espaço para venda direta, pagando uma taxa de 120 pesos cubanos por dia, valor considerado muito alto para o padrão econômico de Cuba. Eles também podem fazer a opção por vender seus produtos, diretamente, ao que eles chamam, oficialmente, de “vendedor maiorista”, na verdade um intermediário²⁰ que faz o intermédio com o El Trigal.

Ali os produtos são vendidos diretamente à população, como também distribuídos aos mercados agropecuários menores. O depoimento de um motorista de caminhão, à espera de vaga para carga na porta do Trigal, reflete a esperança neste modelo: “[...] se trata de un sistema bastante seguro, fluido, resulta vantajoso tanto para quien viende como él que compra, tenemos buenas condiciones, limpieza, trato afable y respetuoso por parte del personal que aquí labora” (JORNAL TRIBUNA, 2014).

A intenção é construir ao menos quatro destas unidades. Contudo, apenas o El Trigal, está em funcionamento. Este mercado está aberto de segunda a sexta-feira das dez às dezessete horas. Ali podem comercializar

[...] personas naturales (agricultor y vendedor mayorista de productos agropecuarios²¹ – nueva figura establecida para La Habana, Artemisa y Mayabeque), y jurídicas (empresas estatales agropecuarias, granjas, cooperativas y entidades con excedentes en sus autoabastecimientos) [...] (JORNAL TRIBUNA, 2014. Fala de Raquel Sierra).

Segundo Carlos Sosa, presidente da cooperativa El Trigal, responsável pela administração do mercado, o espaço não está funcionando na sua capacidade máxima. São 240 boxes de venda, dos quais apenas 120, ou seja,

¹⁹ Em 2014 totalizavam cerca de 500 cadastrados junto ao Trigal

²⁰ Em 2014 totalizavam 14 cadastrados junto ao El Trigal

²¹ Nome empregado, na verdade, para designar a figura dos “intermediários” que em Cuba estão organizados em cooperativas.

50%, estão em efetivo uso. Isso se dá, segundo ele, pela pouca procura dos camponeses em usar aquele espaço.

Os camponeses são enfáticos em dizer que o problema está no alto preço cobrado pela cooperativa pelo aluguel do espaço e no pouco incentivo dado para que eles usem o espaço. A falta de transporte para levar os produtos até o El Trigal é um dos problemas apontados, pois isso contribui para o encarecimento do produto e, conseqüente, para uma queda nas vendas dizem eles. Contudo, a existência de somente um mercado deste porte tem contribuído para que os preços se elevem ainda mais. Primeiro pela própria distância do mercado e segundo pela presença, em muitos casos, do atravessador.

A fala do presidente da cooperativa elucida bem este problema:

[...] alquilar un vehículo desde La Habana del Leste hasta el Trigal, en Boyeros, les cuesta, a quienes van comprar allí, 400 pesos. Cómo se explica entonces que los de lugares cercanos con posibilidad de acceder en carretillas o en camiones que les cobran menos, tasan la mercancía, inciden en los precios de hoy, altos en toda Cuba” (JORNAL TRIBUNA, 2014. Fala de C.R.S, presidente de uma cooperativa camponesa).

Finalmente é preciso, para contribuir para o avanço na discussão acerca dos problemas agrários em Cuba, fazer algumas críticas ao modelo ali praticado para seguir avançando. Como afirmamos, desde o início de nossa análise, a evolução da política agrícola de Cuba é muito particular, uma vez que esse país passou por uma revolução agrária.

Primeiro, consideramos que houve um equívoco na política agrária de Cuba nos primeiros anos após a revolução de 1959. Por muitos anos, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, o governo cubano centralizou as decisões relativas ao setor agropecuário, quando deveria ter dado mais voz aos trabalhadores diretamente envolvidos neste setor produtivo. Mesmo as UBPCs, nos anos de 1990, sofreram esta verticalização. Consolidar o modelo e fazer as devidas alterações, sobretudo no que tange à autonomia política, administrativa e financeira, é o grande desafio do governo cubano para os próximos anos. Acreditamos, pois, que uma política menos centralizada, com liberdade de ação

por parte dos membros cooperativados, pode contribuir, substancialmente para o desenvolvimento do campo cubano.

Dados da Oficina Nacional de Estatística e Informações – ONEI (CUBA, 2013), apontam que entre os anos de 2011 e 2013 as hortaliças sofreram uma redução de 20,8% na área ocupada. Os tubérculos tiveram uma queda de 10,6% e, neste grupo, destaca-se a batatinha com uma baixa de 36,3%. A banana sofreu uma diminuição de 44,2%, seguida do milho com 22,5% e do feijão com decréscimo de 7%. As cifras ainda apontam queda na área ocupada, no período analisado, para a produção de cítricos (33,9%) e frutas (13,9%). É preciso, entretanto, considerar a ocorrência de catástrofes naturais, a exemplo dos furacões e das estiagens prolongadas, que nos últimos anos causaram uma série de problemas na região, marcadamente no que tange à produção agrícola.

A forte presença de marabu [*Dichrostachys cinérea*] (figura 05) também contribui para agravar os problemas que enfrentam os camponeses que se esforçam em dar continuidade a essa prática. Trazida da África ainda no período colonial, para servir de cerca natural em muitas propriedades, o vegetal acabou por se espalhar por todo o território.

O problema foi agravado em função das áreas que se tornaram ociosas com as catástrofes naturais. A erradicação do vegetal esbarra nas reduzidas condições econômicas e tecnológicas do país, além da perspectiva agroecológica que adotam. Em outras realidades a aplicação de energia, veneno, mecanização, etc. já teria resolvido a questão. O que não significa ser o melhor caminho.

Em Cuba ao menos 70,98% de toda área agrícola ociosa é coberta por este vegetal (MINAG, 2012). Nos “[...] últimos años la lucha contra esta planta ha recurrido principalmente al desmonte, la chapea y al uso de herbicidas; las experiencias y resultados son muchos y variables, positivos y negativos” (PÉREZ, 2014, p. 1).

A maioria dos camponeses que pudemos visitar reclama da falta de apoio técnico-financeiro por parte do Estado para implantar as mudanças necessárias nos solos, em muitos casos desgastados, ou para combate ao marabu. Se me dessem recursos suficientes, diz um camponês visitado, eu eliminaria esta parga

e produziria mais. Ele continua dizendo que, assim como ele, “[...] alguna gente se ilusionó con la posibilidad de solicitar un pedazo de terreno, pero quienes no tienen cómo avanzar se ven obligados a dejarlo. La tierra no es llegar y ya; puedes tener la mejor del mundo, pero requiere de dinero y esfuerzo, si no, poco podrás prosperar” (JORNAL TRIBUNA, 2014).

Com o Decreto – Lei 259/2008 a superfície ociosa tem diminuído substancialmente. Dados do Ministério da Agricultura de Cuba (MINAG, 2012) apontam que entre 2008 e 2012 houve um incremento de pelo menos um milhão de hectares. Entretanto, para seu combate é necessário, dizia um camponês, usar, contraditoriamente, a queima. Isso se dá, afirmava ele, pelo pouco incentivo financeiro dado pelo governo para o combate a esta e a outras pragas do campo cubano. “Sei que a queima não é uma prática correta porque mata os microrganismos do solo deixando-o mais pobre, mas no momento não temos outra opção” conclui.

FIGURA 05 – QUEIMA DO MARABU NA PROVÍNCIA DE CAMAGUEY – CUBA 2014



Foto: do autor (2014)

É preciso, ainda, a fim de avançarmos na crítica e na aproximação de uma possibilidade alternativa ao modelo cubano, apontar outras contradições. A prática de uma agricultura com sementes geneticamente modificadas, por exemplo, já é uma realidade em Cuba. Segundo Monzote (2010), o centro de engenharia genética e biotecnologia de Cuba tem introduzido, ainda que de

maneira controlada, espécies de plantas transgênicas em escala comercial. Segundo o autor, desde um tempo que “[...] nos alimentamos con transgénicos sin saberlo [...] con el máximo apoyo del Estado (MONZOTE, 2010 p. 08).

Fato é que a Resolução nº. 180 2007, publicada na Gaceta Oficial de Cuba em 19 de dezembro deste mesmo ano, em seu artigo 17 oficializou a possibilidade de uso de transgênicos quando expôs que “[...] para el caso de la importación de organismos modificados genéticamente cuyo destino sea su liberación al medio ambiente, la licencia es expedida dentro del plazo de doscientos setenta (270) días naturales computados a partir de la fecha de recibo de la documentación correspondiente”. Como se vê a preocupação é tão somente com o prazo da licença.

Outra contradição ao sistema está na edição de número 03 de setembro de 2013 da Revista da Associação de Técnicos Azucareros de Cuba (figura 06) ao evidenciar não só o uso de pesticidas na agricultura, como a presença de grandes multinacionais deste ramo, a exemplo da Syngenta e da Bayer. Nas páginas dedicadas ao comercial das duas empresas aparecem, ironicamente, os dizeres “la mano amiga del agricultor cubano... brinda sus productos líderes en caña” (dizer da Syngenta) e “desaparece las malezas por arte de magia...” (dizer da Bayer).

FIGURA 06 – REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS AÇUCAREIROS DE CUBA



Org. Reinaldo Sousa

É importante considerar que muito destes problemas derivam do bloqueio econômico imposto a Cuba pelos EUA desde a década de 1960. Ademias é importante lembrar que o bloqueio é muito mais amplo que a relação binacional Cuba-EUA. Ele envolve, também, outros países. O fim do bloqueio, cujas discussões haviam avançado no governo norte-americano de Obama e que agora sofre um retrocesso com Trump, pressupõe, naturalmente, uma maior investida, acreditamos, do capital internacional e seu modelo agrícola, caso um dia seja superado.

Mas, independentemente da superação ao bloqueio econômico, é preciso avançar na superação das contradições do campo. É preciso repensar a produção de alimentos, suas limitações e problemas. Urge desenvolver políticas públicas que favoreçam a permanência do homem do/no campo, que minimize a migração, sobretudo dos jovens para as cidades.

Nesse sentido, o Governo continua a pensar medidas cujo objetivo principal é consolidar um modelo agrícola que permita uma substituição de importação no que tange aos produtos alimentícios. Para tanto, desde 2007 têm sido implementadas diversas medidas que buscam otimizar os fatores de produção (BERNAL e CONCEPCIÓN, 2013). Ou seja, o governo cubano continua o processo de atualização do modelo econômico, seguindo os lineamentos econômicos e sociais (VILLANUEVA, 2013). Bernal e Concepción (2013) apontam como principais medidas:

- a. Constituição de delegações municipais de agricultura;
- b. Entrega de terras em usufruto;
- c. Maior autonomia para as cooperativas;
- d. Mudanças na política de vendas da produção;
- e. Desenvolvimento efetivo de programas de auto abastecimento municipal baseados em agricultura urbana e suburbana;
- f. Fomento de polos produtivos e novos programas de reflorestamento;
- g. Estímulos à criação de empregos;
- h. Novas formas de organização produtiva;
- i. Descentralização de funções;
- j. Busca por uma maior autonomia dos produtores.

Muitos camponeses reclamam, também, da falta de condições de infraestrutura de manutenção, distribuição e comercialização da produção. Para eles seria importante a construção de centros de distribuição (a exemplo do El Trigal, apesar dos seus problemas), disponibilização de refrigeradores para conserva, melhoria das vias de acesso, etc. afinal o camponês sabe que a simples entrega da terra não é suficiente.

Ou seja, “[...] se precisa de otras medidas y transformaciones del entorno, para facilitar el cierre exitoso del ciclo productivo: producción-distribución-cambio-consumo, bajo un enfoque sistémico” (GONZÁLEZ, 2013, p. 63). Os detentores destas terras, tabagistas e cafeicultores, têm tido uma inserção econômica melhor que os demais produtores de alimentos que afirmam não terem as mesmas condições de trabalho que eles.

O governo afirma que as condições são as mesmas para todos e que tem havido uma grande preocupação com a autonomia dos camponeses e demais produtores. Contudo, os camponeses, sobretudo os produtores de alimentos, dizem o contrário. Paz compartilha desta perspectiva ao afirmar que se trata, na verdade, de uma

[...] experiencia autogestionaria que tiene como sujetos no a campesinos o parceleros, trabajadores mercantiles simples, sino a trabajadores asalariados de grandes empresas agropecuarias con un relativo alto nivel tecnológico y una prolija especialización y división del trabajo (PAZ, 1997, p. 199).

O governo tem buscado minimizar as contradições e encontrar formas mais dinâmicas de gestão do setor produtivo agropecuário. Esse pode ser o caminho para se contornar os problemas agrários e se permitir a permanência no campo. Por fim, concordando com Altieri (2010), reafirmamos que somente o debate construtivo, seguido de ações concretas, poderá minimizar os paradoxos e as contradições no campo cubano.

Neste capítulo buscamos, a fim de reafirmar a existência de graves problemas agrários em Cuba, analisar a sua realidade agrária, uma vez que se trata de um país cujo modo de produção é marcado pela planificação, ou seja, pelo socialismo. Para tanto, consideramos a história agrária desse país que é

muito particular no contexto da América Latina. Trata-se de uma nação que passou por mudanças políticas, econômicas e sociais muito fortes desde suas primeiras lutas até o triunfo dos “rebeldes” liderados por Fidel, em 1959.

Diretamente relacionada a uma concepção de revolução agrária, o país passou por duas grandes revoluções agrárias. A primeira visava, apesar de todas as limitações e críticas, a instituição de uma verdadeira reforma agrária, pautada numa total distribuição de terras, criação de uma infra-estrutura mínima e o estabelecimento de que o Estado era responsável direto pela criação, estímulo e manutenção de associações, cooperativas e similares.

A segunda, caracterizou-se pela instituição do limite da propriedade, pela prática do cooperativismo e pela repartição individual da terra. Caracterizou-se, ainda, pela expropriação da burguesia agrária e estatização da terra e dos bens confiscados caracterizando, assim, uma revolução. Procedemos, também, a uma análise dos principais indicadores econômicos e sociais do país, a fim de reafirmar as nossas convicções.

Acreditamos que é importante, para fins de uma análise confrontativa, fazer esse procedimento, também para o Brasil. Como se trata de um país de extensão continental, a escala de análise se torna um tanto mais complexa do que ao trabalhar a realidade cubana. Contudo, tentaremos, ao longo dos próximos capítulos, fazê-la.

CAPÍTULO 04 - RESISTIR É PRECISO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

4.1 – Sobre a nossa Questão Agrária

Pode-se dizer que a formação territorial brasileira (figura 07) foi, historicamente, marcada pela estruturação de uma forte questão agrária. Para analisar esse problema optamos por um recorte temporal a partir da segunda metade do século XX, momento que marca não só uma relativa mudança na nossa legislação agrária, mas que também coincide com as principais mudanças no campo cubano, também objeto de nossa análise.

Entretanto, antes de avançarmos na discussão da questão agrária, consideramos importante abrir um parêntese e analisar o contexto da Lei de Terras, de 1850. Essa lei não só expressou como deu legalidade aos interesses da elite agrária brasileira, agravando ainda mais a nossa questão agrária.

FIGURA 07 – BRASIL: LOCALIZAÇÃO, 2017



De 1850, ano da promulgação desta lei, até a primeira metade do século XX, os privilégios foram mantidos, ou seja, não se resolveram os problemas no campo. O que não significa, necessariamente, que não se alterou a legislação. Mas,

[...] a lentidão legal e a capacidade dos setores conservadores do campo de influenciar o Estado brasileiro se aliaram para impedir mudanças significativas na estrutura fundiária e na mentalidade política sobre uma questão tão importante para o país como sempre foi a questão agrária (INCRA, 2015, p. 26)

Uma melhora, apesar de tímida, só fora sentida com a publicação da Constituição de 1934. Nela, o direito de propriedade deixou de ser inquestionável e aparece, pela primeira vez, a expressão interesse social ou coletivo (INCRA, 2015). Já a Constituição de 1946 “[...] vai expressar de forma muito clara as novas relações sociais e a transformação da mentalidade da elite em relação à questão agrária” (INCRA, 2015, p. 30).

Para o INCRA, foram notáveis os avanços deste documento. Houve, segundo o órgão, uma significativa mudança de percepção da elite política no que tange às questões do campo ao reconhecer, por exemplo, a desigualdade na distribuição de terras e o posseiro como sujeito ativo e possuidor de identidade própria (2015).

Além disso,

[...] ela instituiu a desapropriação por interesse social e por necessidade ou utilidade pública. Condicionou também o uso da propriedade ao bem-estar social assegurando a justa distribuição com igual oportunidade para todos. O pano de fundo era a desejada fixação do homem no campo por meio de colonização e aproveitamento das terras devolutas, com prioridade para os nacionais e, dentre eles, os habitantes das regiões empobrecidas e desempregados (INCRA, 2015, p. 30)

Na segunda metade do século XX os problemas agrários continuavam. Entretanto, alguns avanços significativos foram sentidos. E, por mais contraditório que pareça, foi durante o período da ditadura militar que houve um relativo

avanço na legislação do direito agrário brasileiro, destacando-se o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988 já no processo de abertura política. Mesmo os “[...] juristas mais críticos em relação ao golpe de 64 [...] reconhecem o caráter avançado das modificações introduzidas pelo regime no direito agrário brasileiro (INCRA, 2015, p. 35).

No Estatuto da Terra assegurou-se, ao menos no papel, o acesso à propriedade da terra a qualquer pessoa, desde que a mesma cumprisse a sua função social. Essa exigência não só foi inserida na Constituição de 1988 no seu inciso XXIII do artigo quinto como foi definida no artigo 186 como sendo aquela terra que cumpre os seguintes critérios: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos materiais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Mas, apesar dos avanços, “[...] infelizmente essa concepção do direito constitucional é vítima de uma orquestrada obstrução dos poderes de Estado, das mídias e dos formadores de opinião em geral, que continuam a operar e disseminar o princípio da "terra-mercadoria", oriunda da ultraconservadora Lei de Terras de 1850” (ABRA, 2007, p. 24). Assim, a reforma agrária no Brasil, umas das vias para superação da questão agrária continua sendo uma quimera.

4.2 - Paradigmas da Questão Agrária no Modo Capitalista de Produção: o caso brasileiro

Como dissemos, muitos dos problemas ligados ao campo brasileiro remontam a meados do século XIX, quando foi promulgada a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras. Essa lei, afirma Stedile (2011), foi o batistério do latifúndio no Brasil. Já no seu artigo primeiro, a lei deixa claro que a aquisição de terras devolutas só se daria, exclusivamente, por meio de compra. Isso inviabilizaria, mais tarde, a aquisição de terras da parte dos ex escravos “libertos” pela Lei Áurea, uma vez que estes estavam descapitalizados.

Além disso, a lei deixava claro, no seu artigo segundo, que todos que se apossassem de terras devolutas ou alheias seriam obrigados ao despejo com

perda, inclusive, das benfeitorias e estariam predispostos à pena de prisão. Como se vê, desde o império que as políticas de terra tendem a sacrificar aqueles que detêm menos poder aquisitivo e proteger os mais abastados.

Essa lei

[...] fora promulgada por um Parlamento constituído de grandes fazendeiros e senhores de escravos. Não havia nenhum grupo popular reivindicando um regime fundiário diferente do aprovado em substituição ao regime de sesmarias que cessara nas vésperas da Independência. Por essa Lei, dois distintos institutos foram unificados num só: o domínio, que pertencia ao Estado, e a posse útil, que era do particular (MARTINS, 2000, p. 122).

O Estado preservava o direito de retomada das terras cujo particular não a tornar-se útil, ou seja, que fossem consideradas improdutivas e usou desta prerrogativa até pelo menos o século XVIII, para redistribuir as terras que não estavam sendo, devidamente, utilizadas. Contudo, a Lei de Terras transferiu ao particular o domínio e a posse. Isso criou uma espécie de direito absoluto. Essa seria umas das principais características do latifúndio brasileiro e, logo, das dificuldades para fazer a terra cumprir, verdadeiramente, sua função social como ainda acreditava, antes da sua ruptura de perspectiva teórica, Martins (2000).

Da promulgação da Lei de Terras, em 1850, até a primeira metade do século XX não houve mudanças significativas no quadro da legislação agrária no país. Assim, a forma de exploração das terras e seus principais desdobramentos vão permanecer praticamente estáveis até o ano de 1964, momento em que é promulgada a Lei nº 4504 de 30 de novembro, conhecida como Estatuto da Terra.

Esta lei tinha como objetivo regular os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais para fins de reforma agrária e promoção de políticas agrícolas. Houve, com essa lei, avanços consideráveis na compreensão dessa política. O documento considera reforma agrária como um conjunto de medidas cujo objetivo é promover uma melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de sua posse e uso.

Entretanto, é importante contextualizar o momento político que o Brasil vivia no momento anterior a esta lei. Ainda em março de 1964, João Goulart apresentou o seu programa de reforma agrária através do Decreto 53.700/1964,

mais conhecido como *Decreto Supra*. Nele fora instituída a desapropriação das terras num raio de 10 km nos eixos de rodovias e ferrovias federais, o que nunca se concretizaria. Essas terras seriam recuperadas e beneficiadas com investimentos da União através de obras de irrigação, drenagem e açudagem (RAMOS FILHO, 2013b).

Apenas dois dias depois de anunciar o programa, o próprio presidente

[...] reivindicava ao Congresso Nacional prioridade máxima para a reforma agrária. Para tanto, solicitou ao Parlamento a supressão das palavras “prévia” e “dinheiro” no § 16, artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que rezava “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 92).

Os desdobramentos deste pacote de ações políticas foram imensuráveis. Ele desagradou completamente a elite agrária brasileira, de grande influência no congresso, que não tardou em se mobilizar e pensar em ações que dificultassem a implementação das medidas. Assim, apenas dezesseis dias depois num Golpe de Estado, comandado pelas Forças Armadas, o poder foi tomado e João Goulart destituído.

Entretanto, por mais paradoxal que pareça, logo no início do primeiro mandato ditatorial, afirma Ramos Filho (2013, p. 93), Castelo Branco “[...] aprovou, no Congresso Nacional, uma lei agrária que contemplava o que anteriormente fora motivação para a derrubada de João Goulart”. Com a pressão social exercida pelos camponeses foi promulgada, então, a Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que fizemos referência anteriormente.

A referida lei instituía, dentre outros, o cadastro de todas as propriedades de terra do país; a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA; a desapropriação, pelo Estado, daquelas propriedades que subutilizavam seu potencial produtivo; a classificação geral para todas as propriedades baseando-se em critérios de tamanho, utilização e capacidade de produção; a desapropriação, para fins de reforma agrária, de todas as propriedades classificadas como minifúndio; a obrigatoriedade do Imposto Territorial Rural – ITR; o conceito e a possibilidade de formação de cooperativas (RAMOS FILHO, 2013a, p. 93).

A lei deixava claro que era assegurado a todos, indistintamente, o acesso à propriedade da terra, desde que atendida a sua função social. No artigo quinze o documento defendia que a implantação da reforma agrária em terras particulares se daria, prioritariamente, quando se tratar de áreas críticas ou de tensão social. Trata-se de um artigo importante por garantir o direito à reforma a todos aqueles que vivem em áreas de litígio. Uma realidade do Brasil de hoje, mas já presente em décadas passadas.

No dia 08 de junho de 1973 foi promulgada a Lei nº 5889, que instituiu normas reguladoras do trabalho rural. A lei buscou disciplinar o direito a intervalo para repouso e alimentação, adicional noturno, aviso prévio, além de regulamentar os descontos que, efetivamente, poderiam ser feitos nas relações de trabalho no campo. Outra mudança importante, nessa lei, foi a regulamentação da contratação de trabalhador rural por prazos curtos em exercício de atividades de natureza temporária.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foram estabelecidas as diretrizes para as políticas agrícolas, fundiárias e de reforma agrária, destacando-se o seu artigo 184, segundo o qual “[...] compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”.

Merece atenção especial, também, dada nossa grande concentração fundiária, o que está disposto no art. 188, especialmente no parágrafo primeiro: “[...] a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional”. A única exceção a essa regra seria para as terras destinadas à reforma agrária.

Já o artigo 189 estabelece um limite inegociável de dez anos para o uso da terra. Essa medida dificulta a permanência do homem do campo, uma vez que os camponeses não tendo a garantia de permanência duradoura ficam temerosos em fazer grandes investimentos na terra e depois perdê-la. Assim, é necessário, tanto aqui quanto em Cuba, repensar essa política urgentemente.

Durante as décadas de 1970 e 1980 viveu, entre muitos intelectuais brasileiros, a compreensão de que a expansão plena do capitalismo no campo culminaria com a extinção do campesinato a partir de duas formas distintas: por um processo de diferenciação interna, derivada das contradições de sua inserção no mercado capitalista.

Ou seja, o camponês, ao produzir para o mercado, aprofundaria sua vinculação a este e se tornaria refém dos juros (contraídos a partir dos empréstimos realizados para aquisição dos pacotes tecnológicos), uma vez que os preços dos produtos por ele produzidos tenderiam a cair, em função do aumento da produção (RAMOS FILHO, 2013a). No transcurso deste processo, afirma o autor, esses camponeses endividados seriam obrigados a se desfazerem de suas terras e, assim, estariam sujeitos ao assalariamento e à proletarização.

A outra forma de extinção do campesinato ocorreria pela modernização do latifúndio a partir da incorporação de máquinas e insumos modernos. Essa mudança afetaria os camponeses mais ricos, que seriam transformados em capitalistas do campo, unindo-se aos grandes capitalistas e os camponeses mais pobres que tenderiam à proletarização (RAMOS FILHO, 2013a).

Contudo, a realidade tem demonstrado que isso não aconteceu. No caso brasileiro, por exemplo, “[...] o movimento do real tem nos mostrado a permanência, a resistência, a criação e a recriação do campesinato, tanto pelo número de camponeses, quanto mediante a ampliação de sua relevância na economia nacional” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 84).

É fato que essa permanência vem acompanhada de embates ideológicos, disputas por territórios e, naturalmente, conflitualidades. Olhar por este prisma é importante por nos permitir enxergar as contradições do processo. A conflitualidade

[...] acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases

técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p. 06).

Defendemos, nesse sentido, que em geral os elementos considerados estruturantes e tangentes à questão agrária estão constituídos de um lado pelo campesinato e de outro pelo capital (FELÍCIO, 2011). E, entendendo a questão agrária como um “[...] complejo de causas y condiciones que caracterizan la situación de la sociedad rural y su lugar em la estructura y procesos de la sociedad global” (PAZ, 1997, p. 03). Destarte, concordamos com Fernandes (2007), para quem a questão agrária não é conjuntural, como muitos acreditam, mas estrutural.

De maneira mais geral temos, no meio acadêmico brasileiro, duas vertentes para discussão paradigmática no campo: de um lado os teóricos do capitalismo agrário que negam a existência de uma questão agrária e defendem a metamorfose do campesinato em agricultor familiar. Para eles, a sobrevivência camponesa estaria atrelada, diretamente, à transformação em agricultor familiar e à sua inserção plena ao mercado (ABRAMOVAY, 1992, 2012).

Para os defensores deste paradigma o futuro do campesinato estaria restrito a três possibilidades: inserção no mercado, a prática da pluriatividade ou submissão às políticas compensatórias (FELÍCIO, 2006). Além disso, os teóricos do PCA defendem, como fundamentos centrais, que com

[...] a expansão do capitalismo no campo, o campesinato tende a metamorfosear-se em pequeno capitalista rural; [que] a agricultura familiar destaca-se pelo caráter moderno das atividades produtivas, enquanto o campesinato permanece como a expressão do atraso; [e defendem] a integração da produção ao mercado como formas modernas de desenvolvimento no campo e uma maior especialização da produção (RAMOS FILHO, 2013b, p. 90)

O paradigma do capitalismo agrário nega qualquer pensamento contrário. Além disso, esvazia conceitos carregados de historicidade, como o de camponês trocado por agricultor familiar; o de agricultura capitalista substituído por agricultura patronal e, atualmente, por agronegócio, além de forjar novos

conceitos para as dinâmicas e os processos antigos como a substituição da noção de trabalho acessório por pluriatividade (RAMOS FILHO 2013).

Nesta perspectiva os agricultores familiares são transformados em pequenos capitalistas do campo. Para eles as desigualdades no campo podem ser superadas pela competitividade, desde que haja apoio a algumas práticas de desenvolvimento e o problema estaria, então, no camponês (FERNANDES, 2013).

Em outras palavras,

[...] para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (FERNANDES, 2013, p. 81/82).

De outro lado temos os teóricos do Paradigma da Questão Agrária - PQA, que defendem que o problema está centrado nas disputas territoriais, nas lutas de classe, no fim e/ou proletarização dos camponeses. Eles argumentam que “[...] a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato” (FELÍCIO, 2006, p. 24).

Assim, interpretam a desigualdade como derivada da mais valia e renda capitalizada da terra e veem o campesinato numa condição permanente de subalternidade. Nesse sentido, o problema estaria não no camponês, mas, no próprio capital (FERNANDES, 2013).

Para esse paradigma, a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa [...] (FELÍCIO, 2006, p. 19).

[...] o paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista, que tem como ênfase as relações capital trabalho, entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo e a campesinista que tem

como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital (FERNANDES, 2015).

O paradigma da questão agrária parte das lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades. Para os defensores deste paradigma, “[...] os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade” (FERNANDES, 2015, p. 155-156).

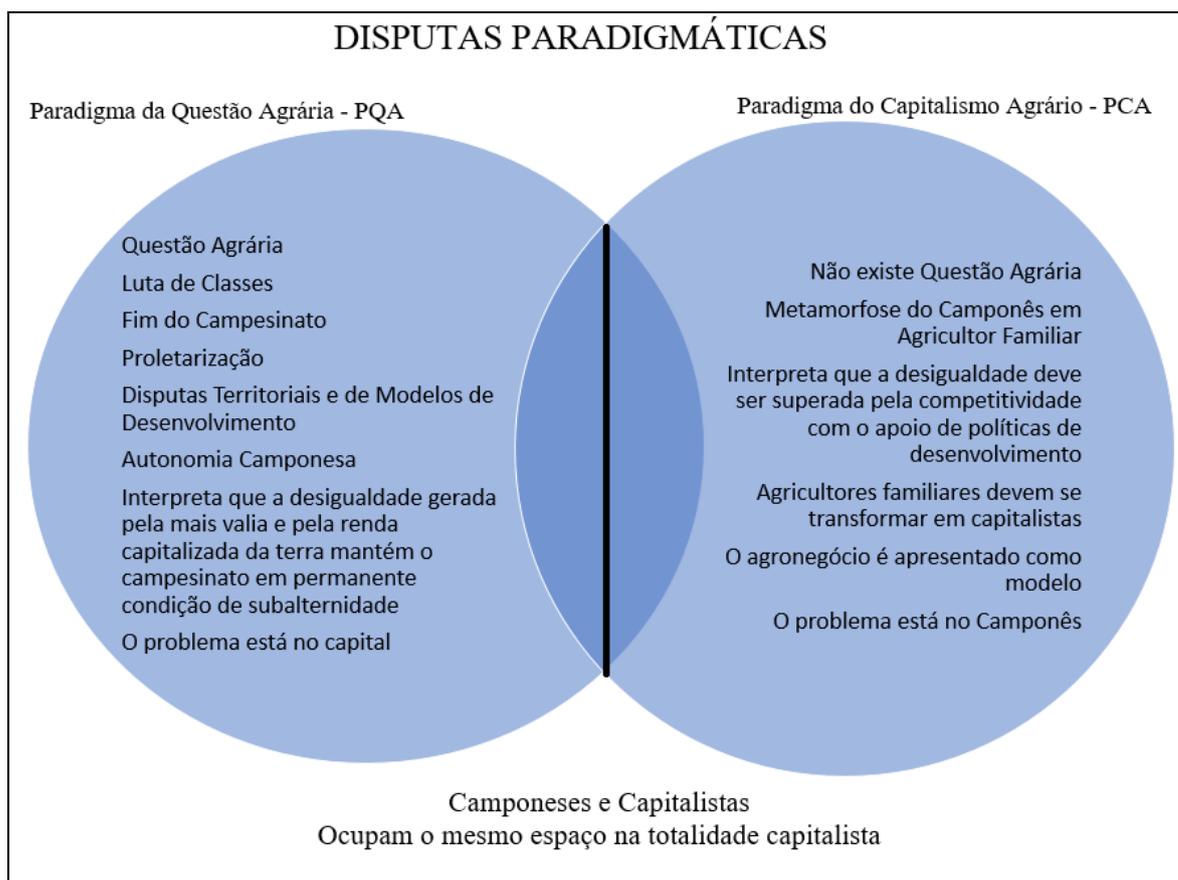
Essa conflitualidade constitui um “[...] processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro” (FELÍCIO, 2006, p. 19).

A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p. 08).

A conflitualidade também está presente nas discussões teóricas, cujo objetivo é desconstruir a linha argumentativa defendida por seu opositor. Assim, está inserida nas teorias, nos paradigmas, nos discursos e promove uma disputa intelectual que envolve diferentes pontos de vista, leituras e visões de mundo que, nas palavras dele, “[...] indicam necessariamente alternativas distintas, às vezes opostas, outras antagônicas e nem sempre complementares” (FELÍCIO, 2006, p. 20).

Fernandes (2013) apresenta dois esquemas que nos parecem bem explicativos para a compreensão dos paradigmas agrários no Brasil. No primeiro (figura 08) faz uma divisão dos dois paradigmas agrários na perspectiva das disputas paradigmáticas. Em seguida apresenta outra figura com as principais entidades que apoiam uma ou outra perspectiva, ou que se encontram numa posição intermediária (figura 09).

FIGURA 08 – PARADIGMAS AGRÁRIOS



Fonte: FERNANDES, 2013.

FIGURA 09 – POSIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NO DEBATE PARADIGMÁTICO



Fonte: FERNANDES (2015 – com pequenas adequações)

Levando-se em consideração que um paradigma nega, mas não substitui o outro, entendemos que a existência destes dois paradigmas é muito importante por permitir o debate paradigmático como condição de aproximação com a questão agrária (FELÍCIO, 2011).

Assim,

[...] entendemos ser profícuo um estudo sobre a questão agrária promovendo um confronto interpretativo, por meio do qual as discussões das interpretações e das construções de significados possam nos aproximar o quanto possível dessa complexa realidade no/do desenvolvimento atual da agricultura (FELÍCIO, 2011, p. 13).

O modo capitalista de produção, ao contrário do que normalmente se defende, não se restringe à produção, mas também à circulação de mercadorias. Assim, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Esse processo, contraditório, decorre do fato de que ele não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim de mais-valia (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

É na produção que se cria a mais-valia. Contudo, sua realização só ocorrerá na circulação. É no momento da circulação que a mercadoria se converte em dinheiro que, à posteriori, se apropria da mais-valia, ou seja, do trabalho social não pago. Essa dinâmica ocorre obedecendo ao princípio básico, apresentado por Marx, do movimento de rotação do capital: D - M - D' (OLIVEIRA, 2007).

O desenvolvimento desse modo de produção permite, contraditoriamente, a criação e recriação, afirma Oliveira, de relações de produção não capitalistas. Isso ocorre porque o capital ao se reproduzir, reproduz também e de forma ampliada, suas contradições.

Dessa forma,

[...] esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. [...] O capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Assim, a expansão do modo capitalista de produção redefine antigas relações subordinando-as à sua produção e cria relações não capitalistas contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 2007). No caso especial da agricultura essa manifestação se dará através da sujeição da renda da terra ao capital.

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das family farms, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norte-americana também não tem seu suporte nas corporate farms e sim nas family farms. Esse mesmo fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa (OLIVEIRA, 2007, p. 08)

Os autores do PCA entendem que o “[...] processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele [o capital] pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a e pode, com isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2007, 11).

Mas, o modo capitalista de produção permite, com a clara intencionalidade de mitigar os ânimos quanto à questão agrária, reformas agrárias parciais ou de mercado. Na maioria das vezes essas medidas atendem aos seus próprios interesses fazendo pequenas adequações do ponto de vista da estrutura agrária ou mesmo a inserção dos camponeses na lógica contraditória de sua reprodução. Assim, não constitui tarefa das mais fáceis a manutenção camponesa por dentro do modo capitalista de produção.

Estes camponeses mantêm uma certa relação com o mercado, contudo, sem seguir a lógica de reprodução do capital. Assim, “[...] o fato de os camponeses estarem inseridos no mercado não os torna menos camponeses. Antes, é necessário discutir os porquês e as formas como eles se inserem” (PAULINO, 2012, p. 58). É preciso, muitas vezes, se inserir para resistir. Aqui aparece a lógica contraditória do próprio capital.

Essa inserção

[...] no mercado de trabalho, por parte dos teóricos clássicos e contemporâneos como sinônimo de proletarização, é interpretada por Chayanov como recurso para a manutenção da condição camponesa. Até mesmo o fato de acumular dinheiro não aparece como uma postura pequeno-burguesa, ponderando-se que a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização (PAULINO, 2012, p. 60).

Portanto, não é a pura e simples participação do camponês no mercado capitalista ou mesmo o uso de novas tecnologias ou venda para a indústria que torna o camponês, necessariamente, capitalista. Deve pesar mais a mudança da relação social do trabalho familiar para uma relação baseada na organização em trabalho assalariado de forma que supere a força de trabalho da família (FERNANDES, 2008a, p.41).

Finalmente, dizer que para além da suposta inserção camponesa no mercado ou mesmo do uso de novas tecnologias por estes sujeitos, como descrito no parágrafo anterior, um problema ainda maior é o político. O problema se torna ainda mais complexo do ponto de vista de sua superação quando temos uma estrutura política organizada de tal forma que sempre se prioriza, seja nas ações das políticas públicas mais amplas ou locais, a lógica de reprodução das grandes propriedades, dos modelos de produção em larga escala. Estamos nos referindo à composição da nossa representação política na Câmara e Senado Federal, à bancada ruralista.

No Brasil esta estrutura está assim apresentada: de um lado os agraristas, “[...] habitualmente defendidas por minifundistas, medieros, arrendatarios y trabajadores sin tierra [...]” (OSZLAK, 1971, p.06) e de outro os ruralistas, “[...] planteadas por las poderosas asociaciones que agrupaban a los grandes y medianos terratenientes” (idem).

O primeiro grupo busca modificações na estrutura social agrária. Isso seria possível mediante uma profunda mudança nos padrões de posse e propriedade da terra, melhor acesso aos recursos materiais e informação da parte dos pequenos agricultores, bem como a introdução de formas e modelos econômicos e sociais diferentes que lhes favoreceram mais.

O segundo grupo transfere a ênfase do homem para a técnica, ou seja, busca promover a inovação tecnológica como sendo a salvação de todos os males e o elemento responsável pelo aumento da produção, contudo, defendem a manutenção da estrutura social e econômica vigentes, ou seja, não há uma preocupação com os problemas na distribuição da terra (OSZLAK, 1971).

Eles têm forte influência política e opera, nas palavras de PAULINO (2015), por coalizão de interesses. Segundo a autora é a mais poderosa articulação política dentro do parlamento brasileiro, e nas decisões que lhes dizem respeito chegam a somar 92% dos parlamentares. No seu bojo, denuncia a autora, estão insuspeitos empresários do agronegócio, mas também parlamentares acusados de assassinatos e trabalho análogo ao escravo, de trabalhadores rurais e líderes camponeses. Abaixo fizemos um esforço, a partir de Oszlak (1971), de sintetizar em um quadro (quadro 02) as principais posições ideológicas de cada grupo.

QUADRO 02 – BRASIL: POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS AGRARISTAS VERSUS RURALISTAS

QUESTÃO					
	Objetivo da Reforma Agrária	Distribuição da Terra	Razões do Estancamento Agrícola	Redistribuição da Terra	Reforma Agrária
AGRARISTAS	Justiça social e estímulo às habilidades, capacidades, potencialidades para melhorar o desempenho de quem cultiva a terra.	Necessidade de redistribuição; Associação com pequenos camponeses que trabalham a terra.	A alta concentração de terra em poder de poucos latifundiários sem motivação para investir na exploração e aumentar a produção.	Solução dos problemas sociais, econômicos e políticos que afetam a agricultura; Remoção das ineficiências que obstaculizam a produção.	Por um governo que dê resposta às demandas do povo; Mudanças profundas no aparato estatal para neutralizar o poder dos grandes proprietários.
RURALISTAS	Melhoras e inovação tecnológica rural; Incremento da produção agrícola.	Não existe uma “desigual” distribuição das propriedades; Os direitos à propriedade são a base da democracia.	Políticas públicas erradas que restringem o investimento na infraestrutura rural;	Eliminação das economias de escala; Redução da produção; Incertezas e consequente desincentivo à produção.	Por um governo responsável e leal a valores democráticos, além de oposto ao totalitarismo.

Fonte: OSZLAK (1971);
Tradução e Organização: Reinaldo Sousa

Essa forte presença política de tradicionais oligarquias regionais no parlamento brasileiro revela, nas palavras de Martins (1989) um fenômeno recorrente na história das oligarquias brasileiras: a sua enorme capacidade de regeneração.

Ademais, esses grupos

[...] estabeleceram entre si um discurso, supostamente unificador das aspirações das lutas populares no campo, em torno do tema da reforma agrária. E, a partir dele, desencadearam uma luta pela reforma agrária, historicamente descontextualizada e basicamente divorciada da práxis camponesa, da luta pela terra, na experiência sangrenta da expropriação, da violência e da violação dos direitos, da ausência de cidadania (MARTINS, 1989, p. 93).

A prova da sua forte influência é possível se perceber até mesmo em governos tidos como populares, a exemplo do governo do PT. A aliança feita desde o primeiro governo do PT com os agentes do agronegócio, com a bancada ruralista, enfim, com os variados seguimentos da elite agrária em nome da governabilidade, tem se configurado como um grande empecilho ao desenvolvimento de uma reforma agrária plena. O que se tem conseguido é uma reforma agrária incompleta (FERNANDES, 2015), parcial.

Como se vê, analisar a questão agrária no modo capitalista de produção brasileiro não constitui tarefa das mais simples, uma vez que com o advento da lógica neoliberal o conceito foi esvaziado pela perspectiva de que os problemas agrários seriam decorrentes da própria natureza pouco organizativa dos camponeses e da sua inexorável tendência à extinção.

É bem verdade que em nossos dias os camponeses se veem obrigados, pela própria lógica de reprodução capitalista, a conviverem com suas próprias contradições a exemplo de contratação de mão-de-obra, venda de lotes quando as condições materiais de existência não lhes são propícias ou quando o próprio Estado gera os processos de expropriação e expulsão (COSME, 2015). Entretanto, nada disso lhes faz negar a condição de ser camponês. Portanto,

[...] outra face do processo de expulsão camponesa foi e é realizado diretamente pelo Estado, em seus diferentes governos e períodos, quando aquele se envolve em conflitos pela terra. Um caso emblemático, por ser bastante atual, é destacado por Martins (1991) ao se referir às desapropriações de camponeses para a

construção de barragens. Realidade facilmente constatada hoje na implementação das grandes obras (canais, hidrelétricas, refinarias, complexos portuários, projetos de irrigação). Defendidas pelo discurso hegemônico como de ampla necessidade para um propalado progresso/desenvolvimento, que na verdade proporciona um des-envolvimento do Brasil ao mirar a bateria de recursos para servir ao agronegócio, no caso do campo. Nestes casos, o Estado, ao deslocar, ou melhor, expulsar os camponeses de suas terras e pagar indenizações insuficientes (quando pagam) para a reprodução deles em outro lugar e/ou transferi-los para áreas remotas e sem condições como as que tinham antes, faz com que mergulhem em situação de grande miséria, segundo o autor supracitado (COSME, 2015, p. 26).

Pois bem, dados do Censo Agropecuário de 2006 já apontavam que cerca de 11.672.657 pessoas se encontravam empregadas em estabelecimentos familiares de até 50 hectares. Percentualmente isso representava, aproximadamente, 70,45% do pessoal ocupado na agropecuária. Por outro lado, os estabelecimentos iguais ou superiores a 1.000ha respondiam por apenas 761.904 mil pessoas empregadas, ou seja, 4,5%. Nesse sentido, os dados oficiais “[...] demonstram que, na última década, tem sido o setor familiar o principal responsável pela geração de empregos no campo, negando, portanto, a argumentação do Banco Mundial sobre a relevância do agronegócio na geração dos empregos rurais” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 41).

Mesmo ocupando apenas 21% da área, é responsável pelo abastecimento de alimentos dos lares brasileiros. É ela que produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos (RAMOS FILHO, 2013b). Ou seja, a lógica que busca justificar a permanência do agronegócio como modelo é uma mentira que deve ser, severamente, combatida.

Afinal, é o setor camponês que responde, proporcionalmente, pelo maior volume da produção agropecuária nacional, principalmente daquela que estão presentes, cotidianamente, nos lares brasileiros.

Ou seja,

[...] embora acossados por uma escassez de terras asfixiadora, num país territorialmente generoso e plenamente dotado de favorabilidade físico-ambiental à atividade agrícola, isso não tem culminado em correspondente inaptidão produtiva do

campesinato, sendo a recíproca inversa verdadeira aos capitalistas do campo (PAULINO, 2015, p. 13)

Evidencia-se, assim, uma relação inversamente proporcional entre tamanho dos estabelecimentos rurais e os indicadores relativos de eficiência econômica ou, dito de outra forma, de cumprimento da função social da terra como geração de empregos, receita monetária e potencialização produtiva de créditos públicos (PAULINO, 2015).

No que tange à geração de empregos a autora aponta que

[...] mesmo dispendo de apenas 6,9% das terras sob controle privado, os estabelecimentos pequenos, que consideramos coincidir com as pequenas propriedades, empregam 74,6% dos trabalhadores rurais, enquanto que as grandes geram apenas 4,6% deles, a despeito da enorme fração territorial a seu dispor (PAULINO, 2015, p. 17-18)

Mesmo quando são considerados os dados absolutos, aqueles estabelecimentos com até 50 hectares, e que controlam tão somente 6,9% das terras agrícolas, respondem por 41% do valor da produção ao passo que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares respondem por somente 24,8% da receita agropecuária.

O que a autora constatou foi que a receita bruta obtida na pequena propriedade por hectare foi de US\$ 625,00 ao largo em que na grande o valor cai para US\$ 114,12. Contudo, a conjuntura atual ao invés de reconhecer sua importância tem, na verdade, minimizado ainda mais suas condições de sobrevivência. É importante lembrar que o crédito disponibilizado para a safra 2013/2014 foi de US\$ 68 bilhões para a agricultura comercial e de apenas US\$ 10,5 bilhões para a agricultura familiar (PAULINO, 2015).

A superação desta ordem só tem sido possível pelos intensos processos de resistência, pelo confronto com as condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando e proletarizando ou monopolizando o território camponês (FELÍCIO, 2011) e lutas camponesas que culminam na sua recriação e que contrariam as teorias clássicas de sua extinção. Trata-se de “[...] uma população que luta para sobreviver, unindo-se pelo controle de seus meios de produção

como a terra, a água e os recursos naturais, dos quais são expropriados” (FELÍCIO, 2011, p. 18).

Daí porque no Brasil,

[...] a principal forma de criação e recriação do campesinato na contemporaneidade [...] tem sido a conquista de assentamentos de reforma agrária. Na prática sua territorialização, mediante a conquista dos assentamentos, promove a desterritorialização (ao menos na dimensão físico-material) dos latifundiários que, por sua vez, podem reterritorializar-se em outro município, estado, ou região brasileira, no mesmo setor de atividade econômica ou em outro setor da economia. A territorialização do agronegócio implica a desterritorialização camponesa (RAMOS FILHO, 2013b, p. 54/55).

Entretanto, cabe ressaltar que

[...] boa parte dos assentamentos carecem de estrutura básica que propicie o suporte ao desenvolvimento econômico e social das famílias e condições de logística para o desenvolvimento de processos produtivos e agroindustriais. Grande parte dos assentamentos não possui rede de energia elétrica trifásica, o que encarece os custos de produção; não possuem rede de abastecimento de água potável, o que inviabiliza as boas práticas sanitárias; não possuem estradas adequadas, o que dificulta o transporte dos produtos; não há condições adequadas de acondicionamento dos produtos; entre outros problemas (BONFIM, 2015, p. 68)

4.3 – Desdobramentos da Questão Agrária no Brasil Contemporâneo

Dados de 1950 já justificavam, em função da grande concentração fundiária no Brasil, a necessidade de uma ampla reforma agrária. O recenseamento daquele ano já apontava que os estabelecimentos com mais de 200 hectares, cujo percentual era de apenas 9%, já dominavam 75% da área agrícola, contra os 85% de estabelecimentos que respondiam por apenas 17% da área (PRADO JUNIOR, 2014).

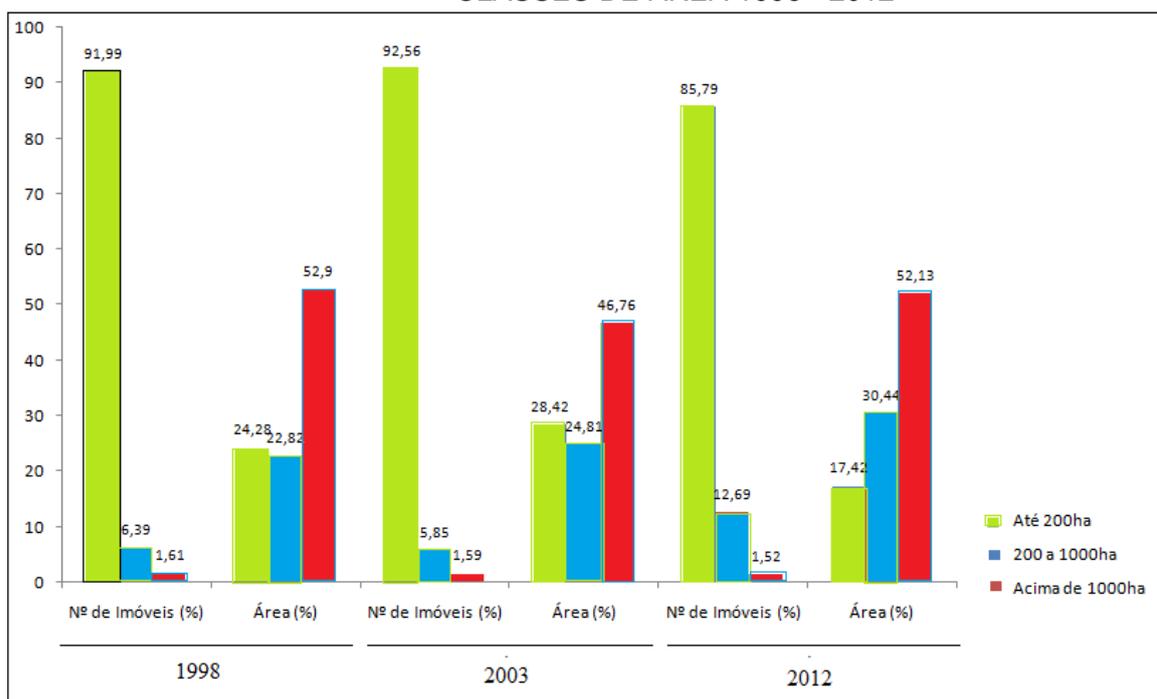
Ou seja,

[...] por força da grande concentração da propriedade fundiária [...] bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria (PRADO JUNIOR, 2014, p. 291).

De lá para cá o quadro não mudou muito. Dados do relatório Dataluta (gráfico 08) permitem visualizar, na estrutura fundiária, que o número de propriedades com até 200 hectares (91,99%) em 1998 ocupava 24,28% da área total ao passo que as propriedades acima de 1.000 hectares (1,61% do número total) já ocupavam 52,9% da área.

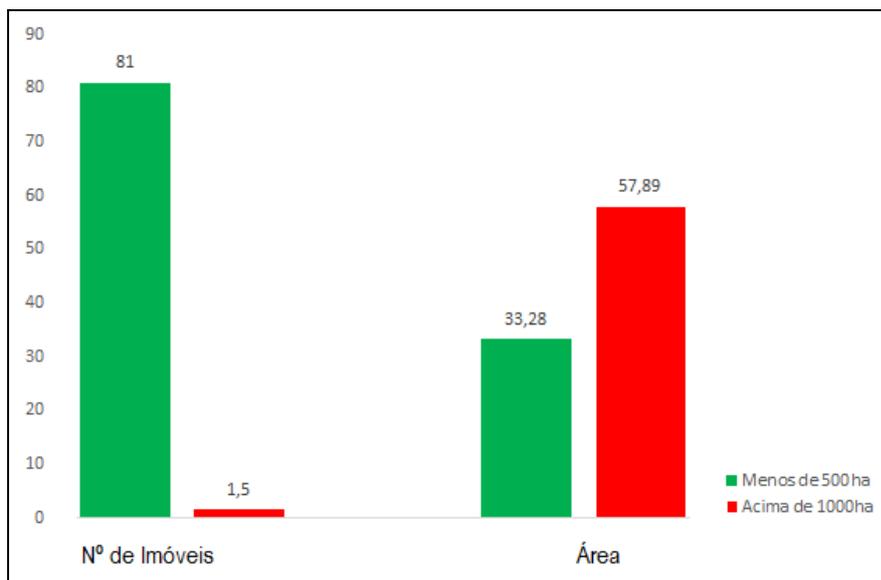
Em 2012, o número de propriedades com até 200 hectares (85,79% do total) ocupava tão somente 17,42% da área total. No outro extremo, as propriedades com mais de 1.000 hectares (1,52% do total) abarcavam nada mais que 52,13% da área. Ainda que o Relatório Dataluta, para o ano de 2014, não tenha considerado a faixa entre 100 e 200 hectares, mas entre 100 e 500 hectares, é possível verificar que a concentração em torno das grandes propriedades, ou seja, aquelas acima de 1000 hectares permaneceu (gráfico 09).

GRÁFICO 08 – BRASIL: MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA 1998 - 2012



Fonte: DATALUTA (2013);
Org. Reinaldo Sousa

GRÁFICO 09 – BRASIL: MUDANÇAS NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA 2014



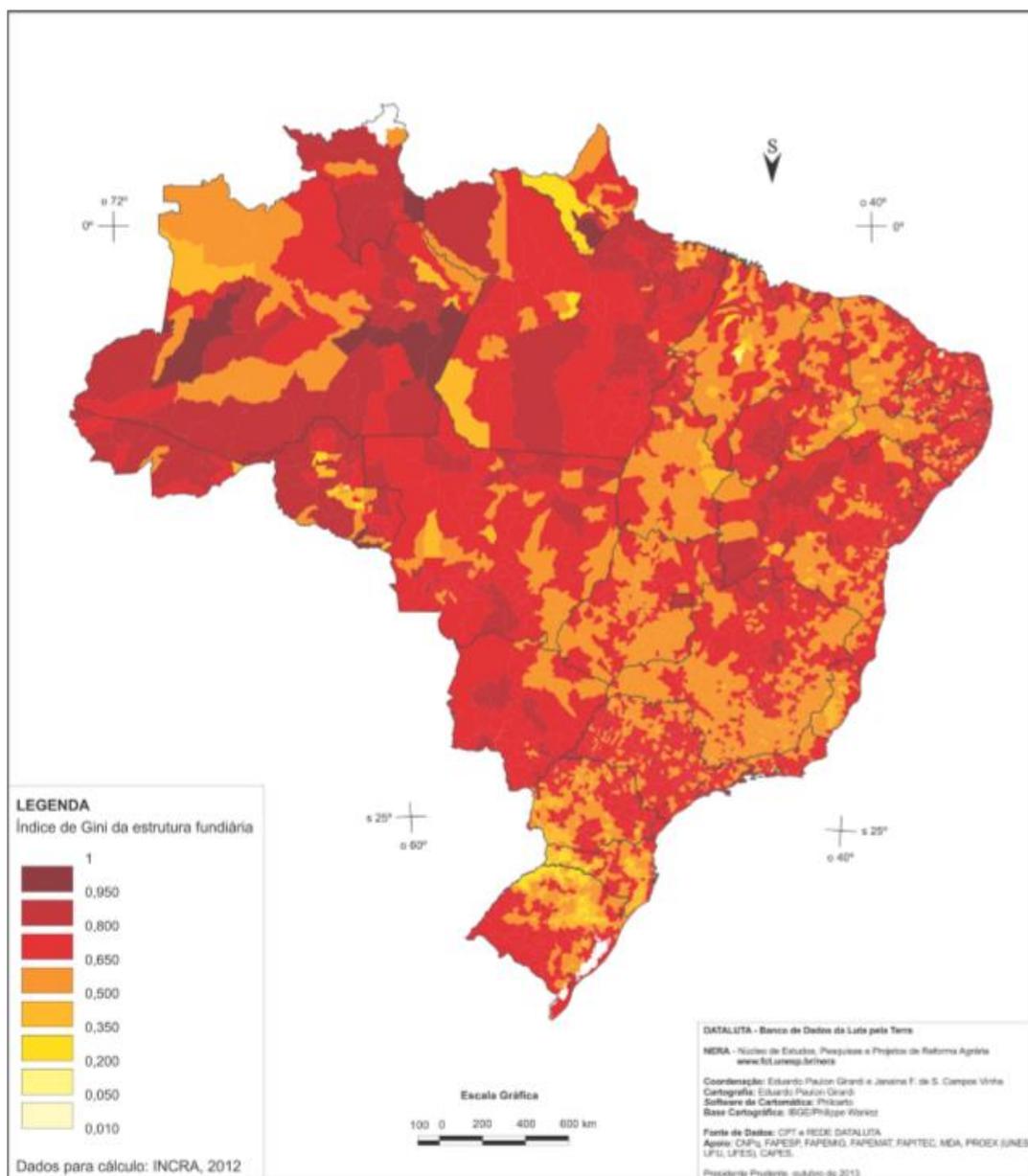
Fonte: DATALUTA (2015);
Org. Reinaldo Sousa

Constata-se, assim, a grande concentração fundiária presente na estrutura fundiária brasileira nas últimas décadas. O Índice de Gini também reforça esta constatação. Ao se analisar seus indicadores para o Brasil o que se verifica é um predomínio nas faixas entre 0,650 e 1,0 o que atesta a concentração (mapa 03). Entre os anos de 2012 e 2014, segundo relatório da rede Dataluta (2015), o índice aumentou de 0,833 para 0,860.

Por isso, os conflitos no campo e os movimentos sociais em defesa dos trabalhadores têm sido tão frequentes. Esses movimentos socioterritoriais estão organizados em duas vertentes distintas, mas complementares:

[...] uma para a adoção de políticas de desenvolvimento do campo baseado na justiça para maioria da população (política de combate a pobreza e a fome, política de desenvolvimento do campo, política de reforma agrária, política de regularização de posses, políticas ambientais, políticas aos povos tradicionais, políticas de respeito aos direitos humanos); e outra contra a adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses a uma restrita parte da população e em muitos casos, apenas de empresas transnacionais [...] (FELICIANO 2011, p. 08).

MAPA 03 – BRASIL: ÍNDICE DE GINI DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 2012



Fonte: DATALUTA (2013);

Em decorrência desta estrutura há, no Brasil, várias áreas de litígio entre diversos setores da sociedade. Esses conflitos, muitas vezes mediados pelo próprio Estado, levam a uma tensão constante entre as classes. Segundo Fernandes (2004) os pensamentos, as relações e as classes sociais produzem e reproduzem diferentes territórios a partir de permanentes conflitualidades. Tanto

os territórios²² capitalistas como os não capitalistas produzem, cada um à sua maneira, permanentes conflitualidades pela disputa territorial. Esta disputa pode ocorrer de duas maneiras: pela desterritorialização ou controle e uso das formas ou pelo acesso controlando as territorialidades²³ (FERNANDES, 2010).

Se considerarmos o intervalo entre 1993 e 2016, o que se verifica é uma maior incidência entre os anos 2003 e 2007, ou seja durante o governo Lula, fato que aguça a contradição, uma vez que este governo se propunha ser um modelo de governo popular (gráfico 10). Em 2016 os conflitos se acirraram. Uma das explicações pode estar no momento de instabilidade política que vivíamos, uma vez que desde de dezembro de 2015 havia sido instalado no país um processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, que se consolidou em 31 de agosto de 2016, pela via do que consideramos um golpe jurídico-parlamentar.

Nas palavras de Canuto (2016), o ambiente político criado nestes dois anos criou condições propícias para o aumento da violência no campo. Ou seja, os anos que apresentam um número mais elevado de conflitos, e aí concordamos com ele, são quase sempre anos de mudanças no cenário político. Essa violência se manifesta de diversas formas: ação de pistoleiros a mando dos proprietários de terra, ação da polícia à serviço do Estado para reintegração de posse etc. Isso culmina em assassinatos, tentativas de assassinato, expulsão de famílias, destruição de bens, além dos danos psicológicos causados em crianças.

Neste ano o número de conflitos no campo brasileiro atingiu a cifra de 1.536, maior índice desde 2008, com 61 assassinatos. São números preocupantes que totalizam uma média de 5 assassinatos por mês.

No período dos últimos 25 anos, 1992-2006, número igual ou superior a este só em 2003 quando foi registrado o número de 73 vítimas [...]. Se compararmos os anos de 2015 e 2016, os dados mostram meridianamente o crescimento da violência contra a pessoa. Houve 22% de aumento no número de assassinatos [...] de 50 a 61 [e nas] tentativas de assassinato [que] passaram de 59, em 2015, para 74, em 2016, 25%. O número de pessoas que receberam ameaças de morte cresceu de 144, em 2015, para 200, em 2016, 39%. Um crescimento de 205% no número de

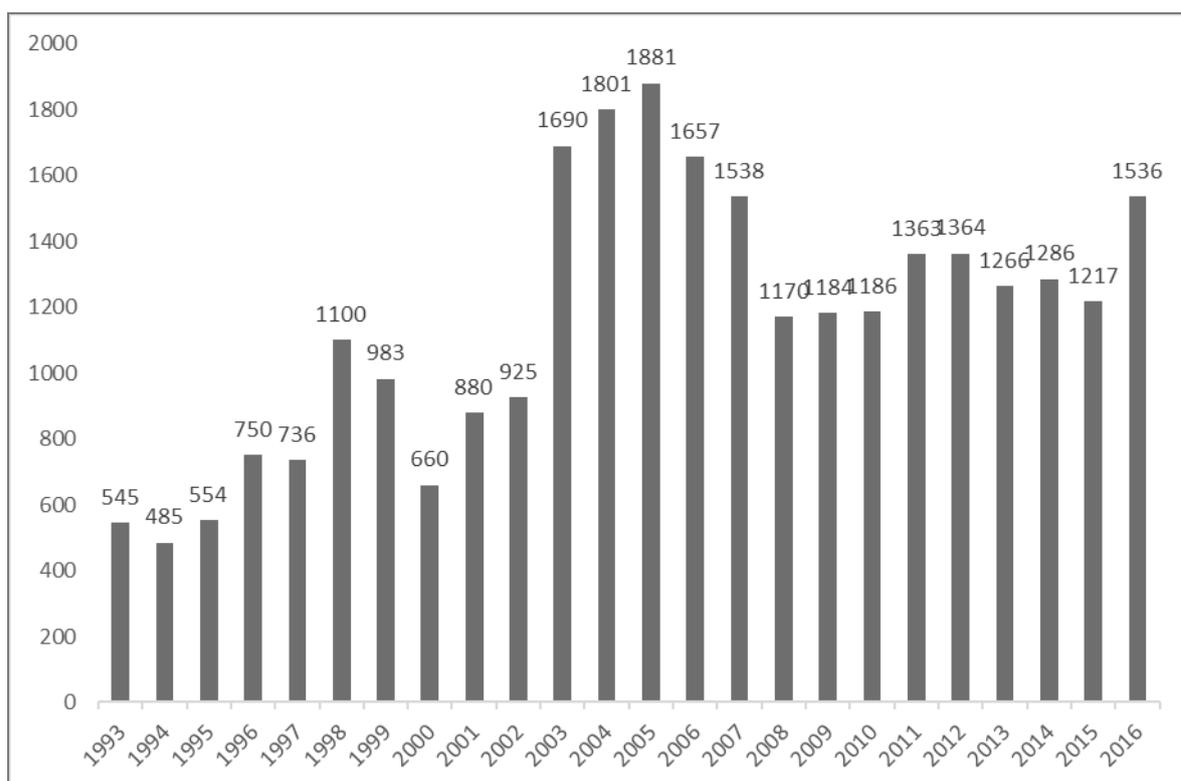
²² Vistos aqui não como espaços físicos, mas como espaços sociais, culturais, onde, nas palavras de Fernandes (2005) se manifestam relações e idéias que são, também, produtoras de territórios.

²³ “[...] uma dada territorialidade é a forma como são expressos os embates em um determinado contexto histórico-social” (TOMIASI, 2012, p. 53).

pessoas agredidas fisicamente [...] de 187, para 571. E o número de presos passou de 80 em 2015, para 228 em 2016, crescimento de 185% (CANUTO, 2016, p.112- 114).

Dentre os principais protagonistas envolvidos nesses conflitos, aponta a CPT, destacam-se os sem-terra e os posseiros, os indígenas, os quilombolas e assentados. Vê-se, assim, que os camponeses continuam sendo os protagonistas do processo de resistência e luta pela terra no campo brasileiro.

GRÁFICO 10 - BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 1993 - 2016



Fonte: CPT;
Org. Reinaldo Sousa

Ademais, é preciso destacar a violência silenciosa que se manifesta nos graves problemas de saúde que são pouco ou na maioria das vezes nem são divulgados pela grande mídia. O uso intensivo de agrotóxicos é um exemplo. Na busca por maximização dos lucros, os empresários do agronegócio não medem esforços no sentido de potencializar a produção. Para tanto, fazem uso de um conjunto de ferramentas técnicas, a exemplo de aviões, máquinas pesadas, que

ao serem usadas para distribuição de agrotóxicos acabam por contaminar grandes áreas vizinhas das suas lavouras.

Na última década houve, segundo Bombardi (2016), um significativo aumento no seu consumo em todo o mundo. Para ela isso se deve, sobretudo, à transformação do alimento em combustível bem como à transformação de muitos dos produtos cultivados em *commodities*. Apesar dessa prática também aparecer, contraditoriamente, nas pequenas propriedades, uma vez que os pacotes agrícolas são exigência dos agentes governamentais e bancários, como denunciado por Bombardi (2017), o grande uso se dá pelas grandes propriedades que utilizam, como apontado anteriormente, ferramentas mais modernas para sua distribuição e fazem em grande escala.

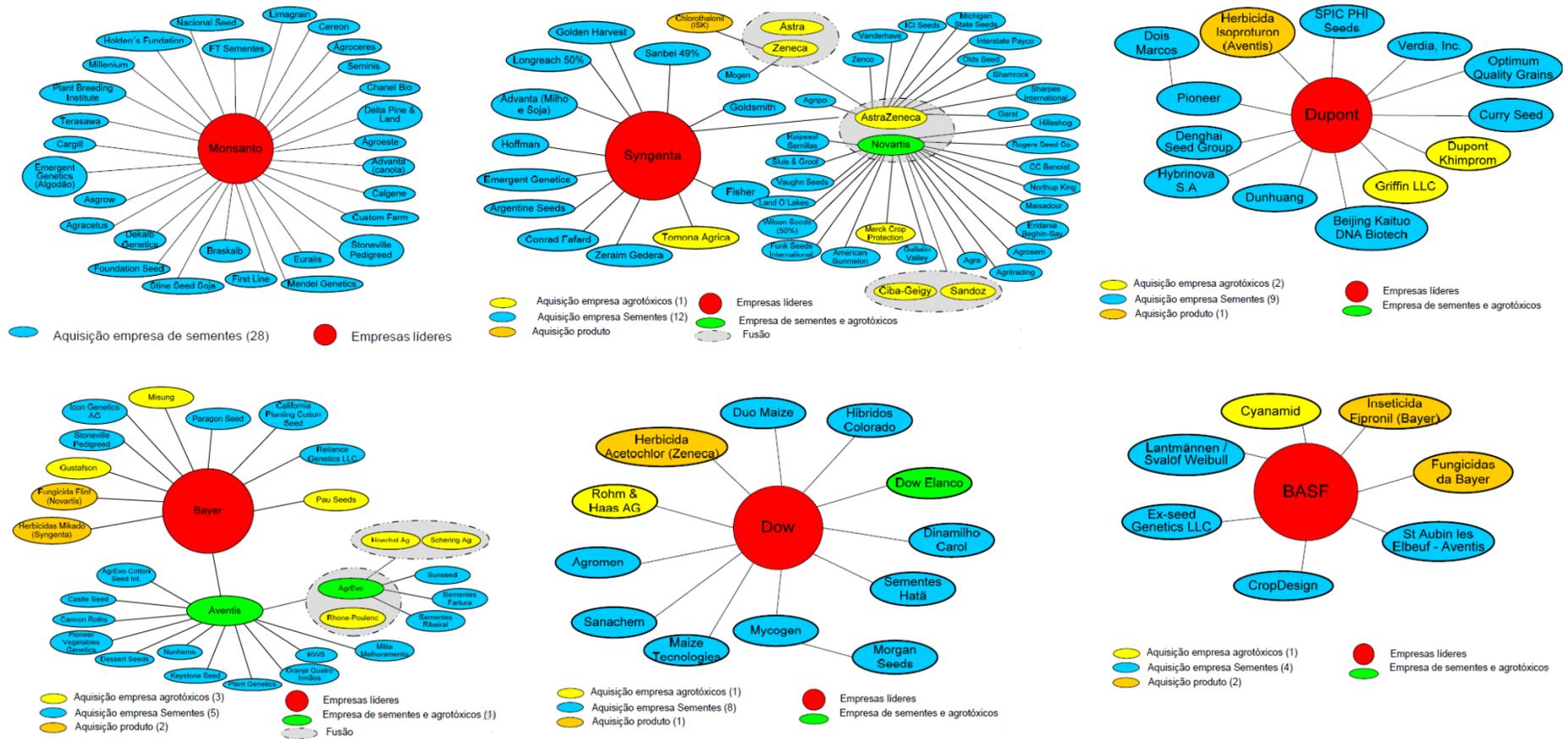
Assim, entre as propriedades de 0 e 10 hectares o uso de agrotóxico está em torno de 23,7%; entre aquelas de 10 e 100 hectares a porcentagem é de 33,2% e quando se considera aquelas acima de 100 hectares o uso é de 43,1%% (BOMBARDI, 2017). A autora destaca, ainda, que o setor dos agroquímicos está oligopolizado por seis grandes conglomerados: Monsanto, Syngenta/Astra /Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow (figura 10). Estes dados revelam

[...] um intenso processo de subordinação da renda da terra camponesa ao capital monopolista: mais de 1/3 das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos. Neste sentido, toda vez que o camponês destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes, esta renda é apropriada pelo capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista (BOMBARDI, 2017, p. 02).

Esta oligopolização, segundo Bombardi, caminha *pari passu* com o aumento da receita líquida das empresas. Segundo a autora,

[...] a venda mundial de agrotóxicos (em dólares) teve um acréscimo de 53,8% no período de 1990 a 2008. Em 1990 ela envolveu cerca de 26 bilhões de dólares e, em 2008, este valor saltou para 45 bilhões de dólares. Já o mercado brasileiro, no mesmo período, teve um crescimento de cerca de 140%. O valor das vendas no Brasil em 2000 foi de aproximadamente 2,5 bilhões de dólares e em 2008 em torno de 6 bilhões de dólares (BOMBARDI, 2017, p. 06).

FIGURA 10 – OLIGOPÓLIO NO SETOR AGROQUÍMICO



Fonte: Bombardi (2017) a partir de Victor Pelaez.

De acordo com a denúncia da autora, foram registrados, no período 1999/2009, cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola o que equivale a 5.600 intoxicações/ano ou 15,5 intoxicações diárias no país. Isso decorre do aumento médio no consumo que era de 7 quilos por hectare em 2005 para 10,1 quilos em 2011, o que significa um aumento de 43,2% (BOMBARDI, 2016).

No mesmo período foram registradas 25.350 tentativas de suicídio com esses produtos. Numa linguagem mais direta, isso representa uma média de 2.300 tentativas de suicídio/ano com pelo menos 1.876 mortes confirmadas no período (BOMBARDI, 2017). Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX (2017) apontam, para o ano de 2013, pelo menos 1.907 casos de intoxicação com agrotóxicos de uso agrícola.

O fato dos agrotóxicos servirem como a “arma” utilizada para dar fim à própria vida traz elementos iniciais para aventar-se uma [...] hipótese. Tal hipótese diz respeito à conexão entre suicídio e o processo de endividamento causado pela dependência econômica fruto do pacote agroquímico, ao qual os camponeses estão submetidos (BOMBARDI, 2017, p. 16).

Essa realidade contribui, significativamente, para o aumento de conflitos/conflitualidades no campo. Assim,

[...] quando nos referimos aos conflitos por terras precisamos ter duas dimensões em questão: a) considerar a diversidade de sujeitos em movimento (sem terra, posseiros, meeiros, parceiros, vazanteiros, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, gerazeiros, faxinalenses, etc.); b) o conflito por terras se dá em oposição à desterritorialização e pela reterritorialização da relação social camponesa e/ou de resistência à subalternidade do território camponês imposta pelo capital (RAMOS FILHO, 2013a, p. 27).

Esses conflitos constituem-se em

[...] processos de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios [...]. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso - crítica; regra – conflito; padronização - variedade; centralização – centralidades; território – territórios (FERNANDES, 2010, p. 05).

Dados da rede Dataluta, apontam que o número de ocupações no Brasil aumentou entre os anos de 1988 e 2014. Foram registradas, no período, cerca de 9.280 ocupações com pelo menos 1.275.847 famílias assentadas (gráficos 11 e 12). Desse total, cerca de 9.000 evoluíram para assentamentos (gráfico 13). A série histórica deixa claro uma maior intensidade nas ocupações no período compreendido entre os anos de 1996 e 1999, uma evidente reação ao massacre de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Após esses massacres, “[...] a luta do movimento social ganha a Esplanada [...] por isso, entendemos que a luta dos movimentos foi a principal ferramenta para o avanço no tema (FONZAR, 2015, p. 117).

4.3.1 – Sobre Corumbiara e Eldorado dos Carajás

Dois capítulos tristes da nossa história foram registrados entre os anos de 1995 e 1996: os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Ambos representativos da nossa realidade agrária, marcada por conflitos e tensões de todas as ordens. O primeiro ocorreu na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara-RO, em agosto de 1995. Ali, a pequena parcela de terra ocupada, dos mais de 20.000 hectares da fazenda, na noite de 14 de julho de 1995 significava, nas palavras de Mesquita (2005), um espaço de esperança.

Ao menos seiscentas famílias se juntaram esperançosas de um lugar para viver da terra. Para fazer valer o anseio por reforma agrária. O que eles não esperavam era que suas esperanças se transformassem em tragédia. Afinal, “[...] a justiça foi muito rápida em atender os latifundiários” (MESQUITA, 2005, p.01). Assim, em 19 de julho, ou seja, apenas cinco dias depois uma liminar de manutenção de posse já havia sido expedida. As primeiras tratativas de reintegração resultaram na morte de um trabalhador, ferido à bala pelas costas, pela recusa do movimento em desocupar a propriedade (MESQUITA, 2005).

Na madrugada do dia 09 de agosto, 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE) e outro tanto de jagunços [...] fortemente armados, cercaram o acampamento por todos os lados e começou o massacre [...]. Os camponeses que viveram vinte e cinco dias na esperança da terra prometida, de repente abismaram-se num inferno dantesco, onde homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudos humanos por policiais e jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas seguidas e o acampamento foi destruído e incendiado (MESQUITA, 2005, p. 02).

O massacre deixou, além dos 55 feridos, dois policiais e nove trabalhadores rurais mortos. Inclui-se aí uma criança que aos seis anos de idade teve seu frágil corpo trespassado por uma bala, segundo Mesquita (2005). E o pior de tudo é saber que anos se passaram e ninguém foi, justamente, punido pelo massacre. Uma triste página da nossa história.

O segundo massacre, ocorreu no Estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, em 1996. Segundo o MST o Governo Federal, à época representado por Fernando Henrique Cardoso, prometeu assentar 280.000 famílias até 1998 e é neste contexto que cerca de 3.550 famílias de trabalhadores sem terra formaram um acampamento nas proximidades da fazenda Macaxeira, entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis (MST, 1999).

De acordo com representantes do MST o então presidente do INCRA havia prometido a vistoria para fins de desapropriação da fazenda, desde que os trabalhadores não a ocupassem. Os trabalhadores cumpriram sua parte no acordo, entretanto, a avaliação do INCRA, apesar dos 42 mil hectares formados por pastagens e matas depauperadas pela extração de madeira, foi considerada produtiva²⁴.

Diante deste quadro, afirmam, os trabalhadores resolveram ocupar a fazenda, o que ocorreu em março daquele ano. Ao mesmo tempo os fazendeiros iniciaram uma série de reuniões com o governador e sindicatos da categoria no sentido de pressionar a tomada de providências. Não vendo a negociação avançar os trabalhadores decidiram marchar até Belém. No dia 16 de abril, rodovia PA-150 nas proximidades de Eldorado dos Carajás, o grupo faz uma parada e bloqueia a rodovia. Eles reivindicavam comida e transporte para chegar à capital.

O major José Maria Pereira de Oliveira, comandante da 10ª CIPM/1ªCIPOMA, centralizou as negociações e garantiu que, se o trânsito fosse desobstruído, no dia seguinte o governo estadual enviaria 10 toneladas de alimentos e 50 ônibus para que as famílias se dirigissem a Marabá, a 100 km dali, onde haveriam negociações com o superintendente do INCRA (MST, 1999, p. 14)

O acordo foi cumprido e a rodovia desocupada. Mas, o quadro ficou tenso quando no dia seguinte, 17 de abril, o tenente da Polícia Militar afirmou que o acordo teria

²⁴ É importante ressaltar que mais tarde o Superintendente do INCRA no Pará, o senhor José Líbio de Moraes, foi exonerado supostamente por acusação de suborno junto ao laudo que atestava a produtividade da fazenda (MST, 1999).

sido desfeito e que não seriam distribuídos comida e, tampouco, haveria ônibus para transporte dos trabalhadores.

Isso gerou indignação nos trabalhadores que voltaram a ocupar a rodovia. Por volta das 15:00h daquele dia chegaram dois ônibus e uma caminhonete com 68 homens fortemente armados e no sentido contrário da rodovia chegaram mais 200 homens armados (MST, 1999). As cenas que se seguiram são aquelas de conhecimento público: bombas de gás num primeiro momento, mas ao se vê que os trabalhadores não iriam recuar passou-se a usar armas de poder letal. No total o massacre resultou em 19 trabalhadores rurais assassinados e ao menos 68 feridos.

Os policiais iniciaram os disparos contra os membros inferiores (pernas). Depois selecionaram as lideranças que deveriam ser mortas e encontraram OZIEL ALVES PEREIRA em uma barraca. Com os trabalhadores feridos e rendidos, os policiais passaram a usar os próprios instrumentos de trabalho dos lavradores como facão e foice para mata-los. O massacre durou aproximadamente uma hora (MST, 1999, p. 16).

A imagem que segue (figura 11), extraída do acervo do jornal O Estado de São Paulo, edição de 19 de abril de 1996, é emblemática e nos dá uma dimensão da barbárie ali cometida. Na carroceria de um caminhão estão os corpos de 19 trabalhadores executados tão somente por reivindicar um quinhão de terra para seu sustento e de sua família num país de dimensões continentais.

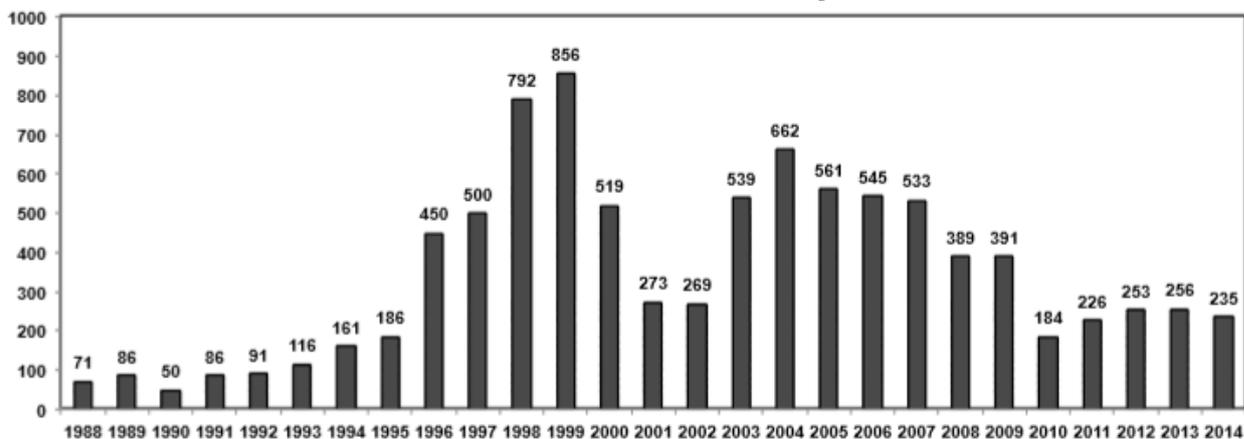
FIGURA 11 – TRABALHADORES MORTOS NO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS



Fonte: Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo

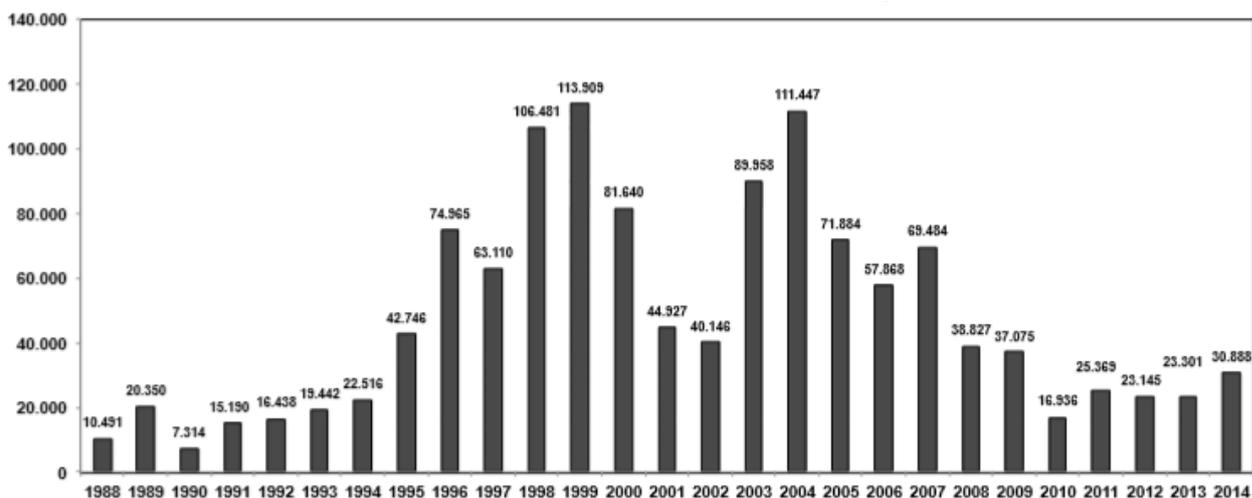
A partir de 2003, momento em que se esperava que houvesse uma contínua queda nas ocupações, em função da instalação de um governo popular, a tendência foi, ao contrário, de alta. Ou seja, os índices voltaram a crescer após uma ligeira queda entre 2001 e 2002. Essas informações são melhor visualizadas no mapa 04.

GRÁFICO 11 – BRASIL: NÚMERO DE OCUPAÇÕES 1988-2014



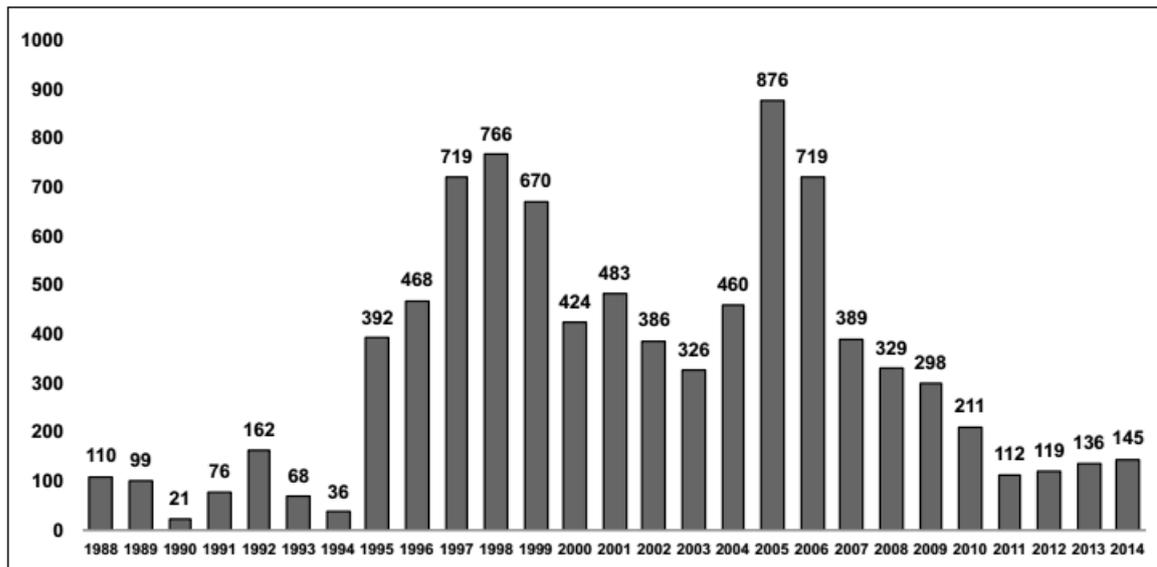
Fonte: DATALUTA (2015)

GRÁFICO 12 – BRASIL: FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES 1988-2014



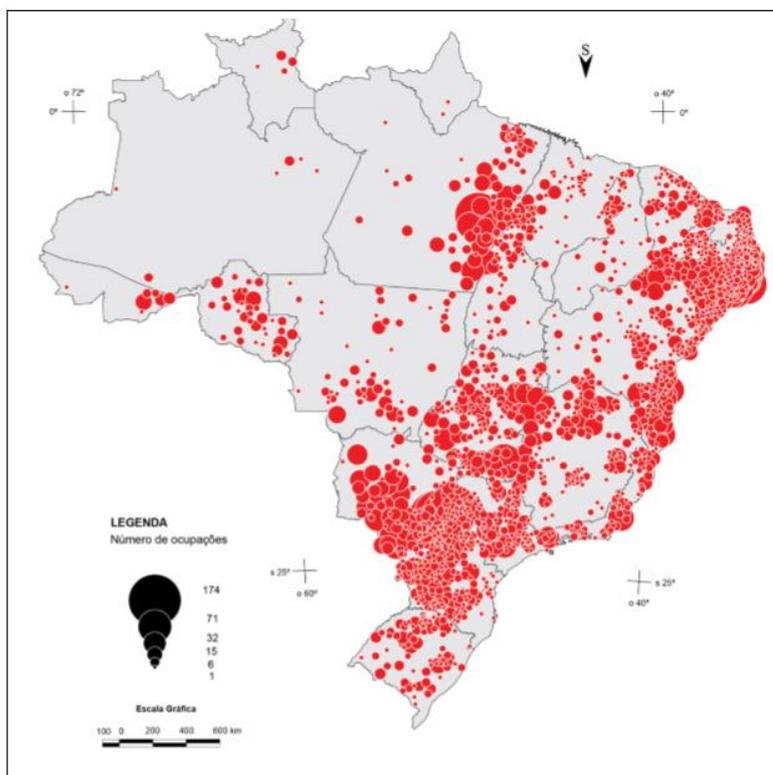
Fonte: DATALUTA (2015)

GRÁFICO 13 – BRASIL: NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS 1988-2014



Fonte: DATALUTA (2015)

MAPA 04 – BRASIL: GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA 1988-2014



Fonte: DATALUTA (2015)

Destarte, no que concerne à questão agrária o que se vê no Brasil é que além de presente ela se apresenta com nuances que a torna ainda mais complexa e difícil solução. Não bastasse a defesa visceral daqueles que defendem sua não existência há, ainda, uma forte ingerência política que a trata como algo superado. É preciso, pois, dar voz àqueles que ainda lutam pela sua superação ou ao menos pela convivência, ainda que contraditória, com ela.

4.4 – É preciso (re)pensar a reforma agrária

Os problemas relacionados à questão agrária no Brasil são antigos, complexos e, de maneira geral, nunca foram enfrentados de fato. Consequentemente, no seu bojo deixou-se de lado, também, a reforma agrária. As poucas tentativas que houve foram, na verdade, planos nacionais de desenvolvimento que contribuíram muito mais para aprofundar a modernização conservadora, apesar de impulsionarem a agricultura como um dos motores no processo de urbanização e industrialização, à serviço do capital monopolista, que para atender aos trabalhadores e às camadas mais pobres da sociedade.

Desde de a década de 1960 que o discurso político e acadêmico é o de que não há no Brasil uma questão agrária, que não temos, pois, necessidade de uma reforma agrária. Assim, para uma melhor compreensão do processo de evolução das nossas tentativas em se fazer reforma agrária optamos, metodologicamente, por fazer uma análise do período pós-militar, ou seja, pelos governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff.

A escolha se justifica pelo fato de na década de 1990 [período pós – militar] o país ter optado por um aprofundamento no modelo neoliberal. Uma mudança de paradigma que coincide, também, com um dos momentos de mudança de paradigma no campo cubano.

É fato que o fim da ditadura militar não significou o fim ao cerco e ao esvaziamento das lutas camponesas, tampouco ampliou as possibilidades políticas dos trabalhadores rurais efetivarem um modelo alternativo de agricultura (MARTINS, 1989), afinal “[...] o enfraquecimento político e a repressão privada e

pública contra os trabalhadores rurais, ao longo do regime militar, deixou feridas que levarão muito tempo para fechar (MARTINS, 1989, p. 92)”, mas significou um momento de ruptura com esperanças de mudanças que merecem análise.

O período seguinte ao militar foi conduzido por José Ribamar Ferreira de Araújo Costa [José Sarney] que assumiu o poder em 1985, depois da morte de Tancredo Neves. Sua passagem pela presidência foi marcada por “[...] uma aliança complexa e delicada, cujo poder dos militares, dos ruralistas e dos políticos conservadores se fazia presente no interior governo” (RAMOS FILHO, 2008, p. 201).

Em maio daquele mesmo ano Sarney apresentara, por ocasião do 4º Congresso da CONTAG, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA cujo objetivo era mudar a estrutura fundiária do país,

[...] distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando, progressivamente, o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso que [atendesse] aos princípios de Justiça Social e o aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural (MDA apud RAMOS FILHO, p. 201/202).

Essa proposta, afirma Ramos Filho (2008), previa a realização da reforma agrária mediante ao menos duas medidas centrais: primeiro a desapropriação dos latifúndios, medida básica que se deve tomar para se fazer uma reforma agrária de fato, mas que é um elemento incômodo para a burguesia agrária; segundo a restrição de novos projetos de colonização nas terras públicas, ou seja, a inviabilização de novas apropriações da parte da burguesia rural de terras devolutas.

Em conjunto, essas medidas atingiram os grandes latifundiários “[...] seja na ameaça de extinção do latifúndio, seja nas terras públicas tão almejadas pelo capital que se territorializava no campo” (RAMOS FILHO, 2008, p. 202). Como resposta, não tardou para que a burguesia rural se organizasse e, assim, criarem a União Democrática Ruralista - UDR. A agremiação reunia não só os latifundiários mais tradicionais, como aqueles mais modernos. Juntos eles começaram uma campanha de pressão contra o governo e sua intenção de fazer reforma agrária (RAMOS FILHO, 2008).

A pressão dos ruralistas foi acatada em detrimento do apoio dos trabalhadores à proposta, de modo que o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República foi adiado por diversas vezes e foram elaboradas doze versões até a assinatura do decreto presidencial nº 91.766 de 10.10.1985, aprovando o PNRA. Sarney rendeu-se aos latifundiários e optou por manter o pacto político que o sustentava, e, por meio de atos e omissões, conduziu à não implementação do PNRA (RAMOS FILHO, 2008, p. 203).

A Constituinte de 1988 daria um novo golpe no PNRA e, por conseguinte, na reforma agrária ao propor um dispositivo que tornava a propriedade produtiva inatacável. Segundo Ramos Filho (2008), a definição de “propriedade produtiva” ficou, astutamente, a cargo de uma legislação complementar. Perdeu-se, assim, uma excelente oportunidade de se fazer uma verdadeira reforma agrária. Uma reforma que não fosse considerada como mais uma reforma agrária de mercado ou uma contrarreforma, ou seja, uma reforma que ocorresse “[...] de forma massiva e drástica, alterando a distribuição, o regime de posse, os usos e a propriedade da terra” (RAMOS FILHO, 2008 p. 200).

Com a instituição das eleições diretas, promovida pela Constituição de 1988 subiu ao poder Fernando Collor de Melo. Sua eleição “[...] contou com o apoio da ala mais conservadora do Partido da Frente Liberal, das principais corporações de comunicação do país como o Grupo Roberto Marinho, dos grandes proprietários de terras, dentre outras forças conservadoras” (RAMOS FILHO, 2008, p. 207). Na prática, continua o autor, ele representaria a vitória do projeto neoliberal, que teria continuidade com Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e, em menor escala e contraditoriamente, com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Em 1992, depois de uma série de denúncias de corrupção, Fernando Collor renunciou ao mandato para fugir da cassação. Contudo, o impeachment e a perda dos direitos políticos, por pelo menos oito anos, foram inevitáveis. Em seu lugar sobe ao poder Itamar Franco. Em 1993, já durante seu governo é promulgada a Lei nº 8.629/93 de reforma agrária, além da Lei Complementar nº 76/93, que dispunha acerca do Rito Sumário nas desapropriações (RAMOS FILHO, 2008, p. 209/2010).

Esse governo foi mais flexível que seu antecessor quanto às negociações com os movimentos socioterritoriais, contudo, alguns temas permaneceram intocados como o confisco de propriedades envoltas em trabalho escravo ou mesmo a aceitação da contestação do judiciário dos laudos de vistoria do INCRA, presentes no Rito Sumário (RAMOS FILHO, 2008).

Assim, considerando-se

[...] os dois anos do governo José Sarney (1988 e 1989), três anos de Governo de Fernando Collor (1990, 1991 e 1992) e dois anos de governo Itamar Franco (1993 e 1994), portanto em um período de sete anos, foram realizadas 661 ocupações, com uma média de 94 ocupações com 15.963 famílias/ano. Neste mesmo período, foram realizados 572 assentamentos com média de 13.878 famílias assentadas/ano (FERNANDES, 2015, p. 170).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994 e 1998, o projeto neoliberal não apenas teve prosseguimento como foi aprofundado. O projeto de modernização técnica por ele implementado, sem que houvesse reformas sociais, retornou no seu segundo governo com características estruturais muito próximas do período militar, acrescido da abertura à inserção de capital externo e uma total subserviência a ele. Esse modelo, infelizmente, perdura até os dias de hoje (ABRA, 2007).

Assim, os conflitos pela posse e manutenção na terra se acirraram. O massacre de Corumbiara e o massacre de Eldorado dos Carajás são os mais emblemáticos. Para minimizar a má impressão causada pela violência o governo criou, em 1996, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, que depois passaria a se chamar de Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (RAMOS FILHO, 2008).

Na região mais desenvolvida do país, no Pontal do Paranapanema, São Paulo, a violência psicológica, através da perseguição política, aprofundou-se; mas foi na Amazônia que a violência física da eliminação chegou a seu ponto máximo, em agosto de 1995, com o Massacre de Corumbiara, no estado de Rondônia. E, no dia 17 de abril de 1996, com o Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Nestes episódios, respectivamente, foram assassinados pela polícia militar (que atuava na defesa da propriedade privada) 11 posseiros e 19 trabalhadores sem-terra e outros tantos foram torturados e/ou feridos (RAMOS FILHO, 2008, p. 2014)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a característica mais marcante do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a substituição da reforma agrária por medidas compensatórias. Segundo Ramos Filho, ele acreditava que “[...] para solucionar os conflitos agrários, bastava ampliar o número de assentamentos e de famílias assentadas eliminando, assim, parte dos sem terra [...]” (2008, p. 215).

Para o governo o pleno avanço do agronegócio no campo brasileiro geraria empregos e absorveria grande parcela do campesinato. Contudo, há um equívoco neste raciocínio ao desconsiderar que o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma desigual, contraditória e combinada e que na medida que o capital se expande no campo ele gera a expulsão de um grande número de camponeses o que gera mais sem terras (RAMOS FILHO, 2008).

O primeiro mandato FHC finalizava-se, com um acúmulo de 1.987, ocorrências de ocupações de terras, praticadas por 301.908 famílias em todo o território nacional. Os dados do DATALUTA demonstram que foram conquistados, no período, 2.211 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 240.819 famílias, sendo 60% destes, na denominada Amazônia Legal, lócus da maior concentração de terras públicas, incorporando terras públicas ocupadas há anos por posseiros como se fosse RA (RAMOS FILHO, 2008a, p. 217)

Ainda no governo de FHC foi lançado o programa *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural*. Sua política de desenvolvimento rural tinha como base a expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Essa política agrária, popularizada como novo mundo rural,

[...] posta em execução desde que se estruturou o pacto do agronegócio no início do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, incide em profunda inconsistência com o paradigma da igualdade social ao tentar escapar da Questão Agrária, mediante compromissos puramente retóricos com a igualdade de gênero, etnias e idades, e com a ilusão de incluir no agronegócio os pequenos produtores e trabalhadores, mediante exercícios de marketing e provisão de crédito subvencionado (ABRA, 2007, p. 27).

A perspectiva dessa política é a de que os problemas do campo serão resolvidos a partir de um conjunto de atividades não agrícolas, porém complementares, que implantadas no campo gerariam um aporte de recursos ao pequeno produtor justificando, assim, a ausência de uma reforma agrária. Ou

seja, mais uma vez a lógica de não resolver o problema, estruturalmente, é posta em jogo.

Essa ideia de um novo setor rural cujo dinamismo não vem só da produção agropecuária, mas de outras atividades econômicas que têm por base o espaço rural (hotel fazenda, turismo ecológico, pesca esportiva, tosa de cachorro etc), corresponde a uma realidade europeia que não pode ser transplantada para o conjunto do Brasil (SAMPAIO, 2013, p. 88).

O documento, apesar de ter sofrido algumas mudanças por receber uma série de críticas, não alterou seus pressupostos básicos. O conjunto de medidas adotadas no Novo Mundo Rural provocou uma forte reação dos movimentos socioterritoriais por incorporar, explicitamente, às políticas agrárias brasileiras “[...] o marco teórico, os pressupostos e os princípios das políticas fundiárias do Banco Mundial (BM) para os países do Sul [...]” (RAMOS FILHO, 2008, p. 218) e implantar programas de inserção dos pequenos e médios agricultores ao mercado contribuindo, assim, para a implementação do que Ramos Filho (2008) vai classificar de Reforma Agrária de Mercado.

Esse modelo de reforma foi criado para combater as ocupações de terra (FERNANDES, 2007). A implantação da RAM, durante o mandato de FHC

[...] deve ser compreendido como uma disputa territorial entre o governo e as organizações camponesas, cuja corporificação reside no plano da indissociabilidade entre a territorialização material e a imaterial [...]. Nesse contexto, a luta pela terra atingiu um patamar jamais visto na história brasileira com a realização, no ano de 1999, em todo território nacional, de 903 ocupações realizadas por 119.905 famílias (RAMOS FILHO, 2008, p. 222).

Pode-se dizer, também, que este foi um documento basilar para a construção e defesa da base conceitual de agricultura familiar, conceito que seria adotado e incorporado no plano governamental. Uma construção ideológica que teria reflexo direto nas futuras relações dos camponeses com os organismos governamentais e, sobretudo, entre os intelectuais que, na academia, pesquisam/debatem a questão agrária.

Mas, independentemente das críticas a este governo e às novas medidas adotadas quanto ao campo brasileiro, o que explica a forte mudança ocorrida nos

padrões agrários em relação aos governos anteriores (Sarney, Collor e Itamar)? Fernandes (2015) aponta como responsável por estas mudanças a intensificação das lutas pelo MST na década de 1990 e a tentativa de Fernando Henrique Cardoso em realizar o que denominou de “maior reforma agrária do mundo”.

O primeiro governo de FHC se constituiu no segundo maior em criação de assentamentos. Ao todo foram 2.345 assentamentos com pelo menos 300.654 famílias assentadas, ou seja, uma média de 75.164 por ano (FERNANDES, 2015). Isso não seria possível sem o histórico de ocupações de terra. Entretanto, foi no primeiro ano do seu segundo mandato que ocorreu o maior número de ocupações, só diminuindo a partir de 2001, ano em que foi publicada a Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001 que criminalizava as pessoas que ocupassem terras e dava seguridade aos latifundiários ao garantir a não desapropriação por dois anos das terras ocupadas (FERNANDES, 2015).

No início de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, as esperanças em um novo modelo agrário foram renovadas. A vitória dele, naquele ano, “[...] reanimou a luta pela terra, já que em suas diversas campanhas [...] prometera realizar a reforma agrária” (FERNANDES, 2015, p. 171). Contudo, a realidade não seria, substancialmente, modificada. Alguns avanços na área social, se comparado a governos anteriores, ocorreram, mas não houve mudanças estruturais.

No que tange aos aspectos agrários, por exemplo, não houve mudança qualitativa em relação ao governo anterior. Nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de quem se esperava uma perspectiva mais radical quanto às questões agrárias, uma vez que se tratava de um governo que, supostamente, representaria a classe trabalhadora, a realidade não foi diferente.

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Tornaram-se insignificantes (CARVALHO FILHO, 2007, p. 95)

Em 2003, primeiro ano do seu governo, as ocupações retornaram os patamares do primeiro governo FHC. Em quatro anos, foram 2.307 ocupações, uma média de 577 ocupações por ano, sendo

este o governo em que se realizou o maior número de ocupações. Também foi o maior número de famílias em ocupações, sendo 331.157 mil famílias. Nestes quatro anos, o governo Lula criou 2.381 assentamentos com 303.187 famílias (FERNANDES, 2015, p. 171).

Dados do Relatório Dataluta (2013) apontam que das ocupações ocorridas entre os anos de 1988 e 2012, 3.845 ocorreram nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso contra 3.804 do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar da pequena diferença numérica em desfavor de FHC, verifica-se que o número de famílias assentadas foi maior para o seu mandato, ou seja, 567.924 famílias assentadas contra 493.479 do período de governo de Lula. Mesmo o II PNRA que possuía doze metas²⁵ audaciosas em relação aos governos anteriores não cumpriu seu papel.

Tal plano foi elaborado devido à pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra e por reforma agrária junto ao governo federal. Este nomeou um grupo de trabalho formado por intelectuais ligados aos movimentos socioterritoriais, coordenado pelo ativista político brasileiro Plínio Arruda Sampaio, cuja tarefa era elaborar um documento que constituísse um plano nacional de reforma agrária da envergadura desta problemática (RAMOS FILHO, 2013b, p.69).

Contudo, frente às pressões do setor ruralista, o governo recuou e pôs em prática uma proposta mais tímida, de fundamentação teórico-conceitual e que estava alinhada com os princípios do capitalismo agrário (RAMOS FILHO, 2013b). Assim, “[...] diante da derrota imposta pelo governo, restou aos movimentos socioterritoriais mobilizar suas bases e realizar pressão para exigir o cumprimento das metas previstas no referido plano” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 69).

A Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA é categórica ao afirmar que “[...] a análise comparativa dos principais documentos governamentais do governo Lula sobre a reforma [...] mostra a mudança do caráter da reforma

²⁵ 1) assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; 2) regularização fundiária para 500 mil famílias; 3) promoção do acesso à terra pelo crédito fundiário de 130 mil famílias; 4) recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; 5) gerar 2.075.000 novos postos de trabalho permanente no setor reformado; 6) cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais; 7) regularização de 2.200.000 imóveis rurais; 8) reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; 9) reassentamento de ocupantes não índios de áreas indígenas; 10) promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; 11) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; 12) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

proposta: de estrutural para meramente compensatória tal qual as "reformas" dos governos anteriores" (ABRA, 2007, p. 28).

De acordo com a associação, os documentos não estabeleceram metas de assentamentos, não se considerou as áreas reformadas como estratégias de implantação da reforma, tampouco se firmou que as desapropriações para fins de reforma agrária eram os instrumentos para a implantação de uma política agrária. Também que a ênfase dos dois governos permaneceu nos programas de crédito fundiário.

Para Carvalho Filho (2007) o governo Lula caracterizou-se por um esvaziamento das propostas e concepções sobre a reforma agrária. O autor também concorda com a crítica de que os documentos apresentados por Lula, como pretensas propostas de implementação de mudança no campo brasileiro, esmaeceram. Nas suas palavras "tornaram-se insignificantes".

A fim de fazer um balanço do seu governo, Carvalho apresenta o documento "*Balanço das Medidas do Governo Lula (2002-2006) em Relação à Agricultura Camponesa e Reforma Agrária no Brasil*", emitido em março de 2006 por organizações²⁶ ligadas ao movimento camponês.

Das trinta e nove medidas analisadas pelas organizações, apenas 10 foram consideradas positivas contra outras 29 apontadas como negativas para o campesinato brasileiro. Para facilitar a visualização das medidas, organizamos um quadro-síntese (quadro 03) com as medidas positivas e negativas, a nosso ver, mais importantes:

²⁶ Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB; Movimento das Mulheres Camponesas - MMC; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA.

QUADRO 03 – PRINCIPAIS MEDIDAS DO GOVERNO LULA

Medidas Positivas	Medidas Negativas
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do seguro rural; • Aumento do volume de crédito rural; • Programa "Luz para Todos"; • Ampliação do programa de construção e melhoria de casas para os agricultores; • Ampliação dos recursos para programas de educação no campo (PRONERA); • Demarcação da histórica área indígena Raposa Serra do Sol em Roraima; • Implantação do programa do biodiesel que prevê adicionar 2% de óleo de origem vegetal ao óleo diesel com participação da agricultura camponesa na produção desse combustível; • Ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos; • Apoio, embora ainda tímido e aquém das necessidades, para o programa de instalação de cisternas (captação familiar de água) no nordeste semiárido; • Mudança de atitude frente às lutas camponesas. O governo federal não reprimiu os movimentos sociais, embora a repressão tenha continuado por parte de vários Estados, por meio de suas polícias militares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não atendimento ao compromisso de assentar prioritariamente as famílias acampadas; • Não atualização dos índices utilizados para avaliar a produtividade das propriedades para efeito de desapropriação; • Não mobilização da base parlamentar do governo para aprovar a lei que expropria as fazendas que usam trabalho escravo; • Falta de empenho para pressionar o poder judiciário quanto ao julgamento e punição dos responsáveis pelos diversos massacres do campo, como Corumbiara (1995), Carajás (1996) e Felisburgo (2004); • Liberação do plantio e comercialização da soja transgênica; • Falta de iniciativa governamental, parlamentar e administrativa, para remover leis e medidas de governos anteriores que emperram e prejudicam o processo de reforma agrária; • Não implementação de um amplo programa de reforma agrária, que de fato, representasse atacar a concentração da propriedade da terra e o atendimento de milhares de famílias sem terra.

FONTE: Carvalho Filho (2007);
Org. Reinaldo Sousa.

Como se pode observar, ainda que se considere a importância de algumas medidas como a ampliação dos recursos para programas de educação no campo ou mesmo para assistência técnica, no geral não são medidas estruturantes. Por outro lado, a falta de empenho governamental, no sentido de permitir a aprovação de leis que incentivassem a reforma agrária, ou a revogação daquelas que dificultavam esse tipo de ação, contribuía para o fortalecimento da elite agrária do país.

Ou seja, as mudanças propostas são, em geral, muito pontuais e em conjunto não atendem aos reclames de uma verdadeira reforma agrária. Na verdade, seja direta ou indiretamente, elas atendem à manutenção de uma

política “[...] orientada pelo Banco Mundial [...] da chamada reforma agrária de mercado” (CARVALHO FILHO, 2007, p.97).

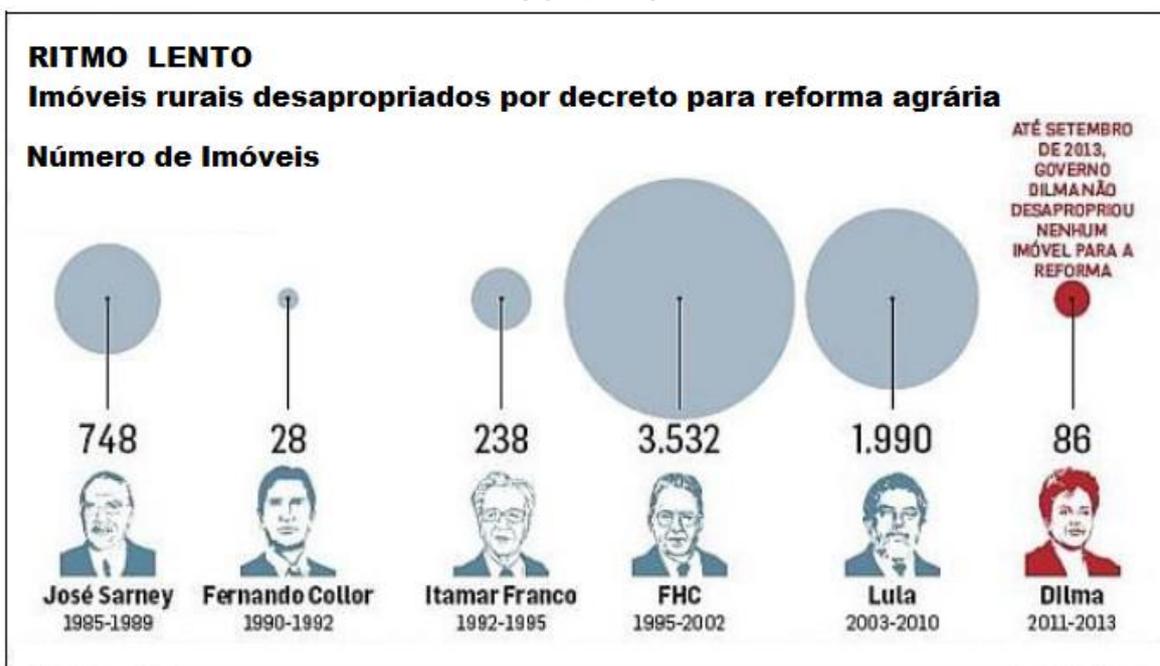
Na prática o que ocorreu, mesmo no governo Lula, foi uma mera concessão de títulos de propriedades às famílias que, há décadas, já ocupavam terras públicas. Não havendo, portanto, alteração da estrutura de propriedade (OLIVEIRA apud RAMOS FILHO 2013).

No período de 2003 a 2005 somente 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maioria das famílias foi assentada em antigos e já existentes assentamentos, em terras públicas ou em assentamentos criados em terras do Estado. [Ou seja], a reforma se deu, por um lado, prioritariamente sobre terras da própria reforma agrária preenchendo lotes de famílias evadidas devido à incompletude das políticas públicas, e, sobre terras do próprio Estado. Neste contexto, os números apresentados pelo governo Lula como a maior reforma agrária de todos os tempos, não condizem com a realidade. [Nesse sentido], o governo esvazia o conceito de reforma agrária, reduz o enfrentamento às terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista e ambiental, apropriadas pela classe dos rentistas (FERNANDES 2006 apud RAMOS FILHO, 2013b, p. 71)

A partir da confrontação dos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso com os oito anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se que o primeiro assentou entre 1995 e 2002 cerca de 389.959 famílias em áreas de reforma agrária, ao tempo em que o segundo, contraditoriamente, beneficiou entre os anos de 2003 e 2010 somente 260.756 famílias, ou seja 129.203 (66,87%) a menos que seu antecessor. É importante lembrar que a meta estabelecida por Lula durante a campanha era de assentar um milhão de família somente no primeiro mandato (DATA LUTA, 2015).

O infográfico elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo (figura 12), baseado em dados do INCRA e reproduzido por Silva (2015) nos permite uma melhor visualização do considerável atraso no que tange à resolução dos problemas agrários nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

FIGURA 12: BRASIL: QUADRO COMPARATIVO DE DESAPROPRIAÇÕES POR GOVERNO



Fontes: Jornal Estadão (apud SILVA, 2015)

No que tange ao crédito fundiário, o que se verificou foi que FHC, entre os anos de 1998 e 2002, atendeu por volta de 8% das famílias assentadas. Já o governo Lula, entre os anos 2003 e 2009, atendeu a 81.190 algo em torno de 32% das famílias assentadas (RAMOS FILHO, 2013b).

Ou seja, apesar de a legislação agrária brasileira permitir que o Estado desapropriasse terras consideradas aptas à reforma agrária, o que se tem feito é mascarar a realidade com políticas públicas que visam a manutenção do *status quo* de uma minoria que luta pela perpetuação no poder e comando das terras do Brasil. E, como afirma Ramos Filho (2013b), Lula não apenas herdou do seu antecessor o mecanismo fundiário orientado pelo Banco Mundial, como os incorporou às metas da reforma agrária.

É importante destacar, ainda, que no período 2003/2010

[...] o número dos imóveis rurais chegava a 5,1 milhões, enquanto que a área total a 568,2 milhões de hectares. Já as grandes propriedades de particulares haviam aumentado absurdamente sua área em 92,1 milhões de hectares, ou seja, passaram de

146,8 milhões de hectares em 2003 para 238,9 milhões de hectares em 2010 (OLIVEIRA apud CPT 2015, p. 31-32).

Esses números, afirma Oliveira, “[...] revelavam ao país que a área apropriada pela grande propriedade latifundiária tinha aumentado violentamente como nunca havia ocorrido na história do país. Justamente, no governo do Partido dos Trabalhadores (OLIVEIRA apud CPT 2015, p. 32). A área dos latifundiários cresceu, segundo o Oliveira, nos dois mandatos de Lula, a cifra de 62,8%, ou seja, praticamente o dobro do crescimento durante o período militar e cinco vezes mais que durante o governo FHC (CPT 2015).

Some-se a isso, em função da desagregação dos dados das estatísticas cadastrais das terras públicas,

[...] uma nova e surpreendente mágica concentração, o aumento substantivo do estoque das terras públicas nas Estatísticas Cadastrais de 2014. Elas somavam 68 milhões de hectares em 2003, e, em 2010 chegaram a 80 milhões de hectares. Porém, em 2014, totalizaram 159,2 milhões de hectares, ou seja, praticamente o dobro de 2010 (OLIVEIRA apud CPT 2015, p. 33).

Dando continuidade ao governo de Lula, sobe ao poder, em 2011, Dilma Rousseff. A tendência deste governo foi de queda quanto aos números da reforma agrária. Assim, entre os anos de 2011 e 2013 foram criados somente 367 assentamentos com 26.557 famílias assentadas. Este resultado corresponde a 36% do número de assentamentos e 15% das famílias assentadas por Lula em seu segundo governo (FERNANDES, 2015).

Nos três primeiros anos do governo Dilma foram realizadas 736 ocupações com 71.810 famílias, seguindo a tendência de queda. Nas duas gestões dos governos FHC e Lula, a tendência foi de crescimento nas primeiras gestões e de refluxo nas segundas gestões, com proporções e causas distintas. No governo FHC, o refluxo foi resultado da repressão por meio da medida provisória de criminalização das ocupações e no governo Lula pela política de distribuição de renda (FERNANDES, 2015, p. 173).

Em 2010 o discurso da então candidata era de que em relação à reforma agrária seria necessário investir mais em assentamentos criados que criar novos assentamentos (FERNANDES, 2015). Isso por si só já mostra qual seria a linha a ser seguida no seu governo, ou seja, dar continuidade a uma reforma agrária parcial sem alterar, substancialmente, a concentração fundiária, tanto que ao final

do seu primeiro mandato “[...] o crescimento das grandes propriedades de particulares [...] foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014 (OLIVEIRA apud CPT 2015, p. 33).

Enfim, queremos dizer que a reforma agrária não deve ser reduzida a “[...] um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, mas sem atenção alguma à questão dos indivíduos e categorias sociais da população rural [...] por ela esmagados e reduzidos a padrões de vida absolutamente insatisfatórios” (PRADO JUNIOR, 2014, p. 294). A reforma que propomos é aquela cuja utilização das terras seja realizada em benefício daqueles que nela trabalham.

Ela deve culminar na melhora da qualidade de vida da sociedade em geral e, sobretudo, daqueles que vivem do/no campo. E, para que isso aconteça é preciso pensar em pelo menos duas frentes distintas de ações: de um lado a extensão, aos trabalhadores rurais, da proteção legal e, de outro, o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização das terras (PRADO JUNIOR, 2014).

Claro está que “[...] progredimos consideravelmente no sentido da consciência adquirida pelo país da necessidade inadiável da reforma agrária – somente uns raros espíritos retrógrados e anacrônicos que não enxergam além de mesquinhos interesses imediatistas ainda se atrevem a opor-se abertamente à reforma” (PRADO JUNIOR, 2014, p. 357). Contudo, é preciso discutir que modelo de reforma agrária queremos. Mais que uma mera distribuição de terras, a reforma agrária deve ser sinônimo de qualidade de vida. De oportunidade social.

Além disso, é preciso considerar, quando da instituição de uma verdadeira reforma agrária, o acesso à moradia digna, direitos trabalhistas, além do amplo acesso à educação, saúde e segurança. Em outras palavras, a reforma agrária pretende “[...] fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um ‘negócio’ de pequena minoria” (PRADO JUNIOR, 2014, p. 353).

Mas, para que isso aconteça é preciso “[...] que se favoreça e fomente medidas adequadas ao acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária” (idem p. 355). Ademais, é necessária a “[...] presença de forças sociais capazes de mobilizar energia suficiente para vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que resistem à mudança do *status quo*” (SAMPAIO JR, 2013, p. 198).

4.5 - Reforma Agrária Parcial e Conflitos por Acesso e Permanência

A modificação da estrutura agrária de um país ou região, tendo em vista a distribuição mais equitativa não só da terra como da renda, costuma ser a definição mais comumente usada para definir reforma agrária. Mas, essa não deve ser a única perspectiva teórica para o problema (VEIGA, 1981). É preciso ir além desta forma de enxergar a reforma agrária e propor um modelo que não seja somente numérico, mas, sobretudo, qualitativo e de caráter coletivo.

Fazendo uso das palavras de Fernandes,

[...] para implantar a reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa [...]. Para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar os capitalistas/ruralistas que formam a base aliada (FERNANDES 2013, p. 80-81).

Mas essa opção é a mais complexa e são poucos os governos dispostos a fazê-la. Por isso mesmo, é necessária uma mudança de mentalidade no modo de governar. De acordo com Fernandes (2013), o governo Lula enfrentou, em parte, essa realidade ao propor uma reforma agrária com origem não na desapropriação, mas sim na regularização fundiária de terras da União. Essa “[...] reforma agrária parcial do governo Lula aconteceu predominantemente sob pressão das organizações camponesas, como o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (FERNANDES 2013, p. 81).

Mas, trata-se de uma decisão difícil de ser tomada por qualquer governo, afinal,

[...] la reforma agraria es un proceso de transformación socioeconómico que supone un esfuerzo masivo por incorporar a la población rural marginal en el seno de la sociedad, a través de cambios radicales en las estructuras de propiedad, tenencia y acceso a los medios de producción. Por lo tanto, toda reforma profunda involucra algún grado de privación de los sectores terratenientes en tanto debilita las bases de su poder económico y político” (OSZLAK, 1971, p.01).

Ou seja, a decisão de permitir o acesso universal à terra é, antes de tudo, uma atitude de coragem, pois, significa enfrentamento. É preciso, neste sentido, ter coragem e, antes disso, outra forma de enxergar a posse e o uso da terra. Afinal, “[...] uma reforma agrária não surge de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social” (VEIGA, 1981, p. 08). É preciso um conjunto de forças e intenções. O problema é que quase sempre as intenções pessoais estão muito distantes das normas criadas para legalizar a tomada de decisão.

Fernandes (2015) defende a tese de que a reforma agrária brasileira tem sido realizada há pelo menos quatro décadas. Sua tese deriva da escolha de método de análise a partir da conflitualidade estabelecida a partir das lutas e disputas territoriais. Mas, para avançar no debate, comungamos com Oszlak (1971), para quem é preciso compreender que para se fazer reforma agrária é necessário pensá-la enquanto processo e enquanto política.

Essa distinção é importante e necessária, pois

[...] un mismo término identifica un patrón de acción social y un tipo de respuesta gubernamental, lo cual no nos ayuda a distinguir entre casos en los cuales la política pública es el resultado de una determinada combinación de presiones sociopolíticas y aquellos otros en los cuales el estado aparece como ingeniero de un proceso social (OSZLAK, 1971, p.02).

A condução de uma política como esta, deve ser a partir do Estado e não de um indivíduo. Assim, é importante que o Estado recupere a consciência do seu papel frente às demandas da sociedade. Ele não pode continuar, como tem acontecido, à serviço do capital. Seu papel não é, ou ao menos não deveria ser, o de juntar-se às forças hegemônicas em detrimento da maioria. Não deveria ser papel dos governos a indução de reforma agrária que atendam aos seus

interesses e conveniências econômicas. Afinal, seu papel é o de garantir a equalização social.

A política pode se inserir no início do processo de reforma agrária, na etapa intermediária ou mesmo depois que os objetivos do processo tenham sido atingidos. Neste caso, a política vai consistir, simplesmente, como um instrumento que avalia ou ratifica uma reforma espontânea (OSZLAK, 1971). De qualquer modo, a reforma agrária enquanto processo ou enquanto política se complementam.

Nos dias atuais, o que mais dificulta o acesso à terra por parte dos camponeses é, indubitavelmente, a concentração da propriedade fundiária nas mãos das oligarquias agrárias, ou seja, um pequeno grupo de famílias ricas e influentes que detém a maior parcela de terras em detrimento de um grande número de pequenos agricultores. Essas famílias estão, quase sempre, ligadas direta ou indiretamente à estrutura política, de forma a tornar difícil a mudança ou prática das leis em benefício da maioria.

Entretanto, como discute Veiga (1981), não é política do capitalismo a adequação das estruturas agrárias pela distribuição de terras improdutivas. Ao contrário, o sistema oferece aos latifúndios a possibilidade de se transformarem em empresas agropecuárias modernas. Contudo, para que essa via prevaleça é preciso que outros setores da economia absorvam um gigantesco exército de reserva do campo, uma vez que a modernização transforma muitos postos de trabalho permanente (arrendatários, parceiros, moradores, etc.) em postos temporários (VEIGA, 1981).

Para se romper com essa realidade é preciso muita mobilização, enfrentamento, resistência e isso só é possível mediante a luta de classes. Na América Latina pode-se dizer que os primeiros intentos camponeses rumo a uma organização nesse sentido, ou seja em busca de uma política de reforma, se deram no México e na Bolívia. Os movimentos camponeses, ocorridos no século passado naquelas sociedades, despertaram uma nova consciência nas massas trabalhadoras do campo.

El despertar de las masas rurales significó la materialización de nuevos deseos y nuevos reclamos [...]. El campesinado comprendió que el mantenimiento de tierras incultas o poco explotadas constituía un crimen contra la sociedad. Cuando el Estado no echa mano al asunto ejerciendo su derecho de dominio eminente y produciendo una solución constructiva, el recientemente politizado campesinado toma el asunto en sus propias manos (OSZLAK, 1971, p.10).

Ramos Filho (2013) aponta os estudos do sociólogo colombiano Antônio García como emblemáticos na análise da problemática da reforma agrária na América Latina. Ainda na década de 1960 o sociólogo propôs a seguinte tipologia para reforma agrária:

a) la de las reformas agrarias estructurales, que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan; b) la de las reformas agrarias de tipo convencional, que forman parte de una operación negociada entre las antiguas y nuevas fuerzas sociales, por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionarios), intentando modificar el monopolio latifundista sobre la tierra sin cambiar las reglas institucionales de la sociedad tradicional; y c) la de las reformas agrarias marginales, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo) sino hacia la reparación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en reglas institucionales de la sociedad tradicional (RAMOS FILHO, 2013b, p. 91).

O autor destaca a primeira categorização ligada, diretamente, a uma concepção de revolução agrária com profunda alteração na estrutura agrária, concomitante à transformação do sistema social existente e a construção de outro modelo de sociedade. Deixa claro que isso pode acontecer no capitalismo, citando o exemplo do México, ou ainda como caminho para a suplantação deste regime e implantação de um modelo socialista, a exemplo do que ocorreu em Cuba com a revolução de 1959.

Claro está que a implantação deste modelo, dessa nova consciência traz, inevitavelmente, um novo comportamento, uma nova forma de agir, de lutar. Assim, “[...] la acción violenta puede dejar la impresión de turbas invadiendo

propiedades indiscriminadamente, bajo alguna suerte de “ley de la selva”. De hecho, la violencia es sólo una manifestación, una forma de respuesta del nuevo despertar campesino” (OSZLAK, 1971, p.12).

Mas, é preciso trilhar esse caminho e romper com as propostas de reforma que estão postas e que só atendem ao interesse do capital. A concepção de reforma agrária apresentada pelos governos é, nas palavras de Ramos Filho (2013), demasiadamente ampla e, ao nosso ver, não atende ao interesse social, mas à ampliação da mais valia, da renda fundiária. Ela contribui mais para confundir que para uma real alteração na estrutura da propriedade da terra que está no cerne do conceito.

As condições legais mínimas para que se inicie, de fato, uma reforma agrária, seja com falhas ou negligências, já estão criadas. Contudo, é preciso coragem da parte dos representantes legais do povo para se fazer reforma agrária. Até que isso ocorra, o que acontece, por aqui é, na verdade, uma reforma agrária que atende tão somente aos interesses do capital, classificada por Ramos Filho (2013) de *Reforma Agrária de Mercado* ou *Contrarreforma Agrária*.

Essa reforma agrária, diz o autor,

[...] resulta de um acordo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra, por meio de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza (RAMOS FILHO, 2013b, p. 14).

Para ele, o caso brasileiro pode ser considerado como referência de difusão deste pacote de conjuntos de políticas, uma reforma agrária de mercado que, “[...] sob o ardil de combater a pobreza rural descentraliza-se a execução das políticas de terras para as unidades da federação e/ou municípios, com centralidade na mercantilização da terra” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 19).

Desde a década de 1960 até início dos anos 1980, afirma o autor, a expressão reforma agrária foi, até certo ponto, proibida. Salvo quando se enquadrava nos moldes do Banco Mundial, ou seja, no escopo da RAM, cujas

diretrizes globais são de pacotes agrários neoliberais impostos pelo Banco Mundial aos países credores.

A lógica central dessas políticas fundiárias “[...] reside na conversão da terra como mercadoria, na liberalização das formas de acesso à terra pelos camponeses pobres, nos estímulos às políticas de arrendamento, na promoção de títulos alienáveis e na eliminação da posse comunitária (RAMOS FILHO 2013, p. 36).

Mas, ainda que considerando a força das políticas de reforma agrária de mercado, o campesinato se recria. Essa recriação se dá mediante os processos de espacialização e territorialização (RAMOS FILHO, 2013a). A fim de defender seu poder territorial, afirma o autor, o capital tenta, a todo custo, capturar essas formas de criação e recriação para mantê-las sob o seu controle. Isso se dá, principalmente, pela lógica do agronegócio que tenta envolver/seduzir os camponeses, ou os agricultores familiares, como preferem chamar.

A prática de um modelo agroexportador, pautado na grande propriedade e na monocultura, a entrada de capital internacional no campo, a prática do agronegócio são alguns dos seus corolários. Assim, pode-se dizer, concordando com Veiga (1981), que o quadro agrário brasileiro, nesse início de século ainda apresenta uma série de problemas complexos e que carecem, urgentemente, de soluções que não excluam a participação popular.

É preciso pensar um modelo econômico e social mais equitativo. Aqui, reafirmamos, entra o papel do Estado que deve assegurar os direitos sociais mínimos a toda sociedade. É preciso que o Estado “[...] desenvolva uma política social que beneficie concretamente o conjunto dos trabalhadores, em especial os rurais” (VEIGA, 1981, p. 17-18).

As ações do Banco Mundial, através da reforma agrária de mercado, visam aliviar as tensões no campo com medidas distributivas de terras sem, contudo, alterar, estruturalmente, a questão agrária.

Segundo Pereira,

[...] o primeiro projeto orientado pelo MRAM [*Modelo de Reforma Agrária de Mercado*] chamou-se São José (ou “Reforma Agrária Solidária”), uma experiência muito pequena iniciada no Ceará em fevereiro de 1997 a partir de programas pré-existentes voltados ao “alívio de pobreza” em todo o Nordeste (PEREIRA, 2013, p. 26 – grifos nossos).

Foi justamente dessa experiência que teve origem, no mesmo ano, o programa *Cédula da Terra*. Esse programa atendia ao principal anseio do Banco Mundial que era estabelecer, pela via do Estado, um modelo que permitisse a um só tempo, acalmar os ânimos dos movimentos sociais e sedimentar, de vez, suas políticas de intervenção no campo brasileiro através de uma reforma agrária conduzida pelo mercado.

De acordo com as metas do banco, o programa atenderia cerca de um milhão de famílias em apenas seis anos, ou seja, superaria as metas, inclusive, do *Plano Nacional de Reforma Agrária* que estabelecera, em 1985, atender esse mesmo número de famílias em quinze anos (PEREIRA, 2013).

O programa *Cédula da Terra* foi substituído, em fevereiro de 1998, pelo *Banco da Terra* pela lei complementar 93/1998. A partir daí a transferência voluntária de terras através do mercado em detrimento da desapropriação deixava de ser, nas palavras de Pereira, um objeto externo à política fundiária brasileira e passava a integrar-lhe por força de lei.

A lógica do modelo de reforma agrária de mercado, nesse sentido, “[...] se interiorizava no Estado, incorporando-se ao conjunto de instrumentos permanentes de política fundiária” (PEREIRA, 2013, p. 37).

Ou seja,

[...] partindo de uma experiência diminuta no Estado do Ceará até a mobilização do “rolo compressor” do governo federal no Congresso Nacional, em apenas um ano e seis meses o Brasil conheceu três ações direcionadas para o mesmo fim: instituir o financiamento público à compra privada de terras como mecanismo alternativo à reforma agrária, de modo a aliviar as tensões sociais no campo e devolver o protagonismo político ao governo Cardoso na condução da política agrária (PEREIRA, 2013, p. 37).

Mas, a reforma agrária que defendemos está muito distante desta propagada pelo Banco Mundial e incorporada no discurso de muitos intelectuais brasileiros e que tão somente atende aos interesses do capital. Queremos uma reforma agrária que garanta aos atores do campo autonomia plena na tomada de decisão quanto ao trato com a terra; que possua uma política de crédito que não signifique dependência dos organismos financeiros e assessoria técnica compartilhada, ou seja, que não parta verticalmente da academia, mas que considere também o conhecimento popular adquirido.

É preciso que ela venha acompanhada de todos os direitos legais como saúde, educação, lazer, segurança, etc. no campo. Enfim, defendemos uma reforma agrária que signifique, verdadeiramente, a possibilidade de o homem do campo viver dignamente. Entretanto, isso só será possível mediante ampla e corajosa transformação na nossa estrutura agrária, na forma de uso e posse da terra. Não é possível pensar uma reforma agrária nestes moldes sem que haja coragem de desapropriar as terras improdutivas ou que não cumprem sua função social, sem a coragem de encarar os grandes latifundiários deste país.

É preciso redistribuir a renda. Urge, como bem sinaliza o MST, um sistema de impostos progressivos sobre a terra que iniba a concentração; que reorganize o processo produtivo de forma a incluir todos os sujeitos do campo na produção, a distribuição e consumo evitando, assim, a figura do atravessador; que garanta que o controle do circuito produtivo seja dos trabalhadores e não de grandes empresários nacionais ou estrangeiros.

Para colocar em prática um modelo menos perverso de reforma agrária, não basta distribuir a terra. Em outras palavras, não basta a conquista, é preciso dar condições de permanência. Nesse sentido, há que se pensar, também, num amplo e audacioso projeto de manutenção do homem do campo com as mesmas condições de vida, acesso à formação e informação, meios de transporte eficientes, etc. que a vida na cidade, quando esta for pior. Urge pensar em políticas públicas que tornem a vida no campo menos penosa e mais saudável, de menos exploração e mais qualidade de vida.

Em linhas gerais pode-se dizer que esse capítulo tem como fio condutor central a questão agrária no Brasil. Enfatizou-se, dentre outras discussões, que o modo capitalista de produção não é, em essência, um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. Feito isso, elencamos uma série de dados oficiais que nos ajudam a perceber os principais problemas enfrentados no campo brasileiro. Os dados apontam que os conflitos no campo brasileiro têm aumentado como forma de resistência ao capital que tenta, de todas as formas, se apropriar e aumentar a renda da terra.

Esses conflitos constituem-se num processo de relações de enfrentamento permanente e objetivam as permanências e ou superação das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. Optamos, também, por fazer uma análise histórica acerca da questão agrária no país. O recorte temporal usado, para esse fim, foi o pós-militar até o governo petista.

Assim, a discussão envolveu os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva e parte do governo de Dilma Rousseff que fora interrompido por uma orquestrada manobra jurídico-política. Também fora feito uma discussão acerca da reforma agrária de mercado ou contrarreforma agrária, a fim de podermos propor um modelo alternativo, capaz de equalizar os problemas sociais e permitir o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e uma reforma menos enganosa.

CAPÍTULO 05 - A TERRITORIALIZAÇÃO/ESPACIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DOS PROBLEMAS AGRÁRIOS NO BRASIL E EM CUBA: DO CONFRONTO ÀS POSSIBILIDADES

Discutidas algumas das questões que consideramos importantes para a compreensão da questão agrária. Feito o recorte das principais linhas teóricas acerca da questão/problemas agrários em cada um dos países analisados. Depois de manusear os dados que nos auxiliam na compreensão da estrutura agrária e nas reais condições de vida da população do campo nestes dois universos de análise e confronto.

Tendo já analisado os avanços e recuos quanto às reais possibilidades de reforma agrária. Uma vez feito a crítica necessária aos modelos e/ou tentativas já experimentadas de superação da questão agrária ou dos seus problemas agrários é chegada a hora de comermos escrever acerca de nossas impressões. Nesse sentido, cabe recuperar, aqui, um questionamento que consideramos central em nossa investigação para, em seguida, buscar algumas respostas: é possível afirmar que há, em Cuba, como reafirmamos para o caso brasileiro, uma questão agrária ou estaríamos diante de problemas agrários que, apesar da gravidade, não consubstanciam, necessariamente, uma questão agrária?

5.1. - Do Confronto à Realidade: (re)pensando acerca de uma questão agrária em Cuba

Encerramos a seção anterior questionando a existência de uma questão agrária em Cuba, na verdade uma pergunta levantada desde o início da investigação para construção deste trabalho. É preciso, a partir de agora, aproximar-se, dentro do que foi possível investigar, de uma resposta.

O país apresenta graves e peculiares problemas agrários. A superação do modo capitalista de produção não significou, na mesma medida, a eliminação destes de problemas. Mesmo com a realização de duas amplas reformas agrárias e uma série de medidas governamentais que dinamizaram o setor agropecuária, não foi possível essa superação. Assim, os problemas agrários e, naturalmente, a discussão em torno de uma questão agrária deverá continuar na pauta de discussão do projeto socialista cubano, como já fora sinalizado por Paz (2011).

É preciso reafirmar que há, no país, uma renda da terra de monopólio, ou seja, um lucro suplementar obtido de um dado produto por possuir características especiais, como é o caso dos charutos, sobretudo o Cohiba que ganha, no mercado, um preço muito elevado²⁷.

A mística que envolve sua produção, principalmente sua associação ao processo revolucionário (FABRINI, 2011) torna esse produto especial no processo de distribuição elevando, substancialmente, seu preço.

Nas palavras de Fabrini

[...] a qualidade do tabaco é reconhecida pelas condições das terras, clima, técnicas e principalmente pela organização artesanal-familiar da produção [...] é como se a terra do tabaco cubano garantisse uma “renda de monopólio” em vista das condições excepcionais que é produzido, semelhante a algumas regiões vinícolas europeias (FABRINI, 2011, p. 03).

Outra dimensão que deve ser considerada ao se discutir a existência ou não de uma questão agrária em Cuba diz respeito ao tratamento diferenciado determinados produtos em detrimento de outros. O cultivo do tabaco ou mesmo do cacau tem recebido, por exemplo, um tratamento diferenciado e especial da parte do Estado.

Além da atenção especial na assistência técnica e extensão rural supervisionada pelos técnicos da Empresa Tabacaleira, o cultivo de tabaco recebe outros cuidados [...]. Os produtores de tabaco recebem estímulo também para a construção e instalações de manufatura das folhas de tabaco, financiamentos, distribuição de divisas e pacote tecnológico que inclui agrotóxicos, combustível, equipamentos de irrigação, etc. Aqueles fumicultores que apresentam produtividade elevada, ou seja, aqueles que ultrapassam em 1 quintal (46 kg) de produção de fumo da cota estabelecida pelo Estado no Plano Anual de Produção recebem incentivo financeiro na forma de divisas, proporcional à qualidade e volume de produção. A prioridade ao tabaco, porém, coloca em plano secundário a produção de “cultivos vários” de alimentos (FABRINI, 2011, p. 06).

²⁷ Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para ser produzida) ou mesmo do preço geral de produção (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

É nítida a supremacia no processo produtivo dos gêneros considerados estratégicos pelo Estado. No caso cubano, afirma Fabrini (2011), a defasagem do setor camponês envolvido com os chamados “cultivos diversos” é muito clara. Ali, afirma o autor, “[...] são utilizados equipamentos ultrapassados e muito desgastados como tratores, máquinas, instrumentos, ferramentas, dentre outras” (p. 15). Assim, a fim de garantirem sua existência, os camponeses vão criando caminhos alternativos ao elaborarem suas próprias ferramentas e máquinas e produzirem seus próprios conhecimentos e tecnologias (FABRINI, 2011).

Ainda que se considere, para o caso cubano, apenas a existência de problemas agrários é preciso dar mais atenção a estes problemas, não os subestimar. Para Fabrini (2011), por exemplo, há, no campo cubano, um conflito não declarado, ou seja, que não se desdobra em enfrentamentos, conflitos e confrontos a partir de organizações camponesas, como no Brasil, mas que consubstanciam uma questão agrária.

As ações de enfrentamentos e lutas no campo são visualizadas pelo governo como uma ação contra-revolucionária e anti-socialista, sendo isolada a iniciativa de qualquer grupo que esteja em desacordo com as medidas tomadas “coletivamente” no planejamento feito pelo Estado com participação de representantes dos camponeses institucionalmente constituídos, no caso, a ANAP e em última instância o Partido (PCC). Trata-se, portanto de um conflito sem confronto (FABRINI, 2011, p. 19).

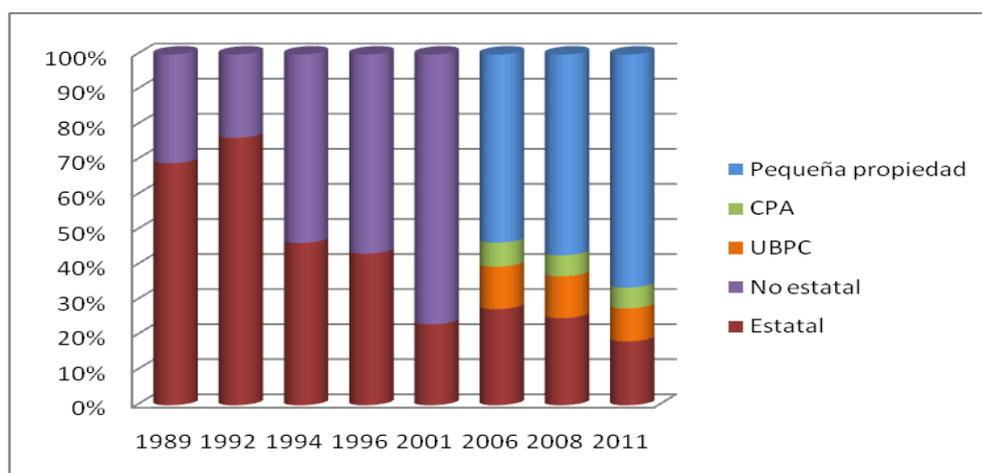
Muitas medidas, como já afirmamos, têm sido tomadas no sentido de minimizar estes problemas, como aquelas adotadas a partir da década de 1990, momento em que houve uma mudança substancial no campo, com a criação das UBPCs - Unidades Básicas de Produção Cooperativas, e o estímulo ao fortalecimento das Cooperativas de Crédito e Serviços - CCS, incentivo à tomada de terras em usufruto, abertura política e econômica. Entretanto, é preciso ampliar o debate e o campo de ações. É preciso que o Estado reivindique

[...] como política pública un nuevo modelo tecnológico organizativo y de gestión, promueve una estrategia de desarrollo rural más sustentable, centrada en el territorio, y reconoce el papel que puede jugar la pequeña economía campesina y las cooperativas agropecuarias en la seguridad alimentaria (GUEVARA, 2009, p. 08)

É fato que as transformações nos países que compunham o bloco socialista, aliado à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, no início da década de 1990, somado ao embargo econômico a Cuba por parte dos EUA, tiveram implicações econômicas que se desdobraram no meio rural (FABRINI, 2010). Mas, não se pode continuar insistindo nestes entraves como sendo os grandes responsáveis pelos problemas presentes no campo cubano. Há que se avançar. Em certa medida as decisões tomadas surtiram efeito. O país conseguiu superar muitos dos problemas do período especial e, na busca por uma produção alternativa de alimentos, tornou-se um exemplo da prática agroecológica, associada à metodologia *Camponês a Camponês*, caracterizada pela disseminação de conhecimentos entre os produtores.

É importante destacar também a redução da intervenção estatal na produção de alimentos. Uma mudança de postura tímida, mas que se constitui num passo importante para a mudança de paradigma agrário em Cuba. Isso pode ser verificado no gráfico 14. Observe que houve uma grande intervenção estatal nos quatro primeiros anos do período analisado, que coincide com a queda da ex URSS, país que era responsável pela maior parte do abastecimento de diversos gêneros agrícolas do país, seguida de uma drástica mudança para a abertura ao capital não estatal durante o Período Especial (1992-2001) e, a partir daí um nítido domínio das pequenas propriedades.

GRÁFICO 14 – CUBA: PARTICIPAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS 1989 - 2011

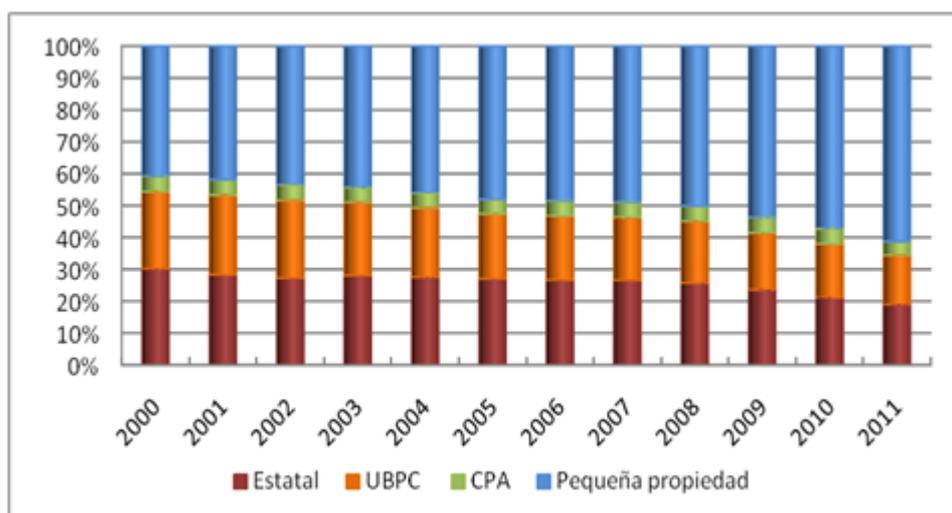


Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

Destaque-se, ainda, que ao se analisar a espacialização do quantitativo de animais e a produção de alimentos dos últimos anos, o que se constata é o contínuo domínio dos pequenos produtores fato que atesta, tal como tem ocorrido no Brasil, a falácia de que o modelo do agronegócio é superior na produção.

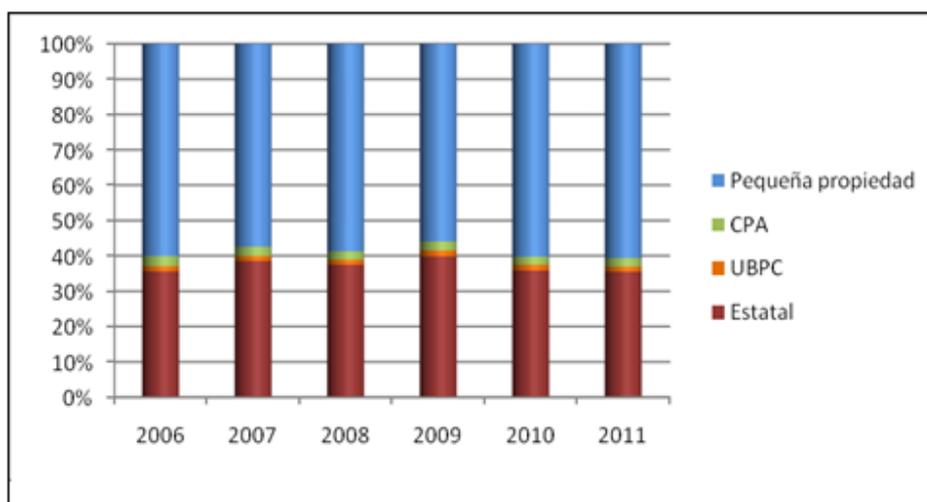
Selecionamos, a partir de Sorzano e Sousa (2014), alguns exemplos dessa produção (gráficos 15 a 20). É importante destacar que o tamanho médio da pequena propriedade, segundo dados do MINAG, é de apenas 6 hectares, contra os 1.031 hectares médio de uma propriedade de UBPC ou 647 hectares médio da CPA.

GRÁFICO 15 – CUBA: CRIAÇÃO BOVINA POR UNIDADE DE GESTÃO 2006-2011



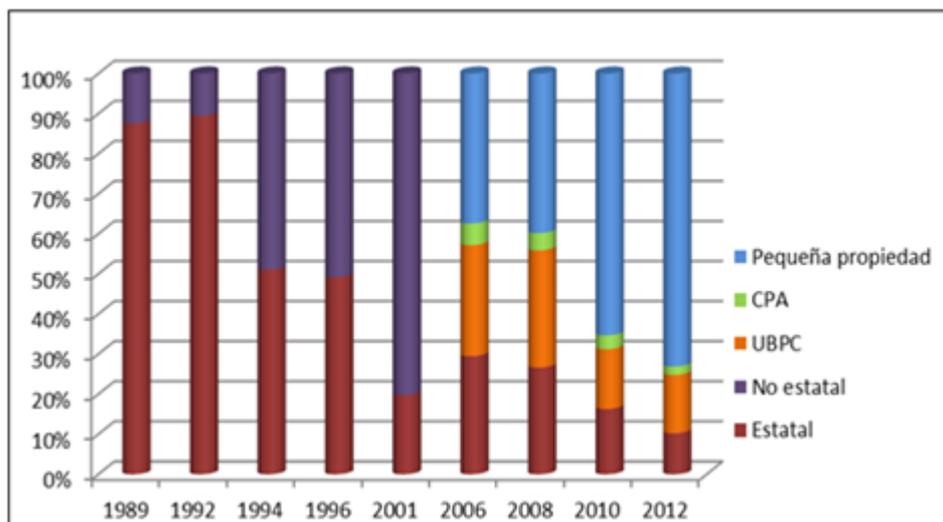
Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

GRÁFICO 16 – CUBA: CRIAÇÃO SUÍNA POR UNIDADE DE GESTÃO 2006-2011



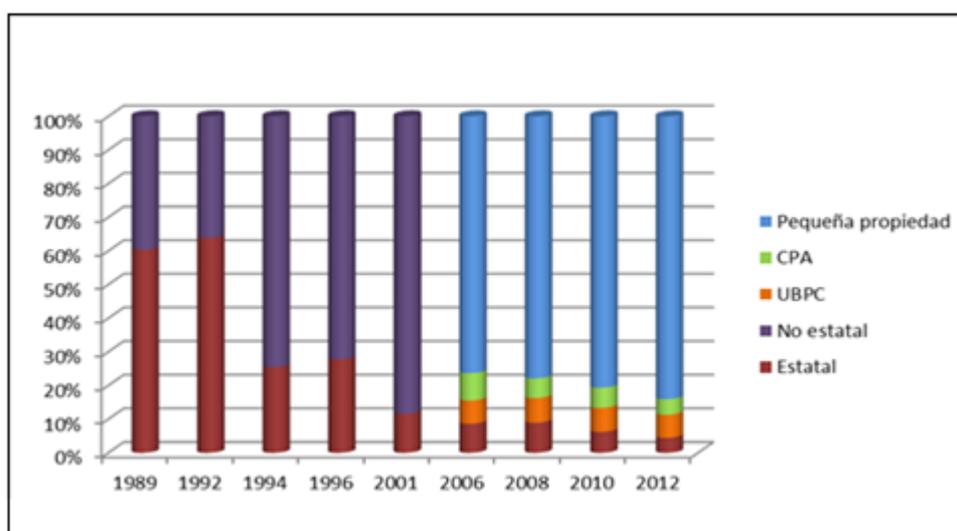
Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

GRÁFICO 17 – CUBA: PRODUÇÃO DE ARROZ POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012



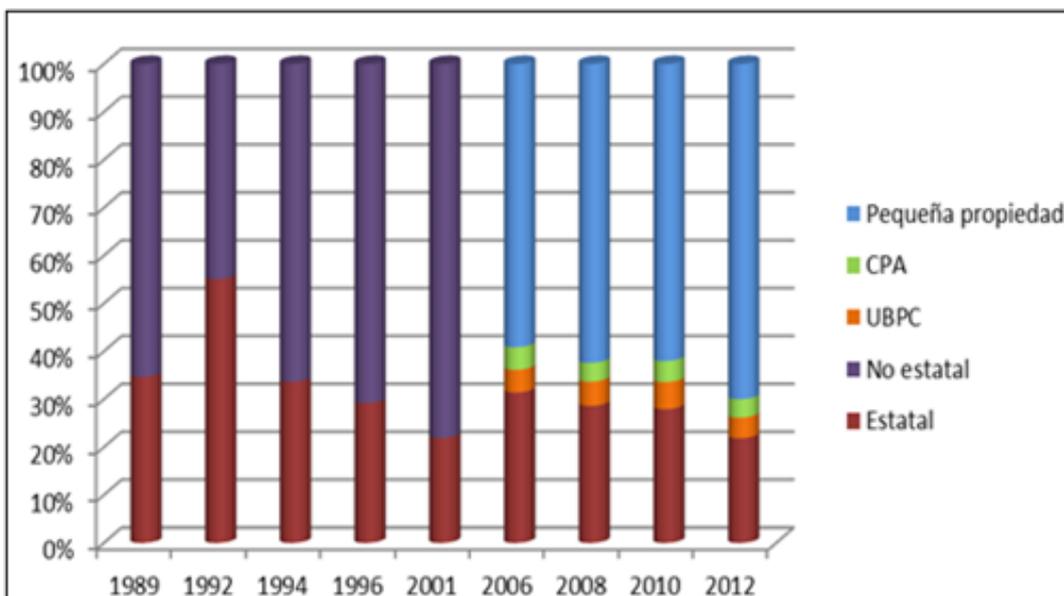
Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

GRÁFICO 18 – CUBA: PRODUÇÃO DE GRÃOS EM GERAL POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012



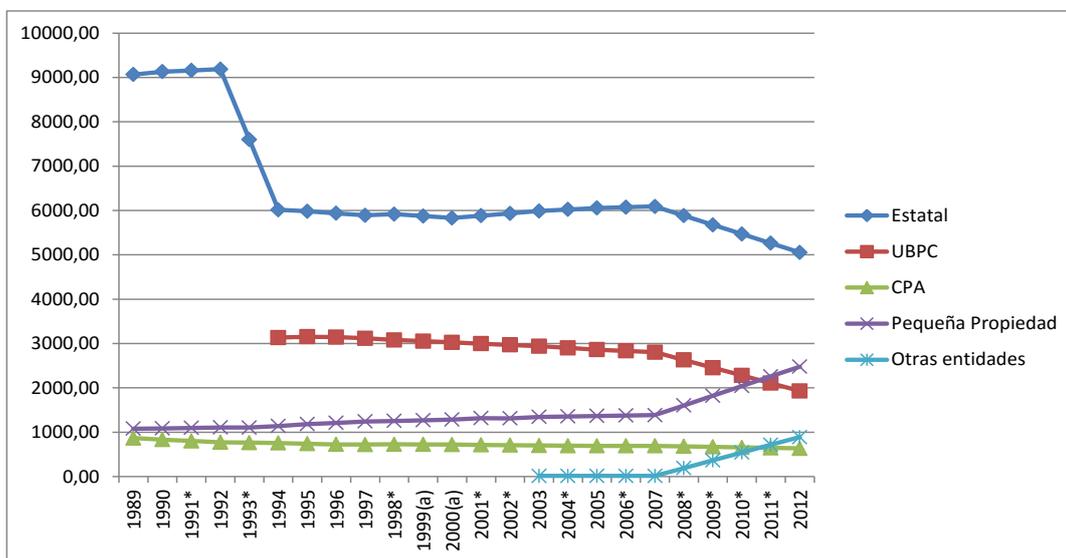
Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

GRÁFICO 19 – CUBA: PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS POR UNIDADE DE GESTÃO 1989-2012



Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

GRÁFICO 20 – CUBA: TENDÊNCIA DO USO DA TERRA



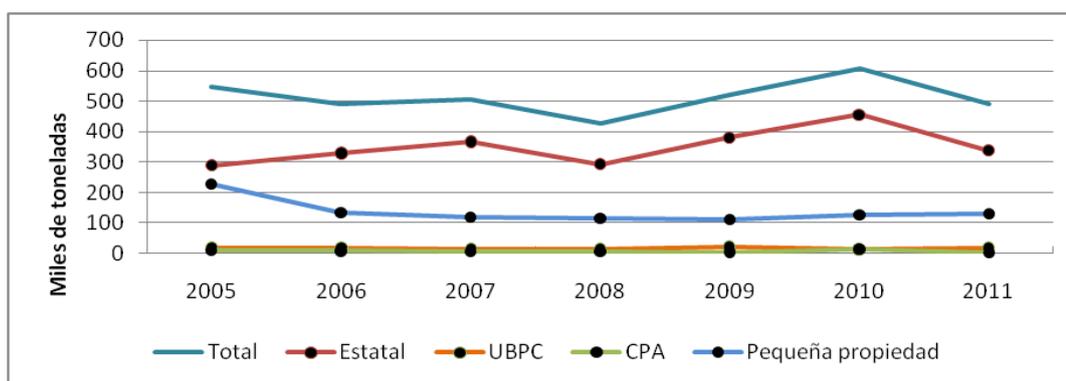
Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

Assim, concordamos com Paz (2014) quando afirma que

[...] el carácter tradicional de la producción campesina y su mayor dinamismo en la recuperación ha hecho de su gestión un componente determinante de la seguridad alimentaria de la población. Este papel se ha visto reforzado en el actual proceso de recampesinación de la estructura de tenencia. Igualmente, la producción campesina se ha vuelto por su disponibilidad y calidad, un factor determinante en el aprovisionamiento al sector turístico del país (p.247).

Entretanto, apesar da superioridade na produção de alimentos, esses pequenos produtores não têm alcançado o mercado no momento da comercialização (gráfico 21). Por um lado, em função dos contratos firmados com o Estado [o chamado acopio] que fica com a maior parte da produção pagando o que julga ser um preço justo. Do outro, porque a parte que lhes resta da produção é repassada, quase sempre a atravessadores a preços muito abaixo do praticado no mercado, como nos relataram diversos camponeses.

GRÁFICO 21 – CUBA: VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NOS MERCADOS AGROPECUÁRIOS 2005-2011



Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

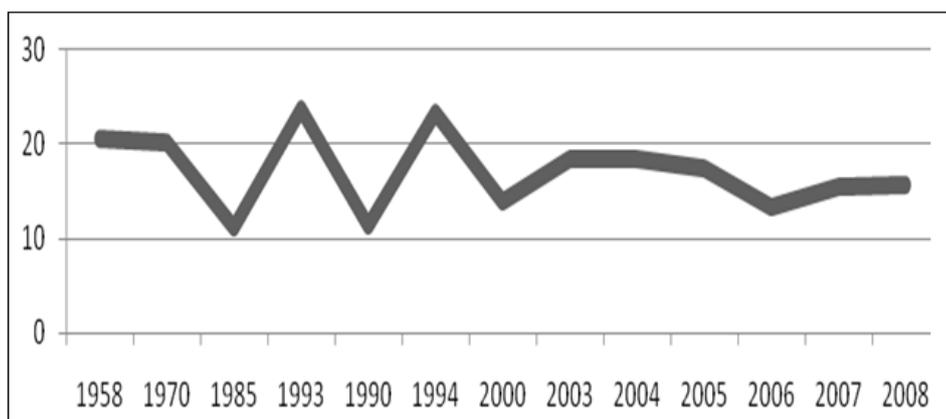
No caso brasileiro a realidade não difere muito. Ou seja, apesar de não haver essa venda direta, através de contratos prévios com o Estado, os camponeses sofrem com o repasse quase que total aos atravessadores que pagam um valor muito abaixo daqueles praticados no mercado. Essa realidade só é superada nos casos em que os trabalhadores conseguem se organizar em cooperativas, associações ou entidades de classe que permitem uma venda direta no mercado final, através de feiras de reforma agrária ou outras do gênero.

Isso reverbera num sentimento de falta de apoio estatal que desestimula a produção de alimentos contribuindo, sobretudo no caso da produção de arroz, para uma dependência externa. Como se vê no gráfico, a tendência é de crescimento da pequena propriedade e queda nos modelos estatal e UBPC. Uma prova de que o modelo implantado desde a década de 1950 quando triunfou a revolução, que substituiu o modo capitalista de produção pelo modo socialista de produção não surtiu o efeito esperado e não eliminou, de fato, a questão agrária.

Ou seja, o modelo de coletivização das terras e da produção não significou a possibilidade de superação dos problemas agrários do país. Isso nos leva a crer que o caminho a ser adotado talvez seja mesmo o da individualização da terra numa dimensão que não caracterize um latifúndio, mas que seja grande o suficiente para garantir a qualidade de vida dos indivíduos.

É fato que desde a década de 1990, momento em que a dependência externa de alimentos atingiu seu ápice (gráfico 22) e que corresponde ao período especial, que Cuba tem conseguido manter a importação de alimentos entre 12 e 15%. Entretanto, esse valor ainda é muito alto para um país que busca soberania alimentar. Acreditamos que essa queda a partir de 2008 se deve, sobretudo, à implementação de leis que estimularam a distribuição de terras

GRÁFICO 22 – CUBA: PERCENTUAL DE IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS NO TOTAL DE IMPORTAÇÕES 1958-2008



Fonte: Sorzano e Sousa (2014)

Ao se analisar o uso agrícola por forma de domínio, verifica-se um melhor aproveitamento das terras pelas Cooperativas de Crédito e Serviços - CCSs. Estas cooperativas foram responsáveis, em 2012, pelo cultivo de 88% das suas terras, perdendo apenas para os camponeses que cultivaram 91%, segundo dados do MINAG (2012). Esses dados apontam para o que temos perseguido no trabalho, ou seja, que o país sofre com graves problemas agrários que tendem, como apontado por Fabrini (2011), a uma questão agrária.

É preciso reafirmar as dificuldades de acesso, pelos mais variados motivos, aos meios de produção e assessoria técnica que propiciem um maior dinamismo ao processo produtivo. Ou seja, apesar do incontestável acesso à terra os camponeses cubanos continuam com problemas agrários ligados à manutenção de suas propriedades e permanência nela. É preciso, pois, criar mecanismos de apoio técnico, financeiro e de gestão a fim de assegurar a permanência destes homens do/no campo.

Importante destacar também que a agricultura camponesa, ainda que organizada em formato de cooperação, possui um caráter tipicamente privado e individual que caminha na contramão dos interesses governamentais que busca uma coletivização pura que atenda aos interesses do socialismo. Esse choque de interesses tem contribuído para divergências entre diversos segmentos do campo. O Estado precisa, com urgência, repensar sua prática em relação a estes camponeses lhes dando, por exemplo, mais autonomia de cultivo, compra e venda de seus produtos.

É preciso abrir uma mesa de discussão acerca dos problemas ligados ao êxodo rural dentro do país. Muitas províncias cubanas têm assistido a um intenso êxodo rural, ação decorrente não só da falta de perspectivas de permanência no campo, salvo aquelas regiões de interesse do próprio Estado, a exemplo das áreas produtoras de tabaco ou mesmo de prática de turismo rural, como pela busca de melhores perspectivas de vida nas áreas urbanas. Não tendo como se reproduzir a partir das atividades tipicamente ligadas à terra, muitos procuram melhores condições de vida nestas áreas. É preciso, pois, pensar em ações que contribuam, efetivamente, para a fixação do homem do/no campo.

Uma parcela considerável das terras agrícolas cubanas, seja por questões naturais ou de ordem político-econômica, se encontra ociosa. Isso constitui um grande paradoxo num país que busca a Soberania Alimentar. Como se dá o uso a essas terras é um dilema que o Estado terá que enfrentar. Como se vê, a simples distribuição das terras em usufruto não tem sido suficiente para a resolução deste problema. Muitos camponeses não querem receber as terras e outros tantos estão abandonando as que já possuem.

Outro grande problema encontrado no país e que carece de uma atenção especial diz respeito à presença dos transgênicos e o uso de agrotóxicos. Não é difícil encontrar propriedades cujos proprietários admitem o uso de sementes transgênicas, sobretudo no cultivo do milho, além do uso intensivo de agrotóxicos. Um grande paradoxo num país conhecido pela prática de uma agricultura voltada para a sustentabilidade, pela busca do equilíbrio ambiental e social, pela agroecologia.

A valorização, da parte do Estado, de alguns gêneros comerciais em detrimento de outros, a exemplo do tabaco e do cacau, é outro problema. Muitos camponeses reclamam da falta de autonomia para produzir o que, de fato, eles acreditam ser mais viável. É preciso que o Estado dê mais voz a esses sujeitos. Afinal, eles sabem melhor que ninguém o que melhor se adapta a cada realidade. Entretanto, seja por medo de se expressar, ou mesmo por falta de espaço para isso, eles acabam por aceitar, passivamente, as regras ditadas pelo partido central, apesar de a Associação Nacional de Agricultores Pequenos, a ANAP, ter assento no bureau nacional do partido comunista.

É nítido, entre muitos camponeses, o temor em relação ao Estado. A psicoesfera, para usar um termo de Milton Santos, presente em muitas propriedades, é de medo. Eles evitam falar sobre seus problemas, sobre as dificuldades em se manter na propriedade, por medo de retaliações ou coisa do gênero. Não foram poucos os camponeses que ao serem abordados sobre os dilemas em torno da agricultura, as dificuldades enfrentadas por eles, individualmente ou em cooperativas, simplesmente calaram ou no máximo se diziam temerosos em falar sobre o assunto.

Essas dificuldades, somadas aos problemas elencados anteriormente,

[...] indicam a existência de um problema agrário estrutural no campo cubano, uma questão agrária, não necessariamente centralizada na posse da terra, mas no processo produtivo. Portanto, embora não haja um problema de acesso à terra, em vista da realização da reforma agrária a partir de 1959, há um problema agrário, uma questão agrária em Cuba (FABRINI, 2010, p. 76)

Para o autor, e concordamos com ele, a questão agrária ou o problema agrário em Cuba não está na concentração da terra, mas no processo produtivo. Está, em outras palavras, no difícil acesso aos meios de produção (FABRINI, 2010). Fica claro, nesta altura do debate acadêmico acerca da questão agrária, que a manutenção das desigualdades sociais no campo, seja aqui ou em Cuba, constitui num elemento estratégico, como já sinalizara Sampaio Junior (2013), não somente para deprimir o preço da força de trabalho, mas também para potencializar a extração da mais – valia no campo.

Enfim, seja pela conquista da terra ou simplesmente pela sua manutenção é preciso pensar que a mudança deve ser estrutural e que os sujeitos envolvidos devem ter autonomia plena para tomada de suas decisões. Para tanto faz-se necessária que a temática esteja na pauta de discussão não só nas academias, agremiações sociais, mas principalmente na mesa de discussão do Estado, do partido central. Do contrário, Cuba continuará tentando, sem sucesso, superar seus problemas agrários.

5.2 - Para superar o confronto é preciso (re)pensar a questão agrária no Brasil

O mapa *O Brasil Agrário* (mapa 05) nos dá uma real dimensão do que é a nossa questão agrária. Observe-se, por exemplo, a delimitação da área onde ocorreu a principal concentração de assentamentos de famílias através das políticas de assentamentos rurais (ranhuras verticais em verde), não por acaso são áreas, sobretudo, da Amazônia.

Esse fato denota a intencionalidade dos governos em não utilizar as terras dos latifúndios para fins de reforma agrária. É mais fácil, cômodo e menos perigoso distribuir terras da Amazônia, muitas das quais já pertencem ao governo, que enfrentar os grandes empresários do agronegócio.

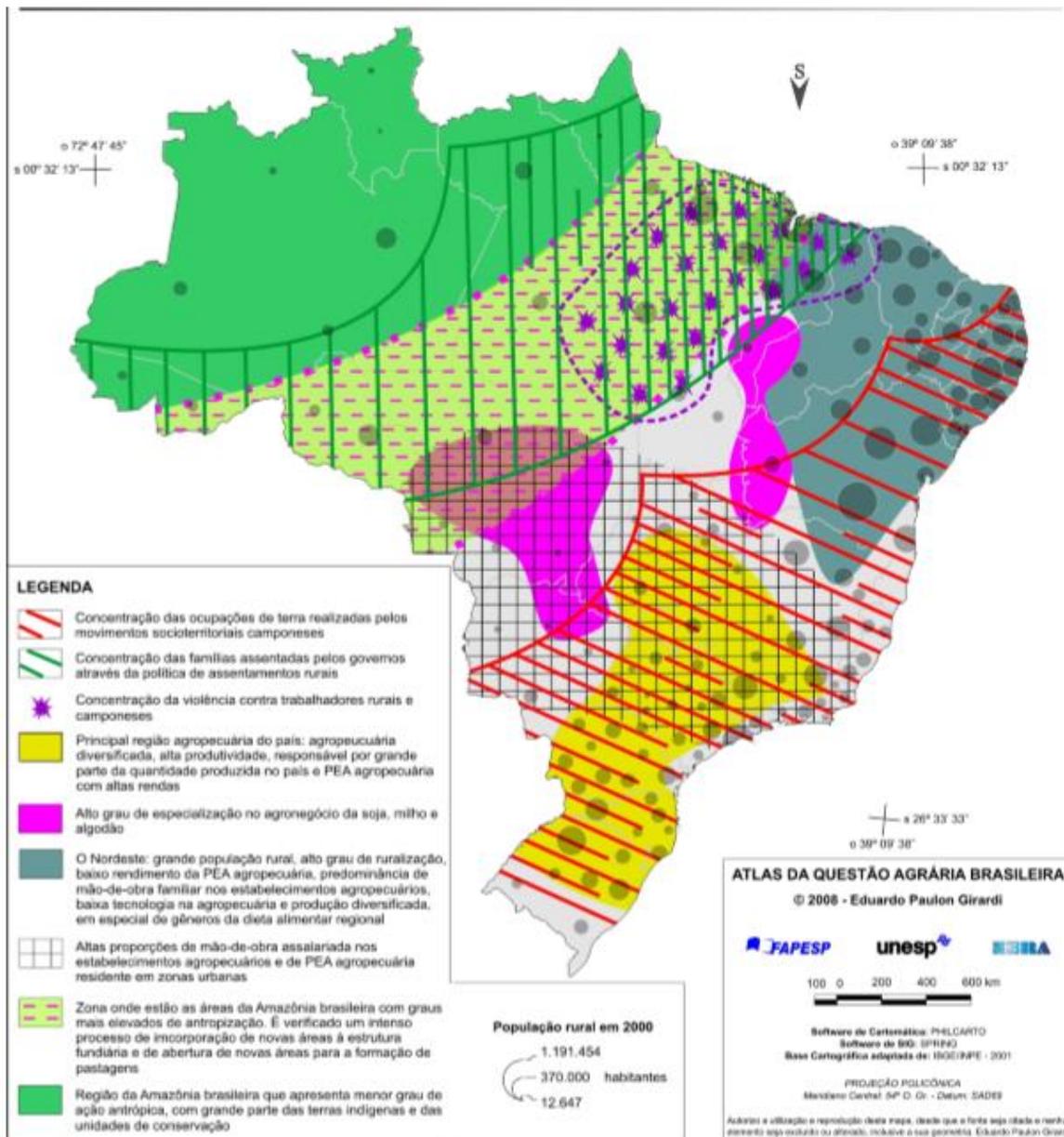
De qualquer forma isso não tem evitado uma série de conflitos pois estas áreas, na sua grande maioria, já são de interesses do capital da soja, do gado, da extração mineral ou vegetal e aí os conflitos se instalam. A área delimitada com marcas de explosões, por exemplo, coincide com a área de expansão das pastagens.

Em contrapartida, há uma nítida concentração de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais na faixa centro-sul do país em direção ao litoral, justamente nas áreas mais férteis e de concentração dos grandes latifúndios do agronegócio, o que retrata não só o enfrentamento com o grande capital como, principalmente, uma tentativa real de forçar uma reforma agrária nas áreas mais férteis e de melhor localização. Por isso mesmo são áreas marcadas por intensos conflitos entre camponeses e capitalistas do campo.

A soja vem avançando, de maneira assustadora, no Centro-Oeste coincidindo, em muitos casos, com uma alta concentração de mão-de-obra assalariada no campo, mas residente nas áreas urbanas (ranhura rosa sobreposta às quadrículas). Por outro lado, avança no Sul uma grande mancha de agropecuária de ponta, cuja mão - de - obra além de especializada é melhor remunerada. Entretanto, em ambos os casos não se verifica, como é de costume se ouvir dos defensores do agronegócio, que elas empregam a maior parcela da mão - de - obra do campo.

Isso vai acontecer nas áreas de lavouras diversificadas e cujas propriedades são pequenas (figura 13). Isso sem mencionar o fato de que essas áreas estão sempre voltadas à produção de gêneros de exportação e não de alimentos. Essa realidade, juntamente com a grande empregabilidade no campo, vai ocorrer, sobretudo, no Nordeste brasileiro.

MAPA 05 – O BRASIL AGRÁRIO



Fonte: GIRARDI (2008)

FIGURA 13 – BRASIL PESSOAL OCUPADO - 2006



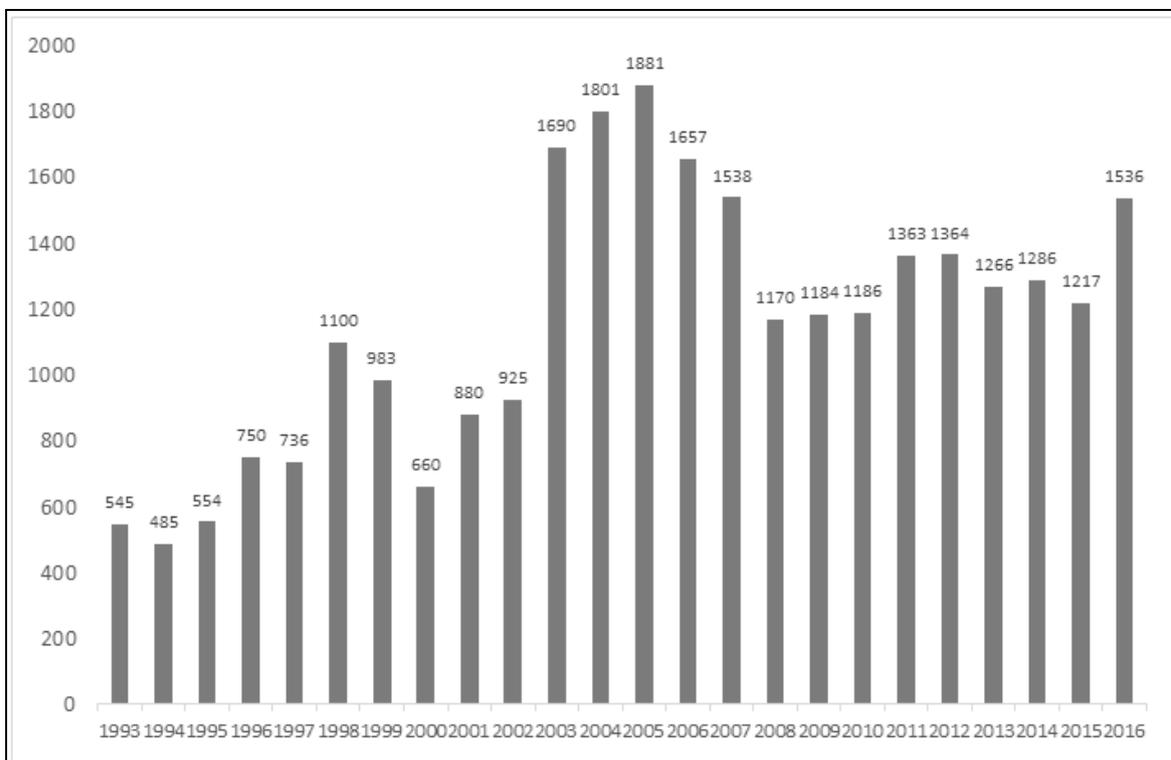
Fonte: GIRARDI (2008)

O que se verifica, nesse sentido, é que apesar da importância desses sujeitos na pauta de produção de alimentos e geração de emprego e renda, não tem havido da parte do governo, interesse em priorizar o assentamento destas famílias. Ao contrário, o que se percebe é uma diminuição no número de assentamento de famílias nos últimos anos.

O histórico dos conflitos envolvendo terra, questões trabalhistas, disputas por água, questões ligadas à seca, às políticas agrícolas ou mesmo ao garimpo, catalogado pelos cadernos de conflitos no campo, da Comissão Pastoral da Terra, não deixa dúvida de que os problemas no campo estão se agravando. Os números evidenciam um grande aumento nos conflitos entre os anos de 2008 e

2013 e, apesar da ligeira queda nos anos seguintes, um novo aumento a partir de 2016 (gráfico 23).

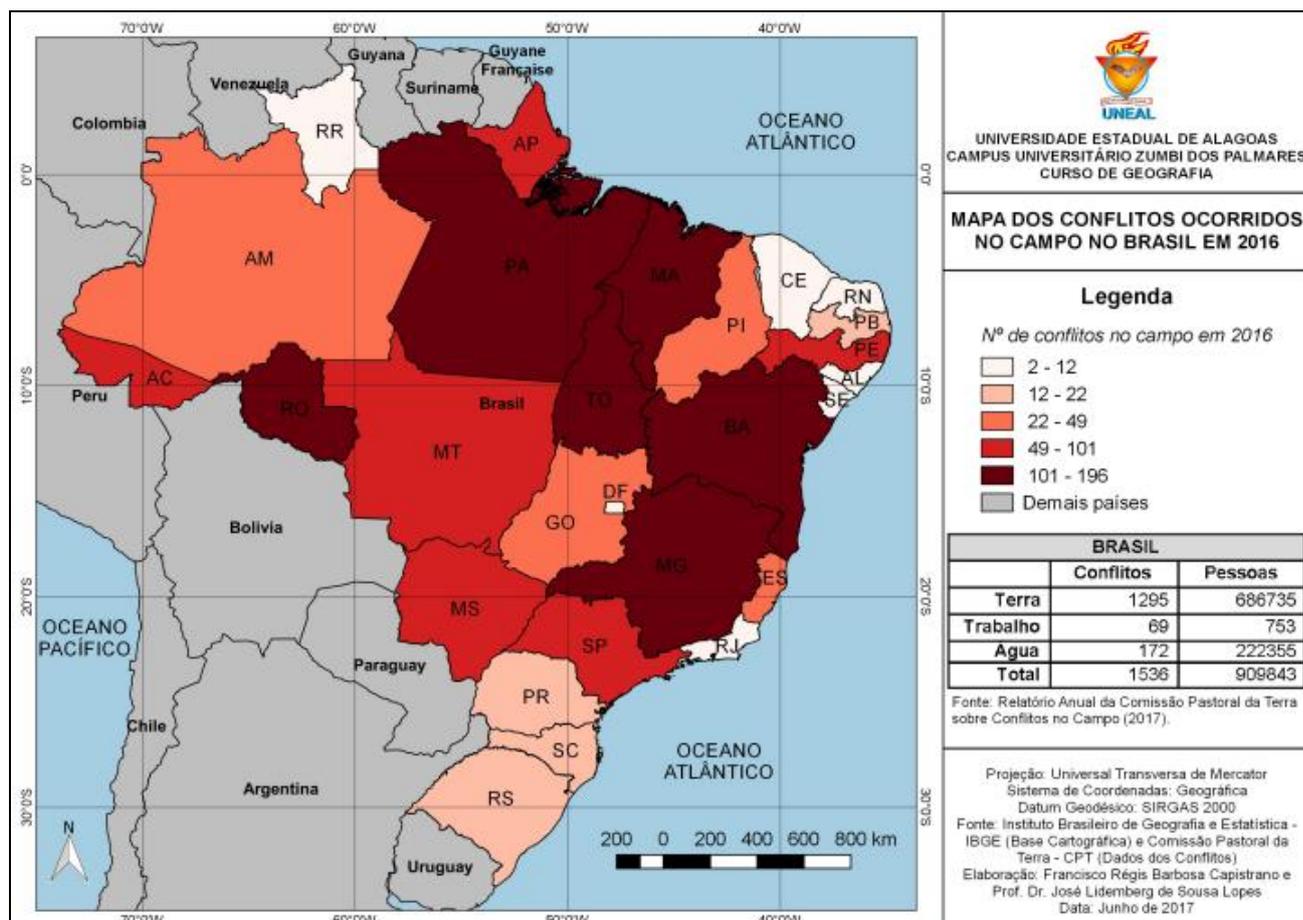
GRÁFICO 23 – BRASIL: EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO 1993 – 2016



Fonte: CPT
Org. Reinaldo Sousa

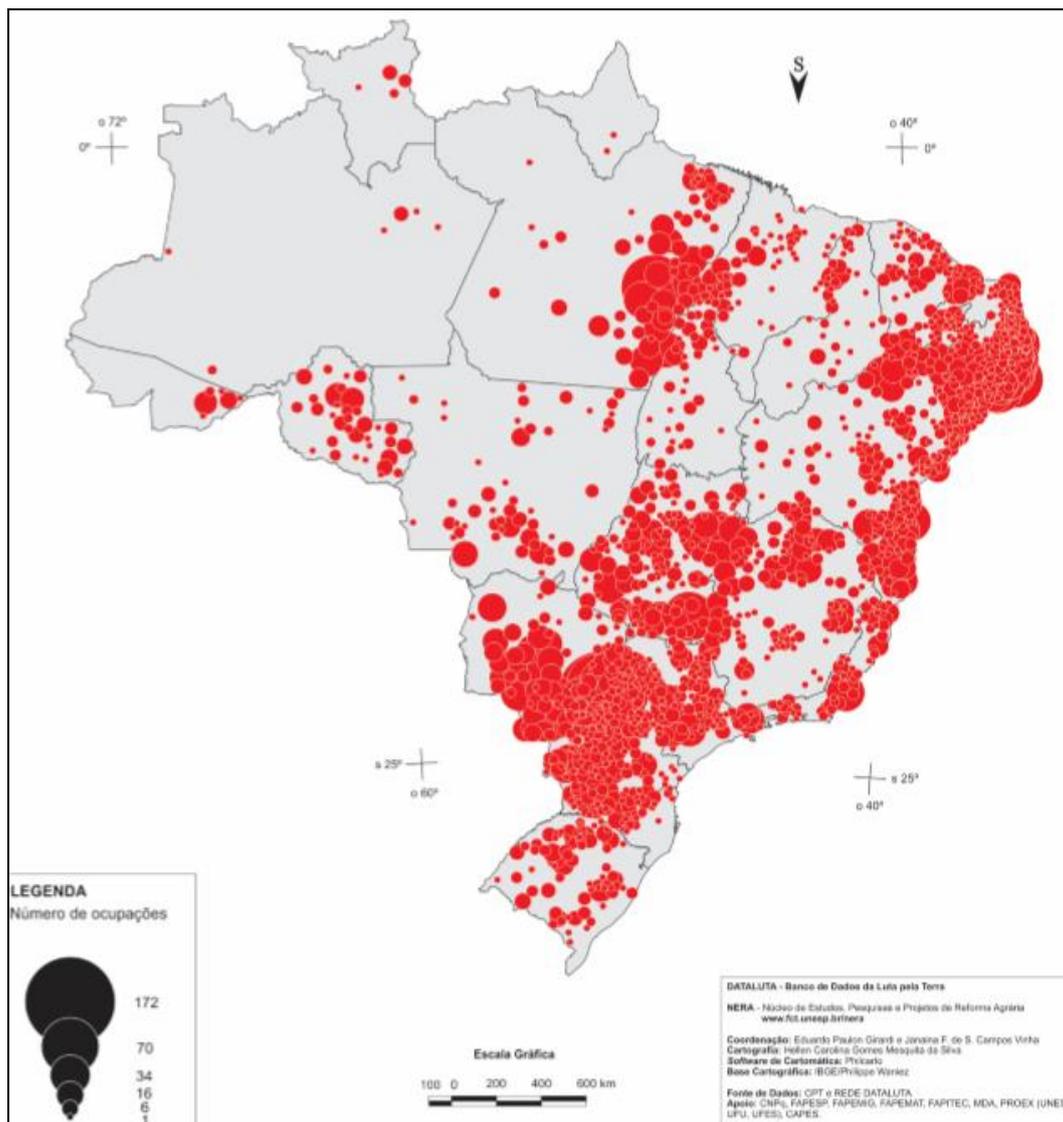
O ano de 2016 registrou um significativo aumento nos conflitos ficando atrás somente do período 2003/2007. Foram registrados neste ano 1.536 conflitos (mapa 06), envolvendo ao menos 909.843 pessoas e 61 assassinatos, segundo a CPT. Esses conflitos se concentram, sobretudo, no eixo centro-sul, no Nordeste e porção sudeste da região Norte coincidindo, não por acaso, com as áreas onde há um maior índice de ocupação em busca de terra para reforma agrária (mapa 07).

MAPA 06 – BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2016



Fonte: CPT

MAPA 07 – BRASIL: OCUPAÇÕES DE TERRA 1988 – 2012



Fonte: Dataluta, Relatório 2012.

5.3 - A Lógica Contraditória do Agronegócio

A primeira formulação do conceito de agronegócio [agribusiness] pode ser atribuído a John Davis e Ray Goldberg e foi apresentado já em 1957 (FERNANDES, 2007). Os autores, afirma Fernandes, classificaram os agribusiness como “[...] um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho (FERNANDES, 2007, p. 89).

Esse conceito é também uma construção ideológica e carrega em si a representação fiel da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração

da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, além do atraso político e econômico.

Trata-se de “[...] um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, que agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2007, p. 91). É na tentativa de conter o avanço deste modelo que movimentos socioterritoriais como o MST, CONTAG, FETRAF, MLST, a CPT, além dos movimentos indígenas têm aumentado sua atuação pelo Brasil (FERNANDES, 2015).

O espaço agrário brasileiro tem sofrido uma série de transformações. Essas mudanças são o reflexo das políticas de modernização da agricultura implantadas, sobretudo, pelo governo a partir da década de 1950 e cujos objetivos principais são a vinculação total do setor agrícola ao urbano-industrial (MESQUITA 2009). Essas mudanças, a partir da expansão dos agrocombustíveis e commodities agrícolas estão

[...] produzindo com celeridade o reordenamento do território e abrindo novas possibilidades de penetração e territorialização do capital no campo, na cidade e na floresta, produzindo velhas e novas formas de destruição do campesinato e levando esta classe social a (re)criar formas de resistência à desterritorialização, à subordinação da renda da terra, ao capital (RAMOS FILHO 2013, p. 18).

Elas atendem à lógica do capital, seja através da transformação de pequenas propriedades rurais em grandes áreas agrícolas monocultoras, seja a partir do uso comercial da água para fins de consumo humano, agrícola ou para fins energéticos. Ou seja, dentro de uma lógica de avanço do agronegócio no campo.

Do ponto de vista econômico,

[...] o agronegócio é um conjunto de empresas que concentra grande poder financeiro e controla o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura, pecuária e indústria, induzindo a população ao consumo de alimentos industrializados. Nas últimas décadas tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão das monoculturas com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos (ABRA, 2007, p. 22)

Essa lógica perversa é viabilizada, sobretudo, a partir de novas técnicas desenvolvidas a fim de aumentar a produtividade da terra e do trabalho. Assim, “[...] há um evidente desenvolvimento das forças produtivas, mas em detrimento do trabalho e dos trabalhadores (MESQUITA 2009, p. 22). Seu caráter concentrador expropria milhares de famílias e intensifica o desemprego no campo. Mesmo nos espaços onde cria empregos, intensifica a superexploração dos trabalhadores assalariados e cria tensão (ABRA, 2007).

Ao lado da instalação de novas tecnologias no campo, caminha uma relação de trabalho que beira a escravidão. A permanência dessa forma de trabalho no Brasil, em pleno século XXI explicita, nas palavras de Girardi (2009, p. 15), uma “[...] profunda contradição da modernidade tecnológica alcançada pelo país e a absurda exploração do ser humano à qual estão submetidas parcelas dos trabalhadores brasileiros”.

No trabalho escravo do Brasil contemporâneo,

[...] as vítimas são predominantemente homens, proveniente de outras regiões que não aquela onde são escravizados. Os trabalhadores são aliciados e saem de seus lugares por desconhecerem as condições reais de trabalho que os esperam, ou pela falta de alternativa em seus lugares de origem, mesmo conscientes das condições aviltantes que vão enfrentar. (GIRARDI, 2009, p. 15).

É importante ressaltar também que o combate ao trabalho escravo no Brasil contemporâneo é muito difícil, uma vez que diferentemente da escravidão em períodos anteriores o trabalho agora é disfarçado, travestido legalidade. Além disso, há que considerar a duração do tempo que é muito irregular. Ou seja, “[...] ela é temporária, de forma que, quando o trabalhador não é mais necessário ele é dispensado sem nenhum tipo de pagamento” (GIRARDI, 2009).

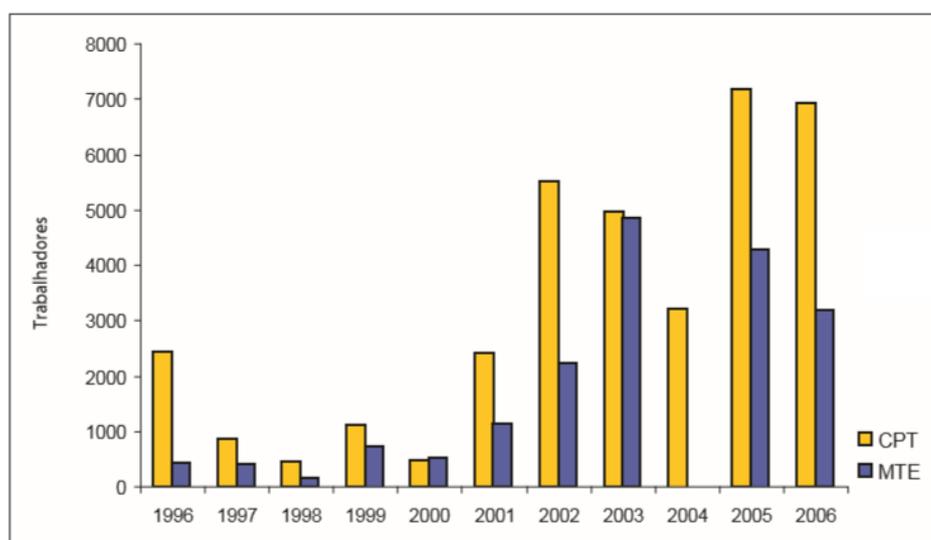
Para Girardi, portanto

[...] o trabalho escravo é uma das formas de violência presentes no campo e característica da questão agrária no país. É uma prática contraditória, pois esse tipo de exploração humana coexiste e é utilizada em consonância com as mais modernas técnicas de produção agropecuária [...] (2009, p. 17).

Entre os anos de 1995 e 2006 foram registrados, segundo dados da CPT, um total de 133.656 trabalhadores na condição de escravos. Deste total foram libertados, de acordo com o Ministério do Trabalho, 17.961 trabalhadores. A maior incidência se deu nos Estados do Pará, com 7.627 e Mato Grosso com 4.622 trabalhadores libertados, seguidos da Bahia e Maranhão com 1.942 e 1.851 trabalhadores libertados, respectivamente (GIRARDI, 2009).

Outro dado relevante a se destacar é que os números do trabalho escravo no Brasil aumentaram, sensivelmente, no último ano de governo de Fernando Henrique, mas, sobretudo, nos quatro primeiros anos do governo Lula (gráfico 24), o que é uma contradição ainda maior por se tratar de um governo que se anunciava popular e de um partido dos trabalhadores.

GRÁFICO 24– TRABALHADORES ESCRAVIZADOS 1996- 2006



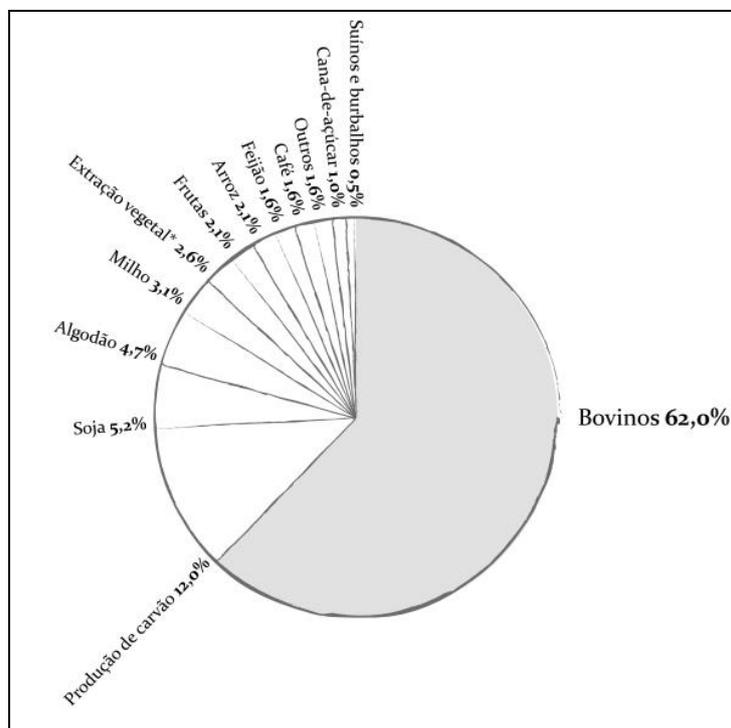
Fonte: Girardi (2009)

A maioria desses trabalhadores está sendo explorada em fazendas de criação de gado (62%), de produção de carvão (12%) e soja (5,2%), conforme denúncia da Organização Internacional do Trabalho (gráfico 25).

Vale lembrar que, no Brasil, a categoria “trabalho escravo” não é apenas resultado de uma discussão baseada em parâmetros históricos, filosóficos e jurídicos. Ela derivou de motivações sociais e políticas que emergiram a partir de pressões de grupos de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Pastoral da Terra,

e de sindicatos, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG (OIT, 2010).

GRÁFICO 25 - FAZENDAS FLAGRADAS UTILIZANDO MÃO-DE-OBRA EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO NO BRASIL



Fonte: OIT (2010)

Mas, apesar desta constatação, a imprensa não divulga os dados. Ao contrário, ela impõe uma lógica ideológica de que “[...] os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. [Argumentam que] com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido” (CANUTO, 2004, p. 3).

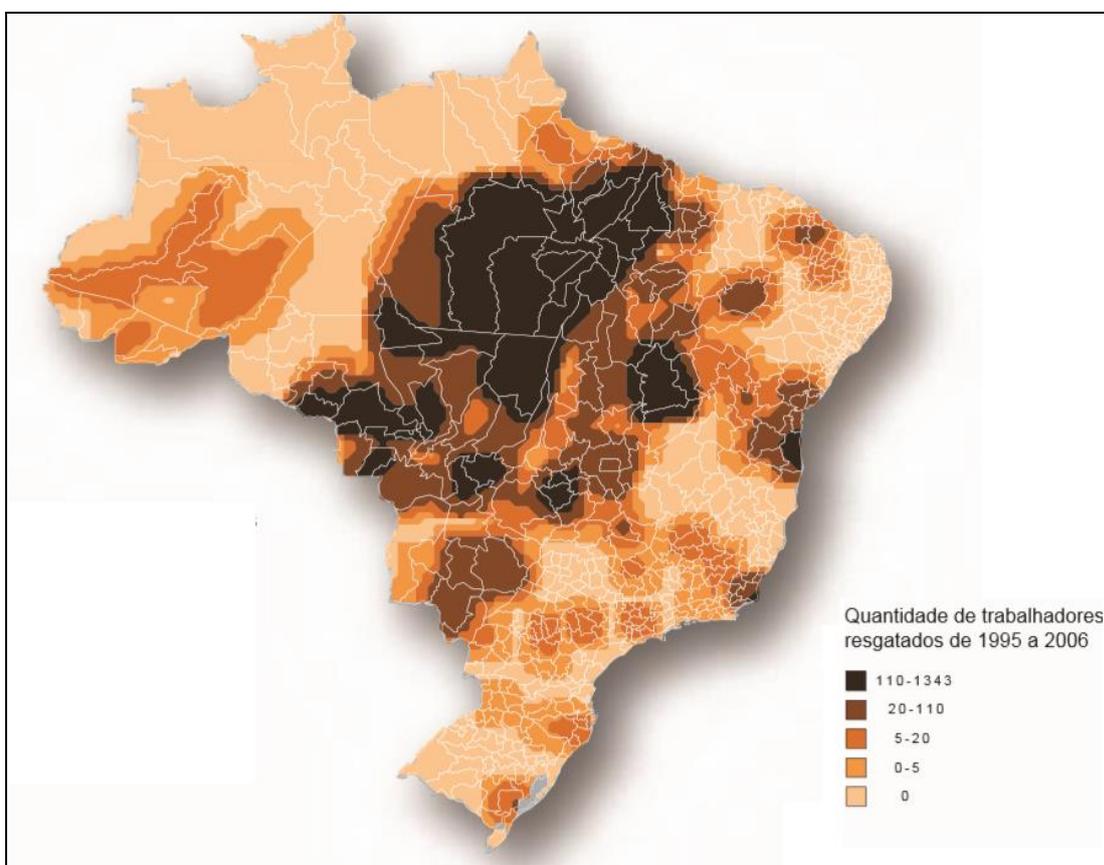
Mas,

[...] todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário, tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas (CANUTO, 2004, p. 3).

Daí porque a espacialização do trabalho escravo no Brasil se apresentar desta maneira, ou seja, com grandes marcas por todo o território nacional, sobretudo no Brasil central (figura 14). Uma parte muito significativa dos trabalhadores em regime de escravidão é oriunda, sobretudo, da região Nordeste do Brasil (figura 15).

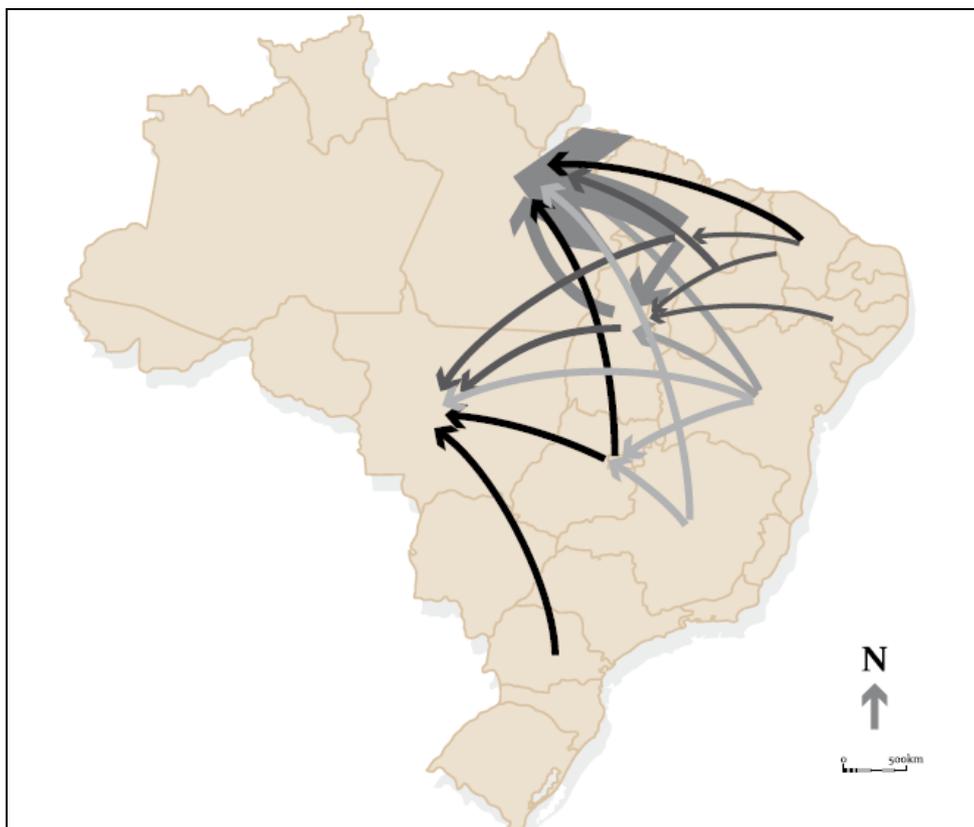
Essa triste constatação é a prova de que essa região é a que mais sofre em relação aos indicadores de trabalho e renda, fato que deixa os trabalhadores vulneráveis aos agenciadores do trabalho escravo para fazendas de exploração ligadas ao agronegócio.

FIGURA 14 – BRASIL ESPACIALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO 2006



Fonte: MTE/IBGE; Org. Girardi (2009)

FIGURA 15 – ROTA DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL



Fonte: OIT (2010)

O agronegócio “[...] afeta toda a sociedade, e o campesinato é o segmento social comprometido mais fortemente, pois são homens que lidam diretamente com a terra, afinal é a terra seu principal meio de vida e perder a terra é ser expropriado da cultura, das tradições, do modo de vida e da cidadania pelo rompimento de teias de relações centenárias” (MESQUITA 2009, p. 18).

Mas, no que consiste, exatamente, o agronegócio? Quais suas principais áreas e formas de manifestação? Como enfrentá-lo? O professor Girardi (2008) propõe, para a compreensão das principais diferenças entre agronegócio e campesinato, um quadro que nos parece muito ilustrativo (quadro 04).

QUADRO 04 - ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO AGRONEGÓCIO E DO CAMPESINATO

AGRONEGÓCIO	CAMPESINATO
Centralização	Descentralização
Controle centralizado da produção, Processamento e mercado; Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número; Menor número de agricultores e de comunidades rurais.	Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; Produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
Abordagem científica e tecnológica para produção; Dependência de <i>experts</i> ; Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; Dependência de mercados muito distantes.	Unidades de produção menores; Menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; Autossuficiência individual e da comunidade; Ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
Competitividade e interesse próprio; Agricultura considerada um negócio; Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.	Maior cooperação; Agricultura considerada um modo de vida, além de um negócio; Ênfase numa abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Especialização	Diversidade
Base genética limitada utilizada na produção; Predomínio da monocultura; Separação entre agricultura e pecuária; Sistemas de produção padronizados.	Ampla base genética; Incorporação da policultura e rotação; Integração entre agricultura e pecuária; Heterogeneidade de sistemas agrícolas; Interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais).
Exploração	Abdicação
Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; Dependência de recursos não renováveis; Consumismo impulsiona o crescimento econômico; Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura locais.	Custo total contabilizado; Resultados de curto prazo igualmente importantes; Amplio uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; Consumo sustentável, estilo de vida mais simples; Acesso equitativo a necessidades básicas; Reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.

Fonte: Girardi (2008)
Adaptação: o autor

De maneira geral o agronegócio busca garantir a hegemonia ideológica. Para tanto, desloca a atenção do seu caráter concentrador e predatório e põe em seu lugar uma imagem de intensa produtividade, de uma “agricultura moderna” (CANUTO, 2004). Mas, ao contrário do que se propaga como verdade

[...] o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência (CANUTO, 2004, p. 01).

Assim, na tentativa de camuflar esta imagem, “[...] se alardeia que o agronegócio está gerando um sem número de empregos no campo [e que] é responsável pela totalidade da produção agropecuária” (CANUTO, 2004, p. 02/03). O que não se constitui numa verdade. Trata-se, na verdade, da arte da supremacia como diria Canuto. Ou seja, a mídia ao informar os resultados das safras o faz creditando a produção ao agronegócio. Assim, o agronegócio, estrategicamente, se apropria dos resultados da produção agropecuária, dando a parecer que é o único produtor do país (CANUTO, 2004).

Nesse sentido,

[...] o agronegócio brasileiro é apresentado pelos meios de comunicação hegemônicos, como expoente de produtividade agrícola, fruto da opção por competitividade/produtividade, em razão da implementação da modernização conservadora no campo e pela adesão ao conceito de livre mercado, articulado em nível mundial pelos mercados de "commodities" (ABRA 2007, p. 22).

Mas isso a mídia não mostra. Os dados que incriminam o agronegócio, como sendo responsável por um “sem número” de problemas sociais, não aparecem. Não se vê na televisão, por exemplo, que

[...] a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização, [que] para cada trabalhador que encontrou emprego no cultivo da soja, 11 agricultores foram deslocados, [que] a mais avançada tecnologia anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo, [que] a produção de alimentos está correndo sério risco, porque a área que lhe era destinada está sendo ocupada rapidamente para cultivo de produtos de exportação, principalmente a soja (CANUTO, 2004, p. 04/07).

A mídia não explica, ademais, a grilagem de terras, a destruição das florestas naturais, a degradação de sistemas hídricos, a exemplo do São Francisco, Paraná, do Pantanal Mato-grossense, da Bacia Amazônica, do Aquífero Guarani, “[...] todos sob permanente controle dos senhores da terra e do capital, que os encaram como se donos fossem da natureza, acima do bom e do mal” (ABRA, 2007, p. 23).

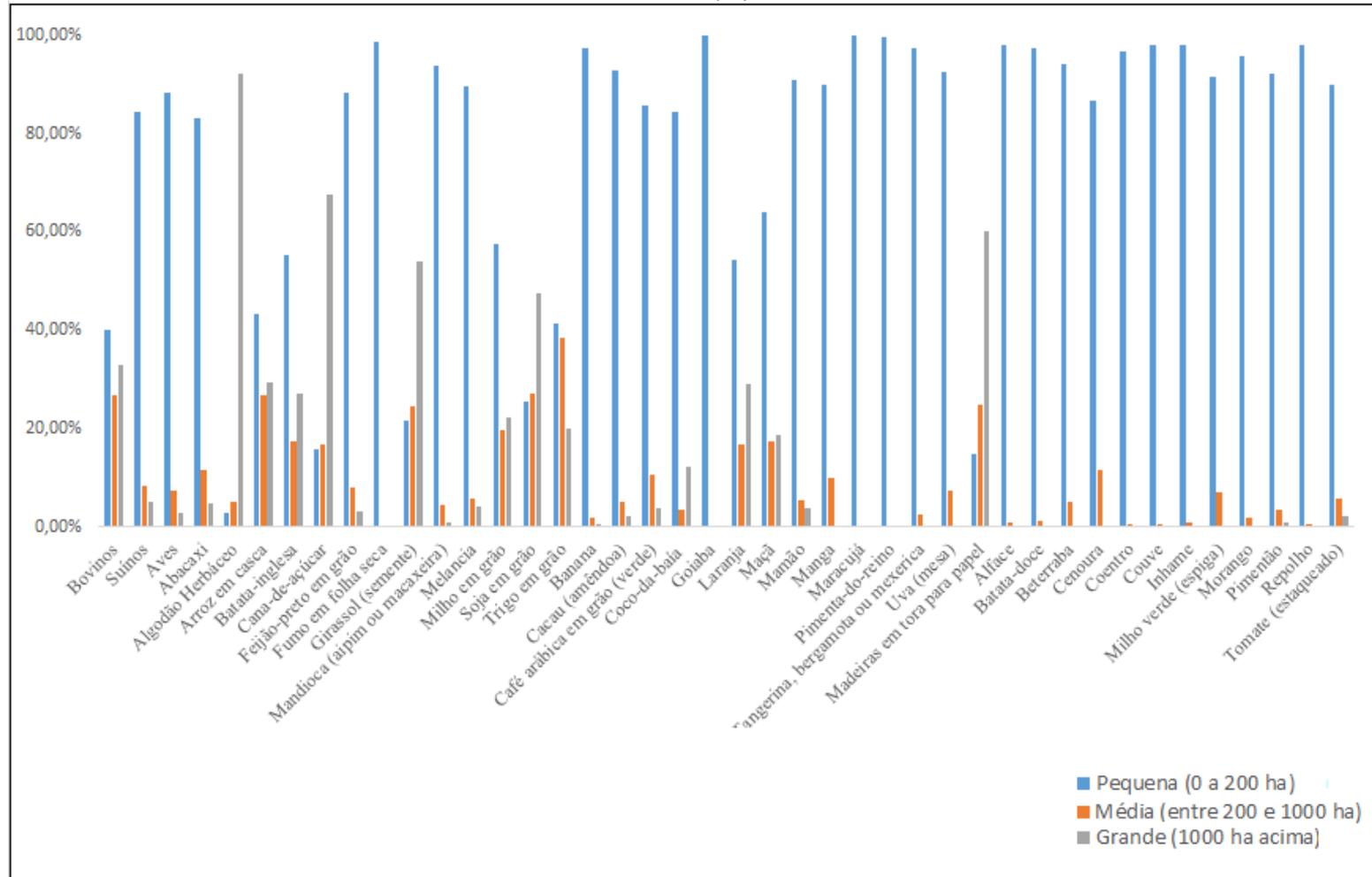
Isso tudo sem mencionar que o agronegócio responde em seu modelo de produção pelo uso intensivo de agrotóxicos. Segundo a FAO, organismo das Nações Unidas para a alimentação, o Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo (CANUTO, 2004).

Tudo isso corrobora, contraditoriamente, para a possibilidade de outro modelo, ou seja, “[...] enquanto subsistir o atual modelo, o agronegócio poderá se expandir, mas às custas do agravamento das gritantes disparidades sociais que vivemos e todos os entraves imagináveis serão criados para que a democratização do acesso à terra, via reforma agrária, se torne realidade” (CANUTO, 2004, p. 11). Ademais, pensar o camponês como menos “eficiente” só é possível pelo prisma do próprio agronegócio, dos empresários do campo. Mas, se considerarmos os impactos sociocultural e ambiental eles serão, infinitamente, mais eficientes, pois neste campo o agronegócio é reprovado (BARTRA, 2011).

O gráfico a seguir, elaborado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE reafirma a proposição da inversão de produção. O que se vê na quase totalidade dos produtos/animais selecionados é que a pequena propriedade supera, percentualmente, na produção a grande propriedade. Apenas naqueles produtos que são de interesses do agronegócio, que atendem à demanda internacional é que a grande propriedade supera na produção.

A rigor o modelo de produção do agronegócio não atende a principal demanda da sociedade, uma vez que se especializa na produção de produtos voltados para a produção de energia, combustíveis e alimentação animal a exemplo do milho, do trigo e da cana-de-açúcar (gráfico 26).

GRÁFICO 26 – BRASIL: PRODUÇÃO DA PEQUENA, MÉDIA E GRANDE PROPRIEDADE EM PRODUTOS/ANIMAIS SELECIONADOS – 2006 (%)



Fonte: Censo 2006; Coleta e Tabulação de Dados: MITIDIERO, M.A.; BARBOSA, H.J.N;
Org. do Gráfico: Reinaldo Sousa

Ou seja, contrariamente ao que se advoga nos meios de comunicação de massa, na sua maioria à serviço do capital e logo do agronegócio, a relação de produção no campo dos alimentos, bem como na oferta de trabalho, é inversamente proporcional ao uso das técnicas, ao acesso ao crédito e, principalmente, à extensão das propriedades. O próprio Chayanov já havia percebido isso ao afirmar que em

[...] estudios de presupuestos realizados em Vologda, Voronezh y en otras guberniyas pusieron de manifiesto una relación inversa entre la cantidad de tierra y el monto de los ingresos provenientes de oficios rurales. Cuanto más pequeña es el área de tierra disponible, mayor es el volumen de las artesanales y comerciales (CHAYANOV, 1974, p. 31).

Essa contradição nos estimula a pensar a questão agrária brasileira. Esse desenvolvimento desigual, porém, combinado, do modo de produção capitalista nos aguça a curiosidade e a vontade de compreender para superar. Cria situações distintas em que geralmente ocorre uma fusão entre proprietários de terra e capitalistas, bem como a sujeição camponesa ao modo capitalista de produção em função da renda da terra (OLIVEIRA, 1991).

Mas, é justamente dessa expropriação camponesa e do uso da renda da terra pelo capital que brotam as resistências. É dessa expropriação que o campesinato se recria e contraria a lógica capitalista que espera a sua extinção. Assim, os pressupostos de que o campesinato enquanto classe desapareceria cai por terra. O que se constata, na verdade, é que “[...] contraditoriamente, o desenvolvimento capitalista não tem provocado o desaparecimento do campesinato, mas sua recriação” (PAULINO, 2012, p. 29/34).

Destarte, se em alguns espaços o capital destrói o campesinato,

[...] concomitantemente, em outros espaços, o próprio capital, contraditoriamente, recria o campesinato que ele mesmo destruiu, agora sob o seu controle, através dos arrendamentos, compra e venda da terra, subordinação da produção e do trabalho familiar camponês [...]. Mas os trabalhadores também podem ser protagonistas da sua recriação, empreendendo uma luta contra o capital, na qual as lutas por terras, sobretudo materializada pelas ocupações de terras, têm sido importantes para ampliação do território camponês no nosso tempo, sobretudo para que organizados em movimentos socioterritoriais possa contestar o

processo de intensificação da concentração do território [...] (RAMOS FILHO 2013, p. 07).

Essa lógica contraditória, desigual, porém combinada, do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, que permite a criação e recriação do campesinato se dão, segundo Ramos Filho, por meio dos processos econômico-geográficos, a exemplo do arrendamento da terra, da migração, através dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra bem como pela luta em defesa da reforma agrária (RAMOS FILHO, 2013a). Mas as frações do território, sob domínio do campesinato, constituem a parte de uma totalidade que é o território capitalista, de modo que “[...] as frações do território controladas pelo campesinato são integrantes e estão integradas a essa ordem dominante” (PAULINO, 2012, p. 34).

Nesse sentido, de uma forma ou de outra os camponeses estão presos à lógica capitalista. Contudo, ao perceberem sua condição de expropriados, dentro dessa relação territorial, acabam por criar mecanismos de defesa contra a ação do capital e de sua recriação. Estamos, neste sentido, “[...] diante do desenvolvimento capitalista desigual e contraditório” (PAULINO, 2012, p. 39). É aí que “[...] é gestado o movimento contrário, que leva à união desses trabalhadores enquanto classe” (OLIVEIRA, 1991, p. 12), pois, é no campo que os trabalhadores “traem” as leis capitalistas. É ali que a contradição aparece (OLIVEIRA, 1991).

É essa capacidade de reprodução que move a crença no sentido de que é possível outro modelo em que não só se valorize essa classe, como lhes seja possível a reprodução ampliada da sua capacidade de sobrevivência. Ou seja, “[...] a expansão do capitalismo no campo ao mesmo tempo em que provoca a eliminação do campesinato, produz contraditoriamente instrumentos de criação e recriação do campesinato [...]” (RAMOS FILHO, 2013b, p. 57) que nos fazem crer, contraditoriamente, na sua permanência.

Assim, concordamos com Ramos Filho (2013b) para quem o campesinato pode se recriar contra o capital a partir da luta pela terra, através da reforma agrária, pela demarcação dos territórios indígenas e pelo reconhecimento de territórios quilombolas. Por isso acreditamos que um modelo mais justo de sociedade é possível.

5.4 - A Ocupação como forma de acesso à terra

Na busca por um pedaço de chão não são poucos, nem simples, os conflitos que se estabelecem. No caso brasileiro, sob a égide do capital, temos de um lado uma grande massa de trabalhadores ávidos por uma terra para cultivar, para fazer valer o caráter social e do outro um pequeno, porém poderoso, grupo de empresários do campo que luta pela manutenção da atual forma de distribuição e uso da terra em nome da mais-valia, da exploração da renda da terra.

No caso cubano, trabalhadores que ganharam o direito de acesso à terra, mas que vivem o dilema de como nela permanecer de um lado e, do outro, um Estado centralizador que tem em si o domínio total da propriedade da terra e não tem conseguido superar muitos dos problemas agrários derivados do período capitalista. Nessa polarização, e não poderia ser diferente, vai ocorrer uma série de conflitos.

O ideal seria que não precisássemos de lutas, de confrontos para acesso ao que por direito já seria de todos os trabalhadores: a terra. Entretanto, a realidade material não é assim tão simples. Diuturnamente, e em diversas partes do país, trabalhadores são expulsos de suas terras, perseguidos, ameaçados ou mesmo assassinados, pura e simplesmente, por lutarem por seus direitos. Assim, neste campo minado, só lhes restam usar as armas que possuem: a força de trabalho ou mesmo a capacidade de ocupar e resistir para assegurar seus direitos.

Fernandes (2001) assevera que a ocupação de terra se converteu numa importante ferramenta para se ter acesso à terra. É através das ocupações que os trabalhadores do campo espacializam a luta, conquistam a terra e territorializam o movimento de resistência.

Essa luta,

[...] es uno de los principales elementos para comprender la cuestión agraria. La ocupación y la resistencia en la tierra son esas formas de lucha. La reforma agraria es otro elemento de la cuestión agraria. Por el hecho de la no realización de la reforma agraria, por medio de las ocupaciones, los sin-tierra intensifican la

lucha, imponiendo al gobierno la realización de una política de asentamientos rurales (FERNANDES, 2001, p. 01)

É neste embate entre camponeses e capitalistas que se desenvolvem, contraditoriamente, as condições necessárias à criação e recriação e não a exclusão, como acreditaram e acreditam alguns, do campesinato por dentro do capitalismo. Essa recriação se dá de distintas maneiras. Uma delas, afirma Fernandes (2001), pela sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, pela subordinação da produção camponesa ao capital.

Outra forma se dá por meio da ocupação da terra, pois em sua busca desenfreada pela ampliação do capital os capitalistas não conseguem assalariar a todos deixando, à míngua, uma grande quantidade de trabalhadores. Este exército de reserva acaba por criar suas próprias armas de sobrevivência e uma delas é a ocupação.

Da mesma forma,

[...] en la realidad brasileña, el capital en su proceso contradictorio de reproducción de las relaciones no-capitalistas, no recrea con la misma intensidad con la que excluye. Así, por medio de la ocupación de la tierra los trabajadores se resocializan, luchando contra el capital y subordinándose a él, porque al ocupar y conquistar la tierra se reinsertan en la producción capitalista de las relaciones no capitalistas de producción (MARTINS 1981 apud FERNANDES 2001, p. 02).

Assim, pode-se dizer que a luta dos camponeses ao ocuparem uma propriedade é uma luta contra o capital, contra sua forma perversa de se reproduzir. Não se trata aqui de uma mera disputa por um pedaço de terra, mas da criação das condições mínimas necessárias de sobrevivência e que o capital teima em não permitir.

Neste sentido,

[...] enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (MARQUES, 2008, p. 58).

A ocupação, portanto, não deve ser vista pelo prisma das relações capitalistas de produção, mas pelos olhos de milhares de trabalhadores que, longe de nossas vistas, lutam pela nossa manutenção, pela ampliação e qualidade de nossos alimentos, que buscam equilíbrio ambiental com um mínimo possível de impacto, que teimam em fazer, apesar das adversidades e do não querer das elites agrárias e políticas do nosso país, uma ampla e verdadeira reforma agrária. A ocupação é, portanto, uma materialização das lutas de classes (FERNANDES, 2001) e é essencialmente uma luta “[...] contra a proletarização [...] contra o longo processo de empobrecimento (BARTRA, 2011, p. 11).

Todas essas manifestações, juntamente com os problemas elencados ao longo deste trabalho, reforçam a tese aqui defendida de que existe sim uma questão agrária no Brasil. Ela está se agravando e se tornando ainda mais complexa fato que contribui, contraditoriamente, para a sua superação.

Pedro Ramos (2014) não só reafirma essa existência como resume, muito bem, alguns dos principais aspectos da nossa questão agrária que se manifesta, sobretudo, na

[...] a) perda de postos de trabalho (não qualificado) ou ocupação nas atividades agropecuárias (cuja atual principal expressão é a mecanização integral do plantio e colheita de cana), o que intensifica a urbanização precária e nivela por baixo os salários; b) a disputa pelos espaços (supostamente) vazios do território nacional, com destaque para as regiões de fronteira e algumas áreas, cujas expressões envolvem a formação de grandes latifúndios de propriedade de nacionais e de estrangeiros, geralmente com apoio estatal e grilagem de terras; c) expulsão de moradores e de trabalhadores de tais espaços e de suas circunvizinhanças; d) o aberto desrespeito à Lei Agrária e à Constituição, que determinaram o princípio da função social da propriedade fundiária; e) o caos fundiário ainda existente e que se expressa em diferentes áreas do território nacional; f) em decorrência, a existência de uma grande quantidade de conflitos agrários e fundiários (tais como os atrelados ao uso da água e das matas para extrativismo, etc.) (PEDRO RAMOS, 2014, p. 688).

Nesse sentido, é lastimável, afirma o autor, que muitos estudiosos teimem em minimizar a sua importância se valendo tão somente de números da migração campo/cidade ou dados da produtividade. Enfim, concordando com ele, negar a questão agrária no Brasil é o mesmo que negar a terra como um dos pilares onde se assentam as relações de poder e dominação política, econômica e social.

A solução de todos esses problemas perpassa, num primeiro momento, por uma ampla e verdadeira reforma agrária. Mas, para que ela aconteça é preciso, efetivamente, acesso à terra, ao crédito, instalações hidráulicas em bom estado e em quantidade suficiente para atender a todos, além de amplo acesso aos resultados de pesquisas adequadas às suas necessidades (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Além disso, é preciso

[...] que ela [a agricultura camponesa] se beneficie de uma estabilidade dos preços e de uma segurança fundiária suficientes para ter a certeza que colherá os frutos de seu trabalho e de seus investimentos, e para estar segura de que se beneficiará da boa manutenção e das melhorias da fertilidade das terras que ela explora. Será preciso ainda que a renda dessa agricultura não seja erodida pelos custos de transformação e de comercialização exorbitantes ou por encargos fundiários, impostos ou taxas exageradas (MAZOYER e ROUDART, 2010 p.545).

Afinal, como argumentam os autores, em países onde o minifúndio e a pobreza camponesa derivam de uma divisão desigual de terra, a reforma agrária é e deve ser a primeira política a se implantar. Entretanto, sabemos que a reforma agrária perpassa por uma decisão política e este constitui o grande complicador que precisa, com urgência, ser repensado.

Ademais, “[...] para ter um impacto durável, uma reforma agrária deve ser alternada com uma política de crédito ampliado e barato, que permita aos camponeses mais desprovidos estocar e vender suas colheitas em tempo hábil (crédito e estoque), comprar os insumos necessários (créditos de produção) e se equipar progressivamente (locação-venda de material)” (MAZOYER e ROUDART, 2010, p.545-546).

Outrossim,

[...] convém não esquecer de que sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como freqüentemente se supõe. A principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela reforma agrária vêm da classe média, ainda que de uma classe média recente, e não raro de intelectuais que não têm nenhum vínculo com a terra ou a agricultura, razão,

aliás, das muitas distorções que tem alcançado o debate político sobre o tema (MARTINS, 2000, p. 101).

Uma verdadeira reforma deve, ainda, ser complementada por uma política fundiária que impeça o acúmulo de terras em poucas mãos. Não se deve mais, sob pena de aumento extremo da pobreza no campo, repetir os erros do passado. É preciso criar uma atmosfera de solidariedade e partilha em nome do bem comum, coletivo e não individual.

As obras de infraestrutura, hoje presentes no campo, devem ser revisadas de forma a garantir não apenas sua eficácia como o atendimento a todos aqueles que fazem da terra um meio de vida e de produção destinada a toda sociedade. É preciso valorizar o conhecimento das comunidades tradicionais, primar por técnicas alternativas que geram menos impactos ambientais e sociais e que garantam o máximo de produção sem exploração humana.

Enfim, pode-se apontar, como um dos principais problemas da nossa questão agrária a realização de reformas agrárias parciais, incompletas. Ou seja, as poucas e pontuais tentativas de implementação de uma reforma agrária culminaram, a rigor, em reformas que atendem mais ao mercado que à sociedade em geral. Fez-se, na verdade, a opção por um modelo comercial de agricultura.

Assiste-se, no país, uma intensa valorização de uma agricultura de mercado. Trata-se de um modelo defendido por uma bancada política muito forte [bancada ruralista] que não mede esforços no sentido de supervalorizar o agronegócio. Ademais, os governos são negligentes. Há, da parte de muitos governos, o temor em relação à tomada de decisão no que tange às políticas de reforma agrária. Não tem havido posição de coragem no sentido de fazê-la avançar.

Ao contrário do que aconteceu em Cuba, por aqui nunca houve, substancialmente, acesso à terra. No máximo, houve pequenas desapropriações em terras de ruim qualidade cuja desapropriação interessa, inclusive, ao próprio latifundiário ou mesmo legalização da posse de terras há muito ocupadas pelos movimentos sociais ou terras devolutas. Ou seja, neste país a propriedade privada, sobretudo a grande, é intocável.

Tem aumentado, substancialmente, os casos de conflitos por terra no país. São inúmeros os casos de assassinato ou tentativa de assassinatos de líderes rurais em função da luta pela terra. E, quase sempre esses crimes ficam impunes. É preciso fazer justiça. O Estado deve assumir seu papel e garantir a segurança no campo. É preciso mais políticas públicas e dentre elas políticas de segurança no campo.

Urge que a universidade assuma seu papel social. Ela não pode continuar, salvo raríssimas exceções, à serviço do capital. Ainda são muitos os autores que defendem a prática de um modelo de agricultura baseado nas relações de auto regulação do mercado. Para estes autores, a questão agrária não existe no Brasil e o problema está, portanto, nos camponeses, não sendo necessária, portanto, uma reforma agrária. Assim, continuam fazendo a defesa da metamorfose do camponês em agricultor familiar. Uma clara intenção de minar a força dos camponeses enquanto classe social e isso não ajuda a avançar. Trata-se de um desserviço ao campo e à luta camponesa no Brasil,

CAPÍTULO 06 - À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

(Re)pensar a questão agrária no Brasil e a sua existência em Cuba constituíram os objetivos norteadores deste trabalho. Buscamos, a partir desta perspectiva compreender a complexidade entre capital e campesinato que, na contemporaneidade, só é possível, ao nosso ver, pelo olhar da dialética. Afinal, sua racionalidade própria contraria a racionalidade do capital e daqueles que o defendem. Tendo, ao final, reafirmado sua existência no Brasil e apontado problemas agrários que podem culminar numa questão agrária em Cuba, é preciso tecer algumas considerações finais.

Resta claro que é preciso avançar em relação a uma reforma agrária socialmente justa, ambientalmente comprometida e estruturalmente completa. Esse seria o primeiro passo rumo à superação da questão agrária no Brasil. Até que isso seja feito, acreditamos ser possível, ainda que contraditoriamente, conviver com a questão agrária minimizando seus efeitos mais danosos até que possamos, de fato, superá-la. Brasil e Cuba padecem de problemas diferentes, complexos e de difícil solução. Contudo, cada um, à sua maneira, pode encontrar caminhos que os levem a melhores condições de vida no campo.

Assim, reafirmamos, ao final desta jornada, que

[...] há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la. Temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento dos diferentes níveis do sistema econômico e do sistema político. Ela tende a aparecer residualmente como um problema social não referido a uma questão estrutural (MARTINS, 2000, p.102).

Também que Cuba, apesar da histórica e exemplar superação do modelo capitalista de produção, ainda padece de graves problemas agrários caracterizados, sobretudo, pela intensa centralização estatal, pela tendência a modelos de desenvolvimento agrário pautados em medidas liberalizantes. São problemas que se não superados podem evoluir para uma questão agrária

caracterizada não pelo acesso à terra, mas pela dificuldade de permanência nela. Neste sentido, consideramos importante, para uma melhor visualização destes problemas nos dois países, a elaboração de um quadro síntese (quadro 05) onde estejam elencados os principais elementos apontados ao longo do trabalho.

QUADRO 05 - ELEMENTOS DA QUESTÃO/PROBLEMAS AGRÁRIOS NO BRASIL E EM CUBA

ELEMENTOS	BRASIL	CUBA
	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada concentração fundiária • Renda absoluta da terra • Não existência de uma política de reforma agrária e caráter parcial que atende somente aos interesses do próprio mercado ou realização em terras públicas ou já ocupadas por trabalhadores • Luta pela posse da terra que culmina, muitas vezes em conflitos diretos com perseguições e mortes; • Relação direta entre os grandes proprietários de terras e o domínio político que culmina na elaboração de leis que sempre favorecem os latifundiários • Trabalho escravo ou degradante em muitas propriedades • Modelo agrícola fortemente oligopolizado por empresas como Monsanto, Syngenta/Astra /Novartis, Bayer, Dupont, Basf e Dow • Pacotes agrícolas que culminam numa total dependência dos camponeses em relação aos bancos • Violência silenciosa como as doenças derivadas do uso de agrotóxicos; • Insegurança alimentar • Produção agrícola convencional que não garante a sustentabilidade ambiental e social • Uso da violência policial na contenção de ocupações no campo • Prática de atividades não agrícolas como sendo o caminho para superação dos problemas agrários; • Destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e/ou ocupação da terra 	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação da renda absoluta da terra e rentismo pela nacionalização das terras a partir do programa do triunfo da Revolução, mas permanência da renda da terra de monopólio, sobretudo em torno da produção de charutos, em função das condições particulares da terra, do clima, da mística histórica e da própria organização do processo produtivo em torno no núcleo familiar camponês • Limite de tempo muito curto para posse da terra, fato que dificulta o investimento a médio e longo prazo • Centralização Estatal nas decisões que envolvem a prática agrícola e no controle dos preços • Maior valorização, da parte do Estado, aos cultivos considerados estratégicos, a exemplo do tabaco, em detrimento de cultivos diversos e alimentares • Burocracia na distribuição das terras em usufruto • Parcela considerável das terras agrícolas em ociosidade • Insegurança alimentar e importação de alimentos • Envelhecimento da população rural • Intensa migração rural com conseqüente diminuição da mão-de-obra agrícola • Prática de queimadas e escassez de insumos agrícolas • Baixa produtividade e remuneração do trabalho • Presença de multinacionais do ramo agroquímico como Syngenta, a Bayer e a Monsanto e presença de transgênicos em muitas lavouras • Estímulo à manutenção de cooperativas e empresas estatais em detrimento da entrega individual das terras

Sabemos das limitações tanto deste país como do Brasil, cuja opção foi de servir ao capital sem se alterar, estruturalmente, as bases históricas de seus problemas agrários. Entretanto, sabemos que é possível uma superação, ao menos no que tange à estrutura agrária, pelo viés da revolução. Em Cuba o primeiro passo, através das suas sucessivas reformas agrárias consideradas verdadeiras revoluções, já foi dado. No Brasil é preciso avançar.

É preciso, pois, fortalecer as lutas, as resistências no sentido de forçar a reforma agrária e criar as condições mínimas para sua efetiva realização. Estamos certos, e nossa experiência com os problemas agrários em Cuba nos mostrou isso, que a simples alteração do modo de produção não significa, necessariamente, a superação de todos os problemas agrários. Mas, também que a superação do modo capitalista de produção e as sucessivas reformas agrárias foram passos importantes para a transformação social.

Para balizar nosso trabalho utilizamo-nos da categoria território, por entender que ela pode elucidar melhor os problemas pelo prisma da explicação geográfica. Esta categoria tem sido usada como um “[...] instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelo capital” (FERNANDES, 2007, p. 81). Essa categoria, por sua natureza teórica ligada às relações de poder, nos ajudou a compreender, geograficamente, as diversas manifestações do capital no campo e como ele se recria, contraditoriamente, ao lado de relações não capitalistas de produção.

Ou seja, por saber que as propriedades camponesas e as capitalistas constituem territórios distintos, totalidades diferentes, onde se reproduzem relações sociais também distintas e que culminam, por sua vez, em modelos também distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2007) é que essa categoria se destaca. Afinal trata-se de uma categoria que sintetiza as relações de poder no espaço.

Destarte, ao finalizar este trabalho, gostaríamos de tecer algumas últimas palavras sem, contudo, concluir a discussão, uma vez que consideramos se tratar de um debate complexo e que requer outras análises. Primeiro dizer da nossa

impressão teórico-conceitual acerca de algumas variantes que perseguimos ao longo dos nossos estudos.

A questão agrária, reafirmada ao longo deste trabalho como estando presente no Brasil, se apresenta para o caso cubano ainda em fase embrionária, caracterizada mais como um conjunto de problemas agrários. Apesar de autores como Fabrini (2011) já afirmarem a sua existência.

Restou claro que a questão agrária é um problema de difícil superação, uma vez que o próprio ato de intervir, na tentativa da sua superação e independente de qualquer perspectiva ideológica, pode alterá-la (MARTINS, 2000) e, neste sentido, que é preciso que se conviva com ela até que as condições reais de sua superação se apresentem.

Ou seja, os problemas que compõe a questão agrária estão sempre se renovando e, conseqüentemente, a questão agrária como um todo se renova. Assim, é preciso pensar na sua complexidade para poder conviver. É preciso, para além da superação do modo de produção, pensar os elementos constituintes da questão agrária e combatê-los, independentemente do modo de produção a que se esteja submetido e compreender sua lógica contraditória seja no capitalismo ou no socialismo.

Necessário se faz, por exemplo, pensar uma reforma agrária cujo corolário não seja o mercado, tampouco os interesses de um Estado centralizado num partido, mas os interesses sociais. E, para que isso aconteça, urge ter consciência da própria questão agrária. Afinal, “[...] uma política de reforma agrária depende de se conhecer a questão agrária para a qual ela é uma resposta” (MARTINS, 2000, p. 99).

Nesse sentido, enxergamos a reforma agrária como um “[...] ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade” (MARTINS 2000, p. 107) e que vai culminar, inevitavelmente, em movimentos socioterritoriais diversos.

Isso nos leva aos principais sujeitos dessa perspectiva, os camponeses, vistos aqui como classe social em constante recriação e que não se rende, apesar das condições históricas adversas, ao mercado, ao capital ou mesmo ao Estado. Sua existência e recriação, algo que defendemos ao longo do texto, caminham na contramão de todos os prognósticos que apostavam na sua extinção. Eles têm conseguido, contraditoriamente, se reproduzir por dentro dos modos de produção socialista, em Cuba, e capitalista, no Brasil.

Vistos como um grupo social fadado ao desaparecimento, eles não só provaram a sua incrível capacidade de reprodução e permanência como a possibilidade concreta de outro modelo de sociedade pautada na coletividade, numa alimentação saudável e em convívio menos impactante com o meio ambiente. Esses sujeitos, dotados de uma dialética comportamental muito particular, têm muito a nos ensinar e são mais complexos do que se tem discutido na academia. É preciso vivenciá-los, dar voz e ouvi-los. É preciso viver, muito mais que explicar sua história de vida.

O ser camponês, demasiadamente discutido no meio acadêmico, é muito mais que uma pura e simples racionalidade científica. Esse conceito

[...] permite vislumbrar a unidade de classe que se manifesta na ordenação das parcelas do território sob seu controle. Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução da cada família nem sempre assim o determine (PAULINO, 2012).

O que se quer dizer, em outras palavras, é que não se arranca dos sujeitos toda uma carga cultural histórica de vida. Não é por haver mudado de local, atividade ou mesmo hábitos de vida, por exemplo, que ele se desprende, necessariamente, da sua condição de ser camponês. Assim, é preciso não só enxergar suas individualidades, mas vê-lo, também, como um sujeito universal. É impossível, reafirmamos, se despir de toda uma carga cultural que lhes foi cunhada ao longo de toda uma vida. Linhas escritas não a grafite, mas em alto relevo e que muito dificilmente se apagará.

Por esse, entre outros motivos, é que os camponeses necessitam defender as suas memórias e cultivar as suas sabedorias. Reconstruir hodiernamente a sua ou as suas identidades sociais para poderem se comportar, numa sociedade de classes e com profundas desigualdades sociais, como classe social (CARVALHO, 2015, p. 5).

O camponês é diverso e particular, singular e universal e, por isso mesmo, tem resistido a tudo e a todos, na contramão dos que creem na sua extinção. Nesse sentido, o que importa é saber como fortalecer sua diversidade sem fragilizar sua universalidade. Como pensar as disputas socioterritoriais sem perder de vista o caráter das solidariedades universais entre eles. Afinal, não se pode perder de vista que as resistências/conflitos se dão numa escala local ou regional, mas que suas repercussões são sentidas numa escala global.

Esses sujeitos, muitas vezes subalternizados, podem ser protagonistas de uma nova história. De outro modelo de sociedade. E os movimentos socioterritoriais em escala global apontam, ainda que lentamente, para isso. As organizações de classe, a exemplo do MST no Brasil, têm ganhado força e, até certo ponto, tem colocado a reforma agrária na mesa de discussão.

Muitos continuam pagando com a própria vida. Em nome de um punhado de terra onde possam plantar seu futuro, abrem mão da própria vida para garantir a permanência, na terra, de outras gerações. Fazem, ainda que muitas vezes silenciosamente, uma revolução. Muitos sabem da contradição em pensar uma sociedade mais justa em comunhão com o capitalismo e por isso mesmo lutam por sua superação.

Estamos convencidos, comungando com Carvalho (2015), que se ainda há campesinato, independente da designação, se agricultor familiar, camponês, pequeno produtor, arrendatário, foreiro, parceiro, ocupante, etc. isso se deve, sobretudo, à sua incrível capacidade de resistência e recriação. Resistência não somente às investidas do capital que busca, a todo custo, sua reprodução no campo, como também às instituições públicas e/ou governos que foram, infelizmente, cooptadas pelo grande capital.

Sua bravura, contrariando a todos os prognósticos de que eles sucumbiriam ao mercado, tem sido responsável pela renovação da crença de que

um modelo de acesso e uso da terra mais justo é possível. A cada ocupação, a cada luta, a cada semente semeada se renovam as esperanças de que é possível superar a fome e a miséria no campo. Renova-se a percepção de que a fome é uma construção social perversa e que é possível superá-la.

Reafirmamos, aqui, que um modelo alternativo à grande propriedade e ao agronegócio é necessário e é possível. Definitivamente, é preciso pensar num modelo agrícola que não se curve ao mercado. Essa nova agricultura “[...] baseada em paradigmas camponeses deverá desobedecer aos ditados do mercado, pois maximizar lucros não pode ser única prioridade de uma produção comprometida com a equidade social e o meio ambiente (BARTRA, 2011, p. 103).

Não se pode mais delegar a um pequeno grupo de empresários do campo, as rédeas da nossa economia agrária. Já sabemos, e a história está aí para comprovar, no que isto vai dar. Não há, neste modelo nenhuma preocupação com o meio ambiente, com a qualidade de vida ou com o bem-estar da sociedade. O que se tem como principal objetivo nada mais é que a reprodução ampliada dos seus lucros, da sua mais valia. Assim, é preciso superar, ultrapassar esta etapa.

Entretanto, para que isso ocorra uma ampla e verdadeira reforma agrária é necessária. Não uma reforma agrária parcial, à serviço do mercado, mas uma que atenda aos reais e urgentes anseios da sociedade em geral. É preciso recuperar, aqui no Brasil, o ideal de luta por acesso à terra e em Cuba os elementos necessários à manutenção do homem do/no campo. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas realidades, ou seja, como garantir o acesso à terra aos nossos camponeses aqui no Brasil e como manter o homem no campo cubano uma vez que a terra fora conquistada.

Enfim, a construção desse trabalho me fez acreditar que outro modelo de sociedade é possível. Que as contradições do modelo atual podem ser superadas. Que somos responsáveis por nossas escolhas e que para as gerações futuras não paguem o preço do que hoje pagamos por escolhas erradas dos nossos antepassados é preciso que tomemos, hoje, as decisões corretas. É preciso reconhecer que somos todos “aprendentes” e que temos muito a aprender com os singelos homens do campo, independente de como os classifiquemos.

Reafirmamos, por fim, que a questão agrária no Brasil e os problemas agrários em Cuba, apesar do seu caráter de difícil superação, podem ser superados. Que o convívio com eles, ainda que contraditório, é um passo necessário para esta superação. O Brasil pode aprender com o modelo cubano, a partir da superação do seu modo de produção e distribuição das terras, mas isso só é possível mediante a luta de classes. Só ela

[...] constitui, pois, o fio condutor através do qual poderemos chegar tanto à compreensão teórica dos nossos problemas agrários, quanto às soluções práticas desses mesmos problemas. [...] A luta de classes representa, portanto, a força que move a roda da história, o motor do desenvolvimento histórico (GUIMARÃES, 2011, p. 92-94).

O contato com esses atores do campo e da forma como enxergam e intervêm na realidade, me fez enxergar que, independentemente de quais sejam as relações de trabalho estabelecidas, a superação da condição de subalternidade só virá mediante a luta dessas classes. Que não basta a teoria, a construção ideológica da academia, mas que é preciso ouvi-los.

Eles nos ensinam, pela prática, como o campo poderia ser, que reforma deveríamos construir. Mas, é preciso ouvi-los. Enfim, Cuba nos dá uma lição de como podemos acessar a terra, ou seja, através de uma revolução agrária. O Brasil dá uma lição a Cuba de como permanecer nela: através das resistências.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992, 2012.
- AGUIRRE, S. **La Revolucion Agraria**. La Haban: Instituto Superior de Educacion, 1961.
- AGÜERO, P. H.V. Avaliação Econômica dos Recursos Naturais (Tese). São Paulo: USP, Faculdade De Economia, Administração E Contabilidade, 1996.
- ALBELO, V. M. Figueroa. **Los campesinos en el proyecto social cubano**. Revista Temas, no. 44: 13-25, La Habana, octubre-diciembre, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** In: Revista Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986.
- ALTIERE, Miguel A. Transgênicos y Agrocombustibles en América Latina. In: FUNES, M.; FERNANDO R; ROACH, E. F. **Transgênicos: qué se gana? Que se pierde?** (Textos para um debate en Cuba). La Habana: Acuario, 2009.
- ALTIERI, M. A. La Paradoja de La Agricultura Cubana. In: **Caminos** (Revista Cubana de Pensamiento Sociológico), n. 55-56, enero-junio de 2010.
- ALTIERI, M. A; CLARA, N. Agroecología: Única Esperanza para la Soberanía Alimentaria y la Resiciencia Sociológica. In: RAMOS, G. C. D. **Economía Verde**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.
- ARANDA, S. **La Revolución Agraria en Cuba**. Ciudad del Mexico: Siglo XXI editores, 1968.
- BARROS, C. M. **O conceito de Modo de Produção** (mimeo). São Paulo: UMESP, 2015.
- BARTRA, A. V. Os Novos Camponeses: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- BERNAL, A. L.; CONCEPCIÓN, Y. M. Reformas económicas en los territorios cubanos. Reflexiones para el diseño de políticas. In: PÉREZ, R. T.; VILLANUEVA, O. E. P. (Org). **Miradas a la economía Cubana**. Entre la eficiência económica y la equidad social. La Habana: Editorial Caminos, 2013.
- BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/doc/estudo_de_ca_so_86.pdf> Acesso em 23/01/2017.

_____. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** Disponível em <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20\(Larissa%20M.%20Bombardi\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20(Larissa%20M.%20Bombardi).pdf)> Acesso em 30/12/2016.

_____. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro.** Disponível em <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20\(Larissa%20M.%20Bombardi\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20(Larissa%20M.%20Bombardi).pdf)> Acesso em 30/12/2016.

BONFIM, A. W. [et al]. Projeto de Fortalecimento do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: INCRA. Revista Incra. Brasília, edição 01, 2015.

BRANDÃO, O. **Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil.** São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

BURCHRDT, H.J. **La Última Reforma Agraria Del Siglo: cambio o estancamiento: La agricultura cubana entre el cambio y el estancamiento.** Caracas: Nueva Sociedade, 2000.

CAMACHO, R. S. **Discutindo o Paradigma da Questão Agrária: O Movimento Desigual e Contraditório do Desenvolvimento Capitalista no Campo Brasileiro.** Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 2, n. 3, p. 17-34, 1º semestre de 2011.

CAMPOS, J. F. de S; FERNANDES, B. M. **O Conceito de Paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária.** Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011

CANUTO, A. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Revista NERA. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, p. 1- 12, Jul./dez. 2004.

_____. **2016 Sob o Signo da Violência.** In: CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2016 Goiânia: CPT Nacional, 2016.

CARVALHO FILHO, J. J. de. **O Governo Lula e o Esvaziamento da Reforma Agrária.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Volume 34, nº 02, jul /dez, 2007.

CARVALHO, H. M. de. **Lutas Sociais do Campesinato na Contemporaneidade no Brasil.** Boletim DATALUTA, novembro de 2015.

CARVALHO, P. A. F. **Chayanov e a Teoria do Cooperativismo**. In: CARVALHO, H. M. de. Chayanov e o Campesinato (Org). São Paulo, Expressão Popular, 2014.

CASTRO, F. R. **La Historia me Absolverá**. La Habana: Editota Política, 2013.

CHAYANOV, A.V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A.V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não - Capitalistas. In: SILVA, J. G. da. STOLKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COLAO, M. M. **O Modo de Produção**: Categoria do Materialismo Histórico. Revista Movimento, vol. 12, nº 2, maio-agosto, 2006.

CORRÊA, R. L. Espaço, Um Conceito – Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSME, C. M. **A Expulsão de Camponeses Assentados como uma das Faces da Contrarreforma Agrária no Brasil**: um Estudo da Evasão nos Assentamentos Rurais do Ceará (Dissertação). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

DOURADO, J. A. L. **Reflexões Paradigmáticas Sobre a Questão Agrária No Brasil: dissídios e consensos**. Campo - Território, v. 5, n. 9, p. 33-50, fev., 2010
ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. Disponível em <
<https://global.britannica.com/topic/kulak>> Acesso em 27/12/2016.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. **Os Camponeses e a Práxis da Produção Coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FABRINI, J. E. **Campesinato e Questão Agrária em Cuba**. Belém: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, novembro de 2011.

FELICIANO, C. A. **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2010** (DATALUTA). Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011.

FELÍCIO, M. J. **A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultor Familiar e de Camponês**. Campo – Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

_____. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, Tese (Geografia) 2011.

FERNANDES, B. M. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. Revista NERA, Presidente Prudente, n. 2, não paginado, dez. 1998.

_____. **La Ocupación como Forma de Acceso a la Tierra**. Washington – DC, XXIII Congreso Internacional de la Asociación de Estudios Latino-Americanos, septiembre de 2001.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, A. M. (editor). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **Territórios da Questão Agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio**. In: ABRA. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Volume 34, nº 02, jul /dez, 2007.

_____. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano [et al]. **Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação**. Brasília : Incra ; MDA, 2008a.

_____. **Soberania Alimentar como Território**. Trabalho apresentado no Workshop Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power. Saskatchewan: St. Andrews College, University of Saskatchewan, Canadá, 2008b.

_____. **Soberania Alimentar como Território**. Presidente Prudente: *mimeo*, 2010.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** (Notas de seminário). Harvard University, 2004. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf> Acesso em 14/10/2013.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: As Políticas Públicas e as Transformações Territoriais** (Mesa Redonda). X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. São Paulo: Campinas, 2013b.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária** : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico (Memorial - Tese de Livre-Docência). Presidente Prudente, 2013.

_____. Reforma Agrária no Brasil, Para Além de um Projeto: Uma Luta Permanente. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Org). **A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FONTES, M. A.; RABANAL, J. E. M; RAMOS FILHO, E. S. **A Roça do Futuro: a construção da metodologia de Camponês a Camponês no sul de Sergipe**. Geonordeste, ano XXIV, n.1, 2013. Disponível em <

<http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1523>> Acesso em 04/01/2017.

FONZAR, R. O. Movimentos Agrários e a sua Contribuição para a Reforma Agrária. In: INCRA. Revista Incra. Brasília, edição 01, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI E. P. (et all). **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** (Tese). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2008.

GOMES, H. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo:Contexto, 1991.

GONZÁLEZ, A. N. Continuidad de los cambios en la agricultura. In: PÉREZ, R. T.; VILLANUEVA, O. E. P. (Org). **Miradas a la economía Cubana**. Entre la eficiencia económica y la equidad social. La Habana: Editorial Caminos, 2013.

_____. La agricultura en Cuba : evolución y trayectoria, 1959-2005. La Habana : Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

GUEVARA, M. de los A. A. Cuba: reforma y transformación agraria. La crisis de los noventa y el proceso de desestatalización de la agricultura. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade** , Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 6-29, jan./jun. 2009.

GUIMARÃES, A. P. As Três Frentes da Luta de Classes no Campo Brasileiro. In: STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil (O Debate Tradicional: 1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GUZMÁN, S. E. MOLINA, M. G. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Vozes, 2003.

HOFFMANN, R.; GOMES, N. M. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IASI, L. I. **Ensaio Sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

KAUARK, F.; C., MANHÃES, F.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOBASHI, N. Y; FRANCELIN, M. M. Conceitos, Categorias e Organização do Conhecimento. Londrina, v. 16 n. 3, p. 1 – 24, jan./ jun. 2011. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10390/9281> > Acesso em 03/06/2017

KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo: brasiliense, 2004.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KUHN T. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Editora Perspectiva (5ª ed), 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo : Atlas 2003.

LECUONA, O. Z. **El siglo que se fue: azúcar y economía en Cuba**. Temas, no. 24-25: 10-22, La Habana, enero-junio de 2001.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal/lógica dialética**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. NERA, Presidente Prudente ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARTÍN, M.; OLIVA, M.; GARCÍA, H. **Juventud Rebelde, Diario de La Juventud Cubana**. Año 49, nº 178, domingo, 18 de mayo de 2014.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social, São Paulo: USP, 11(2): 97-128, out. 1999, editado em fev. 2000.

_____. **Reforma Agrária O impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000b.

MARTINS, J. S. Caminhada no Chão da Noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K. **O Capital: Processo de Produção do Capital (Livro I)** [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para uma Crítica da Economia Política** (coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**, São Paulo: Edições Sociais, 1859.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Lisboa, Editorial Presença, 1976.

MAZOYER, M.; ROUDART L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MESQUITA, H. A. de. **Onde Estão as Flores, as Cores, os Odores, os Saberes e os Sabores do Cerrado Brasileiro? O Agro/Hidronegócio Comeu!**. Terra Livre, ano 25, v.2, n. 33, p. 17-30, Jul-Dez/2009.

_____. O Massacre De Corumbiara, RO –1995/2005: Dez Anos de Violência e Impunidade. Presidente Prudente, Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, novembro de 2005. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Helena%20Ang%E9lica%20de%20Mesquita_PT_ES.PDF Acesso em 13 de setembro de 2017.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, A. A. L.; RODRIGUES, J. R. A.; **Breve Descrição do Proálcool e Perspectivas Futuras Para o Etanol Produzido no Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

MONZOTE, F.; FUNES, R. **El Uso de Transgênicos para Producir Alimentos en Cuba**. In: **Caminos** (Revista Cubana de Pensamiento Sociológico), n. 55-56, enero-junio de 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica, a Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, H. **Metodologia da Pesquisa para Professor Pesquisador**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

NAVARRO, Z. **Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. In: GASQUES, J. G.; VIEIRRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z. (orgs). A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010.

NAVARRO, Z; BUAINAIN, A. M; ALVES, E; SILVEIRA, J. M. da. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola, Ano XXII – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI**. Texto apresentado na mesa redonda “Perspectivas da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, E. T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, M; SUZUKI, J. C. (Orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ORLANDI, E. P. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

OSZLAK, O. **Reforma Agraria en America Latina: una Aproximacion Politica**. *Internacional Review of Community Development*, nº 26-26. Roma: Piazza Cavalieri di Malta, 1971.

PAZ, J. V. _____. **Procesos Agrarios em Cuba (1959-1995)**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

_____. **Los Procesos de Organización Agraria en Cuba (1959-2006)**. La Habana: Fundacion Antonio Nuñez Jimenez, 2009.

_____. **A Revolução Agrária Cubana: conquistas e desafios**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol.25 no.72, maio/ago, 2011.

_____. El campesinado en la revolución agraria cubana: 1959-2013. In: HIDALGO, F; HOUTART, F; LIZÁRRAGA, P. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014.

PEREIRA, J. M. M. A Luta Política em Torno da Implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado Durante o Governo Cardoso. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil – Debate Sobre a Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na Década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PÉREZ, C. GONZÁLEZ, E. (e outros). **Algunos indicadores del valor nutritivo para rumiantes de las hojas de plantas de marabú (*Dichrostachys cinerea*) con diferentes alturas (mimeo)**. Centro de Estudios para el Desarrollo de la Producción Animal – CEDEPA, Universidad de Camagüey – Cuba, 2014. Disponível em < <http://www.reduc.edu.cu/147/04/1/14704105.pdf> > acesso em 19 de fevereiro de 2015.

PRADO JUNIOR, C. **A Revolução Brasileira. A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado** (Tese). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. Presidente Prudente, 2008a.

_____. **El Campesino Pobre no Puede Existir! Dónde Tiene Ingreso, Tiene Resultado Social?**: A Revolução Agrária em Cuba. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 2, n. 1 maio/2008b.

_____. A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI. In: CONCEIÇÃO, A. L.; SOUZA, R. A. D. (orgs.). **O capital e a ocupação de terras/territórios**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013a.

_____. **Movimentos Socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os caos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. São Paulo, Buenos Aires: outras expressões, CLACSO, 2013b.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: NAVARRO, Z; BUAINAIN A. M.; ALVES E.; SILVEIRA J. M.. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena Reflexão Sobre Categorias da Teoria do Espaço: Território Usado, Território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia de. **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas. Edição Territorial, 1995.

ROJAS, L. Í. Desigualdades territoriales y ajustes económicos en Cuba. In: **Miradas a la economía Cubana**. Entre la eficiencia económica y la equidad social. La Habana: Editorial Caminos, 2013.

ROSSET, P. Por qué Desarrollar Cultivos Transgênicos en Cuba? In: FUNES, M.; FERNANDO R; ROACH, E.; **Transgênicos: qué se gana? Que se pierde?** (Textos para um debate en Cuba). La Habana: Acuario, 2009.

SAMPAIO JUNIOR. P. A. Notas Críticas Sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão, Popular, 2013.

SAMPAIO, P. A. A Questão Agrária Brasileira e a Luta pelo Socialismo. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil – Debate Sobre a Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na Década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Notas Críticas Sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil – Debate Sobre a Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na Década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica Espaço Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro:Record, 2010.

SCHILLING, P. R. Do “Caminho Brasileiro” de Reforma Agrária. In: STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil (O Debate Tradicional: 1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SERÁEV, S. **La Tranformación Socialista de La Agricultura en Cuba**. Moscú: Editorial Progreso, 1988.

SHANIN, T. **La Clase Incómoda**: sociología política del campesinado em uma sociedade em desarrollo (Rusia 1910-1925. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. P.; FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.

SILVA, F. A. **Forma, Função Estrutura e Processo: uma contribuição miltoniana para o método da geografia no período técnico-científico-informacional**. Paisagens (USP), v. XIII, p. 35-40, 2010.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.

SILVA, R. M. L. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (Tese)**. Niterói: 2005.

SILVA, G. Entranhados no Lato Ventre do Latifúndio. In: MARTINS, F. (org). **PRONERA: experiências de Gestão de uma Política Pública**. São Paulo: Compacta, 2015.

SORZANO, A. H. **La Cooperativa como Forma de Tenencia y su Papel en la Organización del espacio rural cubano (Tese)**. Universidad De La Habana: Facultad de Geografía, 1999.

_____. La Soberanía Alimentaria em El Contexto de las Nuevas Políticas de Desarrollo Rural em Cuba. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G. (Org). **A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SORZANO, A. H.; SOUSA, R. G.; FUNDORA, E. M. **Cuba: Modificaciones en la tenencia de la tierra y el desarrollo de la agricultura urbana: avances en seguridad alimentaria.** Universidad de La Habana, Facultad de Geografía, La Habana, 2012.

SORZANO, A. H; SOUSA, R. G. Cuba: **Modificaciones en la tenencia de la tierra y el desarrollo de la agricultura urbana: avances en seguridad alimentaria.** Universidade de Havana: Faculdade de Geografia, 2014.

SOUSA, R. (Re)construindo Conceitos: uma análise das principais categorias geográficas. In: **Interfaces – Revista Interdisciplinar dos Departamentos de Letras e Geografia da Universidade Estadual de Alagoas.** União dos Palmares: Uneal, v. 1, p. 93-111, 2007.

SOUSA, R; SILVA, F. **(Re)Pensando a Geografia: história, objeto, método e práxis.** Maceió: Eduneal, 2011.

STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil – Debate Sobre a Situação e Perspectivas da Reforma Agrária na Década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A Questão Agrária no Brasil (O Debate Tradicional: 1500-1960).** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TÁBIO, P. A. **Cien Horas con Fidel** (conversaciones con Ignacio Ramonet). La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.

THOMAZ JUNIOR, A . **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil.** Pegada, vol 7, n. 2, novembro de 2006.

_____. **O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI.** *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PAULINO, E. T. **Por Uma Geografia dos Camponeses.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. Questão Agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no campo do século XXI. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A; GARCIA, M. F; VIANA, P. C. G. (Org). **A Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

VALDES, O. **La Socialización de La Tierra en Cuba.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

VECCHIA, A. M. D. **Elementos Teóricos para uma Perspectiva Interpretativa: Modo de Produção, Conhecimento Histórico.** Estudios Historicos, Año III - Julio 2011 - nº 6, Uruguay:CDHRP, 2011.

VEIGA, J. E. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo: brasiliense, 1981.

_____. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Edusp, 1991.

VENTURELLI, R. M.. PAULINO, E. T.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** Revista AGRÁRIA, São Paulo, no 9, pp. 96-102, 2008.

VILLANUEVA, O. E. P. **La Agricultura en Cuba: evolución y trayectoria (1959-2005).** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

_____. Análisis de la evolución reciente de la economía cubana. In: PÉREZ, R. T; VILLANUEVA, O. E. P. (Org). **Miradas a la economía Cubana. Entre la eficiência económica y la equidad social.** La Habana: Editorial Caminos, 2013.

WAN HO, M. Confirmado: La Modificación Genética es Peligrosa e Inútil. In: FUNES, M. FERNANDO R; ROACH, E. **Transgênicos: qué se gana? Que se pierde?** (Textos para um debate en Cuba). La Habana: Acuario, 2009.

WOORTMANN, K. Com Parente Não se Neguceia, o Campesinato como Ordem Moral. Editora da Universidade de Brasília (Anuário Antropológico, 1987), 1990.

Outras Fontes

ABRA. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária.** Volume 34, nº 02, jul /dez, 2007

BRASIL. **Lei nº 601** (Lei de Terras), de 18 de Setembro de 1850.

_____. **Lei nº 5889** (Lei do Trabalho Rural), de 8 de junho 1973.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE** (Censo Agropecuário 2006)

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Cadernos de Conflitos no Campo** (1985-2016).

CUBA, **Lei nº 4504** de 30 (Estatuto da Terra), de novembro de 1964.

_____. **Decreto – Ley No. 259.** Consejo de Estado de Cuba, Habana, julio de 2008

_____. **Decreto-Ley No. 300.** Gaceta Oficial de La República de Cuba, 22 de Outubro de 2012.

_____. **Jornal Tribuna.** La Habana, edición de 09 de marzo de 2014.

_____. **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución.** La Habana, 18 de abril de 2011.

_____. **Primera Ley de Reforma Agraria,** 17 De Mayo de 1959

_____. **Segunda Ley de Reforma Agraria,** 03 de Outubro de 1963

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatórios.** NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP
Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Disponível em <<file:///C:/Users/REINALDO/Desktop/Modo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o/mangolin-o-conceito-de-modo-de-producao-2010.pdf>> acesso em 13 de março de 2015.

FAO - **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.**

INRA, **Instituto Nacional de Reforma Agrária.** La Habana, 1961.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. DT/Gab-Monitoria - Sipra Web, 2014.

_____. **Na Luta pela Reforma Agrária.** Brasília: MDA, 2015.

MINAG. **Ministerio de La Agricultura. Balance De Uso Y Tenencia De La Tierra.** La Habana, Junio 2012.

MST. Caderno de Formação nº 32 (O Massacre de Eldorado dos Carajás). São Paulo: MST, março de 1999. Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2032.pdf>> acesso em 13 de agosto de 2017.

OIT. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil.** International Labour Office; ILO Office in Brazil. Brasília: ILO, 2010.

ONEI. Oficina Nacional de Estadística y Información. Anuario Estadístico 2012/2013. La Habana, 2013.

SINITOX . Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Disponível em <http://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais> acesso em 23/01/2017.